



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcelo Sant'Ana Lemos

**O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à
expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)**

Rio de Janeiro

2004

Marcelo Sant'Ana Lemos

**O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à
expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.



Orientador: Marco Morel

Rio de Janeiro

2004

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

L557 Lemos, Marcelo Sant'Ana.
O índio virou pó de café? : a resistência dos Coroados de Valença
frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)/ Marcelo
Sant'Ana Lemos. - 2004.
228 f.

Orientador: Marco Morel.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Índios da América do Sul - Brasil - Teses. 2. Índios Coroados -
Teses. 3. Café - Paraíba do Sul(RJ) - 1788-1836 - Teses. I. Morel,
Marco II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 572.95(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Marcelo Sant'Ana Lemos

**O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à
expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 07 de maio de 2004

Banca Examinadora:

Marco Morel (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

José Ribamar Bessa Freire
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

João Luiz Fragoso
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2004

DEDICATÓRIA

Aos descendentes dos
Coroados de Valença.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, sem o qual não teria existido.

Esforço este que se fez de várias formas, mas somente juntas puderam garantir a sua efetiva concretização. Já se passaram quatro anos da primeira viagem a Valença realizada graças à amizade e solidariedade de Vitor Gaglianoni, sem o qual essa jornada não se iniciaria.

Em Valença sempre contei com a colaboração e simpatia da Lucia Aparecida Gonçalves, secretária da Catedral de Nossa Senhora da Glória, de Ricardo Nunes e o apoio do Padre Medoro, para pesquisar nos livros de batismos e óbitos.

Agradeço também as preciosas informações prestadas por Gustavo Abruzzini, da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Valença e a Adriano Novaes, pelo seu notável conhecimento da história da cidade e pelos esclarecimentos dados sobre as sesmarias da cidade.

Em Conservatória fico em dívida com a professora Maria do Carmo Carvalho Moura que nos apresentou um pouco do distrito e seu passado, além de nos guiar pela cidade e “abrir as portas” da Igreja de Santo Antonio do Rio Bonito, onde o padre Edílson nos franqueou os livros para que pudéssemos conhecer o conteúdo.

Em Piraí pude contar com a amizade e infraestrutura oferecida por Mariana Nascimento que facilitou a minha pesquisa.

Não posso esquecer os meus colegas e amigos do Banco do Brasil, que de várias maneiras tornaram possível este trabalho: ao David Sobrinho pelo coleguismo, o apoio motorizado e tempo cedido para que pudéssemos realizar as entrevistas em Barra do Pirai, com a família Silva; ao Dr. Jackson Alcântara por compartilhar seus conhecimentos de medicina fundamentais para entendimento de diversos óbitos; a Maria Lucia pelo socorro na revisão e na área de biblioteconomia; ao Roberto Augusto pelas traduções do alemão e pelo apoio para que pudesse chegar a tempo nas aulas; a Beth Felipe pelas broncas e orça necessária de uma amizade de anos; a Maria Marta e demais colegas do setor pela paciência com o colega estressado; sem esquecer também meus companheiros de luta sindical Iacilton, Paulão e Cláudio.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, do IHGB, APERJ, UERJ, CCBB e da Papelaria Terra pelo excelente atendimento.

A Maria José, Raquel e Isabel que deram condições para que eu tivesse mais tempo para a dissertação.

A Simone por ajudar na revisão do texto e a Cecília pelas sugestões e revisão do resumo.

Aos professores do Pedro II que me empurraram até aqui: Glads, Lygia, Vera, Carlos Cruz e Alessandro.

Ao meu amigo professor Paulo Seabra pelo incentivo desde o começo e empréstimo de livros para tese. Sem esquecer também o apoio de outros amigos como o Marcio, a Claudia, Carlos Henrique, Isabela, Marilene, Paulinho, Ana Helena, José Augusto e Gláucio.

Aos professores do Orlando Barros, Osvaldo Munteal Filho e Lucia Maria B. P. Neves pelas oportunidades de debates e diálogos dentro e fora da sala de aula, que enriqueceram a minha dissertação.

Agradeço Jacqueline, Beth Brea, Luis, Vivian, Viviane, Dimas e Hilton meus colegas das turmas de 2001 e 2002 do Mestrado de História pela discussão e reflexão sobre o meu tema.

As minhas amigas Marieta e Isabel Correa pela troca de angústias, fontes e leituras necessárias para a conclusão de nossas dissertações.

Aos colegas do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ que conversaram e discutiram comigo sobre a temática indígena: Helena, Márcia Malheiros e o professor José Ribamar Bessa Freire, coordenador do Programa. Agradeço ao Bessa, especialmente, pelo entusiasmo que sempre me acolheu, aconselhou e ajudou para que chegasse aqui.

Ao meu orientador Professor Marco Morel pela sua paciência e tranquilidade, que contrastava com a minha impaciência e agitação, ao indicar as deficiências, os erros e correções de rumo que deveria ter para conseguir um bom resultado.

As minhas irmãs Gisele e Viveca pelo apoio moral. A minha irmã Marisa pelo apoio moral e material. Ao meu irmão Roberto e sua esposa Joana, pela solidariedade e carinho, com que acompanharam meu trabalho.

Aos meus pais Luiz Weber e Lina sem os quais essa tese não sairia, que sempre acreditaram em mim.

A Lucia pelo auxílio, paciência e carinho com que me acompanhou nestes anos de mestrado.

Aos meus queridos filhos Cláudio, Tadeu e Júlia pela compreensão e carinho com que agüentaram as “ausências do pai”.

RESUMO

LEMOS, Marcelo Sant'Ana. *O índio virou pó de café?: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira do Vale do Paraíba 1788-1836*. 2004. f. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Os índios Coroados do Médio Paraíba do Sul sofreram um cerco, no seu território, como consequência da expansão da fronteira social luso-brasileira, nos sécs. XVIII e XIX. Esse processo foi estimulado pela expansão do mercado interno do Sudeste, que criou condições favoráveis para acumulação de capitais, necessários para o estabelecimento da lavoura cafeeira, na região de Valença (RJ), que acelerou o cerco e a desestruturação do modo de vida Coroados. Esse processo resultou em diferentes momentos de resistência e de composição com a sociedade luso-brasileira e depois brasileira, com avanços e recuos, que deram origem ao aldeamento de Valença (RJ). No século XIX, de uma maneira geral, a questão indígena foi subordinada ao problema da terra, mas cada local desenvolveu os seus processos com ritmos próprios e particulares, que devem merecer a atenção dos estudiosos. Em Valença (RJ) a questão da mão-de-obra indígena esteve presente, com peso, até a segunda década do século XIX, e somente daí em diante a questão de terras passa a ter centralidade. A política indígena variou também pela forma como foi aplicada pelos agentes do Estado, com repercussões demográficas nas populações indígenas. O desaparecimento político dos Coroados ocorre a partir da terceira década do século XIX. Esse desaparecimento político não significou a sua extinção física e nem étnica, como foi interpretado e difundido pela historiografia regional.

Palavras chaves : Coroados. Fronteira. História indígena. Rio de Janeiro. Demografia histórica.

RÉSUMÉ

Les indigènes Coroados du Moyen Paraíba du Sud eurent leur territoire assiégé à la suite de l'expansion de la frontière luso-brésilienne, pendant le XVIII^{ème} et le XIX^{ème} siècle. Ce processus, stimulé par l'expansion du marché intérieur du Sud-Est, créa les conditions favorables à l'accumulation de capitaux, nécessaires pour établir la culture du café, dans la région de Valença, ce qui fit accélérer le siège et la destruction du style de vie Coroado. Il en résulta différents moments de résistance et d'alliance avec la société luso-brésilienne et plus tard brésilienne, faits de progrès et de marches en arrière, qui donnèrent naissance à la bourgade de Valença (RJ). Au XIX^{ème} siècle, d'une manière générale, le problème indigène finit par être dépendant de la question de la terre néanmoins, ces processus se déroulèrent différemment, selon les localités, à des rythmes propres et particuliers, ce qui doit mériter l'attention des chercheurs. À Valença (RJ), la question de la main-d'œuvre indigène eut de l'importance jusqu'à la deuxième décennie du XIX^{ème} siècle et ce n'est qu'à partir de ce moment-là que la question des terres devint fondamentale. La politique envers les indigènes subit des variations selon la forme d'application employée par les agents de l'État, laquelle eut des répercussions sur la démographie des populations indigènes. La disparition politique des Coroados a lieu dès la 3^{ème} décennie du XIX^{ème} siècle. Cette disparition politique ne signifia pas pour autant leur extinction physique ou ethnique, telle qu'elle est interprétée et diffusée par l'historiographie régionale.

Mots-clés: Coroados. Frontières. Histoire indigène. Rio de Janeiro. Démographie historique.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Ali Maow Maalin, o último homem contaminado pela varíola no Mundo	160
Fotografia 2 – Primeiro Livro de Batismos da Igreja de N.S. da Glória de Valença	162
Fotografia 3 – Trecho do Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, de 1836	199
Fotografia 4 – Sr. José Manoel da Silva, descendente dos índios Coroados de Valença	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Climograma de Resende	108
Gráfico 2 – Valença – Batizado de crianças por categorias –1809 –1814	148
Gráfico 3 – Valença – Óbitos por categorias – 1809-1814	149
Gráfico 4 – Valença – Nascimentos x óbitos indígenas – 1809 – 1814	151
Gráfico 5 – Valença – Nascimentos x óbitos escravos – 1809 – 1814	152
Gráfico 6 – Valença – Nascimentos x óbitos livres não índios – 1809 – 1814	153
Gráfico 7 – Valença - Óbitos por doenças – índios – 1808-1814	156
Gráfico 8 – Valença - Óbitos de escravos por doenças – 1807 – 1814	157
Gráfico 9 – Valença - Óbitos de livres não índios por doenças – 1809-1814	158
Gráfico 10 – Valença - Batizado de crianças – percentual – 1814	179
Gráfico 11 – Valença - Batizado de crianças – percentual – 1815	180
Gráfico 12 – Valença – Batismos de crianças por categoria – anos escolhidos	181
Gráfico 13 – Valença – Batismos por categoria (1809-1830)	182
Gráfico 14 – Valença – Registros indígenas em relação ao total de registros de Batismos	184

Gráfico 15 - Valença – Óbitos indígenas -1807 – 1822	186
Gráfico 16 – Valença – Óbitos por categoria – 1807 – 1830	187
Gráfico 17 – Valença - Matrimônio entre os livres não índios – 1809-1815	190
Gráfico 18 – Valença - Matrimônio entre escravos – 1809-1815	191
Gráfico 19 – Valença - Matrimônio entre índios – 1809-1815	192
Gráfico 20 - Valença - Sacramentos na hora da morte – índios (1807 –1815)	194
Gráfico 21 – Valença – Sacramentos na hora da morte – livres não índios (1807 – 1815)	195
Gráfico 22 – Valença – Sacramentos na hora da morte – escravos (1807 – 1815)	196
Gráfico 23 – Valença - Sacramentos na hora da morte - por categoria -1807-1815	197

LISTA DE GRAVURAS

Gravura 1 – Dança Puri (Rugendas)	59
Gravura 2 – Enterro de um Coroado (Rugendas)	62
Gravura 3 – Contato com os índios (Rugendas)	94

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Detalhe do mapa do Sargento-Mor Manuel Vieira Leão, de 1767	22
Mapa 2 – Detalhe do Sertão da Paraíba Nova no mapa do Sargento-Mor Manuel Vieira Leão, de 1767	23
Mapa 3 – Aldeias e conflitos	36
Mapa 4 – Distribuição de sesmarias e sua respectiva ocupação ao longo dos principais caminhos para Minas nos séculos XVIII e início do XIX	39
Mapa 5 – Cerco aos Coroados, 1710	41
Mapa 6 – Cerco aos Coroados, 1750	42
Mapa 7 – Cerco aos Coroados, 1810	43
Mapa 8 – Cobertura vegetal original – Estado do Rio de Janeiro	64
Mapa 9 – Aldeamentos e conflitos no Médio Paraíba (1788-1802)	104
Mapa 10 – Esboço do local que assinala o primitivo aldeamento Coroado	122
Mapa 11 – Esboço da Vila de Valença, em 1846	123
Mapa 12 – Esboço da repartição territorial das sesmarias no entorno da sesmaria dos Coroados	131
Mapa 13 – Principais vias de circulação até o Rio Paraíba	136
Mapa 14 – Estrada do Comércio e da Polícia	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de Vocabulários Coroados e Puri	51
Tabela 2 – Lista de material para o aldeamento (parcial)	112
Tabela 3 – Lideranças indígenas – batizados	129
Tabela 4 – Lideranças indígenas e suas famílias – batizados e padrinhos	143
Tabela 5 – População cabocla em Valença, em 1872, por sexo, por freguesia e percentual sobre o total da população da cidade	202
Tabela 6 – População cabocla em Valença, em 1890, por sexo, por freguesia e percentual sobre o total da população da cidade	203
Tabela 7 – Percentual da população cabocla sobre a população total de cada cidade do Médio Paraíba e sobre o total da população regional, em 1872	204
Tabela 8 - Percentual da população cabocla sobre a população total de cada cidade do Médio Paraíba e sobre o total da população regional, em 1890	204

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, p.1

1.1. Referências teóricas, p.7

1.2. Métodos, técnicas e fontes de pesquisa, p.16

2. CAPÍTULO 1 – ANOS DE CORRERIAS: LEVANTANDO A POEIRA. p.20

2.1 Correrias: fronteiras em movimento, economia em crescimento, p.25

2.2 Os Coroados de Valença, p.44

2.3 O modo de vida dos Coroados, p.52

3. CAPÍTULO 2 – IDÉIAS ILUMINISTAS NO SERTÃO DOS ÍNDIOS, p. 66

3.1 Uma trajetória singular, p.67

3.2 Uma saída para a crise colonial: o Império Luso-Brasileiro, p.69

3.3 A economia civil, p.71

3.4 A civilização dos índios, p.74

3.5 Comunicações Coloniais, p.87

3.6 Um aldeamento diferente, p.93

- 4. CAPÍTULO 3 – ANOS DE ALDEAMENTO: BAIXANDO A POEIRA, p.96**
- 4.1 Nasce uma aldeia, p.105**
- 4.2 Novos aldeamentos, p.114**
- 4.3 Conflitos no Rio Preto, p.117**
- 4.4 Valença, um aldeamento Luso-Brasileiro, p.120**
- 5. CAPÍTULO 4 – O DESENVOLVIMENTO DE VALENÇA, p.126**
- 5.1 O primeiro período: anos Coroados, p.126**
- 5.2 As vias de penetração para o sertão de Valença, p.135**
- 5.3 Os livros de batismos e óbitos (primeiro período), p.140**
- 5.4 O segundo período: A inversão demográfica, p.162**
- 5.5 A construção do desaparecimento político dos Coroados, p.172**
- 5.6 Os livros de batismos e óbitos (segundo período), p.178**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS - LEVANTA, SACODE A POEIRA E DA VOLTA
POR CIMA, p.198**
- 7.BIBLIOGRAFIA, p.209**
- 7.1 Fontes Primárias, p. 209**
- 7.1.1 Manuscritos, p.209**
- 7.1.2 Fontes impressas, p.213**
- 7.2 Bibliografia geral, p. 215**
- 7.3 Internet, p. 228**

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere no esforço que vem sendo desenvolvido nacionalmente, desde o início dos anos 90, a partir do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, da Universidade de São Paulo, sobre o papel desempenhado pelos povos indígenas na História Nacional, apontando para uma revisão na historiografia no que se refere a esses povos.

São frutos desses esforços de pesquisa publicações como o “Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros” e “Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro”, que deram aos pesquisadores instrumentos de pesquisa capazes de facilitar o acesso a um conjunto de informações de fontes documentais escritas, iconográficas e orais.

Partimos desses instrumentos para podermos não apenas recuperar um pedaço da história local dos índios Coroados de Valença, perdida na poeira dos arquivos, mas também resgatar uma dívida pela exclusão dessas populações da história e apontarmos para a necessidade de lutarmos por uma sociedade democrática, plural e multi-étnica, na qual as diferenças raciais, culturais, econômicas não se tornem desigualdade e exclusão.

O nosso objetivo é contribuir para uma avaliação das políticas indigenistas do final do século XVIII até meados do período Regencial, observando a sua prática exercida pelos agentes locais do Estado no Vale do Paraíba, além de avaliar qual foi o impacto da expansão da fronteira social luso-brasileira, e depois brasileira, principalmente após a instalação da lavoura cafeeira, no desaparecimento político dos índios Coroados de Valença.

Esse impacto sobre a população Coroada foi medido através dos registros de batismos e de óbitos existentes na Igreja de Nossa Senhora da Glória de Valença. A comparação dos registros indígenas com o restante da população deu condições de acompanhar o processo de evolução do contato entre a sociedade luso-brasileira e as sociedades indígenas do local.

Nosso recorte temporal vai de 1788, quando ocorrem expedições punitivas contra os Coroados que aparecem na região da Freguesia Sacra Família do Tinguá, até 1836, quando, pela Lei Provincial de n. 34, os terrenos antes pertencentes aos índios Coroados passam para a Câmara da Vila de Valença.

Para entendermos as políticas indígenas desse período, trabalharemos analisando a aplicação dos principais instrumentos legais do período: o Alvará de três de maio de 1757 (conhecido como Diretório Pombalino); a Carta Régia de doze de maio de 1798 (que aboliu o Diretório de Pombal, retomou o conceito de guerras defensivas, transformou o índio em órfão e permitiu o estabelecimento de brancos em terras indígenas) e a Lei de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional que determinava que as províncias, através das Assembléias Legislativas e seus governos definissem sobre as políticas de catequese e civilização dos índios).

A nossa dissertação verifica como esses instrumentos jurídicos foram apropriados pelos agentes do poder local; como os movimentos indígenas responderam a cada momento desse processo, inseridos dentro da correlação de forças políticas da região, além de analisar os aspectos particulares da política local de aldeamento e controle da mobilidade dos Coroados.

O debate político e as ações referentes à construção do Império Luso-Brasileiro, incentivado por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, vão levar à discussão sobre o papel dos

povos indígenas nesse modelo¹, e essa atmosfera influenciou a iniciativa de José Rodrigues Cruz na civilização dos Coroados, na região próxima a sua fazenda de Pau-Grande. A influência da ilustração portuguesa chegou aos sertões de Valença através da iniciativa particular desse fazendeiro.

As conjunturas internacionais do período estudado acabaram gerando grandes mudanças: as repercussões das Revoluções Americana, Haitiana, Francesa e das Guerras Napoleônicas levaram à crise do Antigo Regime (externa e interna), demandando a criação de sucessivas soluções do Império Português para o território brasileiro (mudança da Corte, criação do Reino Unido, etc.) que não impediram o processo de ruptura e independência.

O rebatimento dessas conjunturas no Vale do Paraíba pode ser notado através de vários aspectos que afetaram o cotidiano dos Coroados: o recrutamento forçado para trabalhar no Arsenal de Marinha; a apropriação de grandes parcelas territoriais de Valença, por nobres e burocratas da Corte; a circulação de viajantes e cientistas; etc.

O início do Império e o período Regencial não representarão a criação de novas políticas indígenas, apesar das propostas apresentadas à Constituinte, por isso mesmo, terão grande influência as forças locais na definição de rumos que afetaram os Coroados de Valença.

O nosso recorte espacial vai trabalhar com diferentes escalas ao longo do tempo (da menor escala geográfica – maior área, para a maior escala geográfica – menor área), pois distinguimos diferentes períodos de ocupação, diferentes modos de produção da vida, que

¹ Neste contexto estão o “*Plano de civilização dos índios do Brasil*”, escrito em 1794, de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, código 3,1,29) e também os textos de Manuel Martins de Couto Reis: *Descrição Geographica, Pulitica e Cronographica do Distrito dos Campos de Goitacaz*, de 1785, publicado pelo Arquivo Público do RJ, e o ofício “contendo considerações sobre os meios mais favoráveis à civilização dos índios que ocupavam as margens do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes...”, de 1799 (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, código 7,4,10).

exigem diferentes territórios, portanto impossibilitando a utilização de uma única escala.

Assim propomos diferentes abrangências territoriais (escalas) ao longo do estudo:

- A) Fins do Século XVIII – Toda a região que se estende do atual município de Resende até Cantagalo, incluindo as regiões do Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Região Serrana, onde os Coroados transitavam pelo Rio Paraíba e seus afluentes, vivendo dentro do seu universo cultural próprio e seu modo de vida peculiar. A expansão da fronteira agrícola, pela dinamização do mercado interno, na região Sudeste, levou ao confronto dos novos ocupantes da região com os povos indígenas que viviam na área.
- B) Início do Século XIX até 1823 – Região de Valença abrange Paraíba do Sul, incluindo Barra do Piraí e parte de Vassouras. A partir do aldeamento em Valença, ocorrem mudanças no modo de vida dos Coroados. Da fundação da aldeia até a fundação da vila (1823), a importância da população Coroada vai declinando;
- C) De 1815 a 1836 – Diminuição do território de Valença com a fundação das vilas de Vassouras e de Paraíba do Sul. O “desaparecimento político” da população Coroada dentro da população de Valença e regiões adjacentes, o seu declínio demográfico e o avanço do processo de destribalização.

A cada período percebe-se uma mudança na densidade demográfica de populações de não-índios, pelo aumento de freguesias e vilas fundadas na região e pelo rápido desaparecimento ou perda de importância dos povos indígenas na composição da população da região, por conta de epidemias, violências e migrações.

Podemos distinguir dois períodos econômicos no corte temporal que fizemos: um primeiro que vem dos fins do século XVIII até os dois primeiros decênios do século XX, em que a decadência da mineração não provoca uma depressão econômica geral em toda a região Sudeste, pois, de acordo com a análise feita por João Fragoso², o que ocorre é que as unidades produtivas exportadoras (sejam mineiras e agrícolas) conhecem dificuldades, mas os setores produtivos ligados ao mercado interno ganham peso na região, fazendo uma expansão contínua da fronteira agrícola e aumento do mercado interno, nesse período.

O segundo período ocorre quando a crise do setor agro-exportador se reverte, a partir do final do segundo decênio, quando o café transforma a economia nacional e a paisagem, rasgando a floresta, conquistando o Vale do Paraíba num ritmo acelerado, fundando vilas e povoados, que implicarão um impacto acentuado aos povos indígenas fluminenses.

A temática indígena tem sido pouco tratada, dado que a postura majoritária dentro da historiografia brasileira, em relação aos povos indígenas, continua sendo a mesma desde Varnhagen³, que, além de eurocêntrica (extremamente preconceituosa com os povos indígenas, em geral), não dava importância devida a eles dentro do processo de colonização e praticamente confinava sua participação aos dois séculos iniciais, ignorando a sua presença ativa, nos séculos posteriores, com exceção da Região Norte.

Na década de 90, do século XX, o tema indígena reapareceu, com renovado interesse, através de trabalhos de historiadores, antropólogos, ecologistas e jornalistas, que a partir de diferentes ângulos têm se debruçado sobre a história indígena. Esse

² FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956. Tomo I-V.

ressurgimento está relacionado à superação da postura pessimista dos anos 50, dada através da reversão das expectativas demográficas de vários povos indígenas, bem como a luta e a organização deles em prol de seus direitos.

Em vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas, etc.) apareceram trabalhos que procuraram dar conta do papel do trabalho indígena, da catequese dos índios, da situação de aldeamento, do universo simbólico, em diversos momentos da História.

John Monteiro⁴ vai demonstrar a articulação entre as bandeiras e a produção agrícola paulista, na medida em que era a mão de obra escrava indígena, proveniente dos apresamentos, descimentos e guerras feitos pelos bandeirantes, que sustentava a produção agrícola paulista, e sem ela isso não seria possível.

Manuela Carneiro⁵ vai discutir a inserção do índio na sociedade brasileira, do século XIX, em construção, na qual o eixo da questão indígena passa da importância do trabalho para a liberação da terra indígena, para a expansão agrícola.

Marta Amoroso⁶ analisa os processos de catequese e evasão do aldeamento constituído no século XIX, na área de avanço da fronteira agrícola do Paraná.

No Rio de Janeiro, os trabalhos de José Ribamar Bessa Freire⁷, na coordenação do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, e de Márcia Malheiros foram fundamentais para lançar a luz na história indígena escondida nos arquivos.

⁴ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC-PMSP, 1992.

⁶ AMOROSO, Marta Rosa. Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da USP, 1998.

⁷ FREIRE, José Ribamar (coord.). *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ. Vol. I – 1995, Vol. II – 1996.

Os aldeamentos litorâneos, constituídos pelos jesuítas, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, vão ser o objeto da dissertação de Malheiros⁸, que investigou a sua trajetória desde a saída dos jesuítas até o seu desaparecimento no final do século XIX. A sua tese observa os “índios aldeados do Rio de Janeiro como grupos sociais que filtravam sob categorias próprias a intervenção da sociedade envolvente (colonial e nacional), constituindo dessa forma, ‘comunidades’ que se diferenciavam das populações regionais, através da origem indígena”.

No Norte Fluminense, o trabalho de Clara Emilia Monteiro de Barros⁹ focaliza o Aldeamento de São Fidélis, sob o aspecto simbólico, verificando o ordenamento físico do aldeamento e a iconografia produzida sobre ele.

Na região do Médio Paraíba não temos trabalhos recentes, somente o clássico de Joaquim Norberto de Sousa e Silva: *Memória Histórica e Documentada das Aldeas de Índios da Província do Rio de Janeiro*. Que saiu na Revista do IHGB, tomo XVII, de 1854. Além deste foram produzidos alguns livros sobre a História de Valença, na primeira metade do século XX.

Ao pretender focar os índios do Médio Paraíba, este trabalho visa investigar uma área e um povo pouco estudado, que no início do século XIX é aldeado, a partir de uma iniciativa particular, com aval estatal, fato singular em relação aos aldeamentos do nosso Estado.

1.1 Referências teóricas

⁸ MALHEIROS, Márcia. “Índios misturados”: identidade e desterritorialização no século XIX. Dissertação de mestrado apresentada ao ICHF da UFF, 2001.

⁹ BARROS, Clara E. Monteiro de. Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

As hipóteses que propomos investigar nesta dissertação são as seguintes:

A) A questão indígena no Rio de Janeiro, no século XIX, é subordinada à lógica do problema da terra, de uma maneira geral, mas deve-se atentar para as particularidades dos processos e seus ritmos locais, como é o caso de Valença.

B) Nesta área, a questão aparecerá como decorrente do processo de expansão da fronteira agrícola, que num primeiro momento era impulsionada pelo crescimento do setor ligado ao mercado interno (que incorpora esporadicamente o trabalho indígena), dentro do modo de produção escravista colonial, e, posteriormente, pelo setor agro-exportador cafeeiro (estruturado no trabalho escravo), que será a “pá de cal” no espaço indígena dos Coroados. Levando-os para a situação de aldeamento, posteriormente, a destribalização, desterritorialização e desaparecimento etno-político.

C) A política indígena teve variações na sua aplicação (brandura x terror) conduzidas pelos agentes locais, que resultaram em diferentes momentos e reflexos demográficos para os Coroados.

As principais referências e os conceitos teóricos que trabalhamos para procurar investigar estas hipóteses estão divididos dentro de dois eixos principais que se articulam para dar conta, de forma eficaz, do tema:

1 – HISTÓRIA POLÍTICA: A discussão sobre a política indígena desenvolvida no período é fundamental para o entendimento dos eventos que ocorreram no aldeamento dos Coroados de Nossa Senhora da Glória de Valença.

Nos inspiramos nas reflexões de Manuela Carneiro Cunha¹⁰ sobre a política indígena do século XIX, que leva a marca das contradições específicas de ter tido regimes políticos diferenciados (colônia, império e república) e áreas geográficas bem distintas, para podermos pensar sobre o significado do Aldeamento naquele momento:

A política indigenista do período leva a marca de todas essas disparidades. mas para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo. A mão-de-obra só é ainda fundamental como uma alternativa local e transitória diante de novas oportunidades (p. 133).

A particularidade do aldeamento da região de Valença é que de área de fronteira agrícola, e, portanto, com a utilização da mão-de-obra indígena para desbravamento de terrenos e outros serviços agrícolas, passa, em 30 anos, para área dinâmica da produção cafeeira, articulada ao comércio internacional, que necessita de terras para a expansão da produção e, por isso, usurpa as terras doadas aos índios, além daquelas que foram “liberadas” com o aldeamento, e introduz a mão-de-obra escrava, em larga escala.

A velocidade da mudança é traduzida nos tipos de conflitos em que se envolvem os índios Coroados de Valença: promovendo correrias, fugindo de recrutamento forçado,

¹⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Políticas indigenista no século XIX”. In: ____ (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

participando de disputa entre fazendeiros, lutando contra a usurpação da sesmaria da Aldeia, aliando-se a quilombolas, etc.

A perda progressiva das suas terras e a diminuição progressiva da sua participação como mão-de-obra agrícola leva a um “desaparecimento da questão indígena”, na região, já na década de 30. O que significa isso?

O fato de terem “desaparecido” dos documentos oficiais é suficiente para atestar a sua extinção? Para dar conta desse problema não se pode esquecer, em primeiro lugar, do debate que se desenvolvia desde o século XVIII e que ganha dramaticidade no século XIX: como se deveria tratar os índios: com brandura ou ferocidade? Dessa questão derivava outra: seriam eles humanos ou animais? Essas discussões teóricas acarretavam conseqüências práticas: a possibilidade ou não de se civilizarem, isto é, de serem incorporados à nação, virarem caboclos (civilizados ou catequisados), de não serem mais considerados índios pela sociedade envolvente.

As categorias destribalizados, caboclos e bravos apontados no trabalho de José Bessa Freire e Márcia F. Malheiros¹¹, serão trabalhadas na nossa dissertação para dar conta das diversas situações enfrentadas pelos Coroados.

O conceito de civilização utilizado em nosso trabalho é o indicado por Elias¹²: “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”.

¹¹ FREIRE, José Ribamar & Malheiros, Márcia. *Os aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Programa de Estudos dos Povos Indígenas. Departamento de Extensão. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1997.

¹² ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. Vol.1, p.23.

Cabe aqui a advertência de Elias sobre o fato de que o significado de Civilização não é o mesmo para as diferentes nações européias, particularmente entre franceses e ingleses de um lado e alemães de outro. Essa advertência será levada em conta quando da utilização como fonte dos relatos dos viajantes sobre os Coroados.

No século XVIII, a sociedade luso-brasileira já estava bastante complexa, do lado de cá do Oceano, e “compunha um campo político fragmentado e eivado de profundas discordâncias quanto à maneira de se relacionar não só com os índios, mas também entre si”¹³, o que levou a uma intervenção do governo português, de forma autoritária, com intuito de resolver essas discordâncias e também os problemas geopolíticos mais cadentes relativos à definição das fronteiras sul-americanas com o Império Espanhol: o processo de expulsão dos jesuítas, a criação da política indigenista controlada diretamente pelo Estado metropolitano (expressa no Diretório Pombalino), o aumento do controle político-militar sobre a Colônia, a criação de Companhias de Comércio para reforçar o controle sobre a circulação das mercadorias são exemplos dessa orientação.

A preocupação nessa fase passa a ser a de integrar o índio à sociedade luso-brasileira, o discurso que antes era converter e catequizar, passa a ser civilizar e catequizar, com ênfase no primeiro aspecto.

Com a saída de Pombal e com as mudanças políticas decorrentes, entre elas a revogação do Diretório, volta-se a discutir o destino dos povos indígenas: uma série de memórias, planos de civilização e ofícios são produzidos com o intuito de sugerir, ao Estado, políticas indigenistas a serem seguidas em substituição às contidas no Diretório. Esse debate prossegue no Império, com a proposta de José Bonifácio à Constituinte, com as

¹³ ALEGRE, Maria Sylvia Porto. www.biblio.ufpe.br/libvirt/revista/ethonos/p.alegre.htm , p. 2.

avaliações e recomendações de vários cientistas e viajantes estrangeiros (Von Martius, Saint-Hilaire, Eschewge, etc.) e passando pelo debate dentro do IHGB.

Podemos avaliar que a legislação, bem como a sua aplicação, até a edição, em 1845, do “Regulamento acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios” é “flutuante, pontual e, como era de se esperar, em larga medida subsidiária de uma política de terras”.¹⁴

O reflexo da política indígena, do início do século XIX, na região de Valença foi a usurpação da terra do aldeamento, que foi apropriado pela Municipalidade, em 1836, pois não reconheciam mais a presença de índios na sede do município. Esse desaparecimento dos Coroados não é físico (extinção) e sim político (não se tem mais reivindicações coletivas dos Coroados) e étnico (não são reconhecidos como índios os que vivem na sede do município, e sim como caboclos, isto é, índios civilizados).

2 – ECONOMIA FLUMINENSE NOS SÉCULOS XVIII / XIX – O segundo eixo do nosso trabalho refere-se às características da dinâmica econômica da região no final do século XVIII até os anos 30 do século seguinte. Concordamos com as opiniões de João Fragoso em seu trabalho “*Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*”, no qual chama a atenção para as particularidades do Vale do Paraíba nesse período: como num período caracterizado como recessivo para a economia mundial (a partir de 1815 até o início da década de 50) se inicia a “montagem de um sistema agrário escravista-exportador na fronteira”? Isso só seria possível “em razão de uma ampla acumulação, previamente existente”. Como surge essa acumulação?

¹⁴ CUNHA, M.C. 1992, p.138.

Os modelos de Roberto Simonsen, Celso Furtado ou mesmo Jacob Gorender¹⁵ não conseguem explicar essa acumulação, pois ignoraram ou menosprezaram o dinamismo do mercado interno nesse período.

Os trabalhos de Maria Yeda Linhares, de Francisco Carlos e Alcir Lenharo¹⁶, entre outros, chamam a atenção para a necessidade de desenvolvimento de estudos regionais que melhorassem a compreensão sobre economia, pois era muito mais complexa do que aquela que os modelos até então apontavam e que o mercado interno dava condições para processos de acumulação endógenas, que explicariam o rápido desenvolvimento das áreas de fronteira agrícola do Vale do Paraíba Fluminense.

O trabalho de Fragoso vai identificar esse processo de acumulação endógena, que caracterizaria uma dinâmica interna dentro da economia colonial.

A montagem da cultura cafeeira no Vale do Paraíba acontece num período recessivo da economia mundial demonstrando que a economia colonial não se reduzia ao *plantation* escravista, subordinado ao contexto das conjunturas internacionais, sendo mais complexo.

Na verdade, ocorre uma transformação de parcela da acumulação mercantil endógena em produção agrícola, através da participação de diversos comerciantes e traficantes de escravos da praça do Rio de Janeiro na aquisição de terras em Valença e na montagem de fazendas de café, ou na participação da ampliação da produção açucareira de Campos.

¹⁵ LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 116-117.

¹⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808 – 1842)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, Div. Editoração, 1993.

O conceito de arcaísmo proposto por Fragoso como “um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais”¹⁷ ajuda no entendimento de que o capital mercantil metropolitano preocupava-se em apenas apropriar o resultado final da atividade econômica colonial – o sobretrabalho dos escravos contido no fluxo comercial entre a Colônia e Portugal e o fato de não se constituir numa burguesia mercantil forte, o que forjou as brechas necessárias para a economia colonial adquirir um certo grau de autonomia.

Essa possibilidade de uma maior autonomia permite a montagem de uma economia colonial tardia, aqui entendida como:

um período de consolidação de novas formas de acumulação econômica do Sudeste-Sul escravista, formas essas coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica. A elite, nesse caso, seria constituída pela comunidade de comerciantes de grosso trato residente na praça mercantil do Rio de Janeiro.¹⁸

A mineração levou à estruturação de uma agricultura de alimentos para fornecer maciças provisões de víveres para os mineiros, levando à criação, no Sul-Sudeste, de áreas de abastecimento interno.

Minas Gerais e outras regiões auríferas, após o declínio da atividade mineira, estruturaram um mercado interno que deu sustentação ao crescimento populacional do

¹⁷ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p53.

Sudeste, com a produção e circulação de produtos agrícolas usados na troca mercantil (farinha de mandioca, cachaça, fumo, toucinho, charque, etc.) intercolonial e atlântica.

O aumento do mercado interno acarretou a expansão da fronteira agrícola, com ocupação de novas áreas, no Vale do Paraíba, que levou ao confronto de dois modos de produzir a vida: da sociedade escravista com a dos Coroados.

O conceito de fronteira que utilizamos é o proposto por Costa¹⁹ e está intimamente relacionado ao modo de produzir a vida e seus limites são socialmente construídos. Cada sociedade trabalha a sua relação com o espaço de forma diferenciada.

Quando falamos de fronteira não se trata apenas da expansão de uma fronteira agrícola e sim do limite entre duas sociedades na qual uma se expressa de uma forma diferente da outra, nos territórios que exercem o seu modo de produção da vida.

È com conceito de modo de produção da vida proposto por Hobsbawn que trabalhamos para refletir os acontecimentos da região e ele significa o “agregado das relações produtivas que constituem a estrutura econômica de uma sociedade e formam o modo de produção dos meios materiais de existência”.²⁰

A relação entre diferentes modos de produção da vida (da sociedade colonial e dos povos indígenas) pode levar a transformações derivadas “da conjunção e interação de sociedades distintamente estruturadas. Nesse sentido, todo desenvolvimento é desenvolvimento misto”.²¹

¹⁸ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.85.

¹⁹ COSTA, Wanderley M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 18.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 179.

²¹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181.

No caso do Vale do Paraíba, o processo produziu a desestruturação e destruição do modo de vida Coroadado, com impactos demográficos sobre essas populações.

A incorporação forçada dos povos indígenas foi, em geral, traumática, mas diferenciada no espaço e tempo: enquanto na região de Resende o uso da força e do terror (usando até roupas usadas de pessoas com peste – uma verdadeira guerra “bacteriológica”) foi determinante para sujeição, já na área de Valença temos as relações amistosas e a prática do escambo como formas principais de aproximação visando à formação do Aldeamento.

Outro aspecto refere-se às formas do trabalho indígena na fronteira, que a princípio se deu através de uma série de relações e formas de trabalho não-capitalista: escambo, trabalho gratuito, trabalho forçado (recrutamento para a Marinha) e trabalho escravo, bem como, a incorporação como camponês pobre (em menor escala) na economia local.

A partir dos eixos acima é que pretendemos estruturar a nossa dissertação.

1.2 Métodos, técnicas e fontes de pesquisa

A observação do impacto demográfico ocasionado pela expansão da fronteira social sobre os Coroados foi feita através dos registros paroquiais encontrados na Paróquia de Nossa Senhora da Glória (livros de batismos e óbitos), em Valença. Esses registros indicam os batizados indígenas ocorridos no período de 1809-1836 e os óbitos de 1807-1830. Os registros de batismos apresentam uma interrupção, por extravio, que vai do ano de 1817-1821, os de óbitos também no período de 1831-1836.

Utilizando as técnicas sugeridas por Marcílio²², fizemos o fichamento dos registros e montamos um banco de dados sobre os povos indígenas da região com o objetivo de estabelecer percentuais de mortalidade e fecundidade específicas e comparamos com os outros segmentos da população. Com esses dados também verificamos as relações de apadrinhamento dos índios com a sociedade luso-brasileira, avaliamos as causas dos óbitos nas diferentes categorias e também o grau de assimilação religiosa dos silvícolas.

Para fins de comparação, trabalhamos com três categorias: índios, livres não-índios e escravos. Consideramos índios todos que aparecem como tais nos registros e também filhos de mãe ou pai índios, mesmo que casados com não índios. A categoria livres não-índios incluiu todos os que aparecem nos registros como brancos, pardos, cabras ou negros livres, já a categoria escravo agrupa todos que aparecem nesta condição nos registros.

Outros dados demográficos foram conseguidos através de várias fontes como: os relatórios dos presidentes de província, relatos de viajantes, escritores, ofícios diversos e censos demográficos (1872 e 1890).

Sabemos das limitações nos levantamentos censitários dos séculos XVIII e XIX, e também dos sub-registros de nascimentos e principalmente de óbitos indígenas, objeto inclusive de uma observação pertinente de Eschewge.²³ Os dados por nós obtidos para a região também apresentam essas limitações.

Para o levantamento das características etnográficas dos Coroados, serviram de fonte os relatos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, que estabeleceram contato com esse

²² MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Demografia Histórica. Orientações Técnicas e Metodológicas*. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1977.

²³ ESCHWEGE, Guilherme, Barão de. *Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais*. Biblioteca Nacional, código 5,4,5.

povo, como: Saint-Hilare, Couto Reys, Debret, Walsh, Spix e Martius, Eschewge, entre outros.

Os relatos dos viajantes também foram utilizados para compreender o desenvolvimento econômico local, na medida em que passaram pela região em diferentes épocas, descrevendo as mudanças na paisagem.

Além desses relatos, utilizamos também como fontes diversas memórias produzidas nos séculos XVIII e XIX, tanto sobre os povos indígenas quanto sobre as políticas indígenas, das quais cabe destacar Joaquim Norberto de Sousa e Silva com a sua *Memória histórica e documentada das Aldêas de Índios da Província do Rio de Janeiro*, pela grande massa documental sobre os Coroados, e *Memórias da Missão de São Fidélis*²⁴, utilizado para entender o comportamento dos Coroados de Valença, através dos seus parentes de São Fidelis.

Os conjuntos documentais relativos às diversas correspondências (ofícios, provisões, relatórios, cartas, requerimentos, certidões, atas, etc.) entre os vários órgãos do Estado Português e, posteriormente, do Estado Brasileiro com diversos atores políticos, existentes nos Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Público Estadual ajudaram a identificar o comportamento dos agentes políticos no processo de desestruturação dos índios Coroados, os diversos conflitos resultantes, as políticas de aliança, os agentes econômicos e o processo de ocupação do território.

A produção de diversos tipos de mapas, em diversas escalas, com o objetivo de representar as diversas relações sociais (circulação de bens e pessoas, evolução do controle administrativo, partilha territorial, mapeamento de conflitos, etc.), baseados na

²⁴ Diário dos Missionários da Missão Capuchinha de 1781-1831. Memórias de São Fidelis. Manuscrito deixado pelos fundadores de São Fidelis, do Arquivo do Convento de São Sebastião.

documentação cartográfica existente na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no IHGB, entre outros visa refletir a espacialização dos fenômenos históricos, tão pouco explorada.

2. CAPÍTULO 1

ANOS DE CORRERIAS¹: LEVANTANDO A POEIRA

Ao deixar o Vice-Reino do Brasil para o seu sucessor, Luiz de Vasconcelos e Sousa fez uma avaliação sobre a situação dos índios do distrito de Paraíba Nova, onde ao seu ver:

foi necessário practicar-se outra differente providencia pelas irrupções que faziam n'aquelles districtos, assolando as fazendas circuvizinhas, furtando os seus effeitos, apresentando-se armados em figura de guerra, atacando e matando a todos os que lhe cahiam infelizmente nas mãos, de modo que a maior parte dos fazendeiros que tinham os seus estabelecimentos do lado septentrional do rio, os abandonaram inteiramente, por não serem suas forças capazes de lhes fazer a menor resistência, abrindo com este terror um seguro passo para os índios passarem, ao lado opposto, em que foram continuando as suas hostilidades. Foi necessário reprimi-las com maior vigor, antes que se fizessem mais prejudiciaes: e nesta consideração expedi d'aqui o Sargento-mor Joaquim Xavier Curado, para se por a testa d'aquelles moradores salva-los de tantas oppressoes, e restabelecer a paz e tranqüillidade, de que se achavam privados, recommendando-lhe a prudência e moderação com que devia precaver todo o rompimento, assim como a dilligencia e intrepidez, com que se fazia necessário rechachar estes bárbaros, no caso de se não sujeitarem. Comportou-se muito bem este official em todas as referidas circunstancias, formando um corpo d'aquelles moradores, com que se fez respeitado em muitas e repetidas occasioes e logares em que se practicaram aquellas irrupções; e sem fazer estrago, por ter recorrido aos meios só capazes de os aterrar, sempre conseguiu

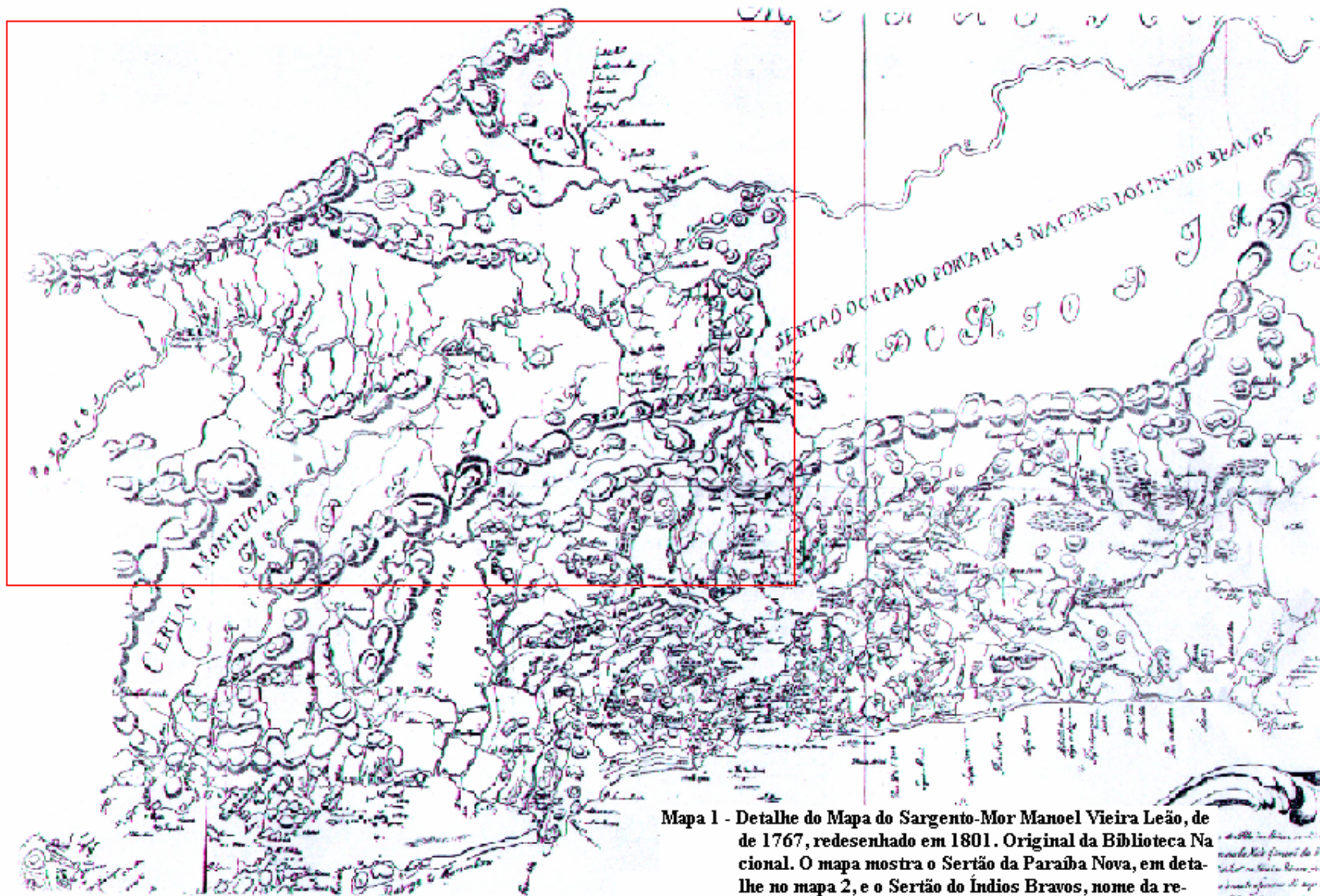
¹ Correrias – eram como os portugueses chamavam os confrontos com as sociedades indígenas

afungentar os rebeldes fora do sertão circumvisinho², aonde não tem apparecido, e congregar outros dispersos, que não duvidaram formar uma nova aldeia no logar da sua antiga habitação, chamado Minhocal, em que presentemente se tem conservado debaixo da direção e ensino do Vigário d'aquelle freguesia o Padre Henrique Joze de Carvalho, que com o seu louvável zelo se tem empregado nesta obra tão bem principiada e tão própria do seu ministério. Presentemente não tem rendimentos próprios para a subsistência dos Índios, por serem estes soccorridos a expensa dos moradores, em quanto se não estabelecem melhor nos terrenos, que lhe foram marcados para fazerem e adiantarem as suas plantações ficando com tudo a segurança d'aquelle districto entregue ao capitao de ordenanças, que tem algumas possibilidades para vigiar sobre estes bárbaros que com a mesma facilidade com que suspenderam as suas empresas, podem outra vez tomar a resolução de commetterem outras semelhantes hostilidades, que iam sendo funnestissimas a todos aquelles moradores de Parahyba Nova.(**grifos nossos**)³

Abrangia a Região de Paraíba Nova a área da Freguesia de Campo Alegre até a de Paraíba do Sul, incluindo as áreas ao norte da Freguesia de Conceição do Alferes e de Sacra Família do Tinguá (**Mapas 1 e 2**).

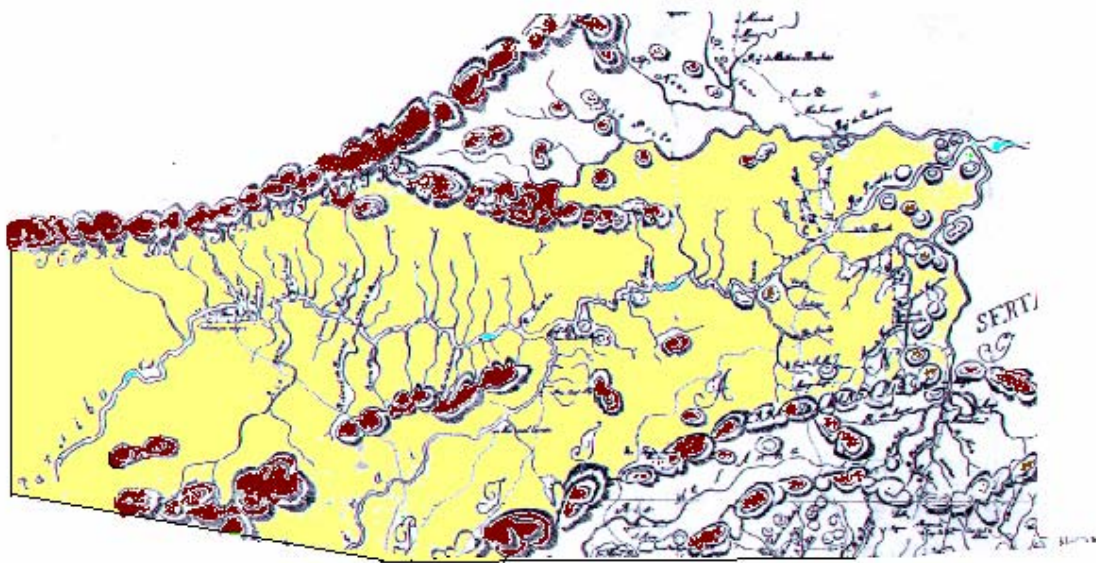
² Entre os meios usados “capazes de os aterrar” o de maior estrago foi, sem dúvida, deixar roupas contaminadas com varíola nas áreas por onde passavam os Puris, o que resultou em cadáveres boiando, cotidianamente, pelo Rio Paraíba. (SOUZA, Joaquim Norberto Silva. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)*. vol. 17, 1854. p. 243-244).

³ VASCONCELOS, Luiz de. “Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 47, 1884.



Mapa 1 - Detalhe do Mapa do Sargento-Mor Manoel Vieira Leão, de 1767, redesenhado em 1801. Original da Biblioteca Nacional. O mapa mostra o Sertão da Paraíba Nova, em detalhe no mapa 2, e o Sertão do Índios Bravos, nome da região de Cantagalo, naquela época.

Mapa do Sertão da Paraíba Nova, em detalhe no mapa 2, e o Sertão do Índios Bravos, nome da região de Cantagalo, naquela época.



- Região da Paraíba Nova e áreas adjacentes pertencentes as Freguesias situadas Serra Acima.
- Maciços Montanhosos

Mapa 2 - Detalhe do Mapa do Sargento-Mor Manoel Vieira Leão, de 1767, redenhado em 1801, existente na Biblioteca Nacional. Adaptado da Cópia do Mapa feita por F. Mesquita, para o livro *Kilometro Zero*, de Moacir Silva.

Fonte: Silva, Moacir. *Kilometro Zero*. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica São Benedito. 1934.

Em 1788, dois anos antes do relatório do Vice-Rei, o então Alferes das Ordenanças da Freguesia de N.S. da Conceição dos Alferes, Ignácio de Sousa Werneck foi encarregado de

de diligências no Districto de Sacra Família e em outros circumvisinhos, onde os Índios estavam fazendo depredações, e o mesmo Vice-Rei ordenava que passasse aquelles Districtos a tomar conhecimento dos lugares onde se devia postar alguma guarda, que embaraçasse aquelles selvagens, e , ao mesmo tempo, procurasse pacificar os espíritos dos moradores; servindo-se ,para esse fim, da Companhia de Ordenanças de que era Mestre de Campo Ignacio de Andrade Sotto-Maior Rondon, dando também quaesquer outras providências que achasse mais convenientes assim a esse respeito, como igualmente para proteger a diligência de que se achava encarregado, por ordem da Real Junta, o Piloto Antonio Pinheiro.¹

Por que motivo, no final da década de 80, aumentaram as “correrias” na Região do Paraíba Nova?

O que levou ao aumento dos conflitos entre os moradores e os “gentios bravos” daquele sertão?

Quem eram esses índios?

São estas questões que procuraremos responder neste capítulo.

¹ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*. Fundo: Família Werneck: Notação Py 2.1: “Ignácio de Sousa Werneck. (Apontamentos biográficos)”, s/data.

2.1 Correrias: fronteiras em movimento, economia em crescimento.

O aumento de conflitos “Serra Acima” revela um choque de fronteiras, onde o sertão não é um espaço vazio e desconhecido a ser ocupado.

Os conflitos ocorriam nas áreas denominadas, em documentos e mapas, como “sertão dos índios bravos” ou “sertão dos índios”, apontando para uma disputa de fronteiras entre sociedades com modos diferentes de produzir a vida. A fronteira não é só uma fronteira agrícola, ela é uma fronteira social, e o seu controle foi disputado palmo a palmo, durante séculos, entre as sociedades indígenas e a sociedade luso-brasileira.

O conceito de fronteira utilizado no nosso trabalho está intimamente relacionado ao modo como as sociedades produzem a vida, sendo os seus limites socialmente construídos.

Concordamos com a caracterização de fronteira de Costa, para o qual em

qualquer tempo e lugar, os grupos sociais, desde os estágios primitivos até as modernas sociedades capitalistas industriais, por exemplo, estabelecem determinados modos de relação com o seu espaço; em outras palavras, valorizam-no a seu modo.

No interior desse processo, podemos identificar relações culturais com o espaço, em sentido estrito. Um grupo social primitivo, por exemplo, mesmo com uma “tênue” e provisória fixação num determinado espaço exprimirá, a partir dessa relação, uma série de manifestações: mitos, ritos, cultos, sacralizações, etc. Do mesmo modo, exprimirá, com seu trabalho e sua técnica, formas de apropriação e exploração desse espaço, marcando-o com as necessidades e o seu modo de produzir e, porque não dizer, impregnando-o assim com a sua cultura.

Nesse sentido, o seu espaço possui limites, cujo traçado não é constituído por linhas rígidas, mas zonas que se destinam a delimitar o espaço de recursos necessário à reprodução biológica e cultural desse grupo. O específico a reter, no nosso caso, entretanto, diz respeito ao fato de que esse grupo projeta sobre o espaço as suas necessidades, a organização para o trabalho e a cultura em geral, mas projeta igualmente as relações de poder que porventura se desenvolvam no seu interior.

Por isso, toda a sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder (grifos nossos)²

A fronteira deve ser entendida como um limite do espaço destinado à reprodução biológica e cultural de um determinado modo de vida, que, dependendo da sociedade, se expressa de forma mais fluida (terra dos antepassados, terra sem mal, etc.) ou mais rígidas (cercas e limites em geral), quando a nitidez do espaço político aumenta.

A propriedade privada, a propriedade fundiária como uma de suas formas, representa um marco nesse processo de nitidez do espaço político. A propriedade fundiária legalizada representa “uma institucionalização de determinada correlação de forças marcada pelo conflito”.³

A percepção das fronteiras na “Serra acima”, como limite entre sociedades, se expressa de forma diferenciada: fluida (valores simbólicos existentes na paisagem florestal) nas sociedades indígenas, mais rígida (marcos, cercas e porteiras) na sociedade luso-brasileira, cada uma no seu respectivo território sobre o qual exercem os seus modos de produções da vida.

² COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

A fronteira não é estática, ela é móvel, tanto entre as sociedades indígenas (redefinidas por guerras e alianças, e a pela mobilidade do seu modo de vida) e entre elas e a sociedade luso-brasileira.

A palavra “certão” ou “sertão”⁴, usada largamente pelas autoridades coloniais portuguesas e por viajantes, nos séculos XVIII/XIX, tem um conteúdo nítido na nossa região de estudo: ela significa “o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade”⁵, isto é, uma palavra que exprime claramente o conceito de fronteira que adotamos (em várias sesmarias doadas, nas proximidades da Aldeia de Valença, vem com a expressão “sertão dos índios”).

A distribuição de sesmarias no sertão dos índios, nos últimos decênios do século XVIII, indica a mobilidade das fronteiras e seria resultante do aumento de atividades econômicas e sociais, nas freguesias da “Serra Acima”.

Esse aumento de atividades está ligado ao crescimento do mercado interno no Sul-Sudeste.

Concordamos com as opiniões de João Fragoso, expostas no seu livro: “Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)”, no qual chama a atenção para as particularidades do Vale do Paraíba nesse período: como num período caracterizado como recessivo para a economia mundial (a partir de 1815 até o início da década de 50) se inicia a “montagem de um sistema agrário escravista-

³ IDEM, pág. 19.

⁴ “Sertão” ou “certão” seriam a corruptela de desertão, para alguns autores; segundo outros sua etimologia estaria ligada às palavras *desertum* (desertor) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). A partir do século XV, em Portugal, passou a indicar os espaços vastos, desconhecidos, distantes e de baixa densidade demográfica. No Brasil, foi usado com este e com outros significados. Para maiores discussões, ver AMADO, Janaina. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 8, n° 15 (jan-jun), 1995, pp. 145-151.

⁵ AMADO, Janaina. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 8, n° 15 (jan-jun), 1995, p. 149.

exportador na fronteira”? Isso só seria possível “em razão de uma ampla acumulação, previamente existente”. Como surge essa acumulação?

Os modelos explicativos até então existentes na historiografia brasileira não davam conta de explicar essa acumulação prévia: seja antiga teoria dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen; seja a proposta de Celso Furtado que analisa a unidade escravista a partir de seus componentes estruturais, mas enfatiza que “a economia escravista dependia em forma praticamente exclusiva da procura externa” (*apud* Linhares) e que justifica a expansão cafeeira pela desagregação da economia mineira, que liberou braços escravos (o que não se comprova, antes pelo contrário ela era grande consumidora de braços escravos) ou mesmo Jacob Gorender com “o modelo da plantagem bissegmentada em uma estrutura de economia natural, tal como propõe o historicismo alemão, e um setor da economia mercantil” (*apud* Linhares), no qual “a produção de alimentos só se explicaria pelas necessidades da plantagem, sendo incapaz de ter uma lógica própria, e repousaria sobre uma ‘naturalidade’ das exigências humanas, não participando do circuito de trocas”⁶.

No final dos anos 70 e início de 80, o debate sobre o mercado interno e a agricultura de subsistência ganha força. Os trabalhos de Maria Yeda Linhares, de Francisco Carlos e Alcir Lenharo, entre outros, mostraram que o desenvolvimento de estudos regional enriquecia a compreensão de que havia uma economia muito mais complexa do que aquela que os modelos até então apontavam e que o mercado interno dava condições para processos de acumulação endógenas, que explicariam o rápido desenvolvimento das áreas de fronteira agrícola do Vale do Paraíba Fluminense.

⁶ LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 116-117.

O trabalho de Fragoso, ao estudar a praça mercantil do Rio de Janeiro, vai identificar esse processo de acumulação endógena, que caracterizaria uma dinâmica interna dentro da economia colonial.

A economia colonial se demonstrava mais complexa do que a *plantation* escravista, subordinada ao contexto das conjunturas internacionais, dado que em pleno período recessivo da conjuntura internacional ocorre boa parte da montagem da cultura cafeeira do Vale do Paraíba e também o contínuo aumento da produção açucareira campista.

Essa montagem só foi possível porque houve a transformação de parcela da acumulação mercantil endógena em produção agrícola, o que pode ser constatado pela participação de diversos comerciantes e traficantes de escravos da praça do Rio de Janeiro na aquisição de terras em Valença, os futuros cafezais, ou na participação da ampliação da produção açucareira de Campos.

O conceito de arcaísmo entendido por Fragoso como “um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais” e no qual

a atividade comercial lusitana tinha por fim último a permanência de uma sociedade arcaica, não chegando a assumir os contornos revolucionários que desempenhava em outros países. Logo a esterilização de recursos apropriados na esfera colonial acabava por ser tão volumosa que a capacidade de financiar até mesmo as atividades essenciais à sua reprodução parasitária (navios, armazenamento, seguros, etc.) se tornava limitada⁷

⁷ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p 53.

ajuda a explicar por que o capital mercantil metropolitano preocupava-se em apenas apropriar o resultado final da atividade econômica colonial – o sobretrabalho dos escravos contido no fluxo comercial entre a Colônia e Portugal e o fato de não se constituir numa burguesia mercantil forte, o que forjou as brechas necessárias para a economia colonial adquirir um certo grau de autonomia.

Essa possibilidade de uma maior autonomia ganha corpo no século XVIII, quando a capacidade do capital mercantil português financiar o tráfico de braços escravos para a mineração e a agricultura demonstrou-se limitada, tanto que a Coroa liberou, a partir de 1758, o comércio de escravos para nativos do Brasil, fortalecendo os traficantes de escravos da praça do Rio de Janeiro, a elite dos comerciantes.

A montagem dessa economia colonial tardia, aqui entendida como:

um período de consolidação de novas formas de acumulação econômica do Sudeste-Sul escravista, formas essas coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica. A elite, nesse caso, seria constituída pela comunidade de comerciantes de grosso trato residente na praça mercantil do Rio de Janeiro.⁸

Ocorreu, segundo o modelo explicativo de Fragoso e Manolo, porque existiu a continuidade da agricultura extensiva,

⁸ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 85.

cuja reiteração temporal dependeria, sobretudo, da existência de uma oferta elástica de homens, terras e alimentos. Assim combinados, eles se adequariam *in totum* a um quadro geral caracterizado por baixos níveis de capitalização e técnicas agrícolas rudimentares. Contudo, assumindo que as terras constituíssem efetivamente em recursos abertos, verifica-se que alimentos e cativos se inseriam no processo de reprodução da agroexportação por meio do mercado. Em outras palavras: a estrutura de produção colonial gerava seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez viabiliza a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa.⁹(grifos nossos)

No texto acima, temos apenas uma divergência com os autores em relação à frase por nós grifada, pois ambos encaram a terra como disponível e sem embaraços, o que não era a realidade, na medida em que para avançar sobre o interior teriam que enfrentar sociedades indígenas pré-existentes, cuja conquista ou extermínio demandou tempo, dinheiro, apoio do Estado, bem como levou a derrotas e recuos. Considerar a terra como elástica e fazer tábua rasa da resistência indígena, que existiu em grande parte do atual território brasileiro, particularmente no Vale do Paraíba, do século XVIII/ XIX, é perpetuar uma negligência da historiografia com as sociedades indígenas.

O estudo da praça do Rio de Janeiro feito pelos autores demonstra que

a reprodução da economia colonial tardia se dava em meio a um mercado colonial e atlântico de natureza não-capitalista. A mão de obra cativa era produzida na África, por mecanismos não-econômicos, e tinha por fundamento a montagem e/ou consolidação

⁹ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização

de hierarquias sociais internas ao continente negro. Por estar calcada na violência, tal produção não capitalista – que se utilizavam do trabalho escravo, da peonagem, do camponês etc. -, geradoras de uma oferta de alimentos e de insumos básicos a baixos custos.

Homens e alimentos constituíam duas das principais variáveis do que aqui designamos mercado atlântico. Se a elas agregarmos a estratégia pragmática da Metrópole – cingida à apropriação dos resultados finais da exploração colonial -, estaremos diante das precondições fundamentais para a emergência e posterior hegemonia do capital mercantil da Colônia.

O quadro esboçado, ao afirmar-se em meio a frágil divisão social do trabalho, implicava uma débil circulação de numerário e bens, o que, por sua vez, redundava na rarefação dos mecanismos de crédito. Estava dado o contexto inicial para a preeminência do capital mercantil residente, que ao deter a liquidez do sistema, controlava os mecanismos de financiamento e, pois, a própria reprodução da economia. Acrescente-se, por fim que os baixos custos mediante os quais essa economia se reiterava ensejavam a esterilização de parcelas expressivas do sobretrabalho social – sob diversas formas (entesouramento, gastos conspícuos, etc.). Já se verá não ter sido gratuito que os grandes comerciantes (os negociantes de grosso trato) constituíssem a verdadeira elite colonial.

Uma economia assim estruturada, marcada pelo controle interno de fatores baratos de produção, desfrutava uma relativa autonomia em face as flutuações do mercado internacional.¹⁰

Brasileira, 2001, p. 54.

¹⁰ IDEM, pp. 54-56.

O desenvolvimento da atividade mineradora, no século XVIII, exige o suporte de uma agricultura de alimentos, pois era insustentável a importação de alimentos, dada as necessidades de fornecer maciças e imediatas provisões de víveres, levando à criação, no Sul-Sudeste, de áreas de abastecimento interno.

Essas áreas, após o declínio da atividade mineira, estruturaram um mercado interno que deu sustentação ao crescimento populacional do Sudeste, particularmente da cidade do Rio de Janeiro e a manutenção do tráfico de escravos, com a produção e circulação de produtos agrícolas usados na troca mercantil (farinha de mandioca, cachaça, fumo, toucinho, charque, etc.) intercolonial e atlântica.

A expansão da fronteira é fruto da ampliação desse mercado interno, levando à ocupação de novas áreas, no Vale do Paraíba, que acarretará o confronto de modos de produzir a vida: da sociedade escravista com a dos Coroados.

Os conflitos e correrias que ocorreram ao longo do século XVIII e XIX, em vários locais do Vale do Paraíba, envolvendo territórios das antigas Capitânicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro servem também como indicadores de áreas dinâmicas desse mercado do Sudeste e mostram a expansão da fronteira interna da sociedade luso-brasileira, como podemos observar no mapa. (**Mapa 3**)

O levantamento apresentado (**Mapa 3**) deve ser considerado um resultado bem parcial, em cima da bibliografia e dos arquivos consultados para a dissertação, não pretendendo ser exaustivo ou definitivo e sim um primeiro levantamento indicador de novas pesquisas que devem ser feitas em todos os arquivos e bibliografias pertinentes.

O que foi levantado demonstra as dificuldades do avanço da fronteira luso-brasileira no interior do Vale do Paraíba, no século XVIII, pela presença constante de sociedades indígenas que resistem as investidas de diversas formas: ora fazendo correrias, ora

aceitando o aldeamento imposto, ora recuando para a floresta, ora impondo o despovoamento dos luso-brasileiros.

Por isso não podemos concordar com aqueles que acham o território como um fator elástico, como se fosse um território vazio a ser ocupado.

As marcações em círculos vermelhos no mapa são apenas ilustrativas da ocorrência, não sendo a localização precisa do evento, dadas às dificuldades de reconstituir os locais pelas indicações imprecisas dos informantes.

A pesquisa se restringiu às sociedades Puris ou Purus, Coroados, Arari ou Ararizes e Caxaxenes ou Caxixunes, que viviam ao longo do Rio Paraíba.

Apesar do mapeamento se restringir ao século XVIII, principalmente a segunda metade do século, e somente com sociedades Puri e Coroado, o resultado aponta para as áreas onde houve crescimento das atividades econômicas, nos últimos 30 anos daquele século: ao longo dos Caminhos para Minas, no Caminho Novo de São Paulo e na Região de Campos.

Podemos reforçar essa argumentação observando a repartição territorial, através da distribuição de sesmarias, que ocorreu no entorno dos Caminhos para Minas (**Mapa 4**), no qual verificamos dois períodos distintos:

1. Logo que os caminhos são abertos, no primeiro quartel do século, são solicitadas sesmarias pelos seus construtores (Garcia Rodrigues Paes, seus familiares e conhecidos; Bernardo Proença e seus apoiadores) que ocupam algumas áreas efetivamente, mas deixando grandes vazios. Essas áreas serviram de apoio aos que comercializavam com as Minas Gerais, produzindo gêneros para o abastecimento da região mineira e principalmente de apoio aos tropeiros. E interessante observar que Garcia Paes terá conflitos com os Puris não só

quando fixa sua residência nas margens do Paraíba, mas no processo de construção da picada em direção ao Rio de Janeiro. A região do Registro do Paraíba durante o século XVIII foi constantemente fustigada.

2. No final do século XVIII e início do seguinte ocorrem novas repartições de sesmarias, indicando novo impulso na área, não mais pela mineração, mas sim pelo dinamismo do mercado interno, principalmente nas Freguesias de Sacra Família do Tinguá e Conceição do Alferes. Novamente veremos uma correspondência com o aumento de correrias, nesta região no final da década de 80, nos anos 90 (comparar com o **Mapa 3**).

Mapa 3 – Anexo – Relação de conflitos e correrias com sociedades indígenas Puris e Coroados.

Nº	ANO	EVENTO	FONTE
1	1768	Entrada na Serra da Mantiqueira para conquista dos índios bravos (Puris)	Reis, Paulo Pereira. O Índigena no Vale do Paraíba. p.96
2	1770	Entrada na Serra da Mantiqueira para conquista dos índios bravos (Puris)	Reis, Paulo Pereira. O Índigena no Vale do Paraíba. p.97
3	1771	Entrada na Serra da Mantiqueira para conquista índios bravos (Puris)	Reis, Paulo Pereira. O Índigena no Vale do Paraíba. p.97
4	1771	Entrada na Serra da Mantiqueira para conquista dos índios bravos (Puris)	Reis, Paulo Pereira. O Índigena no Vale do Paraíba. p.99
5	1772	Ataque dos Puris para furto das roças de Bento Francisco Simões e diligências punitivas do Alferes Manuel da Silva Caldas.	Reis, Paulo Pereira. O Índigena no Vale do Paraíba. p.100
6	1792	Assaltos dos índios bravos a Aldeia de São Luiz Beltrão, vindos de Minas Gerais. Instalação de Patrulha na região para dar combate as correrias dos índios bravos.	Silva, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica ... de Índios.p.501/502.
7	1791	Entrada do Capitão Henrique V.L.Magalhães contra o cacique Mariquita (Puri) que causava desassosiego na Aldeia de São Luiz Beltrão. Morte de Francisco Dias, na paragem chamada João Congo por flechada.	Silva, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica ... de Índios.p.500/501.
8	1775	Temor de ataques de Índios Puris na roça próxima ao Rio Bananal de José Correia Leme Marzagão.	Reis, Paulo Pereira. O Índigena no Vale do Paraíba. p.100
9	1789	Ataques as fazendas do lado setentrional do Paraíba levando ao abandono delas, na região da freguesia N.S.Conceição de Campo Alegre(Índios Puris).	Souza, Luiz de Vasconcelos e. RIHGB n.14. pp.37 e 38.
10	1775	Solicitação da redução do gentio bravo da barra do Rio Bananal até o Ribeiro chamado Barra Mansa	Reis, Paulo Pereira. O Índigena no Vale do Paraíba. p.100
11	1798	Ataques de índios Ararizes e Caxaxenes as fazendas do outro lado do Rio Paraíba, particularmente a do Capitão Mathias da Silva Carvalho e morte de um soldado.	Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Códice 7,4,45 n.4.
12/13	1788	Correrias dos índios nas Freguesias de Sacra Família do Tinguá e Conceição do Alferes.	Arquivo Nacional. Família Werneck. Fundo Py microfilme 003/91, notação 2.1.

Nº	ANO	EVENTO	FONTE
14	início séc.XVIII	Confrontos entre Puris e bandeirantes ligados à Garcia Paes que construía o Caminho Novo para Minas Gerais.	Pierre.Arnaud. Os novos símbolos de Paraíba do Sul. RIHGPS maio 1996, pp.14-15
15/16	1796	Roubos e mortes nas Fazendas da Varge, Rio Peixe e São Mateus, na Capitania de Minas, por Índios Puris e Coroados.	Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos Códice 7,4,5 n.1.
17/18	1796	Roubos e mortes nas Fazendas Parahiba e Farinha, dos índios Puris e Coroados.	Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos Códice 7,4,5 n.1.
19	1789	Purus(Puris) do Rio Muriahé flecharam de morte “um preto Cipriano”.	Arquivo do Convento de S.Sebastião. Memória de São Fidelis. pp.36-37
20	1791	Índios armados de flecha para recuperar uma menina dada para criar pelos capuchinhos que a enviou para Vila de S.Salvador(Campos).	Arquivo do Convento de S.Sebastião. Memória de São Fidelis. pp.59-60.

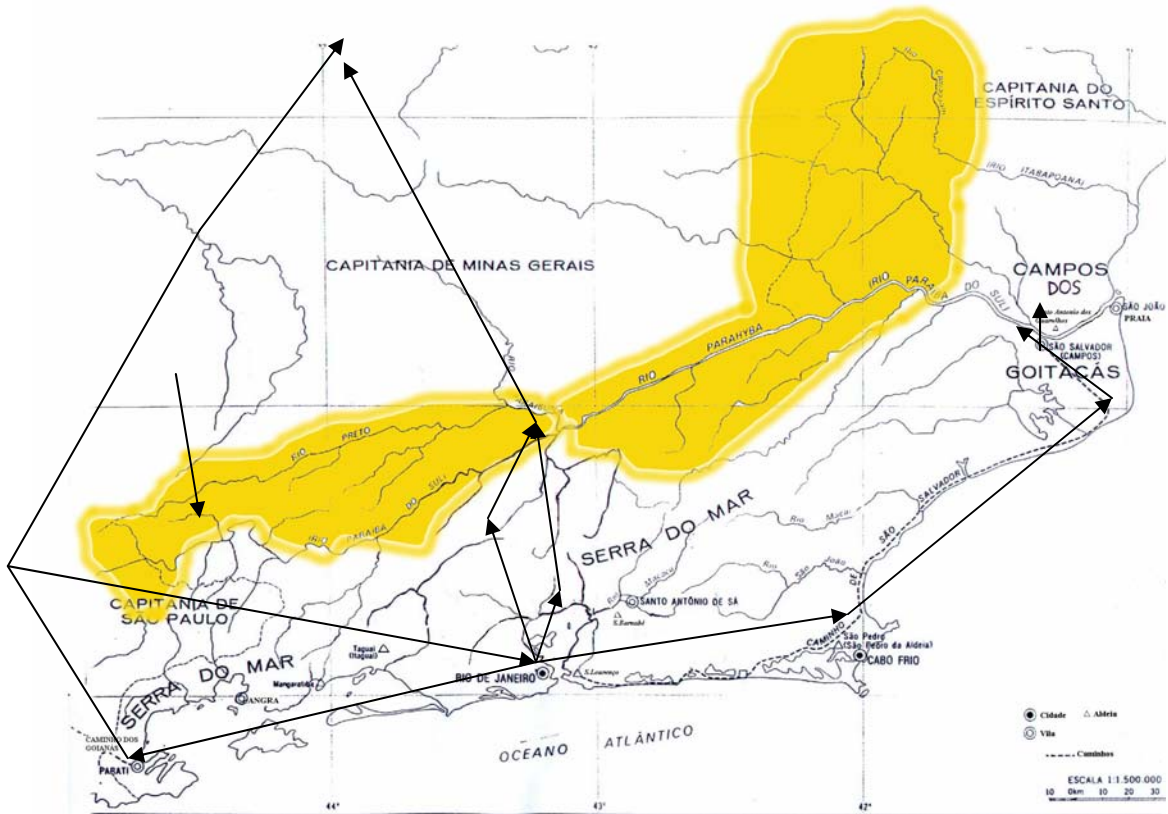
Ao longo dos séculos XVIII/XIX, os Coroados sofreram um cerco cada vez maior, em decorrência desse processo, que resultou em sucessivas áreas de confinamento, que podem ser acompanhadas pela consolidação das vias de circulação e de povoamento entre as Capitânicas do Rio e suas vizinhas (**Mapas 5, 6 e 7**).

O cerco aos Coroados vai resultar também numa política de estímulo aos aldeamentos nestas regiões visando reduzir ou controlar os conflitos e diminuir a mobilidade indígena para poder liberar terras para os luso-brasileiros. Os aldeamentos de Queluz (1801, SP), São Luiz Beltrão (1788, RJ), Valença (1801, RJ), São Fidelis (1781, RJ) e São Manuel do Rio Pomba (1770, MG) estão dentro desse contexto.

O aldeamento de Valença é fruto dessa conjuntura e nele os luso-brasileiros vão tentar fixar os índios que passaram a História com a denominação genérica de Coroados. Esta denominação não ajuda muito esclarecer o modo de vida dessas sociedades indígenas; ao contrário, às vezes confunde sociedades indígenas diferentes com o mesmo apelido dado pelos portugueses¹. Tentemos esclarecer a quem nos referimos e por que da escolha do nome de Coroados para denominá-los.

¹ Essa era a opinião também de Cunha Matos, em 1837: “Os guarulhos, inimigos implacáveis dos botocudos, os parys, os coropóis (ou coropoques), os quais confundidos com os quetacazes (ou goitacazes) seus antigos adversários e vencedores são agora conhecidos pelo nome de índios coroados, em razão de trazerem no alto da cabeça uma coroa com falta de cabelo bem semelhante a dos nossos clérigos de ordens sacras. Este costume não é peculiar aos coroados de Minas Gerais (...)” (MATOS, Raimundo J da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1981, p. 66) e de Manoel Martins de Couto Reys, em 1785: “Afirmão muitas pessoas, que houvera outra nação de Índios conhecida pela denominação de Guarulhos; no que, eu concordaria tão bem com tanto, que fosse esta a dos Coroados, pois não he crível que elles uzassem de hum termo Portuguez para sua distincão, e explicação do estilo com que trazem os cabellos tosquiados a maneira dos frades.(...) Nos Sertoens do Gatimí havião perto da nossa Praça Caans; e porque uzavão de Coroa, e o cabelo a imitação destes de que agora tratamos; o vulgo os chamava Coroados; porem bem se vê que erão Caans.” (REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys, 1785*. Rio de Janeiro: APERJ, 1997, p. 73).

Mapa 6



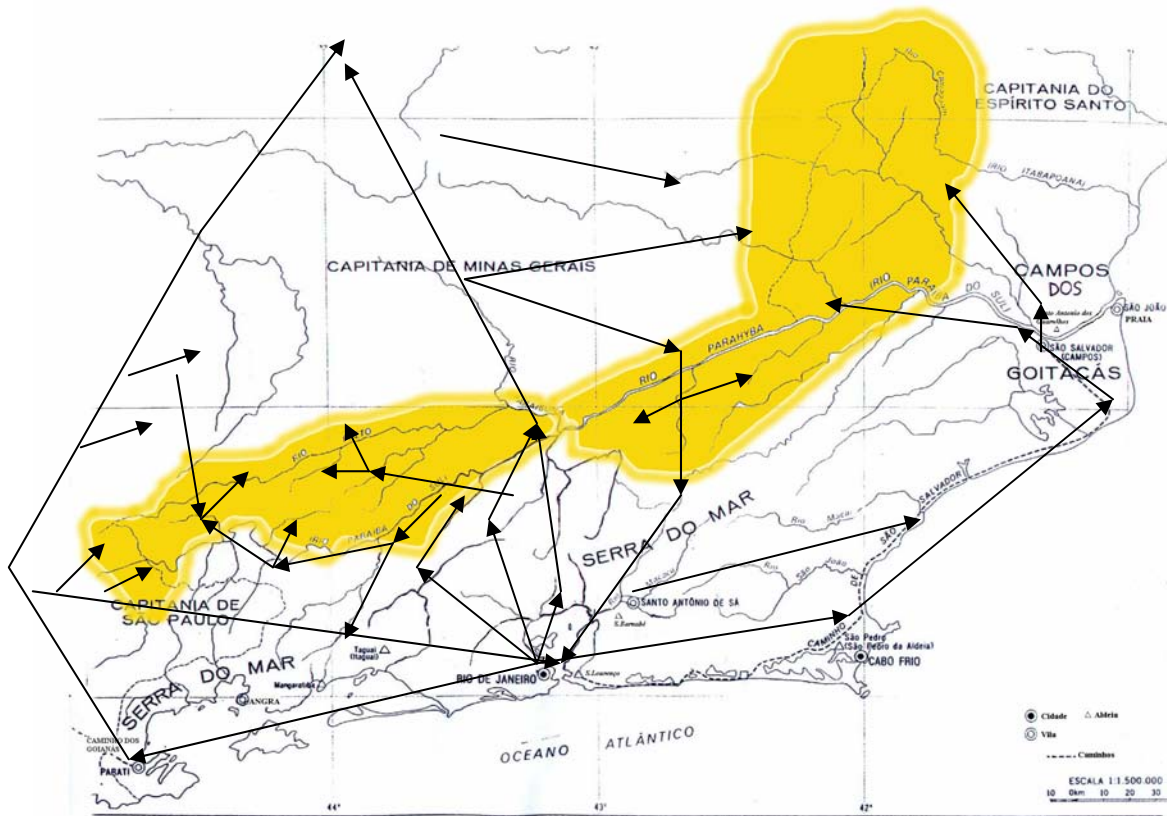
MAPA ESQUEMÁTICO DO CERCO AOS COROADOS
1750

Principais vias de penetração e circulação de luso-brasileiros – →


Região ocupada pelas sociedades indígenas – ■


Fonte da base cartográfica: CECIERJ. *Atlas Histórico e Geográfico Escolar do Estado do Rio de Janeiro*. Centro de Ciências, do Estado do Rio de Janeiro, 1993. adaptado.

Mapa 7



MAPA ESQUEMÁTICO DO CERCO AOS COROADOS 1810

Principais vias de penetração e circulação de luso-brasileiros – 

Região ocupada pelas sociedades indígenas – 

Fonte da base cartográfica: CECIERJ. *Atlas Histórico e Geográfico Escolar do Estado do Rio de Janeiro*. Centro de Ciências, do Estado do Rio de Janeiro, 1993. adaptado.

2.2 Os Coroados de Valença

Para definirmos sobre quais sociedades indígenas estamos falando, levantamos alguns critérios para precisar o nosso objeto: territoriais, lingüísticos e políticos.

O critério territorial está intimamente vinculado ao tempo da análise: à medida que o tempo passa, o território indígena diminui. Explicitemos: existe uma disputa básica entre dois modos de produção da vida fronteiriços que se vinculam a espacialidades diferentes: uma de extrema mobilidade cotidiana, das sociedades indígenas, e outra de caráter mais sedentário, dos luso-brasileiros.

Definamos o que entendemos por modo de produção da vida e espacialidade para podermos prosseguir a discussão do nosso critério territorial.

O conceito de modo de produção da vida, aqui colocado, refere-se àquele definido como: “agregado das relações produtivas que constituem a estrutura econômica de uma sociedade e formam o modo de produção dos meios materiais de existência”.¹

Hobsbawn adverte que em todos os estágios que não os iniciais do desenvolvimento humano houve uma coexistência e influência recíproca entre diversos modos de produção. E que o modo de produção

corporifica um programa particular de produção (uma maneira de produzir na base de uma determinada tecnologia e divisão produtiva do trabalho) e também “um conjunto específico e historicamente determinado de relações sociais mediante o qual o trabalho é alocado para arrebatando energia da natureza por meio de ferramentas, habilidades, organização e conhecimento” em uma dada fase de seu desenvolvimento e por meio das

quais o excedente socialmente produzido é circulado, distribuído e utilizado para acumulação ou alguma outra finalidade.²

A relação entre diferentes modos de produção da vida (da sociedade luso-brasileira e das sociedades indígenas) pode levar às transformações derivadas “da conjunção e interação de sociedades distintamente estruturadas. Neste sentido todo desenvolvimento é desenvolvimento misto”.³

Já o conceito de espacialidade está relacionado à noção de que o espaço geográfico não é um espaço absoluto, pré-existente a todas as coisas, derivado de uma visão kantiana, como externo à sociedade e sim como um espaço relativo, isto é relacional, e, portanto, construído a partir de relações existentes entre os elementos naturais e entre estes e os objetos humanos.

Concordamos com Oliva quando coloca que

a partir da noção de espaço relativo, é possível pensar em um espaço produzido, em um espaço humano. A principal decorrência dessa elaboração conceitual é que o espaço geográfico torna-se o espaço construído pelas sociedades humanas, conseqüentemente um espaço social. Ele é parte concreta de uma sociedade ou, dito de outra forma, a dimensão espacial da sociedade. Desse modo, não é externo, não é palco, e sim elemento componente da sociedade.⁴

¹ HOBBSAWM, Eric, “Marx e a Historia”. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.177.

² HOBBSAWM, Eric, “Marx e a Historia”. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 179.

³ HOBBSAWM, Eric, “Marx e a Historia”. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181.

⁴ OLIVA, Jaime e ROBERTO, Giansanti. *Espaço e modernidade: temas da geografia do Brasil*. São Paulo: Atual, 1999. p. 3.

A organização das sociedades humanas ordena também o espaço geográfico, criando as espacialidades, entendidas aqui como paisagens próprias (construídas) daquelas sociedades no desenvolvimento das suas relações sociais. Exemplificando, podemos dizer que algumas das características da espacialidade da sociedade escravista luso-brasileira eram a paisagem casa-grande e a senzala, as grandes apropriações de terra (sesmarias com seus marcos), os espaços arquipélagos da costa, vinculados aos portos de exportação dos produtos coloniais, etc., enquanto os das sociedades indígenas variavam de acordo com o seu maior ou menor nomadismo, que reflete na sua forma de construir a habitação, no tamanho da clareira, na relação com a agricultura e com a caça-coleta nas florestas, e as trilhas na floresta.

Esclarecidos esses conceitos, retomemos a questão territorial: o que leva a diminuição do território indígena à medida que o tempo passa? Aqui é necessário dizer que existem dois movimentos simultâneos e contraditórios: um primeiro relativo à restrição da espacialidade das sociedades indígenas do Médio Paraíba, ao longo do século XVIII e no século XIX (**Mapas 5, 6 e 7**), na medida em que o cerco promovido pela apropriação de terras para a economia colonial tardia da sociedade luso-brasileira restringe as possibilidades de reprodução da vida indígena como era antes, pela destruição das florestas, pela distribuição e ocupação de sesmarias, pela imposição de restrições a mobilidade pelas políticas de aldeamento (Queluz, São Luiz Beltrão, Valença e Conservatória do Rio Bonito), o que leva a uma restrição concreta do seu território. O segundo movimento é relativo ao avanço da espacialidade da sociedade luso-brasileira, verificada até pelos diversos níveis administrativos que passa a região em análise (sertão dos índios do distrito, aldeia, freguesia, vila) e também nas mudanças no nível do controle político (Vice-Rei, Câmara do Rio de Janeiro, Câmara da Vila de Valença), incluindo os agentes políticos

dessas instâncias: comandantes de Distritos, Ouvidores da Câmara, Diretores de índios e Juízes de Órfãos, que refletem o desenvolvimento de uma maior capilaridade desta sociedade na região.

Como essa diminuição territorial ajuda a definir sobre quais as sociedades indígenas que falamos? À medida que aquela parcela do território luso-brasileiro, em Valença, ganha limites mais nítidos (Sertões da Paraíba Nova, Sertões da Aldeia, Freguesia e Vila), os seus contornos geográficos ficam mais precisos, se constroem também os interlocutores políticos (o vigário, o capitão de ordenanças, o Diretor dos Índios, etc.) perante as sociedades indígenas, que estão com mais dificuldades de se mover e de sobreviver como antes, e, por isso, acabam ficando mais vinculadas àqueles territórios. Assim, se os Araris antes irrompiam em locais próximos à Vila de Resende, em outros locais nas Minas Gerais, no século XIX o seu paradeiro está mais vinculado à área de Rio Bonito, em Valença. Da mesma forma os Purus ou Puris de Rio das Flores acabou se relacionando com os fazendeiros, moradores e autoridades de Valença, mesmo que décadas antes transitassem por regiões maiores que a do termo da Vila. A diminuição da mobilidade indígena, ao longo do tempo, vai resultar que algumas sociedades se fixem, num processo de destribalização e acaboclamento, sendo obrigados a renunciarem ou adaptarem a espacialidade que lhes é própria por outra que lhes é imposta.

Em resumo, podemos dizer que os Coroados que tratamos nesta dissertação, do ponto de vista territorial, são aqueles historicamente foram vinculados à região do Médio Paraíba no século XVIII, e que ao longo do século XIX se localizavam na região da Aldeia, depois da Freguesia e por fim da Vila de Valença, entendendo que cada momento deste não significa a mesma área de abrangência, e sim áreas cada vez menores, pois a documentação

consultada está vinculada à história da sociedade luso-brasileira e a sua espacialidade e não à das sociedades indígenas.

Ao critério territorial vem se somar o critério lingüístico, para a definição dos Coroados de Valença. A primeira constatação que fazemos é que pouco foi levantado em termos lingüísticos, somente Auguste Saint-Hilaire coletou um pequeno vocabulário entre os índios que o visitaram na Fazenda de Ubá, em 1816. Além disso, temos em alguns documentos manuscritos umas poucas palavras que definem alguns objetos de uso dos índios da região e os nomes de alguns indígenas antes de serem batizados, que foram coletados por nós, no livro de batismo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória.

As sociedades indígenas que viviam ao longo do Paraíba do Sul, no atual Estado do Rio de Janeiro, falando cerca de doze línguas diferentes, foram vinculados por Aryon Rodrigues na família Puri, uma das famílias do Tronco Macro-Jê.⁵

Já André Metraux vai classificar como família lingüística Puri-Coroados dadas as semelhanças e as conformidades entre as línguas Coroado e Puri, no que concorda Egon Schaden.⁶

Na documentação seja oficial, dos moradores, escritores e viajantes da época e também nos escritos posteriores aparecem várias denominações: Coroados, Araris, Puris, Purus, Pitas ou Petas, Xinimins ou Xeminin, Chuminis, Mitiris, Tapurús ou Tayporús, Xumetós, Tampruns, Sasaricons, Bacumins, etc., que indicam a possibilidade de uma série de sociedades indígenas, sem, no entanto, abordarem diferenças lingüísticas entre elas.

⁵ RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras. Para conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Ed. Loyola. 1994. O capítulo quatro, que fala do Tronco Macro-Jê, contém alguns vocábulos Puri comparados com outras línguas deste Tronco.

⁶ REIS, Paulo Pereira dos. *O Indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas*. São Paulo: Governo do Estado de SP. 1979. p. 72.

O nome Coroado não se refere a uma tribo específica, foi dado pelos portugueses aos povos indígenas que tinham o hábito de: “cortar os cabelos no meio da cabeça, à maneira dos nossos sacerdotes, seja, antes, de não conservar mais do que uma calota de cabelos, como fazem ainda hoje os Botocudos”.⁷

Joaquim Norberto reforça esta noção, no seu magistral trabalho sobre as Aldeias do Rio de Janeiro, quando afirma que é:

Difícil saber o que sejam Coroados tribos assim, conhecidas nas diferentes províncias de Minas-Geraes, S.Paulo, Matto-Grosso e Rio de Janeiro, não obstante a saliente diversidade que existe entre ellas. No Rio de Janeiro o nome de Coroados foi generalizado a todos os selvagens que se distinguiam pela maneira de cortarem o cabelo, ou fosse em torno e no alto da cabeça, como os Goitacazes, ou só no alto da cabeça ficando os cabelos longos e corridos, espargidos pelos hombros, como os Araris, Xumetés e Pittás.⁸

Na avaliação de Saint-Hilaire, a língua dos Coroados de Valença (que ele denomina do Rio Bonito) apresentava afinidades com os Coroados do Rio Xipotó ou Chipotó de Minas Gerais:

A comparação do vocabulário dos Coroados do Rio Bonito com o dos Coroados do Rio Chipotó, que já mostrei em outra parte, e enviada a Eschewge pelo nosso compatriota, Guido Thomas Marlière, mostra que embora existam sensíveis diferenças entre os dois

⁷ SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1975. p. 32.

⁸ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)*. vol. 17, 1854. p. 156.

idiomas eles são ainda bastante semelhantes para que se possa admitir, sem receio, uma origem comum. As diferenças se explicam, aliás, pela facilidade com que se alteram as línguas que nunca foram registradas pela escrita.⁹

O que não ocorria entre os idiomas dos Coroados de Valença e os Coroados dos Campos de Guarapuava (seriam os Kaiagang, de São Paulo), pois não “me apresentou um único termo comum”¹⁰ e nem para os Coroados de Mato Grosso, que Saint-Hilaire suspeitava que fossem Bororos.

Montamos um quadro comparativo entre os vocabulários recolhidos por Saint-Hilaire, em Valença, com os que Martius publicou referente aos Coroados da Aldeia de Pedra (Itaocara – RJ) e os Coroados do Rio Xipotó (MG), com o dos Puris, feitos por Alberto Torrezão, em Abre-Campo (MG), no ano de 1885 (**Tabela 1**).

Pelo fato de terem sido recolhidos por pessoas de nacionalidades diferentes (franceses, italianos, alemães e brasileiro), sem uma metodologia clara, as diferenças entre as palavras transcritas podem ter sido maiores do que realmente eram, do ponto de vista fonético, mas apesar disto vários vocábulos parecem ter origem comum e pronúncia igual ou semelhante, como por exemplo: fogo, sol, cabeça, braço, boca, entre outros.

O quadro reforça a indicação que os índios de Valença eram lingüisticamente vinculados a família Puri-Coroado¹¹, pela afinidade com os vocábulos das outras sociedades indígenas ali representadas, reconhecidas como daquela família lingüística.

⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1975. p. 38.

Tabela 1

PORTUGUÊS	COROADO RB	COROADO AP	COROADO XPT	PURI TRZ
água	nhuman	nhaman	nhaman	m'nhâmã
árvore	bó			mpó
boca	chori	tshoré	tchoré	tschoré
braço	nhat	nhat	cacora	iacareh
cabeça	ké	gué	gueh	ngué
criança	spona	knay mhamona	sibóhma	
dedo	tupié	chapperre	chaperré	
deus	tupan		tupáng	tupã
filho	smeiua	chapoma	chapoma	chambé
fogo	moté	poté	poté	boteh
homem	cuaiman		cuciman	hakorrema
língua	tão	topé	tobeh	toppeh
lua	pergran	petáhra	petáhra	petahrá
mãe	ioua	batschára	batschâna	inhan
mão	juparé		cocorre	chapeprera
mulher	boiman		boyman	mb'l'êma
nariz	nhim		nhieng	ahm'ni
olhos	murim	merin(olho)	merim(olho)	mri(olho)
pai	seleuna			charé
pássaro	proono		chippú	chipú(passarinho)
pé	jupareuan	t'chaperré	t'chaperré	chapêprêra
sol	copé	opeh	obèh	oppen

Tabela 1 - Comparação de vocabulários Coroados e Puri.

Coroado RB – Vocabulário dos Coroados do Rio Bonito (Valença - RJ).

Coroado AP – Vocabulário dos Coroados da Aldeia de Pedra (Itaocara - RJ)

Coroado XPT – Vocabulário dos Coroados do Rio Xipotó (MG)

Puri TRZ – Vocabulário dos Puris, colhido por Alberto Torrezão (Abre-Campo -MG)

Fontes: Martius, Carl F. P. von. *Glossaria Linguarum Brasiliensium. RIHGB*. Rio de Janeiro, vol. 26, 1863. pp. 195-198; 198-207.Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.Torrezão, Alberto de Noronha. *Vocabulário Puri. RIHGB*.

Quanto ao critério lingüístico podemos resumir que reconhecemos que as informações disponíveis sobre estas aldeias, não nos permitem uma individualização etnográfica segura sobre cada uma, mas com segurança podemos defini-los como não-tupis,

¹⁰ IDEM, p. 39.

e como pertencentes a uma mesma família lingüística Puri-Coroado, filiada ao tronco Macro-Jê, na medida em que se comunicavam e se entendiam.

Em relação ao critério político identificamos como Coroados aqueles que assim eram considerados nos contatos políticos, nos documentos, e na avaliação da população luso-brasileira que com eles conviveram. Em que pese que em alguns documentos emergem outros nomes, predominou no discurso político e historicamente designá-los com o nome genérico de Coroados, para os que habitavam a região de Valença.

Reforçando essa visão, Saint-Hilaire afirma que “O nome de Coroados é o único que se encontra nas *Memórias Históricas* de Pizarro (vol. C, 288), e é também o único admitido na região pelos luso-brasileiros” (**grifos nossos**).¹²

Definido a quem estamos referindo quando falamos em Coroados de Valença, pelos critérios territoriais, lingüísticos e políticos acima descritos seria interessante verificar como viviam essas sociedades.

2.3 O modo de vida dos Coroados

Entendemos que aqueles que tiveram contato com Coroados de Valença devem ser a referência principal para a descrição do modo de vida daquelas sociedades, em que pese o fato de que havia ligações entre aqueles povos e os Puris, Coropós e Coroados da região do Rio Pomba, como atesta o viajante Saint-Hilaire:

¹¹ Adotamos o nome da família Puri-Coroado, proposto por André Metraux, em vez de simplesmente Puri.

¹² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1975. p. 36, nota 15.

Depois de deixar a fazenda de Joaquim Marcos passei por um casal de indígenas. A mulher vestia uma saia e uma blusa de algodão grosseiro, traje, aliás, comum entre as mulheres pobres do campo, e o índio vestia apenas uma camisa, levando na mão um arco e um punhado de flechas. O homem falava bem o português, e fiquei sabendo que tinha vindo ainda pequeno do Rio Pomba, que sua nação tinha o nome de Esmurim e que ele vivia há muitos anos nas matas vizinhas, no meio dos Coroados.¹³

Selecionamos alguns viajantes, que por ali passaram, e moradores da região que deixaram testemunho do modo de vida das sociedades que ali viviam. Nunca é demais lembrar que os discursos aqui transcritos são construídos pelo olhar do outro, isto é, de fora, com parâmetros construídos dentro de sociedades ditas civilizadas.

Os primeiros relatos são dos Comandantes dos Distritos de Paraibuna e de Campo Alegre, encarregados de levantar por solicitação do Vice-Rei Conde de Resende, “todos e quaisquer produtos artificiais que produz a industria dos índios destes distritos, e armas que usam, os seus instrumentos festivos, como marciais, os seus nomes e vestuários (...)”¹⁴

No Distrito de Campo Alegre, os Puris plantavam mandiocas, batatas, inhames e milho (os quais comiam verdes). Usavam três tipos diferentes de flechas: uma de pelotas, para pássaros, chamada de puêrê, outra de taquara, para caça em geral, chamada miren lim, e a outra de farpa para as suas brigas e defesas, chamada curixa.

¹³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1975. p. 36.

¹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos, códice 7, 4, 45 doc.n.2. Ofício do capitão comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães [ao Conde de Resende], informando sobre os produtos da indústria indígena dos distritos do Rio Paraíba do Sul. Campo Alegre, 24 de agosto de 1797.

Em relação à música, o Capitão Henrique Louzada informava que “musica contra lei não há mais do que baterem palmas e com os pés no chão com gritarias”.¹⁵

Quanto ao vestuário,

parte deles andam nu e outros vestidos de camizas e calças de algodão, a rede que tecem sacos que remeto herda entra casca da um pao, os sacos servem de mochilas, para carregarem as suas coisas e pássaros das suas caçadas, deste fio fazem também umas tangas que trazem cobertos as suas honestidades, dos homens trazem cousa de um palmo da dita rede, e as mulheres do tamanho desse pedaço que remeto que se encaixe em roda das cadeiras com mais corpo andam nós esta é o linho com que andam nas cabeças não usam de couza alguma (...).¹⁶

As suas casas eram mal coberta de palha, no mato e dormiam na terra.

Os que viviam nas proximidades do Registro de Paraibuna eram os

Coroados e Puris os quais são tão selvagens que não conhecem subordinação alguma: andam nus, e só usam de pequeno tecido de fio de guasoima que mal tapão as suas partes, pintão todos o corpo com uma fruta chamada orueú : os instrumentos festivos não se pode saber pos se lhes não ter visto os seus festejos; as armas que usam é arco e flecha, e porretes; suposto me informem que eles a plantão milho, batatas e bananas com tudo devo dizer a Vossa Excelência que são uns vagabundos pois não tem moradia

¹⁵ BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos - Códice 7, 4, 45 n°2-3 – Ofício do capitão comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães [ao Conde de Resende], informando sobre os produtos da indústria indígena dos distritos do Rio Paraíba do Sul. Campo Alegre, 24 de agosto de 1797.

¹⁶ IDEM. As palavras sublinhadas no texto significam que existem outras possíveis interpretações dos vocábulos transcritos, dada as dificuldades de entender algumas partes do manuscrito.

certa para que desde os fundos da Serra do Verneck até as Mantiqueiras trazem cruzados todos os matos (...).¹⁷

Esses índios atravessavam sem dificuldade os Rios Paraíba, Paraibuna, Preto e Peixe porque “fazem uma amarra de cipós, a qual prendem de uma e outra parte do Rio e passam todos agarrados a mesma amarra”¹⁸.

Eles caçavam macacos, criavam papagaios e tiravam a cera da terra, que eram objetos de troca com os fazendeiros com os quais tinham comércio.

José Rodrigues da Cruz, proprietário de Pau-Grande¹⁹, se propôs a civilizar os índios, e relata a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1799, sobre o seu primeiro contato:

(...) Estes índios, que se chamão Coroados, não são deshumanos e intractáveis, como erradamente se supõem. A experiência própria me tem desenganado deste erro popular. A tradiçã, tal vêz, que elles conservão das injúrias, com que trataram aos seus mayores, os primeiros conquistadores, e a injustiça e má fé com que, tal vêz, ainda hoje se abuzam da sua natural simplicidade, faz com que elles sejam(...) desconfiados e vingativos: mas elles sam fiéis as suas promeças e agradecidos ao benefício que recebem. Antes do ano de 1790, em que tive com eles o primeiro encontro, fizeram alguns roubos e assassinos, mas parece que elles nam foram os primeiros agressores. Eu

¹⁷ BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos Códice 7, 4, 45 n°1- Ofício de João Pacheco Lourenço e Castro ao Conde de Resende, informando sobre os produtos da indústria indígena no Distrito do Registro da Paraibuna. Registro da Paraibuna, 12 de agosto de 1797. As palavras sublinhadas no texto significam que existem outras possíveis interpretações dos vocábulos transcritos, dada as dificuldades de entender algumas partes do manuscrito. Sendo que a primeira refere-se a guaxima, planta da família das Malváceas de fibras têxteis e a segunda é o urucu, fruto do urucuzeiro usado pelos indígenas para pintar o corpo.

¹⁸ IDEM.

¹⁹ Ao final de longo inventário terminado em 1783, a sesmaria de Pau-Grande composta de uma légua e meia de terras, obtida por Manuel Gomes Ribeiro e Francisco Gomes Ribeiro, tios de José Rodrigues da Cruz e de seu irmão Antonio Ribeiro Avellar, passou por herança para ambos. Quando José Rodrigues funda a fazenda

desejava conhece-los e tracta-los para ver-se os podia pacificar(...) Pouco tempo depois tive aviso de estarem os índios na Fazenda de Pão Grande aonde eu não rezidia; fui sahir-lhes ao encontro, com a minha gente armada, por cautela, mas logo que os avistei, mandei aos meus que despozessem as armas. O cacique ou mayoral dos índios mandou os mesmos aos seus e veio abraçar-me: eu o tratei com a mesma cortezia; depois de me explicar, no modo possível, por acenos, os fiz conduzir a minha casa: na qual não quizerão entrar por que sam como já disse muito desconfiados. Logo lhes mandei dar mantimentos e ferramentas, que sam as cousas, que elles mais estimam: e para lhes tirar todo o motivo de suspeita e desconfiança, fiz aparecer ali toda minha família: elles se portarão com sinais de respeito e gratidam, offerecendo ao meus meninos os papagaios que trazião. Antes de se auzentarem eu lhes persuadi, como pude, que estimaria que tornassem muitas vezes a minha fazenda e que acharão sempre em mim o mesmo agazalho: elles assim prometerão fazer: nenhum de nós tem faltado ao prometido (...) vindo todos os anos pelo verão porque no inverno não podem passar o Rio: eu tratando-os sempre com a mesma liberdade e boa-fé (...) Eu dou por bem empregada toda a dispêza, que faço com elles annualmente, porque nam só respeitão muito a tudo quanto me pertence, mas também a todos, que se sabem do meu nome nas occasioens em que os encontrão. Eis aqui a prova de sua docilidade e gratidam. Os meios, que me parecem mais seguros e convenientes para facilitar, e ampliar a civilizaçam dos Índios he tracta-los com caridade e benignificencia e boa-fé, tirar-lhes todo o motivo de suspeita e desconfiança (...) de que não queremos senão engana-los e reduzi-los a escravidão (...).²⁰

de Ubá, abandonando Pau-Grande, assume a administração da mesma, em 1797, o cunhado do seu irmão Luis Gomes Ribeiro.

²⁰ ARQUIVO NACIONAL, Fundo 73 – Secretaria de Estado do Brasil. Códice 97, volume 1, documento 126.

José Rodrigues reconhece que as correrias dos índios, na década de 80/90, ocorreram muito mais pelo comportamento dos luso-brasileiros do que por um comportamento dos índios, que se mostravam cordiais e corretos nos seus contatos com o fazendeiro que os recebia com respeito. Pelo documento verificamos também que os índios não atravessavam o Paraíba no período das cheias, que ocorriam no verão (no texto a referência a este período como inverno se dá porque o autor tem como referência as estações do ano em Portugal, invertidas em relação ao Brasil), andam com seus animais de criação nos seus deslocamentos, o que possibilitou presentear o filho de Cruz com um papagaio.

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire fez as mais longas observações sobre os Coroados da região, que ele visitou em três ocasiões diferentes: 1816, 1819 e 1822. Suas opiniões sobre a aparência dos indígenas foram bastante preconceituosas:

Pertenciam à tribo mais disforme da natureza encontrada durante a minha permanência no Brasil. Aos traços da raça americana, tão diferente da nossa, acresciam uma fealdade peculiar a sua nação: eram de estatura pequena; na sua cabeça, achatada em cima e de um tamanho enorme, mergulhava em largas espáduas; uma nudez quase completa deixava a descoberto sua repelente sujeira; longos cabelos negros caíam em desordem sobre os ombros; a pele de um escuro baço estava salpicada aqui e ali pelo urucu; percebia-se através de sua fisionomia algo de ignóbil, que não observei entre outros índios, e enfim, uma espécie de embaraço estúpido traía a idéia que eles próprios tinham de sua inferioridade. Esse conjunto verdadeiramente horrendo me impressionou muito mais do que esperava, e fez nascer em mim um sentimento de piedade e

humilhação. Não tardei a saber que esses índios pertenciam ao número dos que os portugueses chamam Coroados, e habitam as florestas vizinhas do Rio Bonito.²¹

Após esse impacto inicial que lhes causou os índios Purus ou Puris²², o viajante passa a descrever alguns aspectos da cultura desses indígenas. Solicita que eles mostrem danças, o que após uma relutância inicial cedem em troca de aguardente:

Alinharam-se em duas filas, os homens na frente e as mulheres atrás: os primeiros seguravam o arco e as flechas em posição vertical, e aquelas dentre as mulheres que tinham crianças de peito, conservaram-nas nos braços. Assim dispostos, puseram-se a cantar em tom lúgubre e melancólico, e, ao mesmo tempo, começaram a dança. Avançavam uns em seguida aos outros, caminhando com gravidade e medida, ora sobre um pé, ora sobre o outro; desse modo faziam em linha reta uma dúzia de passos; toda a fila se voltava então; os que tinham estado adiante ficavam para trás, e recomeçavam em sentido contrário. A esta primeira dança sucedeu uma outra que tinha por objeto, disseram-nos os índios, celebrar a derrota do jaguar, e que era acompanhada de um canto pouco menos lamentável. Caminhavam do mesmo modo em duas filas em um espaço muito pequeno; mas, em lugar de conservar o corpo ereto, curvavam-no para diante, apoiavam um dos punhos na anca, e saltavam com um pouco mais de vivacidade.²³ (**Gravura 1**)

²¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975. p. 30.

²² Em vários relatos sobre os índios de Valença, os Purus ou Puris são tidos como de pequena estatura e de pele morena, ao contrário dos Araris, quase brancos e mais ágeis.

²³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975. p. 31.



Dess. d'après nat. par Rugendas.

Lith. de Engelmann, rue de Valenciennes N. 6, à Paris.

Lith. par V. Adam et Lecomte.

DANSE DES PURYS.

Observa o cientista que para comer as mulheres “meteram as mãos na comida e tiraram aos punhados o que comiam. Os homens arranjaram pedaços de casca de árvore e utilizaram-nos à maneira de colher”.¹

Os índios tinham costume de fermentar o milho através da mastigação das índias velhas, como se encontrava em outros povos.

Não conservavam habitações fixas, as suas “choças não são mais que uma espécie de latada muito mal construída, alta de cerca de quatro pés, e coberta de folhas de palmeiras”² e viviam quase sempre da caça. Sabiam fazer arcos e flechas com muita arte.

No fabrico de redes, utilizavam a estopa dos ramos da embaúba (*Cecropia*) e utilizam a mesma para fazerem calções que descem até os joelhos. Na época da primeira visita do botânico (1816), a maior parte já usava os “trapos que os portugueses lhe dão gratuitamente ou em troca de trabalhos”³.

Os Coroados podem trocar de mulheres quando bem lhes parece e a poligamia tinha uso entre eles, na opinião de Saint-Hilaire. A divisão do trabalho fazia com que a mulher seguisse o marido à caça e fosse responsável por carregar a bagagem da família.

Para o cientista, os Coroados de Rio Bonito se dividia em duas hordas misturadas: os Tampruns e os Sasaricons. O nome Coroados era genérico.

Outro compatriota de Saint-Hilaire, Charles Ribeyrolles, político e jornalista, que foi exilado e percorreu Valença, em 1859, ouviu de um velho Puri, que morava na fazenda de Ubá, alguns dos costumes destes indígenas:

¹ IDEM.

² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975. p. 32.

³ IDEM.

Os índios de Valença eram, pois, civilizados, embora conservassem certas tradições da floresta pouco cristãs e portuguesas. Assim, as mulheres, após o parto, mergulhavam no rio das Flores (lindo nome!) e banhavam-se com o filho. Os mortos eram enterrados de pé e entaipados num fosso, privilégio de guerreiros. Nos casamentos, deitavam-se os noivos cada um em sua tipóia enfeitada de flores e pintava-se-lhes o corpo de urucu (fruto de suco vermelho).⁴ (**Gravura 2**)

Por fim, é importante ressaltar que os Coroados, que habitavam o Médio Paraíba, conviviam há alguns séculos com um ecossistema florestal que a sociedade luso-brasileira devastou de forma acelerada durante o século XIX. Essa floresta hoje quase inexistente tinha como principal característica o fato de ser estacional e semidecidual.

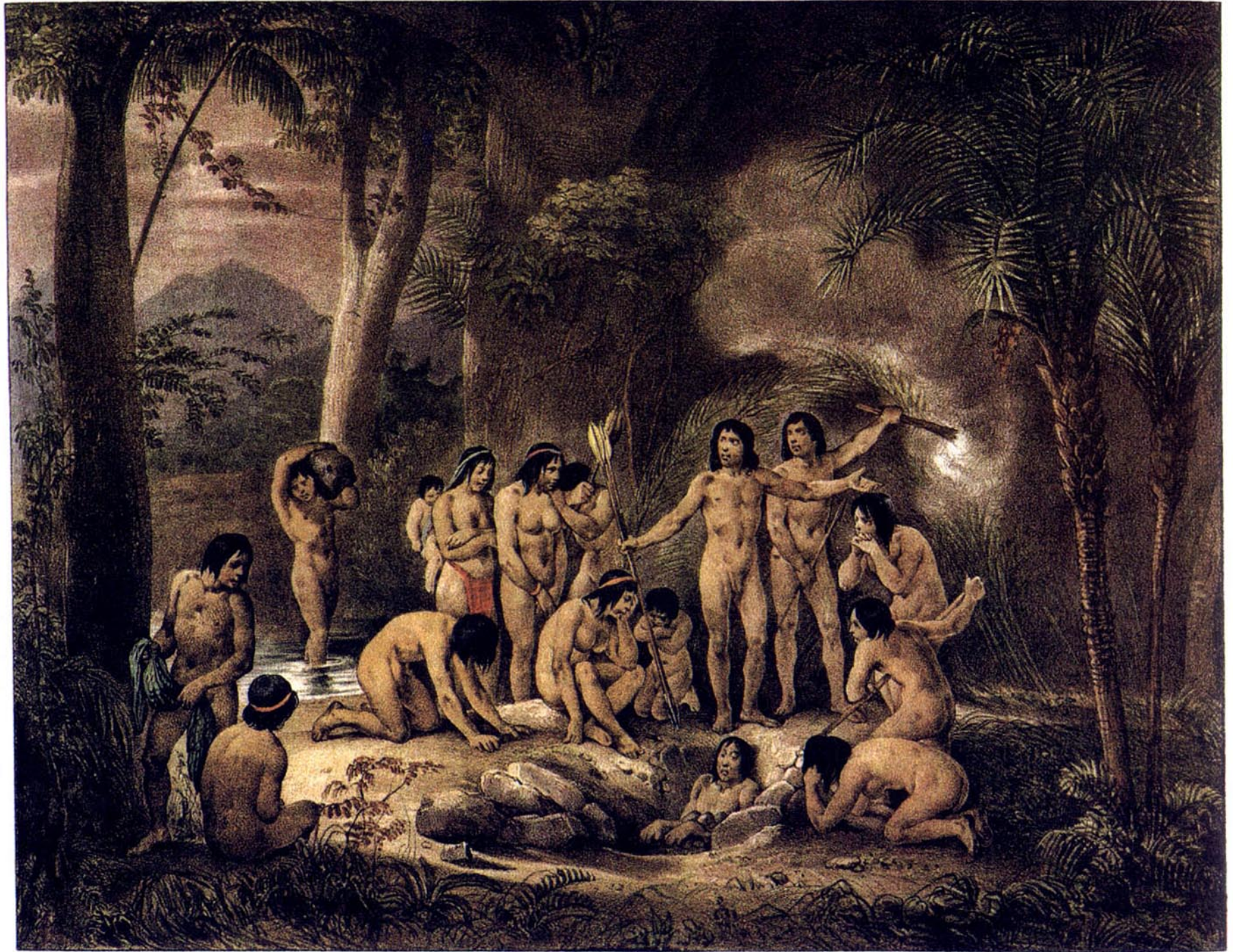
A definição do que estamos chamando por floresta estacional semidecidual, foi feita pelo projeto RadamBrasil:

O conceito ecológico da Região da Floresta Estacional, segundo Veloso e Góes-Filho (1982), está preso ao clima de duas estações, uma chuvosa e outra seca, que condicionam uma estacionalidade foliar dos elementos arbóreos dominantes, os quais tem adaptação fisiológica à deficiência hídrica ou à baixa temperatura, durante certo tempo.

No caso da Floresta Semidecidual, a percentagem de árvores caducidófilas no conjunto florestal, e não das espécies que perdem folhas individualmente, deve situar-se em torno de 20 a 50% na época desfavorável.⁵

⁴ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 236.

⁵ MME/SG/PROJETO RADAMBRASIL. *Folhas SF-23/24 Rio de Janeiro/Vitória; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: PROJETO RADAMBRASIL, 1983, p. 583.



Entende-se por Região como “uma parte de um Império florístico que se caracteriza por ter endemismos a nível de famílias, tribos e gêneros”.¹

O projeto RadamBrasil conceitua floresta como:

todo agrupamento dominado por 4 estratos arbóreos (fanerófitas). Um emergente, de copa e larga e abrangente, que ultrapassa o dossel florestal dominante (megafanerófito) (...); o segundo, uniforme e bastante denso (macrofanerófito), com copas estreitas e entrelaçadas entre si; o terceiro, já na sub-mata, integrado por arvoretas (mesofanerófito) e indivíduos jovens da regeneração arbórea, muito denso quando se trata das espécies em regeneração, mas com copas largas e bastante espaçadas quando se trata de arvoretas; o quarto estrato, com poucos arbustos bastante esgalhados (nanofanerófito), mas com inúmeras plântulas de regeneração arbórea.(...)

De acordo com a disponibilidade de águas das chuvas e, logicamente, em face do balanço hídrico nas plantas, existem duas subclasses de formações para a classe florestal: a ombrófila e a estacional. (...) Na subclasse estacional, termo referente a duas estações climáticas – uma seca e/ou fria e outra chuvosa e quente – que provocam reações fisiológicas diferentes nas plantas, encontram-se também dois tipos de vegetação: a semidecidual e a decidual.² (**Mapa 8**)

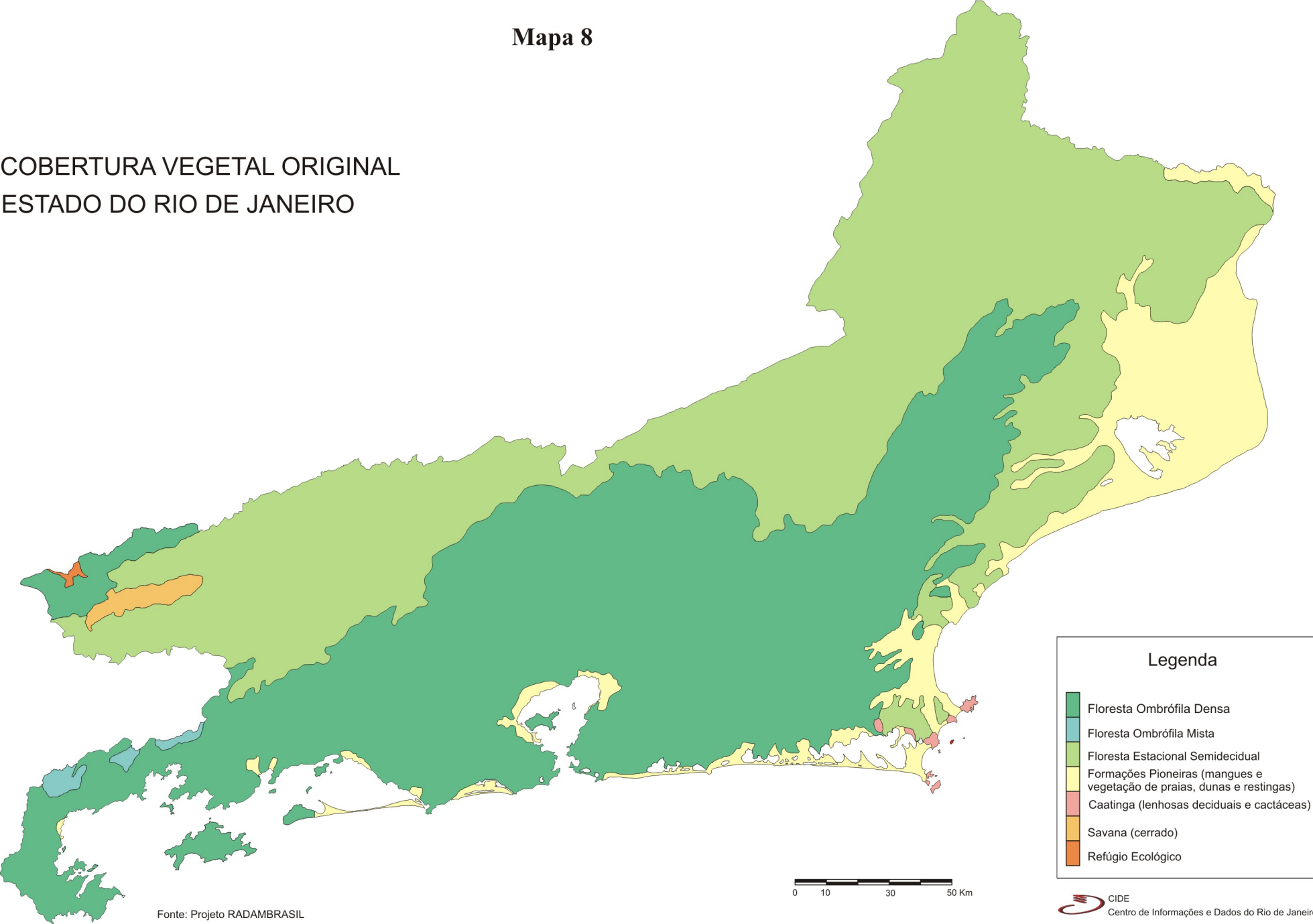
É dentro dessa floresta, da qual hoje só existem pequenas manchas, já que virou pastagens ou plantações, que encontrávamos esses povos, retirando a ipecacuanha, a sapucaia, palmitos, pinhões e mel ou caçando macacos, porcos do mato, veados, pacas, etc.

¹ IDEM, P.561.

² MME/SG/PROJETO RADAMBRASIL. *Folhas SF-23/24 Rio de Janeiro/Vitória; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: PROJETO RADAMBRASIL, 1983, p. 577.

Mapa 8

COBERTURA VEGETAL ORIGINAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO



A forma de relacionamento não é de simples coleta e caça, na verdade se estabelece um movimento de relação dialética entre aquelas sociedades e a natureza, um movimento recíproco de construção, reconstrução e expansão da floresta e dos povos que dela vivem, pois ao se alimentarem espalham as sementes, para poder se curar replantam ervas e plantas medicinais nas novas áreas que ocupam, por não devastar grandes áreas para fazer roçados, através da coivara, tornam a fertilizar os solos com as cinzas das queimadas de pequenas proporções, por não esgotar os recursos de caça de uma área pela constante mobilidade dentro da floresta, mantinham os ecossistemas menos desestabilizados.

Esse relacionamento com a floresta produziu uma cultura, um conhecimento, que desapareceu com a destruição do modo de vida dessas sociedades submetidas a políticas indígenas da sociedade luso-brasileira que veremos no próximo capítulo.

3. CAPÍTULO 2

IDÉIAS ILUMINISTAS NO MEIO DO SERTÃO DOS ÍNDIOS

(...) Meu senhor os gentios que moram nas vizinhanças deste Registro são os Coroados e Puris os quais são tão selvagens que não conhecem subordinação alguma (...); suposto me informem que eles a plantão milho, batatas e bananas com tudo devo dizer a Vossa Excelência que são uns vagabundos pois não tem moradia certa para que desde os fundos da Serra do Verneck até as Mantiqueiras trazem cruzados todos os matos de forma que os fazendeiros que morão nesta distancia para usarem das suas plantações trazem vigias armadas, e não obstante isto são continuados os roubos e mortes que fazem como sucedeu nas fazendas da Parahiba, do Farinha, da Varge, do Rio do Peixe e São Matheus nestas duas últimas deixarão lugares despovoados (...). O único homem que conserva aliança com eles he José Rodrigues da Cruz, fazendeiro de Pau Grande aonde eles tem saído muitas vezes sempre de paz, e quando saem trazem papagaios, macacos e cera da terra, que trocam por enxadas, foices, facas e machados, e ultimamente saíram no dia 30 do mês passado uma grande porção deles naquela Fazenda, e me diz ele Jose Rodrigues que pedira ao Sargento-Mór Valente um língua para ver se os domesticava, e que este lhe respondera que o não podia fazer sem ordem de Vossa Excia.. O mesmo José Rodrigues tem sumo desejo de entrar neste trabalho guiado pelas sabias providências de V.Excia.(...)¹.(grifos nossos)

Quem era José Rodrigues da Cruz? O que levaria este fazendeiro de Pau Grande a ter uma atitude tão diferente em relação às sociedades indígenas de Paraíba Nova?

¹ BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos. Códice 7, 4, 45 n.1 – Ofício de João Pacheco Lourenço e Castro ao Conde de Resende, informando sobre os produtos da indústria indígena no Distrito do Registro de Paraibuna, Registro de Paraibuna, 12 de agosto de 1797.

3.1 Uma trajetória singular

José Rodrigues da Cruz nasceu na Freguesia de Sant'Ana da Carnota, Arcebispado de Lisboa, em Portugal. Veio com o seu irmão para o Brasil, indo morar ambos na Capitania do Rio de Janeiro. Já se encontrava estabelecido na região de Paty de Alferes, na década de setenta, enquanto seu irmão, Antonio Ribeiro Avellar, na cidade do Rio de Janeiro.

Quando o Governo promoveu a abertura das Minas de Cantagalo para a exploração dos veios minerais, em 1787, José Rodrigues foi um dos primeiros a se aventurar naqueles sertões, com escravos e quinze bestas, onde teve contato com índios Coroados, que habitavam aquela região. Não ficou ali muito tempo, pois os depósitos eram pobres em ouro e a sua extração difícil, como foi constatado pelo próprio Governo.²

Era uma pessoa de iniciativa e sempre voltada para novos projetos. Com o seu irmão Antonio Ribeiro Avellar, o cunhado Antonio dos Santos e o sobrinho José Rodrigues Pereira de Almeida fundaram a sociedade comercial “Casa de Pau Grande”³, que controlava a fazenda de mesmo nome no Caminho para Minas, recebida por herança dos seus tios e pais⁴, após o término de um longo inventário, no qual foi o inventariante, no ano de 1788. A fazenda, de uma légua e meia, foi resultado da junção de duas sesmarias⁵,

² LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1963, vol. 8. p. 219.

³ PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil*. Nova York, Londres e Paris: Abbeville Press Publisher, 1995. pp. 22-23.

⁴ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*. Fundo: Família Werneck: Notações do microfilme 018.96: 1 a 12. Inventário da Fazenda Pau Grande.

⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro. (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968. pp. 27 e 29. Eram os seus tios: Francisco Gomes Ribeiro e Manuel Gomes Ribeiro. O primeiro conhecido por ter arrematado os cinco contratos dos rendimentos (transformando em um só) das entradas para Minas, Bahia, Pernambuco, Goiás, Cuiabá, Paranaguá e Paranapanema, em 16 de novembro de 1740. Esse contrato passou a vigorar em 1742,

concedidas aos seus tios entre as décadas de 40/50, no Caminho Novo. Durante alguns anos administrou a fazenda, deixando-a pouco após o falecimento de seu irmão.

Neste mesmo ano que finalizou o inventário, ele concorreu para Capitão das Ordenanças de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, disputando com o então Alferes Ignácio de Sousa Werneck e o Sargento Manuel de Azevedo Ramos (parente do Alferes Ignácio) na lista tríplice enviada ao Vice-Rei pelo Senado do Câmara, que indicou Ignácio S. Werneck.

Os constantes ataques dos índios no Distrito de Sacra Família e adjacências, nesse ano e no seguinte⁶, certamente influenciaram as reflexões de José Rodrigues da Cruz sobre as relações que os habitantes da região deveriam ter com os Coroados.

No ano seguinte, estabeleceu contatos com os índios de uma forma diferente das que até então se usavam na região (centradas na violência contra o indígena) e obteve bons resultados.

Quanto aos seus estudos, não conseguimos apurar se passou por alguma universidade, mas foi além das primeiras letras, como bem demonstra a redação das suas cartas, e esteve em contato com as idéias da ilustração portuguesa, que refletiam nas suas posições sobre a civilização dos índios.

ano que também obteve o contrato do suprimento de carnes para as Minas Gerais, o que estimulou a criação de gado nos Campos de Goitacazes e beneficiou os comerciantes do Rio, bem como aumentou os conflitos com índios Guarulhos e Coroados, naquela região.(vide LOBO, Eulália M. Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.p. 30).

Essa “tradição” de arrematar contratos importantes passaria depois ao seu sobrinho Antonio Ribeiro Avellar e o seu sobrinho-neto João Rodrigues Pereira de Almeida, na década de noventa.

⁶ Em 3 de outubro de 1788, o Vice-Rei Luis de Vasconcelos ordenava a Ignácio Werneck que colocasse guardas em locais que embaraçasse os selvagens e procurasse pacificar os espíritos dos moradores (vide Arquivo Nacional. Fundo da Família Werneck, notação do microfilme 003/91: Py 2.1). No ano seguinte os índios vindo de Valença atacaram e mataram os soldados do destacamento postado na Fazenda Estiva, numa cachoeira do rio, que a partir desta época, ganhou o nome de Rio das Mortes (passa próximo à cidade de Vassouras e desemboca no Rio Paraíba do Sul), conforme relata Alexandre Joaquim de Siqueira em sua curiosa Memória Histórica do Município de Vassouras, de 1852.

Sabendo Dom Rodrigo de seus esforços na civilização dos indígenas, lhe escreve uma carta, em 22 de outubro de 1798⁷, solicitando mais esclarecimentos sobre as suas idéias. Em resposta, expôs suas propostas de civilização dos índios do sertão, aproveitamento de madeiras e distribuição de terras no Médio Paraíba. A boa receptividade de suas propostas pelo Ministro da Marinha e Ultramar demonstrava a sintonia das suas idéias com as de um dos mais destacados quadros da ilustração portuguesa.

Entre as questões que mobilizavam a intelectualidade luso-brasileira do final do século XVIII e começo do XIX, três são importantes para a compreensão do contexto de onde emerge a proposta de José Rodrigues: a construção de um império luso-brasileiro, a economia civil e a civilização dos índios.

3.2 Uma saída para a crise colonial: o Império Luso-Brasileiro

Uma nova conjuntura se delineava para o Império Português no final do século XVIII: a diminuição dos rendimentos provenientes do Brasil entre as décadas de 60/ 80; o aumento da turbulência política na Europa; os efeitos da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa em diversas regiões do Império, com o sensível aumento de adeptos das idéias de revolução no ambiente Colonial, tudo isso levava as autoridades lusas a refletirem sobre esse novo quadro visando à formulação de novas políticas que pudessem superar as dificuldades que se avolumavam.

Nos últimos decênios do século XVIII, toda uma nova intelectualidade formada em torno da Universidade de Coimbra, reformada por Pombal, e também participante da

⁷ SOUZA, Joaquim Norberto Silva. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)* vol. 17, 1854. p. 503.

Academia Real de Ciências de Lisboa vai contribuir de uma forma ativa para pensar novos rumos para o Império.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho se destaca como o grande quadro político forjado pela ilustração portuguesa do final do século que vai contribuir na formulação da idéia de um novo arranjo político capaz de “integrar o desenvolvimento metropolitano e colonial (sem romper o sistema): é por aí que podemos compreender, nessa última etapa da Colônia, o caráter do abrandamento do exclusivo e de incentivo a produção colonial, combinado com uma política manufatureira e de reformas na metrópole – política reformista em suma”⁸.

Após o fracasso das tentativas revolucionárias (Revolução dos Pintos, em 1787, Inconfidência Mineira, em 1789, e a Conjuração Baiana, em 1798) a idéia do Império Luso-Brasileiro amplia a sua influência nos setores que buscam, na tentativa reformista, melhorar as condições de desenvolvimento da Colônia dentro Império Português.

D. Rodrigo vai defender que o português “nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português e não se lembre senão da glória e grandeza da monarquia a que tem a fortuna de pertencer”⁹, incentivando uma proposta que conciliasse as aspirações metropolitanas e coloniais, defendendo “uma espécie de federalismo luso universal, no qual cada território seria considerado, segundo a expressão de Souza Coutinho, uma ‘província da monarquia’”¹⁰. O progresso deveria atingir a todos no Império.

A adesão de círculos letrados naturais da colônia às propostas de D.Rodrigo reflete uma confluência de interesses de parcelas da elite colonial com iniciativas que diminuísse a

⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 236.

⁹ NEVES, Guilherme P. Como o fio de Ariadne no intrincado labirinto do mundo: a idéia do império luso-brasileiro em Pernambuco (1800-1822). *Ler História*. Lisboa. 39 (2000) p. 55.

¹⁰ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 63.

insatisfação presente no trato desigual entre os naturais do Brasil e de Portugal, o que a proposta do Império Luso-Brasileiro visava superar.

Os desdobramentos dessas idéias no campo econômico e no desenvolvimento de pesquisas repercutiram no final do século XVIII e início do XIX.

3.3 A economia civil

No Reinado de D. Maria I e, principalmente, na Regência de D. João foi posto em prática uma nova política econômica, que vai aos poucos abandonando um mercantilismo ortodoxo em prol a uma prática mais eclética que mesclava influências do pensamento fisiocrata e liberal, frutos de novas concepções introduzidas na Era Pombalina.

Como resposta à nova conjuntura esse conjunto de idéias econômicas fora resultado do filtro das idéias iluministas em Portugal: a chamada ilustração portuguesa.

Essa deu seus primeiros passos na década de 40, quando a influência dos estrangeirados de D. João V começava a se fazer sentir com a publicação de um livro que causou muita polêmica, por ser contra a influência da escolástica no ensino, defendida pelos Jesuítas: *Verdadeiro Método de Estudar*, do padre oratoriano Luís Antonio Verney publicado em 1746, na Itália.¹¹ O livro provocou enorme debate dentro do país e contribuiu para a abertura de Portugal às Luzes.

¹¹ VERNEY, Luís Antonio. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed. 1950. Verney foi para Roma em 1736, com 23 anos, onde se inscreveu em Estudos Universitários, graduando-se em Teologia e em Jurisprudência Civil. Na década de quarenta participa da Arcádia de Roma e escreve a sua obra fundamental para toda uma nova geração de portugueses. Até a sua morte, em 1792, nunca mais retornou a Portugal.

As obras de Antonio Pereira de Figueiredo, José de Seabra da Silva e Antonio Ribeiro dos Santos¹² dariam continuidade a esse embate no campo da teoria política e o convite de Pombal a Domenico Vandelli, da Universidade de Pádua, para cátedra em Coimbra, em 1764, apontavam para um esforço que visava à mudança de paradigmas nos diversos campos do conhecimento.

A reforma na Universidade de Coimbra, em 1772, vai dar condições para a criação de um lugar propício para difusão das novas idéias de filosofia natural e economia civil. Será das suas fileiras que sairão uma nova safra de intelectuais lusos e luso-brasileiros que influenciaram o Império na década de 90.

A influência de Vandelli¹³ sobre toda uma geração de intelectuais, somada à criação da Academia Real de Ciências de Lisboa resultaram em uma série de estudos e memórias que se debruçaram sobre os problemas econômicos e o inventário de riquezas do Império Português.

As noções de economia em Vandelli eram baseadas nas concepções de outro italiano que lecionava em Nápoles: A.Genovese. O termo “economia civil” usado por Vandelli em vários textos provinha do famoso livro *Lições de comércio ou economia civil* (1765) de Genovese. As concepções deste baseavam-se num mercantilismo abrandado, que rejeitava

¹² Vide o texto de DIAS, José Sebastião da Silva. “Pombalismo e Teoria Política”. In: *Cultura, História e Filosofia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica: Centro de História da Cultura da Universidade Nova Lisboa, 1982, vol. 1, para conhecer mais sobre esses autores e sua influência em Portugal.

¹³ Para um melhor conhecimento das idéias de Vandelli, sua influência sobre uma geração de intelectuais e a produção intelectual da época, consultar: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001. Capítulo IV; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A Academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808). In: FURTADO, Júnia F. (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. Introdução e Capítulo I; DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia.das Letras, 1997, capítulo 6.

um metalismo estreito e considerava o comércio a mola principal de uma nação, sobre o qual o desenvolvimento das artes e das indústrias deveria se apoiar.

É sobre esse arcabouço teórico que misturaram as influências fisiocratas e liberais que deram nascimento a uma política que estimulava a industrialização metropolitana e a modernização agrícola no Brasil, com a busca de novos recursos naturais e a aclimação de outros produtos provenientes de outros cantos do Império, com intuito de gerar novas riquezas que compensassem as perdas com os decréscimos dos rendimentos das minas e também dessem condições à superação daquele momento de crise, com vantagens para todos os súditos, como propunha Dom Rodrigo:

Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro grande projeto do legislador político, unindo-lhe também o cuidado de assegurar-lhes com mais extensa navegação o seu consumo na Europa, por meio da Metrópole, nas mais partes do mundo por meio dos outros domínios que nossa real Coroa possui.

Não seria contrário ao sistema de províncias com que luminosamente se consideram os domínios ultramarinos, o permitir que neles se estabelecessem manufaturas; mas a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes, que devem animar-se na Metrópole para assegurar e estreitar o comum nexos, já que a natureza do terreno lhe nega as vantagens de um a extensa agricultura.

Que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamante etc., as suas matas e arvoredos para madeiras de construção, as indústrias já existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho de cânhamo, as carnes salgadas etc., e as novas culturas de canela, do cravo da Índia, da noz moscada, da árvore-pão, lhe prometem justamente, com extensão

da sua navegação, uma renda superior ao que jamais poderia esperar das manufaturas e artes, que muito mais em conta, por uma política bem entendida, podem tirar da Metrópole?¹⁴

A união do cientificismo e do utilitarismo encontra a sua expressão teórica mais acabada em Vandelli e sua execução prática no direcionamento dado por D.Rodrigo a um conjunto de atividades desenvolvidas por uma rede de pesquisadores nas Colônias e na Metrópole, em prol do progresso da economia da nação, no final da década de 90.

Essas preocupações em desenvolver a América Portuguesa vão colocar o problema da mão-de-obra em relevo, pois para produzir são precisos braços, técnicas e terras. Para a expansão em novas terras, deparavam na fronteira social com as sociedades indígenas que poderiam ser incorporadas, com o intuito de liberarem as terras e utilizarem os braços para novos cultivos. O Estado voltava a rediscutir o papel das sociedades indígenas nessa nova conjuntura, em que críticas ao Diretório Pombalino começavam a aflorar em vários cantos, através de memórias diversas.

3.4 A civilização dos índios

Para Manuela Carneiro¹⁵, a partir do início da Colonização até o “Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios”, de 1845, os interlocutores da questão

¹⁴ Apud: VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1987. p. 9.

¹⁵ CUNHA, Manuela Carneiro. Política Indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 133. CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. pp. 166-167.

indígena variaram, por conta de interesses divergentes, em três momentos distintos, que podem ser divididos nos seguintes períodos:

- 1- De 1500 a 1759 – Os moradores, os jesuítas e o Estado;
- 2- De 1760 a 1822 – Os moradores e o Estado Português;
- 3- De 1822 a 1845 – O Estado Nacional;

Ressalta-se que, praticamente, em nenhum desses momentos as sociedades indígenas tiveram representação real em nível algum, “só se manifestam por hostilidades, rebeliões e eventuais petições”¹⁶ e que em relação ao 3º período proposto por Manuela nem sempre o Estado Nacional representava os interesses dos moradores, podendo também divergir quanto aos interesses e práticas .

Quando José Rodrigues da Cruz começa o seu contato com os Coroados estava em vigência o Diretório Pombalino (1758), que já sofria diversas críticas referentes à forma como vinha sendo aplicado e seus pífios resultados.

O Diretório, lançado inicialmente para ser aplicado no Pará e Maranhão, estava ligado às necessidades geopolíticas do Estado Português de garantir a conquista efetiva dos territórios no Norte do Brasil perante a Espanha, dentro da discussão dos limites resultante do Tratado de Madri, de 1750.

A edição do Diretório vinculava-se à estratégia de garantir a posse dos territórios, pelo princípio de *uti possidetis* (cada parte há de ficar com o que atualmente possui), pois promovia a presença portuguesa na região através de vários artigos como: o da transformação de aldeias em vilas portuguesas (rebatizadas com nomes lusos), o da obrigatoriedade do uso e ensino do português e a proibição da língua materna de cada sociedade indígena, o que incentivava aos casamentos mistos para garantir uma mistura

¹⁶ IDEM, p.133.

étnica, o que proibia a construção de habitações coletivas de tradição milenar, o que instituía a figura do diretor com diversas atribuições, entre elas a organização da distribuição da mão de obra indígena, em substituição ao controle espiritual e temporal dos jesuítas¹⁷.

A experiência do Sul, onde os jesuítas espanhóis e os guaranis resistiram à demarcação pesou na mudança da legislação no Pará e Maranhão, mas não podemos reduzi-la somente às preocupações de ordem geopolíticas mais gerais, pois existiam também os conflitos pela mão de obra na região, assinalado pelo irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará, em cartas a Corte.

A diminuição da influência jesuítica na região ampliou a oferta de braços indígenas para o desenvolvimento regional, que favorecia a lógica de expansão e consolidação da fronteira norte do Império Lusitano.

Como boa parte da catequese e conversão no Estado do Brasil também estava nas mãos dos jesuítas, a extensão da legislação para essa região logo se efetiva, dentro de uma lógica que visava enfraquecer a Companhia (expulsa das Colônias, em 1759, e extinta, em 1773), alijando-se assim um dos interlocutores na formulação política indígena do Estado Português.

Bafejada por novas luzes, a questão indígena passava do discurso centrado em preocupações religiosas de catequese e conversão para outro, em que a preocupação de ordem econômica se faz presente, pela incorporação de braços na Colônia, através da civilização e catequese dos índios, nessa nova legislação. Não se tratava mais de priorizar a

¹⁷ FREIRE, José Ribamar Bessa. A organização da força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e Peru. In: BERG, Walter B. et al (editores). *As Américas do Sul: O Brasil no contexto Latino-Americano*. S/local: Max Niemeyer Verlag Tübingen, 2001.

salvação da alma e sim de levar para aqueles selvagens embrenhados nos matos a felicidade inerente à vida civilizada, através da sua “sujeição” as leis e ao trabalho para serem úteis ao Império.¹⁸

Nas décadas de 80/90, surgirão as críticas ao Diretório feitas por novos quadros políticos, burocráticos e intelectuais que estavam envolvidos com a ilustração portuguesa: Manoel do Couto Reys (1785)¹⁹, Alexandre Rodrigues Ferreira (1787)²⁰, Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1788)²¹, D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1796)²², Francisco de Souza Coutinho (1797)²³ e José Arouche Toledo Rendon (1798)²⁴, entre outros que escreveram memórias sobre o tema no período.

Reys, Sousa Coutinho e Redon criticam a figura do Diretor que comete abusos contra os índios, recusam dar lhes educação, seguem seus próprios interesses transformando-se em “tiranos”, “senhor absoluto” dos índios e de seu trabalho:

Extintos os Jesuitas, entrarão Directores Seculares a governar as Aldeas, os quaes seguindo a estrada, e engolfados no Mar da ambição, nada mais quizerão, e querem, que o augmento do seo próprio interexe; e quando por casualidade algum índio mais ladino repugna obedecelos, pintão queixumes com tão vivas cores, que sendo meras aparências da verdade, se representam como realidade. Nunca se intereçarão na

¹⁸ Para uma melhor contextualização da legislação indígena colonial, ver o texto: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

¹⁹ REYS, Manoel do Couto. Manuscritos de 1785

²⁰ ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1997. pp. 230-231 e 242-243.

²¹ IDEM, pp. 338-339. BIBLIOTECA NACIONAL

²² COUTINHO, D. José J. da Cunha Azeredo. *Concordância das Leis de Portugal e das Bulas Pontifícias das quais umas permitem a escravidão dos pretos da África e outras proibem a escravidão dos índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1988. pp. 20-23.

²³ ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1997. pp. 239-240 e 333-334.

²⁴ RENDON, José A. Toledo. Memória sobre as aldeias da Província de São Paulo. *RIHGB*.

educação dos meninos para lhes fazerem criar outro gênero de capricho, contrario ao que recebem de huns Pays mal morigerados.²⁵

Alexandre Ferreira, grande naturalista brasileiro, que esteve em viagem exploratória no Estado do Grão-Pará, nos anos de 1783/17, avalia que os índigenas “são galos do campo, por mais milho que se deem com dificuldades se habituam”²⁶, plantam apenas o que necessitam e qualquer admoestação do diretor ou do pároco faz com que abandonem o aldeamento. Nos seus relatórios, avalia que o Diretório apresentava problemas.

Redon propõe que os selvagens se sujeitem às mesmas ordenações que tem o resto do povo, sem serem apartados em aldeias e que se retirem os Diretores, no que concorda Souza Coutinho.

Azeredo Coutinho acha que devem “chamá-los para a comunicação dos portugueses pelos meios doces e pacíficos”; Reys defende que “a Natureza igualmente dotou a esta gente, fazendo-a capaz de exercitar empregos, e exercícios de ponderação, e de possuir os mais delicados sentimentos da humanidade, depois de bem regularmente instruída”.

Barreto é o único que tem um plano de civilização que foi solicitado pelos índios da Bahia e dos quais se põe como porta-voz (o que não quer dizer que não tenha interferido no texto): propõe a nomeação régia de um missionário para catequese, repartição das terras místicas próximas as aldeias pelos índios, a nomeação de um diretor que não tenha direito sobre a sexta parte paga pelos índios, auxilio a edificação e reforma de templos nas aldeias, nomeação de um procurador-geral, além de outras reivindicações de cunho mais localizado.

²⁵ REYS, Manoel do Couto. Manuscritos de 1785

²⁶ ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1997. pp. 230-231 e 242-243.

Por conta desse conjunto de críticas e sugestões no trato com os povos indígenas, das quais as principais influências foram as propostas de Souza Coutinho, a Coroa irá extinguir o Diretório, colocando em seu lugar a Carta Régia de 12 de maio de 1798.

As principais novidades dessa nova lei são resumidas por Almeida²⁷: ela visa “eliminar os efeitos abusivos do controle, pelos diretores de aldeias, dos rendimentos auferidos com o trabalho dos índios”; modifica o conceito de descimento através do seu abrandamento; libera os índios de qualquer sujeição, podendo “qualquer um que for ao sertão estabelecer contato com índios, podendo até mesmo trazê-los para as regiões civilizadas, sob a condição de que fossem educados e instruídos por aqueles que os persuadiram a deixar suas habitações de origem”.

Essa nova legislação, além de suprimir o Diretório, reiterou a liberdade e igualdade dos vassalos índios, incentivou os casamentos mistos, vinculou o controle das populações aldeadas aos juízes e câmaras, criou os Corpos de Milícias de alistamento obrigatório e os Corpos Efetivos do Serviço Real.²⁸

A nova legislação permitia que pessoas como José Rodrigues da Cruz se embrenhassem pelos sertões e fizessem contato, comércio e trato com os índios, em nome da Coroa Portuguesa, o que antes só era permitido a religiosos regulares e funcionários.

A revogação do Diretório, na prática, não extinguiu o exercício de boa parte dos seus 95 artigos, tanto isso é verdade que o próprio José Rodrigues seria nomeado diretor dos índios, por recomendação de Dom Rodrigo, no início do século XIX, demonstrando que

²⁷ ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1997. pp. 46-47.

²⁸ SAMPAIO, Patrícia Melo. Desigualdades étnicas e legislação Colonial Pará, c. 1798-c. 1820. *Amazônia em Cadernos*. Manaus, n.6, pp. 271-316, jan/dez. 2000.

oficialmente continuava como principal referência da legislação sobre a política indígena, até a edição do Regulamento das Missões, em 1845.

Houve um retrocesso localizado em relação à liberdade dos índios com a chegada da Corte ao Brasil, pois D. João VI emitiu três cartas Régias (13/5/1808, 05/11/1808 e 02/12/1808) que desencadearam inéditas guerras ofensivas contra os Botocudos do Rio Doce (Províncias de Minas e Espírito Santo) e os Coroados dos Campos de Garapuava (Província de São Paulo, atual Paraná), com reflexo momentâneo na correlação de forças entre os adeptos da violência como forma de atuação com os índios e os adeptos da brandura, no seu trato, dentro e fora do Estado Português. Essas cartas são revogadas somente em 1831, pela Regência.

Após a proclamação da Independência do Brasil, a questão indígena volta ao debate, na Assembléia Constituinte, na década de 20, e no IHGB, no final de 30, início dos anos 40. As sociedades indígenas perdiam nessa época o peso demográfico nas principais províncias do Império (Rio, Minas e São Paulo) e a questão passa a ser vista mais pelo ângulo da disputa pela posse das terras indígenas do que do aproveitamento da mão-de-obra a ser incorporada pela Nação Brasileira²⁹.

A geração de intelectuais brasileiros que participara ou acompanhara o debate nos anos 90 voltava a opinar sobre a questão: João Severiano Maciel da Costa (1821)³⁰, José Bonifácio de Andrada e Silva (1823)³¹, José Arouche de Toledo Rendom (1823)³²,

²⁹ Nas províncias do Pará, Mato Grosso, Goiás, Amazonas, mais distantes, de menor peso na representação e disputa política a questão da mão-de-obra indígena se colocava de outra forma, mas não transparece de forma incisiva no debate político do período.

³⁰ COSTA, João S. Maciel. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. IN: *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fundação Petrólio Portella, Ministério da Justiça, 1988. pp. 9-59

³¹ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. IN: DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras. pp. 89-121.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto (década de 30)³³, Januário Barbosa (1839)³⁴, além do cientista alemão Von Martius (1842)³⁵.

Para dar conta desse problema, não se pode esquecer, em primeiro lugar, do debate que se desenvolvia desde o século XVIII e que ganha dramaticidade no século XIX: como se deveria tratar os índios: com brandura ou ferocidade? Dessa questão derivava outra: seriam eles humanos ou animais? Essas discussões teóricas acarretavam conseqüências práticas: a possibilidade ou não de se civilizarem, isto é, de serem incorporados à nação, virarem “caboclos” (civilizados ou catequizados), de não serem mais considerados “índios bravos” pela sociedade envolvente.

Na categoria de “índios caboclos ou catequizados” se enquadram todos aqueles que “já eram catequizados, conheciam a língua portuguesa – ainda que falassem a língua geral – e tinham uma longa história de contato e de conflito. Eram identificados como ‘índios’ ou ‘caboclos’ pela população regional. Continuavam a viver em comunidades, em terras concedidas ou reconhecidas pela própria Coroa Portuguesa”.³⁶ Cabe acrescentar a essa categoria proposta por Bessa e Malheiros a possibilidade de se falar outra língua indígena que não seja a geral.

³² RENDON, José Arouche de Toledo. Memória sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798. Opinião do autor sobre sua civilização. *RIHGB*. Rio de Janeiro, volume 4, 1844. pp. 295-317

³³ BARRETO, Domingos A. B. Muniz. Memória sobre a abolição do comércio da escravatura. IN: *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988.

³⁴ LINDOSO, Dirceu. O cônego e a catequese indígena (sobre o discurso historiográfico de Januário da Cunha Barbosa). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 110, pp. 67-90, 1990.

³⁵ MARTIUS, Carl F.P. von. *O estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

³⁶ FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Marcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Edição do programa de estudos dos povos indígenas/Dept. de Extensão/SR3 – UERJ, 1997. p. 62.

O conceito de “índios bravos” refere-se aos que “mantiveram sua autonomia tribal, relativo controle sobre o seu território e conservavam suas línguas, uso e costumes”.³⁷

O conceito de civilização é o indicado por Elias:³⁸

expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.

Cabe aqui a advertência de Elias sobre o fato de que o significado de Civilização não é o mesmo para as diferentes nações européias, particularmente entre franceses e ingleses de um lado e alemães de outro. Essa advertência deve ser levada em conta quando do debate sobre os índios, no século XIX.

Dois intelectuais do século XIX se colocam em campos opostos em relação à humanidade dos ameríndios: José Bonifácio e Von Martius.

Para Bonifácio, inspirado em Rousseau, o homem nasce livre e vive no Estado da Natureza, sendo ele bom e nobre. Os seres humanos seriam capazes da perfectabilidade, isto é, “o poder que o homem tem e somente ele de transformar suas condições naturais de

³⁷ FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Marcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Edição do programa de estudos dos povos indígenas/Dept. de Extensão/SR3 – UERJ, 1997. p. 63.

³⁸ Elias, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. Vol.1

existência, de se extrair da natureza, de se impor a si mesmo suas determinações”.³⁹ No caso dos índios brasileiros, eles seriam humanos, capazes da perfectabilidade, mas só o estado da Sociedade, no entanto, lhes permite realizar a perfeição. Os índios careceriam de Sociedade e caberia ao Estado fornecer-lhes a possibilidade de saírem de sua natureza bruta e formarem uma sociedade civil, sujeitando-se aos civilizados.

Para Von Martius⁴⁰, os ameríndios eram provenientes de uma humanidade degenerada, corrupta e fraca, portanto inferior a européia e fadada a extinção, a sua posição era baseada em Buffon e Cornelius de Pauw. Para ele, havia uma “incapacidade para o progresso” por parte dos ameríndios, pois tinham uma “insociabilidade irreduzível”, pois proviam de uma degeneração de uma civilização, numa rota inversa da que propunha José Bonifácio que achava que deveriam evoluir para a civilização⁴¹. Seriam, portanto, incapazes de perfectabilidade, abrindo com as suas posições campo para a defesa da violência e do extermínio dessas feras, selvagens, bárbaros⁴², como tantas vezes transpareceu inclusive na correspondência oficial.

No debate do século XIX, é interessante notar que, tanto para os que defendem a humanidade dos ameríndios como para os que dela discordam, não existem sociedades

³⁹CUNHA, M.C. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. pp.169.

⁴⁰MARTIUS, Carl F.P. von. *O estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. pp. 11-14 e 91-94.

⁴¹CUNHA, M.C., Idem. Pp. 165-172. Aqui ela analisa o desenvolvimento das idéias de José Bonifácio, principal referência da questão indígena da independência até 1845. Comenta também a fonte das idéias de Von Martius.

⁴²Os romanos chamavam os outros povos de bárbaros, isto é, não civilizados. A palavra bárbaro significava originariamente canto desarticulado das aves, cfe. Levi-Strauss informou. Portanto, bárbaro era o que é da natureza – ave – em oposição ao que é da cultura – romano. Da mesma forma selvagem vem de selva, isto é da natureza, em contraposição ao doméstico, isto é, amansado, civilizado, dominado. Percebe-se nos discursos a colocação dos índios (considerados como indivíduos e não sociedades) no campo da Natureza em contraposição a Civilização, como uma constante no debate do novecentos, que persiste até hoje inclusive no discurso da mídia e de algumas ONG’s. Para melhor aprofundar na discussão sobre Natureza, ver: GONÇALVES, Carlos W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.

índigenas: são hordas, bandos, famílias errantes, etc., nunca são encarados como outras sociedades.

Todos os que participaram do debate no Império se posicionaram sobre a forma de tratar os índios e quem deveria fazê-lo:

Para Rendon:

1- Convêm extinguir para sempre o bárbaro costume de atacar os índios como inimigos, exceto em defesa; eles nos temem, e desejam a nossa amizade: 2 – Convêm em toda a ocasião trata-los bem, afim de que pelo seu próprio interesse procurem o nosso auxilio, ou seja, contra as suas precisões, ou quando se vêm atacados por outras hordas mais poderosas⁴³

Já Maciel da Costa sugeriu:

Para este gênero de empresas pensamos nós que é perder tempo querer buscar outros conquistadores que não sejam eclesiásticos seculares ou regulares, instruídos e virtuosos. “O ar doce e santo, a intrepidez e paciência de um sacerdote bem convencido das verdades da religião”, diz Mr. des Lozières, “inspiram muito maior respeito ao selvagem e o penetram muito mais do que o tom ameaçador e os raios de uma tropa guerreira. Semelhante à gota d’água que penetra o rochedo, a unção do religioso acaba por ganhar o coração do selvagem e reconduzi-lo aos verdadeiros princípios da natureza, que só conhece quem tem

⁴³ RENDON, José Arouche de Toledo. Memória sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798. Opinião do autor sobre sua civilização. *RIHGB*. Rio de Janeiro, volume IV, 1844. p. 317.

uma religião ilustrada. Um cenobita vale mais que um exército contra antropófagos.”⁴⁴

José Bonifácio, nos seus apontamentos apresentados, em 1823, para a Assembléia Constituinte lista um conjunto de medidas para a catequese:

- 1) Brandura, constância e sofrimento da nossa parte, que nos cumpre como a usurpadores, e cristãos.
- 2) Criar um colégio de missionários para preparar a catequização;
- 3) Atrair missionários virtuosos, instruídos e prudentes com jurisdição eclesiástica e de polícia civil;
- 4) Os novos missionários devem morar com os antigos com experiência antes de uma experiência própria;
- 5) Instalação de pequenos presídios militares próximos dos aldeamentos, cujos comandantes obrarão de acordo com os missionários;
- 6) Presídios de 20 a 60 homens;
- 7) Bandeiras com homens honrados, línguas e um missionário para persuadir e catequizar com presentes, promessa e bom modo.
- 8) Bandeiristas não devem acreditar nos índios bravos cegamente.
- 9) Levar aparelhos tecnológicos que os maravilhem.⁴⁵

⁴⁴ COSTA, João S. Maciel. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. IN: *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988. p. 43.

⁴⁵ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. IN: DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 89-121.

A separação dos filhos dos pais, por serem considerados os últimos mais difíceis de dobrar, é uma constante em quase todas as propostas (Bonifácio, Januário Barbosa, Maciel da Costa e Rendon) que defendem para a mocidade a uma educação mais sistemática. Quanto ao trabalho, deveria ser adaptado às tarefas nas quais já estão acostumados a lidar: caça, pesca, atividades de marinha.

A integração dos índios na sociedade pela sua sujeição e perda da própria etnicidade é o caminho que apontam para o índio naquele momento. As diferentes propostas quanto à tutela e quem as detém são outras divergências entre os autores.

É difícil de mensurar com precisão a repercussão do debate sobre a política indígena, em Valença, no final do século XVIII e começo do XIX, mas certamente muitas dessas idéias chegaram ao conhecimento dos agentes políticos no trato com os Coroados. Não só José Rodrigues da Cruz, mas após a sua morte (1804?) os outros diretores: Padre Manoel Gomes Leal, Ignácio de Souza Werneck e Miguel Rodrigues da Costa, além dos Juízes Conservadores e os Juízes de Órfãos tiveram ocasiões para ter acesso a informações, legislações e posições derivadas de idéias constantes nas mais diversas memórias.

Entendemos que é importante verificar como se fazia a difusão de idéias no interior da Colônia e, posteriormente, do Império Brasileiro para que melhor aquilatemos as informações que chegaram ao ambiente onde se deu o processo de aldeamento.

3.5 Comunicações coloniais

Para desvendarmos um pouco o véu que cobre a circulação de notícias nos séculos XVIII e início do seguinte, nos socorremos nas pesquisas de Carlos Rizzini⁴⁶ e Júnia Furtado⁴⁷ sobre circulação de notícias e correspondências no Brasil.

Rizzini informa que:

Existia já no Reino o correio interno desde 1520 quando em 9 de junho de 1657 o rei Afonso VI, então sob a tutela de D.Luiza de Gusmão, ‘na segurança dos seus reinos e a petição dos homens de negócios deles’, instituiu o ofício de correio-mor do mar para o despacho de correspondência entre o estrangeiro e Portugal e suas conquistas, excepto a Índia.⁴⁸ (**grifos nossos**)

Já o correio terrestre no Brasil apareceria em 1666, através do estabelecimento do correio-mor, que não fazia muito sucesso entre os habitantes, pois o público

não queria saber de correio para nada. Obstou a introdução do terrestre e combateu a do marítimo. Em mão própria iam as cartas a domicílio, de graça e secreta.(...) Não podendo fugir ao navio os colonos fugiam ao sacco da correspondência, nada valendo a proibição

⁴⁶ RIZZINI, Carlos. O livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

⁴⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócios: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁴⁸ RIZZINI, Carlos. IDEM, p.176.

aos passageiros e tripulantes de conduzirem cartas nos seus fatos e aos capitães de o fazerem fora da arrecadação.⁴⁹

Assim mesmo depois de estar instituído e funcionando o correio

o marinheiro, o almocreve e incidentemente o viajante, foram os portadores e novidadeiros da Colônia. O tropeiro era 'carreção e mensageiro, condutor e estafeta, o homem que transportava as utilidades e as idéias, os bens materiais e as notícias do mundo.⁵⁰

O correio era arrematado a terceiros por contrato, mas a partir de 1798, houve a incorporação ao Estado, pelos alvarás de 18 de janeiro e 16 de Março do ano antecedente.

A justificativa dada pelo ministro D.Rodrigo refletia o momento político:

o perigo que pode haver em confiar tais estabelecimentos a particulares, ... de que é evidente testemunho o facto da América Inglesa, onde Franklin produziu a grande revolução servindo-se do officio de correio-mor.⁵¹

É importante notar que coube aos mineiros

a introdução dos correios na Colônia, senão de correios propriamente dito, ao menos de mensageiros regulares. Um dos ônus dos contratadores de diamantes, desaparecidos em

⁴⁹ RIZZINI, Carlos. O livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. p.180.

⁵⁰ RIZZINI, Carlos. IDEM. p. 175

⁵¹ RIZZINI, Carlos. IBIDEM. p. 177

1771 com o regime da real extração, consistia em manter o Tijuco unido a Vila Rica e ao Rio de Janeiro por dois e três estafetas periódicos.⁵²

Júnia ressalta que na

trilha das rotas das mercadorias, tornou-se forçoso o estabelecimento de linhas de troca de informações. A expansão do sistema de crédito, de juros, a necessidade de abastecimento de lugares cada vez mais distantes, a flutuação de preços, orientados agora pelo mercado, requeriam um sistema de informações cada vez mais preciso ‘sobre eventos espacialmente distanciados. Por isso, a partir do século XVI, a troca antiga de cartas comerciais foi transformada numa espécie de sistema corporativo de correspondência’, e as organizações comerciais aperfeiçoaram um sistema de correspondência que tornasse mais eficiente a troca de informações, necessárias a um momento em que o comércio se desenvolvia em escala mundial.(...)

Essas possuíam um caráter privado e não tinham como objetivo tornar públicas suas informações.⁵³

Furtado trabalha no seu livro com as cartas trocadas entre Francisco Pinheiro e seus correspondentes nas Minas. Essas cartas registravam “diversas informações sobre o cotidiano e acontecimentos públicos, que repercutiam sobre a atividade comercial”, ora entre os assuntos que participavam do cotidiano dos comerciantes do interior a questão dos índios certamente tinha um espaço, na medida que representavam um risco aos seus

⁵² RIZZINI, Carlos. IBIDEM. p.178

⁵³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. pp. 20-21.

negócios e que no caso da região de Paty de Alferes e Valença deveriam necessariamente se posicionar sobre esse problema, tão presente no final do oitocentos.

Em relação à correspondência familiar e comercial de José Rodrigues Cruz, não tivemos êxito em encontrá-la, somente tivemos acesso àquela que trata da civilização dos índios com o Estado Português, mas necessariamente ela existia, pois, constantemente, se relacionava com os seus sobrinhos⁵⁴, com o seu irmão⁵⁵, por conta da sociedade que tinham em Pau-Grande e outros negócios.

Outra pista é dada pelo caso de Mariano José Pereira, o futuro Marquês de Maricá, que era sobrinho de seu irmão e que esteve envolvido na Devassa da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1794).

Nos autos da Devassa, no decorrer da acareação, Mariano revela que se correspondia com “o Dr. Domingos Wandelli”(sic)⁵⁶, o desembargador Francisco Franco Pereira e o negociante José Ramos da Fonseca todos em Lisboa. Afirma que

não freqüentava, fora das casas do dito Manoel Inácio da Silva Alvarenga e José Caetano de Araújo, mais que as de alguns seus parentes, onde se tratava dos negócios atuais da Europa era meramente sobre os sucessos da guerra e considerações do comércio, pois que igualmente constava que ele, em outras casas e outros lugares, falava nestas matérias, lendo alguns papéis que tratavam delas e mostrando grande complacência dos sucessos prósperos dos franceses, a quem dava grande elogios (...)⁵⁷

⁵⁴ Referimo-nos aqui a João e José Rodrigues Pereira de Almeida, irmãos, o primeiro comerciante, futuro Barão de Ubá, estabelecido no Rio e o segundo em Lisboa, os quais tinha trato comercial e de afinidade José Rodrigues da Cruz.

⁵⁵ Antonio Ribeiro Avellar, que com os seus sobrinhos e cunhado eram os principais contratadores do final do século XVIII e que seria o patriarca de uma série de Barões do 2º Reinado, na região do Paraíba.

⁵⁶ Na Devassa a grafia está assim, mas não temos dúvida que trata-se do professor de uma geração de intelectuais: Domenico Vandelli, que fora professor de Mariano em Coimbra.

⁵⁷ *Autos da Devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1721*. Niterói: APERJ,RJ:UERJ,1994.p.163.

Essa passagem demonstra que se discutia tudo que de alguma forma poderia afetar o comércio e que gravitavam em torno de José Rodrigues parentes que tinham formação universitária e estavam sob a influência das luzes portuguesas.

José Rodrigues teve 15 filhos, não poderia algum ter estudado em Coimbra? O seu irmão Antonio teve 10 filhos, um com certeza estudou no exterior, como indica esta passagem da visita pastoral de D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro, em 1813, na região de Pati de Alferes:

A fazenda do Pau Grande é famosa (...) tudo feito por José Rodrigues da Cruz, mas está em decadência, porquanto a dona é uma viúva de 70 anos⁵⁸, com muitos filhos e filhas, dos quais quatro ainda são solteiros.

Visitei o oratório e falei a toda família de passagem. Notei o falador José Maria, genro da viúva, e o filho da mesma, Francisco Ribeiro de Avelar, que estudou em um colégio na Inglaterra.⁵⁹

Chama a atenção outro fato, que pode ser relacionado com a questão circulação de idéias iluministas e José Rodrigues: seu irmão respondeu a Devassa da Inconfidência Mineira, em 1791, por ter hospedado por diversas vezes Tiradentes, que conhecia desde 1776, por ocasião da vinda de tropas de Minas para a Guerra do Sul.

⁵⁸ Trata-se aqui de D. Antonia Maria da Conceição, tia de Mariano José Pereira, viúva de Antonio Ribeiro Avellar, que depois da morte deste, em 1794, resolveu sair do Rio de Janeiro, onde morava para a Fazenda de Pau-Grande, do qual seu marido tinha uma parte. Morava com ela, entre outros o seu genro Luiz Gomes Ribeiro que comprou a parte de José Rodrigues da Cruz, em 1797 e passou a administrar a fazenda até 1810.

⁵⁹ STULZER, Frei Aurélio. *Notas para a História da Vila do Pati do Alferes*. Pati de Alferes: Comissão Executiva do Centenário da Matriz de Patí do Alferes, 1944. p.38.

Joaquim José da Silva Xavier policiava a estrada do Rio para Minas, tendo passado diversas vezes por Pau Grande. Nos autos da devassa ele é inquirido sobre a declaração que fazia acerca dos homens de negócio do Rio:

(...) E também tendo dito que o Rio de Janeiro todo principalmente os Homens de Negócio eram deste partido, e que as Nações Extranjeiras davam auxílio, não declarou nada a este respeito, o que agora deve fazer com todas as circunstancias, e individuação.

(...) E que quanto ao Rio de Janeiro e ao socorro das Nações Extranjeiras confessa elle respondente tel-o dito a algumas pessoas, mas era idéia para melhor persuadir àquelas a quem falava; porque nem tinha nesta cidade partido.(...)⁶⁰

Em que pese o desmentido de Tiradentes, o fato é que em outro documento da época encontramos um depoimento que demonstra a difusão de novas idéias, inclusive as revolucionárias no seio de negociantes:

O proprietário, que possuía cem escravos na sua propriedade, era um rico negociante do Rio.(...) Esse proprietário reclamava muito da opressão da pátria mãe: do monopólio, proibições e taxas que arruinavam o comércio, destruíam a agricultura e desencorajavam a indústria. Segundo ele, com os impostos e as restrições que foram impingidos ao Brasil, não seria nenhuma surpresa se os habitantes da colônia, tendo

⁶⁰ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Inconfidência Mineira. São Paulo: Global Ed., 1983 (História Popular n. 14). pp. 62-63.

como exemplo os irmãos do norte do continente, se livrassem do jugo português e assegurassem a sua independência.⁶¹

Comprovando que havia um fluxo de informações constante entre a elite comercial da praça do Rio de Janeiro e a Europa/América, que nem a censura inibia.

3.6 Um aldeamento diferente

Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar que o aldeamento que surgiu em Valença tinha característica ímpar em relação a outros já existentes no Rio de Janeiro, pois, além de não ser de origem jesuítica (São Lourenço, São Barnabé, etc.), de origem missionária (São Fidelis, Santo Antonio de Pádua) ou militar (São Luiz Beltrão), era uma iniciativa particular.

O que fez com que José Rodrigues fosse o “único que conserva aliança” com os Coroados e estivesse disposto a aldeá-los? O fato de ter acesso a novas idéias da ilustração portuguesa (através das correspondências e conversas), de querer pratica-las, de ter meios necessários para banca-las (pelo menos no início, pois era um abastado fazendeiro ligado a grandes homens de negócio) e de estar em sintonia com os interesses do Império Português do final do setecentos (demonstra o fato de ter tido boa acolhida por D. Rodrigo as suas preocupações com ocupação de terras, aproveitamento de madeiras e civilização dos índios) podem ter sido os fatores que levaram a propor o aldeamento. **(Gravura 3)**

⁶¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800. Rio de Janeiro: EdUERJ: J.Olympio, 1999. p.225. Depoimento foi colhido por Lorde Macartney, que aportou no Rio de Janeiro, em 1792.

Gravura 3



Gravura 3 – Através dessa pintura podemos visualizar algumas características do contato com os índios, entre eles a presença da cachaça como moeda de troca, como acontecia em Pau Grande e depois em Ubá, entre José Rodrigues da Cruz e os Coroados. (Rugendas)

Poderíamos também aventar outro motivo: o fato de seu irmão ter sido arrolado na devassa da Inconfidência (1791) e logo depois o sobrinho na Devassa dos Letrados (1794) gerou um clima de constrangimento para o conjunto da família no Rio⁶², e nada melhor que uma tentativa de se fazer digno de confiança para a Coroa através de serviços e quem sabe adquirir alguma mercê para reverter o quadro.

Dentro dessa lógica estão as observações de Manoel Martins do Couto Reys, feitas em resposta ao Conde de Resende, que lhe consultou pedindo um “parecer” sobre as propostas que José Rodrigues enviara para D.Rodrigo e que ele, Vice-Rei, teria que ajudar

⁶² Seu irmão faleceu desgostoso, em 1794, pois teve muitos aborrecimentos e prejuízos financeiros por ter sido molestado na Devassa da Inconfidência. O clima hostil fez com que a viúva se mudasse para Pau-Grande, em 1797 (cfe. PIRES, Fernando T. Fragoso. *Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil*. Nova York, Londres e Paris: Abbeville Press Publisher, 1995, p. 22).

a pôr em prática. O Conde de Resende estava com receio de entrar numa “fria” e queria ter uma avaliação de uma pessoa que conhecia a Capitania do Rio de Janeiro e diversas sociedades indígenas. Couto Reys expôs suas considerações:

Não bastarão as experiências, em que o tempo me tem posto, para deixar de admirar-me, fazendo os mesmos e tão justos reparos, como V.Ex.^a fez, sobre se confiar huma comissão pezada, e de tanta importância às extravagâncias de Joze Rodrigues da Cruz. Milhões de homens, nascidos no Mundo para exercitarem todo o gênero de artifício, não será muito, que contaminem a Corte de Lisboa, com o fim de segurarem o seo partido inventando máximas de illudir, até o respeito do trono.

Daqui vem affectarem-se necessários, para obterem as graças, os favores, as mercês, não lhes importando imporem quaes quer vans lembranças daquillo que primeiro lhe chegou a memória contanto que se lizongee o superior.

Este mesmo homem já nos primeiros tempos da povoação das Novas Minas de Cantagallo foi inculcado, e convidado para la hir por em praxes as suas idéias. Nada fazendo nem concluindo, se recolheu ao Pao Grande.(...)⁶³

Apesar da opinião desfavorável de Couto Reys (que pela correspondência mostrava que já conhecia José Rodrigues) e do Conde de Resende, o processo de aldeamento teve prosseguimento pelo apoio de D. Rodrigo.

Será o desenvolvimento desse processo que veremos a seguir.

⁶³ BIBLIOTECA NACIONAL - Códice 7,4,10 – Ofício do tenente-coronel Manuel Martins do Couto Reis, contendo considerações sobre os meios mais favoráveis à civilização dos índios que ocupavam as margens do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes; sobre o expediente mais racional para a navegabilidade desses rios, em especial no transporte de madeiras; e sobre o estabelecimento do corte e fabrico dessas madeiras, a coberto das invasões do gentio ainda não domesticado. Real Fazenda de Santa Cruz, 10 de fevereiro de 1799. sem indicação de destinatário.

4. CAPÍTULO 3

ANOS DE ALDEAMENTO: BAIXANDO A POEIRA

No final do setecentos, as sociedades indígenas do Médio Paraíba estavam sentindo-se acuadas pelo avanço da fronteira do modo de vida luso-brasileiro e passaram a responder às violências dos colonos.

Quando o Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos passou o cargo para o seu sucessor, deixou-lhe um ofício em que avaliava a situação do Distrito de Nova Paraíba no seu governo: a região estava “pacificada” após a atuação do Sargento-mor Joaquim Xavier Curado¹, que junto com os moradores da região combateram com vigor e conseguiram estabelecer parte dos índios, que faziam “irrupções (...) n’aqueles districtos”,² numa Aldeia, que levou o nome de São Luiz Beltrão.

O Conde de Rezende logo descobriu que a situação na região não estava “pacificada” como o seu sucessor apontou:

¹ A atuação desse oficial na repressão aos índios da região é motivo de controvérsia até hoje, pois, em recente artigo, Cláudio M. Bento (www.regiaodasagulhasnegras.com.br/duzentosanos.htm - BENTO, Cláudio Moreira. Uma controvérsia o massacre dos índios puris de Resende, Itatiaia, Porto, etc.) contesta a versão de que houve massacre e também contágio proposital de varíola aos Puris, como insinuou Joaquim Norberto de Souza, na sua interpretação da memória de D. Luis de Vasconcelos e também da “tradição” da região, ou seja, na memória local, sobre os feitos deste oficial. Em que pese à falta de outra fonte documental para tais fatos, isto não significa que não possa ter ocorrido como Souza afirma, principalmente porque além da prática de “guerra bacteriológica” no Brasil colônia não ser tão incomum, inclusive no Sudeste, também devemos levar em conta a memória local como uma fonte histórica não escrita. G.W.Freireyss aponta a ocorrência desta prática de contágio proposital na Capitania de Minas Gerais que percorreu nos anos de 1813/1814. (FREIREYSS, G. W. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 105)

² RIHGB, n. 13, 1842. p. 37- Offício do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza com copia da relação instructiva e circunstanciada, para ser entregue ao seu sucessor, no qual mostra o estado que deixa os negócios mais importantes do seu governo; sendo um d’elles a demarcação de limites da América Meridional (20.8.1789).

O cacique chamado Mariquita, da aldêa S. Luiz, que a mais de um anno vivia com a sua família desertados da mesma com objecto de atrahir à sua companhia alguns que ainda existiam na dita aldêa, por cujo motivo surcava a melhor occasião para esta acção, causando desassocego ao capellão, e aos visinhos estrondosos movimentos, que obrigou a entrada que a v.ex.^a dei parte. (...) O cacique, e um irmão que tem, são rebellados e não há reconciliação que os conduza; o capellão duvida da redução da fé emquanto se não extinguirem estes dous, e durante a dominação d'este não cessarão as dissenções e desordens da dita aldeã.(...) (**Mapa 9 - n° 1**).

No dia 12 do presente recebi parte do tenente Joaquim José Vieira que no dia 16 de Julho na paragem chamada João Congo, os índios frecharam um homem por nome Francisco Dias, indo este visitar uns laços da outra parte do rio, e que no dia seguinte fallecêra. Presume-se estarem os ditos indios à margem do rio (...)³ (**Mapa 9 - n° 2**).

O officio do Capitão Comandante Henrique Magalhães, de 1791, mostra que apenas dois anos depois da redução e aldeamento dos Puris, chefiados por Mariquita, estes resistiam ao aldeamento imposto.

No ano seguinte, o mesmo Capitão enviou outro officio, agora para o coronel Gaspar Lucena, em que relatou o que ocorria na aldeia de S.Luiz Beltrão:

(...) esforçava-se ser tudo a benefício da povoação da referida aldêa, afim também de conter os assaltos dos índios bravos, que costumavam em certos tempos accomettê-las e aos mais moradores circunvizinhos.(...) (**Mapa 9 - n° 3**)

³ SOUZA, Joaquim Norberto Silva. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)*, vol. 17, 1854. p. 500-501. Reproduz o officio do capitão comandante Henrique Vicente Louzada de Magalhães, datado de Campo Alegre a 14 de agosto de 1791.

Estes moradores se tem entranhado pelos sertões e aberto picadas para se comunicarem e conduzirem os seus necessários, por forma que já se acham nas fraldas da Mantiqueira tudo pelas paragens do Rio Negro, circuito da mesma aldêa, que poderá distar dos campos da lagoa da Juruoca da capital de Minas tres ou quatro leguas (pelo que dizem), e mandando examinar todo o sertão achando que os índios o devassam com suas caçadas e idas ao pinhão no seu tempo, ainda que isto mesmo se faz necessário por conta de afugentar os índios bravos (...) mandei por uma patrulha no logar mais atacado da dita aldêa para explorar aquelles sertões e impedir qualquer danno (...) (**grifos nossos**)⁴.

Aquela região da Aldeia de São Luiz Beltrão, próxima do Rio Preto (que tem princípio na Serra de Itatiaia, ramo da Mantiqueira) dava acesso a uma passagem antiga, usada por diversas tribos que buscavam os pinhões, existentes nas partes mais altas da Mantiqueira, ou para passarem para regiões da Capitania de Minas Gerais⁵.

A região já era objeto de disputa entre os Puris e outras sociedades indígenas que viviam entre a região de Aiurioca⁶ e Campo Alegre, por se tratar de uma passagem estratégica para dar acesso à área dos pinhões e outros produtos naturais, que eles coletavam; agora os luso-brasileiros entravam na disputa do controle dessa passagem.

⁴ SOUZA, Joaquim Norberto Silva. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)*. vol. 17, 1854. p. 501-502.

⁵ Essa passagem indígena foi usada por Simão da Cunha Gago, que vivia em Aiuroca, em 1744, para passar ao Rio de Janeiro preando índios do sertão de sua freguesia e também (de forma oculta) pesquisar ouro e pedras preciosas, fundando o que viria a ser a futura cidade de Resende, cfe. relata Pizarro.(PIZARRO E ARAÚJO. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*.Rio de Janeiro: MEC-INL, 1945-1951, v.5. p.35-36.

⁶ A freguesia do arraial de Aiuruoca, fundada em 1718, abrangia, até o começo do século XIX , vasta área fronteira com a Capitania do Rio de Janeiro, o que já não ocorre hoje.

Entre os que disputavam a área estava os Araris, que para Cunha Matos⁷ viviam em terras cortadas pelo Rio Preto.

Além desses na Comarca do Rio das Mortes (MG)⁸ existiam: “um pequeno número de índios muraquitas, avarés, coroados e carapós; cuja a totalidade é desconhecida. Habitam nas margens do Paraíba, do Rio Preto e Serra da Mantiqueira até o Rio Doce”.⁹

Esse comportamento de resistência e luta à expansão luso-brasileira continuaria ao longo da década, englobando também os Puris de São Paulo, que estavam sendo expulsos da margem direita do Paraíba e “acuados para as matas virgens das fraldas da Mantiqueira, onde seriam implacavelmente caçados”¹⁰ pelos paulistas vindos da Vila de Guaratinguetá e da Vila de Lorena. Este processo de cerceamento levou a formação de um aldeamento, pelos portugueses, para os Puris, em Queluz, distrito de Lorena (fronteira da Capitania de São Paulo com a do Rio de Janeiro), em 1801.

Os Araris e os Caxaxenes, da região de Campo Alegre (Resende), impediam a fixação dos moradores do lado esquerdo do Paraíba, em 1798, pelos seus constantes ataques as fazendas:

(...) agora estamos atacados de duas nações brabas, como são os Caxaxenes e os Ararizes. Os primeiros nunca declararão-la. Como agora tem cometido por 3 vezes as fazendas do outro lado Rio Paraíba e muito principalmente e do Capitão Mathias da Silva Carvalho, que se tem cercado, a sua casa por 3 vezes feito grande destruição nos seus gados, e engenho, flechando um soldado que fica a morte- ordenei e o dito capitão

⁷ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. vol.1.p.91

⁸ A Comarca do Rio das Mortes abrangia todo o sul de Minas.

⁹ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. vol. 2 p. 66.

¹⁰ REIS, Paulo Pereira dos. *O Índigena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas*. São Paulo: Governo do Estado, 1979, p. 96.

que os ceguiça com gente, este chegou o aldeamento que lá achou tão grande e com tanta gente e pela força que da companhava retirousse prendeu uma vigia cujo remeto para V.S^a e qualidade da Junta(?).Não só nesta capital os ditos tem feito a destruição? (...) ¹¹ (Mapa 9 – n° 4).

Na região da Freguesia de N. S. da Conceição, São Pedro e São Paulo da Paraíba (atual Paraíba do Sul) e áreas adjacentes, em Minas Gerais, a situação também não era tranqüila para os invasores das terras indígenas, que se fixaram em sesmarias próximas ao Caminho de Minas, constituindo fazendas (desde do início do século XVIII, mas com o povoamento e ocupação mais intensa nos últimos decênios desse mesmo século). O relato de João Pacheco Lourenço e Castro (Comandante do Registro de Paraibuna) era bem claro:

Meu senhor os gentios que moram nas vizinhanças deste Registro são os Coroados e Puris os quais são tão selvagens que não conhecem subordinação alguma (...) não tem moradia certa para que desde os fundos da Serra do Verneck até as Mantiqueiras trazem cruzados todos os matos de forma que os fazendeiros que morão nesta distancia para usarem das suas plantações trazem vigias armadas, e não obstante isto são continuados os roubos e mortes que fazem como sucedeu nas fazendas da Parahiba (5), do Farinha (6), da Varge (7), do Rio do Peixe e São Matheus (8) nestas duas últimas deixarão lugares despovoados. O ano passado quando sairão junto a este registro, e matarão a mulher que dei parte a

¹¹ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos - Códice 7,4,45 n° 4 – Ofício do capitão comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães [ao Conde de Resende], narrando as hostilidades do gentio do Rio Paraíba. Campo Alegre, 19 de janeiro de 1798.

V.Excia(...) ¹² (**grifos e números nossos**– vide **Mapa 9 . Os números correspondem a sua localização no mapa**).

Nas Freguesias de N. S. da Conceição do Alferes e de Sacra Família do Tinguá, a situação não mudara muito, desde o final de 1788, quando o então recém-nomeado Capitão das Ordenanças Ignácio de Sousa Werneck fazia diligências, a mando do Vice-Rei, com vistas a afastar os indígenas da região. (**Mapa 9 - n° 9**).

Em 1789 os ataques contra o destacamento estacionado na Fazenda de Estiva ¹³, por índios vindos de Valença levaram a matança dos soldados “na cachoeira fronteira à casa de Jeremias Lemos de Miranda, e que deu ao rio das Mortes o nome por que é conhecido”. ¹⁴ (**Mapa 9 - n° 10**).

Em 1797, somente em Pau Grande, a situação era diferente, pois como relatou João Pacheco o “único homem que conserva aliança com eles he José Rodrigues da Cruz, fazendeiro de Pau Grande aonde eles tem saído muitas vezes sempre em paz, e quando saem trazem papagaios, macacos e cera da terra, que trocam por enxadas, foices, facas e machados” ¹⁵ (**grifos nossos**). Continuando as suas observações sobre a disposição de José Rodrigues o Comandante informa que:

¹² Códice 7,4,45 n° 1- Ofício de João Pacheco Lourenço e Castro ao Conde de Resende, informando sobre os produtos da indústria indígena no Distrito do Registro da Paraíba. Registro da Paraíba, 12 de agosto de 1797.

¹³ A Fazenda da Estiva ficava cerca de 2 km da atual Cidade de Vassouras.

¹⁴ SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. Memória Histórica do Município de Vassouras: 1852. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de ontem*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975. p. 109. O Rio das Mortes passa por dentro da Cidade de Vassouras e deságua no Rio Paraíba do Sul e mantém este nome que relembra o episódio.

¹⁵ Códice 7,4,45 n° 1- Ofício de João Pacheco Lourenço e Castro ao Conde de Resende, informando sobre os produtos da indústria indígena no Distrito do Registro da Paraíba. Registro da Paraíba, 12 de agosto de 1797.

ele Jose Rodrigues que pedira ao Sargento-Mór Valente um língua para ver se os domesticava, e que este lhe respondera que o não podia fazer sem ordem de Vossa Excia. O mesmo José Rodrigues tem sumo desejo de entrar neste trabalho guiado pelas sabias providências de V. Excia.¹⁶

A observação contida no ofício do Comandante do Distrito de Paraibuna chegou ao conhecimento de D. Rodrigo Coutinho, em Portugal, pois logo no ano seguinte o Ministro dos Negócios Ultramarinos lhe escreve um ofício em que além de louvar sua capacidade de grande agricultor lhe pede, em nome da Rainha, que ele informe:

a s.m. por esta secretaria de estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos dos meios que possa ter descoberto: 1º, para facilitar e ampliar a civilização dos índios ao longo do sobredito rio Parahyba do Sul; 2º, para tentar estabelecer ou a navegação do mesmo rio ou ao menos a flutuação de madeiras em jangadas ao longo de todo o seu curso até a sua embocadura no mar; 3º, para poder estabelecer côrtes de madeiras por todo o seu curso; 4º, e finalmente para segurar todas as suas margens de qualquer invasão de índios bravos, ainda antes de serem civilizados.¹⁷

E interessante notar que esta carta é escrita, em 22 de outubro de 1798, isto é, cinco meses após a abolição do Diretório Pombalino e que a nova Carta Régia permitia que

¹⁶ Códice 7,4,45 n° 1- Ofício de João Pacheco Lourenço e Castro ao Conde de Resende, informando sobre os produtos da indústria indígena no Distrito do Registro da Paraibuna. Registro da Paraibuna, 12 de agosto de 1797.

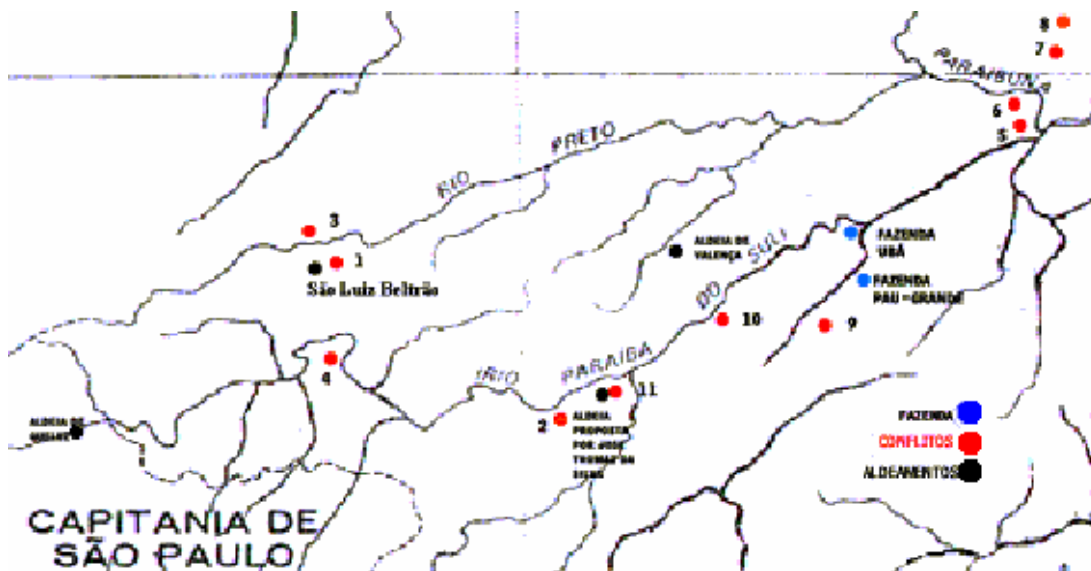
¹⁷ Apud SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 503

“qualquer um” fosse ao sertão estabelecer contato e civilizar os índios, dando condições legais à empreitada de Jose Rodrigues da Cruz.

Notamos aqui também as preocupações políticas do Império Português com a conjuntura de grande instabilidade política que enfrentava, que refletia no ofício enviado, quando solicitava informações que visavam: 1º - aumentar o estoque de madeiras necessárias à Armada Portuguesa, já que Portugal importava, até da Inglaterra, a madeira necessária para a construção de seus navios, pois os seus bosques estavam esgotados¹⁸ e as guerras no continente se sucediam; 2º – ampliar a produção da principal Colônia com dois movimentos simultâneos: um que incorporava a mão de obra indígena, através da sua promoção a civilização, e outro que liberava novas terras ou assegurava as já conquistadas para o plantio, aumentando as riquezas do Império, num movimento que poderia possibilitar um realinhamento econômico e até político perante outras potências.

Assim, os interesses do colono do sertão e da metrópole se encaixavam, mas e as sociedades indígenas, que não foram consultadas, como reagiriam ao plano do seu aldeamento?

¹⁸ José Bonifácio escreveu uma Memória pela Real Academia de Ciências, em 1815, na qual denuncia que “os nossos bosques e arvoredos tem ido desaparecendo com uma rapidez espantosa há pouco mais de um século” deixando Portugal em situação preocupante: “Sem matas desapareceu a caça (...) faltam os estrumes naturais (...) mingou a fertilidade do terrão e a lavoura e a povoação definharam (...). A recuperação de novas matas e arvoredos “adquirá o estado grandes rendas, que lhe faltam. As arsenais e estaleiros terão de sobejo madeiras, taboado, lenhas, carvão, alcatrão e breu”.(SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.)



Mapa 9 – Aldeamentos e conflitos no Médio Paraíba (1788-1802)

Escala: 1: 1.250.000

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos. Códices 7,45,4 n°1 e 4.
 ARQUIVO NACIONAL – Família Werneck. Fundo Py microfilme 003/91, notação 2.1.
 SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios.
 RIHGB (Rio de Janeiro) vol.17, 1854.
 SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. Memória Histórica do Município de Vassouras: 1852.
 In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de ontem*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de
 Artes Gráficas, 1975. p.109.
 Fonte da base cartográfica: CECIERJ. *Atlas Histórico e Geográfico Escolar do Estado do Rio de
 Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Ciências do Estado do Rio de
 Janeiro, 1993.

4.1 Nasce uma aldeia.

Ao responder ao primeiro ofício de D. Rodrigo, de 1798, José Rodrigues produziu um dos poucos documentos sobre contato e atração de indígenas do Brasil Colônia, do século XVIII. Nesta carta, de 31 de outubro de 1799, podemos acompanhar como foi o processo de construção de uma aliança entre Coroados e o fazendeiro de Pau Grande, que já durava nove anos ininterruptos. Os Coroados construía e sabiam cumprir suas alianças, e suas desconfianças quanto aos luso-brasileiros eram frutos dos constantes engodos e desrespeitos que estes tinham lhes infligidos nas diversas regiões em que os modos de vida diferentes entravam em contato, ao longo do curso do Paraíba do Sul.

Passemos a palavra a José Cruz:

(...) tenho a satisfação de concorrer para o serviço da Igreja e do Estado na civilização dos Índios ao longo do dicto rio: os quaes desde o ano de 1790 principiarão a ter comigo, e continuarão até o presente, huma pacífica e amigável correspondência. Estes índios, que se chamão Coroados, não são deshumanos e intractáveis, como erradamente se supõem. A experiência própria me tem desenganado deste erro popular. A tradição, tal vêz, que elles conservão das injúrias, com que trataram aos seus mayores, os primeiros conquistadores, e a injustiça e má fé com que, tal vêz, ainda hoje se abusa da sua natural simplicidade, faz com que elles sejam(...) desconfiados e vingativos: mas elles sam fiéis as suas promeças e agradecidos ao benefício que recebem. Antes do ano de 1790, em que tive com eles o primeiro encontro, fizeram alguns roubos e assassinos, mas parece que elles nam foram os primeiros agressores.¹⁹

¹⁹ ARQUIVO NACIONAL – Fundo 73 – Secretaria de Estado do Brasil - código 97, volume 1, documento 126. A descoberta desse documento deve ser creditada a equipe de pesquisadores do Programa de Estudos dos

No seu depoimento, Cruz mostra que o discurso de que os Coroados não eram humanos e que eram intratáveis era falacioso, discurso esse que dava a justificativa aos colonos para lhes infligirem toda a sorte de violências, as quais respondiam.

Continua Cruz:

Eu desejava conhece-los e tracta-los para ver-se os podia pacificar; ordenei então aos meus feitores e escravos, que quando viessem os índios a minha fazenda que os recebessem como amigos, dando de graça todo o mantimento que pedissem, e que logo me avizassem para dar as providências, que me parecessem acertadas. Pouco tempo depois tive aviso de estarem os índios na Fazenda de Pão Grande aonde eu não rezidia; fui sahir-lhes ao encontro, com a minha gente armada, por cautela, mas logo que os avistei, mandei aos meus que despozessem as armas. O cacique ou mayoral dos índios mandou os mesmos aos seus e veio abraçar-me: eu o tratei com a mesma cortezia; depois de me explicar, no modo possível, por acenos, os fiz conduzir a minha casa: na qual não quizerão entrar por que sam como já disse muito desconfiados. Logo lhes mandei dar mantimentos e ferramentas, que sam as cousas, que elles mais estimam: e para lhes tirar todo o motivo de suspeita e desconfiança, fiz aparecer ali toda minha família: elles se portarão com sinais de respeito e gratidam, offerecendo ao meus meninos os papagaios que trazião. Antes de se auzentarem eu lhes persuadi, como pude, que estimaria que tornassem muitas vezes a minha fazenda e que acharão sempre em mim o mesmo agazalho: elles assim prometerão fazer: nenhum de nós tem faltado

Povos Indígenas da SR-3, da UERJ, cujo coordenador, José Ribamar Bessa Freire, teve a gentileza de me emprestar para que pudesse copiar esse e também outros documentos, referentes aos índios de Valença, levantados pelo grupo para o livro “Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro”, editado pela UERJ, em 1995.

ao prometido (...) vindo todos os anos pelo verão porque no inverno não podem passar o Rio: eu tratando-os sempre com a mesma liberdade e boa-fé (...) ²⁰ (**grifos nossos**).

O tratamento diferenciado era reconhecido pelos Coroados, pois ao perceberem as intenções de paz, por parte do fazendeiro, que primeiro depôs as armas, eles fizeram o mesmo e o seu cacique tomou a iniciativa de cumprimentá-lo. Os Coroados se dispunham ao comércio com os moradores da redondeza, tanto que além de papagaios, trocavam macacos e cera de abelha²¹, entre outros produtos. Já as ferramentas como os machados, foices, as enxadas e as facas eram estimadas porque lhes serviam para a caça e coleta e não para a agricultura. Na verdade, faziam uma releitura dos objetos doados, pois o que estimavam eram o ferro da foice e da enxada, com que produziam também outros instrumentos de caça; no caso do machado, ele substituía com mais eficiência o machado de pedra que fabricavam²², poupando-lhes trabalho quando tinham que derrubar alguma árvore e a facilidade para cortar que a faca proporcionava não lhes passava despercebida.

Os Coroados no inverno²³, época que o Rio Paraíba está mais baixo (**Gráfico 1**), passavam para a margem direita do rio em busca de caça, mas à medida que avançou o século XVIII, cada vez mais, eles se deparavam com presença luso-brasileira, com as queimadas das florestas, em torno das Freguesias de Campo Alegre, Sant’Ana do Pirai, Sacra Família do Tinguá e N.S.da Conceição do Alferes, diminuindo a sua oferta de caça e dificultando o seu modo de vida, por isso a questão deve ser invertida, para entendermos a

²⁰ ARQUIVO NACIONAL – Fundo 73 – Secretaria de Estado do Brasil - códice 97, volume 1, documento 126.

²¹ Códice 7,4,45 n° 1- Ofício de João Pacheco Lourenço e Castro ao Conde de Resende, informando sobre os produtos da indústria indígena no Distrito do Registro da Paraibuna. Registro da Paraibuna, 12 de agosto de 1797.

²² Existe um machado de pedra no museu da Faculdade de Valença, conforme informou Adriano Novaes, que trabalha na Secretaria de Turismo de Valença, que foi recolhido na área rural do Município de Valença.

²³ Já nos referimos, no primeiro capítulo, à troca que faz José Cruz, na carta, das estações do ano, pois suas referências são do Hemisfério Norte, cujo verão são nos meses que correspondem ao inverno no Brasil.

Gráfico 1

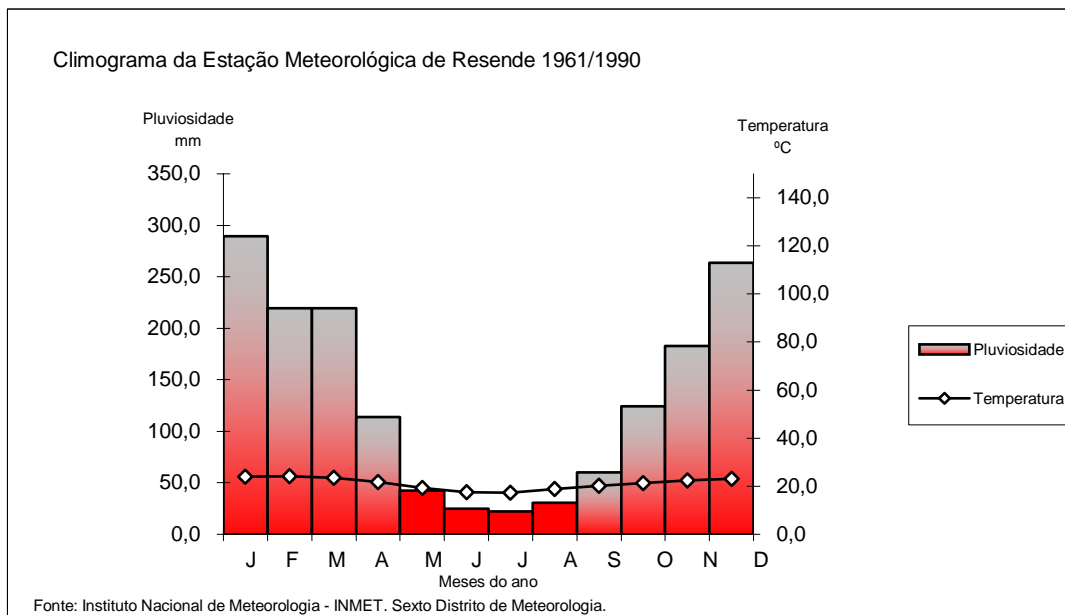


Gráfico 1 – Climograma de Resende, onde vemos nitidamente que nos meses de maio, junho, julho e agosto a pluviosidade diminui (meses em vermelho), comportamento que ocorre em toda a Região do Paraíba nesta época, fazendo com que a vazão do rio diminua, o que possibilitava a sua travessia pelas sociedades indígenas. Eram as épocas em que ocorria a maioria dos confrontos com os luso-brasileiros do outro lado do Paraíba.

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro: Território. Rio de Janeiro: CIDE, 1997. Figura 4, adaptada.

sua espacialidade: as fazendas luso-brasileiras estavam invadindo o seu território de caça e não eles que invadiam as fazendas.

Depois dessa carta de Cruz, a autorização para prosseguir no processo de civilização dos índios, por parte do governo da Metrópole veio logo. Em 7 de março de 1800, D. Rodrigo de Souza Coutinho enviava um Aviso para o Conde de Resende (no qual anexou a copia da carta de José Rodrigues), no qual o Ministro dizia: “recommendo muito

especialmente a v.ex.^a que não só conceda ao sobredito José Rodrigues da Cruz o que n'ella pede, mas também que auxiliem e promovam as suas idéias”²⁴.

Além da civilização dos índios, recomendava que o auxiliasse no processo de distribuição de sesmarias nas margens superiores do Paraíba e que entrasse em contato com o Bispo para que este

envie a Parahyba do Sul missionarios douctos e que sejam igualmente fieis e zelosos ministros da pregação evangélica, os quaes cathequisando e attraíndo com doçura e suavidade de sua douctrina e a compostura de seu religioso e christão comportamento de dignos e virtuosos exemplos procurem converter ao grêmio da sancta igreja tantas mil almas pagans (...) ²⁵

O Conde de Resende, como mostramos no capítulo 2, não nutria simpatias pelo fazendeiro de Pau Grande, muito pelo contrário, tanto que consultou Manoel do Couto Reis para que esse desse um parecer sobre as idéias propostas por Cruz, tendo como resposta deste uma opinião desfavorável ao comportamento do fazendeiro e uma série de sugestões de como se deveria proceder com os índios.

Os preparativos para o aldeamento, durante o período de 1800 a 1801, em que permaneceu à frente do Vice-Reinado o Conde de Resende, não andaram, talvez nem tanto pela demora da troca de correspondências da Metrópole para a cidade do Rio e daí para a região de Serra Acima, mas sim pela “má vontade” do Vice-Rei com aquele de quem desconfiava, e cuja família esteve sob suspeita, no seu governo, por ter tido envolvimento

²⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 507.

²⁵ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol.17, 1857. pp. 507-508.

com movimentos revolucionários. Podemos ter uma confirmação deste procedimento no requerimento que José Cruz fez ao Marquês de Aguiar, sucessor do Conde de Resende, em que diz:

O supplicante pôde a custo, e sacrificando em garantia a sua mulher e filhos, resolver a que os gentios dessem quatro homens para virem a esta cidade reconhecer o exmo. vice-rei do estado antecessor de v.ex.^a, o que fizeram e foram apresentados ao mesmo exmo.sr. com requerimentos que n'aquella occasião lhe fiz, que incluso também offerece a v.ex.^a, as quaes circunstancias e necessidades ainda hoje existem no mesmo estado (...).²⁶

No mesmo dia que expediu o Aviso, em 1800, Dom Rodrigo também enviou uma carta a José Rodrigues, em que dizia que o Príncipe Regente lera a carta que enviara em 1799.²⁷ O futuro Rei, D. João VI, tomava conhecimento da existência dos Coroados de Valença.

Ao receber esta carta de D. Rodrigo, o fazendeiro se sentiu estimulado a começar o trabalho e entrando no sertão entre os Rio Paraíba e Rio Preto procurou as aldeias indígenas que freqüentavam sua casa para propor aos caciques que fizessem aliança com os luso-brasileiros. Os dois caciques relutaram, mas por fim cederam que quatro homens acompanhassem José Cruz até o Rio de Janeiro, em troca sua mulher e filhos ficariam na Fazenda de Ubá, como refém dos índios, até a volta do grupo, para reconhecer perante a figura do Vice-Rei a aliança que se estabelecia no meio do sertão.

²⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 509.

²⁷IDEM, p. 504.

Com a chegada do Marquês de Aguiar²⁸, as solicitações de José Cruz começaram a ser atendidas. O seu pedido, de 18 de abril de 1801, ao antecessor do Marquês, dava a quantidade necessária de mantimentos e ferramentas que precisava para atender aos índios e também informava da necessidade de ajuda dos comandantes de Distrito e vizinhos para a abertura de caminhos para as aldeias.²⁹

A análise das quantidades dá uma dimensão aproximada da quantidade de índios existentes nas aldeias que mantinham relações com José Rodrigues:

Os chapéus melhores são para os caciques, que são dois. Os anzóis grandes, as foices grandes, os machados e chapéus ordinários têm a mesma quantidade e seriam para os homens, os menores anzóis e foices para as mulheres, as facas seriam para todos os sexos, as crianças não entrariam na conta da distribuição.

Essas quantidades apontam para uma população acima de 500 pessoas, nas duas aldeias, sendo o melhor indicador a quantidade de facas solicitadas, pois eram úteis para os homens e para as mulheres, portanto solicitada em maior quantidade que os demais materiais. **(Tabela 2)**

Para auxiliar nos trabalhos de civilização, Dom Fernando José de Portugal designa o Capitão das Ordenanças Ignácio de Souza Verneck, que teria como função: abrir caminhos para a aldeia, ajudar a José Cruz em qualquer coisa que necessite para o aldeamento, comprar por conta da fazenda real e prestar contas, de três em três meses de tudo gasto com o suprimento dos índios. Solicita ao Capitão-mor da Vila de Resende o envio de seis casais

²⁸ Toma posse em 14 de outubro de 1801 e em 21 de novembro já providencia o que o Diretor pede.

²⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol.17, 1857.p.510.

de índios civilizados e trabalhadores, da Aldeia São Luiz Beltrão, para ensinarem e estimularem ao trabalho os índios que se irão aldear.

Tabela 2

Material solicitado	Quantidades	Unidade
anzóis grandes	200	Unidade
anzóis pequenos	200	Unidade
mantas ordinárias	150	Unidade
foices grandes	200	Unidade
foices pequenas	200	Unidade
Machados	200	Unidade
Facas	500	Unidade
Tesouras	100	Unidade
chapeus ordinários	200	Unidade
chapeus melhores	2	Unidade

Tabela 2 – Lista de material para o aldeamento (parcial)

Fonte: SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol.17, 1857.p.510.

Para auxiliar nos trabalhos de civilização, Dom Fernando José de Portugal designa o Capitão das Ordenanças Ignácio de Souza Verneck, que teria como função: abrir caminhos para a aldeia, ajudar a José Cruz em qualquer coisa que necessite para o aldeamento, comprar por conta da fazenda real e prestar contas, de três em três meses de tudo gasto com o suprimento dos índios. Solicita ao Capitão-mor da Vila de Resende o envio de seis casais de índios civilizados e trabalhadores, da Aldeia São Luiz Beltrão, para ensinarem e estimularem ao trabalho os índios que se irão aldear.

Informava o Vice-Rei ao Diretor de Índios³⁰ que mandara publicar por editais nos lugares públicos que as pessoas que tivessem sesmarias na região dessem princípio à cultura em três meses, pois, do contrário, outras pessoas poderiam requerer datas de terras

³⁰ Apesar da legislação de 1798 ter suprimido a figura do Diretor de Índio este foi o nome se consolidou nas correspondências, a partir de 1804, firmando-se daí em diante, em substituição a encarregado da civilização dos índios dos primeiros documentos do início do aldeamento.

no local, pois com o processo de aldeamento os riscos para cultivar no local diminuiriam (na verdade, os primeiros agricultores só se estabelecem na região após 1803, quando em torno do aldeamento são ocupadas as primeiras sesmarias).

O Diretor de Índios têm também o apoio do seu sobrinho, o capitão João Rodrigues Pereira de Almeida, um dos maiores negociantes de grosso trato do Rio, que ajudava na logística, enviando os gêneros para o interior.

Já em 1801 os índios sofrem a primeira epidemia de bexiga, resultante de um maior contato com os luso-brasileiros. Durante quatro meses a fazenda de Ubá³¹ (**Mapa 9**), aberta por José Rodrigues às margens do Paraíba no final do oitocentos, acolhe os índios doentes, montando no local uma espécie de “hospital de campanha”, onde ele alimenta os índios com o produto dos seus bananais e mandiocais e seus escravos caçam para os alimentarem. Os seus recursos e a sua produção agrícola sofrem um grande abalo por conta dessas despesas, obrigando a solicitar urgente socorro no Rio de Janeiro. Ao final desse ano, cento e cinquenta e quatro indígenas, homens e mulheres restabeleciam-se da epidemia em sua propriedade. Esses eram das duas aldeias que aceitaram a aliança com os luso-brasileiros e provavelmente parentes ou aliados entre si, pois não houve relato de animosidades e dissensões entre eles.

Esperava José poder estreitar o contato com mais duas aldeias, que também o procuraram nesse ano. Os que já tinham com ele aliança externaram o desejo de montar o

³¹ A morte do seu irmão Antonio Ribeiro Avellar, em 1794, leva a Fazenda de Pau-Grande a ser de novo arrolada como parte de inventário do falecido, do qual era sócio. Não querendo ficar envolvido com o novo processo e para evitar aborrecimentos dentro da família ele vende a sua parte, em 1797, a Luiz Gomes Ribeiro, genro do seu irmão, que aparece como administrador de Pau-Grande a partir deste ano até 1810. A viúva do seu irmão com os filhos menores também vão morar em Pau-Grande. José Cruz vai fundar um novo empreendimento as margens do Paraíba: a fazenda de Ubá.

aldeamento “na sua mesma aldeia que fica no centro do sertão de além do rio Parahyba”³² e para que pudesse chegar com facilidade ao local era necessário que se construísse um caminho até aquele sitio.

Aberto o caminho, já transitável nos princípios de 1803, com ajuda de índios, escravos e a um custo de cerca de 600\$000 réis, custeado pela Real Fazenda, pode ser plantado milho no local destinado aos índios, que enquanto isso recebiam alimentos e mantimentos por mais seis meses.

Tentava José Cruz transformá-los em agricultores solicitando jornaleiros para os ajudarem e ensinarem a roçar, mas estes resistiam, tanto é que bastou o milho já estar crescido, apesar de verde, para que os índios das quatro aldeias os consumissem³³ e voltassem ao seu modo de vida, dirigindo-se aos locais de suas primitivas aldeias ou constituindo outras, em novos locais.

O Bispo do Rio de Janeiro indicou, em 1803, o padre Manoel Gomes Leal que servia a capela da fazenda da Piedade, que pertencia a Ignácio de Souza Werneck, para ser o capelão dos índios. O padre, que acompanhara Ignácio de Souza em outras ocasiões que este lidou com índios, já conhecia José Rodrigues da Cruz. Fechava-se assim o círculo dos principais interlocutores dos Coroados na região: o padre Manoel Gomes, o militar Ignácio Werneck e o fazendeiro José Cruz.

4.2 Novos aldeamentos

³² SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 512.

³³ Podia parecer estranho para os luso-brasileiros o consumo de milho verde, mas não o era para os Coroados, como também atesta FREIREYSS (FREIREYSS, G. W. *Viagem ao Interior do Brasil*. B.H.: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 90) que passou um tempo entre os Coroados.

A região onde hoje existe o Município de Barra do Pirai era rota constante dos índios Araris, que se viam tolhidos pelo estabelecimento de fazendas, às margens do Paraíba. Os capitães José Soares Lousada e José Thomaz da Silva queixavam-se ao comandante do Distrito da Vila de Resende sobre o “vexame que faziam a estes moradores com tirar mantimentos para os sustentar e por ao mesmo tempo algumas precauções sobre alguns ataques que elles costumam a fazer”.³⁴ (**Mapa 9 - n° 11**).

José Thomaz da Silva, tendo notícia dos sucessos de José Rodrigues, tentou formar também um aldeamento, de índios Araris, na frente da sua fazenda de Quinze Ilhas, com apoio do Vice-Rei, em 1802.

Os seus objetivos imediatos eram conseguir apoio oficial para poder obter recursos materiais necessários para o trato com os indígenas e um capelão para os trabalhos de catequização. Argumentava que o aldeamento proposto por Cruz ficava distante e que isso facilitaria a civilização dos índios.

Na verdade, o seu interesse era ter mão de obra indígena e apoio material para tocar a sua sesmaria, como relatava o capitão comandante Henrique Lousada de Magalhães, em carta, a José Cruz:

(...) eu estou certo que todo o empenho que faz este capitão para ter os índios na sua fazenda é somente levado de algum interesse, não só porque a mim mesmo m’o disse, que cada um andava atrás de sua conveniência, como também por ser meio poderoso para cultivar umas sesmarias que tirou da parte septentrional do rio Parahyba, e tanto se

³⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 515.

empenha que me disse que sei s.ex.^a não deferisse o seu requerimento pretendia ir a presença de S.Alteza.³⁵

Assim como José Thomaz, outros fazendeiros³⁶, nos primeiros decênios do século XIX, usarão desses argumentos de civilização para conseguir obter apoio material, terras e mão de obra para tocar seus empreendimentos³⁷. As áreas de fronteira social eram escassas em mão de obra e o trabalho de derrubada de matas e preparação dos terrenos eram extremamente árduos e necessitavam de um número razoável de trabalhadores para grandes sesmarias, os índios da região foram muito usados nessas tarefas.

A tentativa de montar outro aldeamento em Barra do Piraí não prosperou por oposição do comandante do Distrito de Resende, que recomendou que fossem unificados os aldeamentos num só, evitando despesas extras com novo capelão e dispersão de esforços. Os Araris foram então enviados para o aldeamento que estava sendo montado por José Rodrigues da Cruz, em 1803, por ordem do Vice-Rei, mas pouco tempo depois estava de volta à região, nas proximidades da fazenda de José Thomaz da Silva.³⁸

Os Araris e este fazendeiro viviam uma relação conflituosa, como ele mesmo reconhece:

³⁵ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 516.

³⁶ O Desembargador Jozé da Silva Loureiro Borges Câmara usa este argumento para solicitar mais terras em sesmaria, na região do Rio Bonito (hoje Conservatória), em 4 de maio de 1821 (ARQUIVO NACIONAL - CDE/SDE – Diversos códigos SDH – anotação cód..807, vol.11 – folha 83). Já o agricultor Francisco José da Mota usa do argumento de que contribuía para a civilização dos índios de Valença para poder conservar a posse de terras que estava sendo confiscadas pelo titular da sesmaria.

³⁷ No primeiro livro de óbitos (1807-1830) da Freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença encontramos diversos índios vivendo agregados em fazendas da região. Eles eram requisitados para diversos trabalhos, inclusive os de derrubada pelos fazendeiros. Diversos cientistas e viajantes do século XIX informam sobre a questão (Saint-Hilaire, Spix e Martius, etc.).

³⁸ Em consulta ao primeiro livro de batismo (1812) da Igreja Matriz de Sant'Ana do Piraí, encontramos, no dia 11.9.1812, o registro de batismo de Maria, índia Arari, moradora na Fazenda Salto, de José Thomaz da Silva, demonstrando que alguns índios viviam agregados, 10 anos depois da tentativa de aldeamento, na sua fazenda.

soltarão logo para a fazenda do supplicante, onde se achão, e este os conserva sofrendo as mesmas despesas e prejuízos, não só porque aliás se rebelarão, e praticarão os funestos estragos, que lhe são próprios (...)”.³⁹

O pleito por mercês e outras benesses, por parte dos súditos do Império Português, gerou diversas tentativas de utilização das aldeias indígenas, em benefício dos luso-brasileiros, acarretando diversos conflitos, pois as sociedades indígenas não eram passivas espectadoras das manobras dos fazendeiros.

4.3 Conflitos no Rio Preto

Buscava José Rodrigues, em 1800, propor as sociedades indígenas uma aliança, conforme lhe autorizara D.Rodrigo. Dirigiu-se ao sertão, onde ficavam as aldeias, para propor a aliança quando ali chegando estes indígenas, por acenos⁴⁰, mostravam-se escandalizados com o tratamento violento que andava recebendo por parte dos moradores do Arraial do Rio Preto, recém-fundado, em Minas Gerais.

Os moradores do arraial de Rio Preto, onde existiam veios de ouro recém descobertos, eram aventureiros, garimpeiros e desqualificados a procura de fortuna que não mediam esforços para manter a área. Nas proximidades do Rio Preto, mantinham vigias armados que rechaçavam a aproximação dos Coroados, que freqüentavam aquela região muito antes dos moradores do arraial se instalarem naquelas paragens.

³⁹ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos – Documento C 237,13 – Índios de Resende.

⁴⁰ José Cruz não conhecia a língua dos Coroados e dos Puris, por isso a linguagem dos gestos era fundamental.

José Rodrigues os convenceu a acompanhá-lo, junto com seus escravos, para o Arraial do Rio Preto, com o objetivo de pacificar as relações com os moradores da localidade. Tendo conseguido um acordo de paz e amizade entre os Coroados e os moradores.⁴¹

Pouco durou este acordo, pois logo em 1804, por conta do avanço dos mineiros sobre áreas na outra margem do Rio Preto (na Capitania do Rio de Janeiro), com plantações e casas, em locais que a Coroa havia vedado a presença para evitar descaminhos do ouro⁴² surgem conflitos com os índios que acarretaram a morte de três índios⁴³.

O Diretor dos índios de Valença tentou mais uma vez apaziguar os ânimos e, junto com os Coroados e escravos, começou a construir um caminho em direção a Rio Preto com intuito de regularizar as comunicações e diminuir as tensões entre os que começavam a se aldear em Valença e os mineiros.

O fato de construir com os indígenas uma estrada para uma região aurífera é mal visto pelas autoridades mineiras e pelo Vice-Rei Fernando José de Portugal, não só porque abria passagem em áreas proibidas e facilitava o contrabando do ouro e possibilitava a fuga de desertores e bandidos. A estrada poderia servir também para José Rodrigues da Cruz criar um roteiro de contrabando do ouro (finalidade não confessada). Como indicamos no capítulo dois, ele tinha experiência em mineração, pois tentara extração do ouro na região de Cantagalo, em 1787. É nessa perspectiva que ele é criticado pelo Capitão José da Silva

⁴¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol.17, 1857. p. 509.

⁴² ARQUIVO NACIONAL – Fundo 73 - Secretaria de Estado do Brasil – Códice 97, volume 1, documentos nº 115 e 120.

⁴³ ARQUIVO NACIONAL – Fundo 73 - Secretaria de Estado do Brasil – Códice 97, volume 1, documento nº 131.

Brandão⁴⁴; pelo Governador e Capitão General de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello⁴⁵ e interpelado pelo Vice-Rei Dom Fernando, que relatava:

(...) ele se julga autorizado para tudo quanto inventar; quando eu delas nada vejo que uma recomendação para acultura e civilização dos índios daqueles sertões, e nunca para que se tenha autoridade de abrir novas estradas(...) tão expressamente vedadas.⁴⁶(**grifos nossos**)

O Diretor responde aos questionamentos, mas não convence o Vice-Rei, que comenta, em 15 de junho de 1804:

(...) tratando-se meramente (...) de aldear, civilizar e domesticar aqueles índios mal podia eu presumir que se estivesse abrindo alguma estrada ou picada que afinal fosse dar a margem do Rio Preto (...) de que pudesse resultar grave prejuízo (...) extravio de ouro e diamantes (...).⁴⁷

O motivo pelo qual o Diretor justificava que ele e os índios abriram o caminho até o Presídio de Rio Preto era relatado pelo Vice-Rei:

(...) tendo sido mortos 3 índios no sertão da nova Aldeia por alguns habitantes dessa Capitania, e não lhe sendo possível passar ao Rio Preto afim de prender aos agressores,

⁴⁴ ARQUIVO NACIONAL – Fundo 73 - Secretaria de Estado do Brasil – Códice 97, volume 1, documento n° 116, de 16 de maio de 1804.

⁴⁵ IDEM, documento n° 117, de 16 de maio de 1804.

⁴⁶ IBIDEM, documento n° 115, de 30 de maio de 1804. José Rodrigues dizia que tinha autorização, mas não mostrava ao Vice-Rei.

⁴⁷ ARQUIVO NACIONAL – Fundo 73 - Secretaria de Estado do Brasil – Códice 97, volume 1, documento n° 274, de 15 de junho de 1804.

se resolverão os mesmos índios a abrir uma picada, que lhes (...) em direção ao presidio do Rio Preto (...).(grifos nossos)

Vemos através desse conflito a possível combinação de interesses entre os índios, que queriam fazer justiça, e o Diretor, que poderia obter outros benefícios além do entendimento e a pacificação da região, que entra em conflito expresso com os interesses da Coroa. Aqui, o interlocutor do Estado para com os Coroados poderia ter virado interlocutor dos seus próprios interesses contra o Estado, em aliança com os índios, o que não seria uma exceção na história de Valença. Ressaltamos que a suspeita sobre o Diretor não foi comprovada pelas autoridades coloniais.

A estrada passou, anos depois, a ser uma via de comunicação regular com a Capitania de Minas Gerais, que ali instalou um Registro.⁴⁸

4.4 Valença um aldeamento Luso-Brasileiro

A Aldeia era para quem? Essa é a grande questão para o entendimento de toda a polêmica que envolveria os Coroados de Valença nas décadas seguintes. O aldeamento de Valença é um aldeamento luso-brasileiro, construído dentro da espacialidade luso-brasileira, isto é, a sua concepção espacial não leva em conta os interesses indígenas e, portanto, é um espaço que eles rejeitam e resistem em assumi-lo como seu e aqui está a

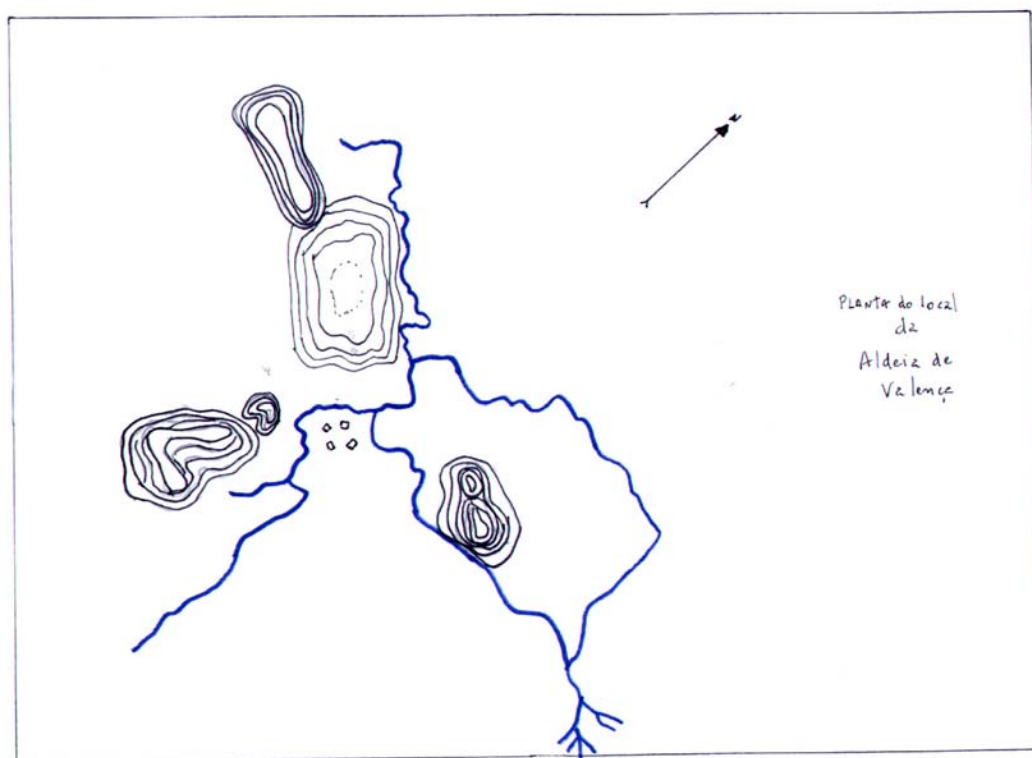
⁴⁸ O Povoado de Rio Preto aparece com o nome de Arraial e de Presidio em diferentes fontes de consulta. Foi elevado a vila por 4 vezes e rebaixado, durante o século XIX. Quando Saint-Hilaire passou por ali, em 1819, era um arraial de uma rua só, com uma simples capela dedicada a Nosso Senhor dos Passos, dependendo de Barbacena, já em 1822, estava vinculada a Freguesia de Ibitipoca. Para maiores referências: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed.Itatiaia, 1995; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975; IDEM. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

chave para o entendimento do discurso que não há índios em Valença. Quase não há índios morando na aldeia de Valença, porque eles moram nas suas aldeias, espalhadas por toda a região do Médio Paraíba. Aderir à Aldeia de Valença significava, praticamente, renunciar ao seu modo de vida, isto é, renunciar a sua etnicidade anterior⁴⁹.

Expliquemos o que entendemos por um aldeamento luso-brasileiro e as características de sua espacialidade: a referência central do aldeamento é a capela, isto é, símbolo do poder espiritual e temporal, ao mesmo tempo, pois representa a presença do Estado e da Igreja, através do exercício de funções como os registros de batismo, óbitos, realização de eleições, recenseamentos, etc. Os registros civis estão integrados aos religiosos, num Estado Confessional. Simboliza também o centro de conversão e civilização em torno do qual se fixarão aqueles que serão alvo da conversão. A aldeia de Valença se situa em torno da Igreja, que fica situada numa colina, dominando a paisagem. As casas a serem construídas devem seguir a lógica construtiva portuguesa, com unidades unifamiliares, devem atentar para um mínimo de arruamento entre si. A presença de vendas e tabernas, isto é, locais de comércio e concentração de mercadorias, algo impensável para o modo de vida indígena, aqui tem presença quase que imediata. A divisão das terras com marcos visíveis para cada sesmeiro, dentro de uma concepção de propriedade privada da terra, para os que têm privilégio de recebê-las (apesar de a terra ser dada, a maioria não tinha acesso a ela), em medidas geométricas, que não levavam em conta a ecologia existente. Assim, esta aldeia era completamente diferente daquela em que viviam os Coroados. É importante lembrar que o aldeamento português com o tempo tendia a ganhar

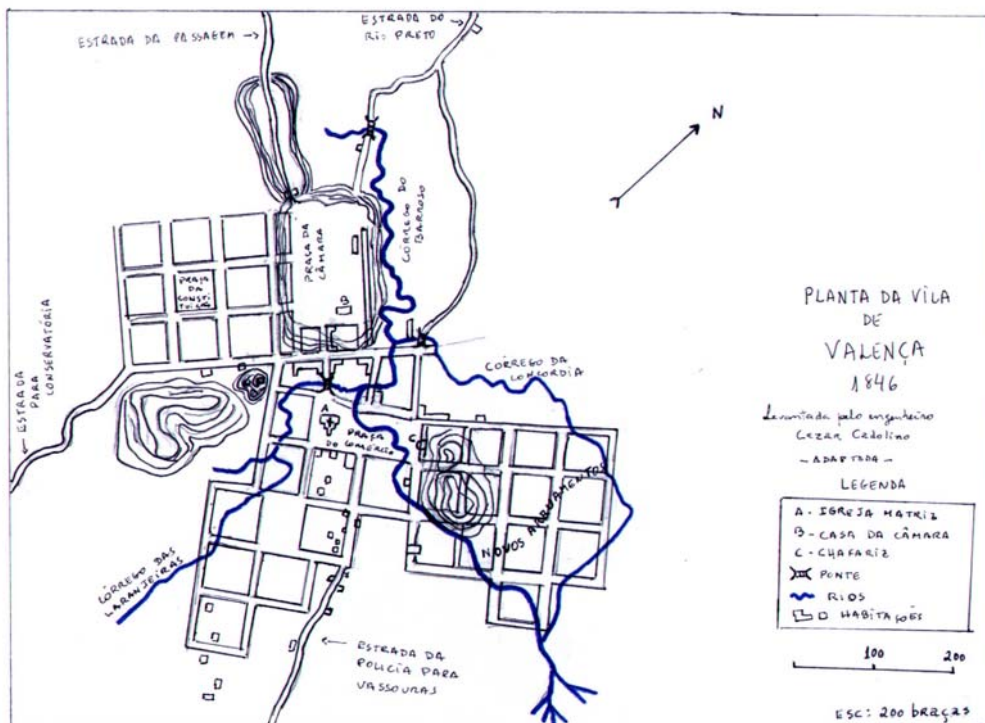
⁴⁹ Não ser mais considerado coroadado e sim caboclo. Esse processo não era monolítico e sim muito complexo. Concordamos com Malheiros quando afirma que o grupo étnico e a etnicidade são construídas numa situação de contato. MALHEIROS, Márcia. *“Índios misturados”: identidade e desterritorialização no século XIX*. 2001.179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Existia uma interação entre o modo de vida das sociedades indígenas e o modo de vida escravista, onde fluxos culturais modificaram ambas sociedades.

maior densidade construtiva (aumento do número de casas e de andares) e que o acúmulo de riqueza levava à fixação de estruturas arquitetônicas na paisagem, através da utilização de material de maior durabilidade (igreja de pedra, casas com madeiras de qualidade e telhado com telhas, etc.).(Mapas 10 e 11)



Mapa 10 – Esboço do local que assinala o primitivo aldeamento Coroado, onde José Rodrigues da Cruz plantou milho e foi montada a capela portátil pelo Padre Manoel Gomes.

Fonte cartográfica: Planta da antiga Vila de Valença, levantada pelo engenheiro Cezar Cadolino, 1846. In: Iório, Leoni. *Valença de ontem e de hoje (subsídios para a história do Município de Marques de Valença) 1789-1952*. Valença: Jornal de Valença/Assoc. Comercial de Valença. 1952.



Mapa 11 – Esboço da Vila de Valença, em 1846. Vendo-se a igreja no centro da malha urbana da cidade. O mapa mostra as principais estradas que cortavam Valença.

Fonte da base cartográfica: Planta da antiga Vila de Valença, levantada pelo engenheiro Cezar

Cadolino, 1846. In: Iório, Leoni. *Valença de ontem e de hoje (subsídios para a história do Município de Marques de Valença) 1789-1952*.

Valença: Jornal de Valença/Assoc. Comercial de Valença. 1952.

Adaptada por Marcelo Sant'Ana Lemos.

A Aldeia de Valença foi durante muito tempo para os Coroados um espaço de negociação com a sociedade luso-brasileira através dos seus interlocutores preferenciais (o Padre, o Diretor e o Militar). Por isso, muitos concordaram em serem batizados, pois assim ganhavam presentes e celebravam alianças com determinadas famílias. Dentro dessa mesma lógica tratavam com o Diretor, que lhes fornecia ferro, anzóis, fumo, cachaça, etc. – matérias que não tinham e que melhoravam suas atividades de caça ou serviam para lhe proporcionar prazer. Assim também recorriam ao militar para reverter alguma violência contra as suas aldeias.

Os que viviam na aldeia, depois vila de Valença, já estavam em acentuado processo de destribalização e, portanto, de integração individual subordinada, num processo que levaria à renúncia forçada de sua etnicidade anterior e destinado a um papel periférico na sociedade luso-brasileira (livre pobre sem terra).

A que renunciava quem morasse na aldeia portuguesa?

A sua forma de construir casas, a sua unidade multifamiliar, a sua nudez, a sua língua, ao seu nome, aos seus mitos, as matas de caça, enfim a sua cultura. Essa violência era chamada de civilização.

Por isso, não é comum a presença indígena maciça na Aldeia de Valença⁵⁰, que é a referência que usam os legisladores, políticos, cientistas e viajantes para determinarem a existência destes na região: querem encontrar os índios no espaço que os torna não-índios.

⁵⁰ Ao contrário das aldeias de origem jesuítica, estudadas por Márcia Malheiros no litoral fluminense, que tinham a sua origem no século XVI e XVII, que ficaram durante muito tempo isoladas do contato com a população colonial, que falavam a língua geral e que durante anos a maior parte dos casamentos se davam entre as sociedades indígenas (existia mais de um grupo étnico na maior parte dos aldeamentos jesuíticos) a aldeia de Valença já inicia sua trajetória dentro da concepção de integração a sociedade colonial, com a população mista (luso-brasileiros, africanos, e indígenas), sem isolamento da sociedade regional, sem preocupações no campo lingüístico e tendo a sua iniciativa capitaneada por um fazendeiro e não uma instituição, o que torna o local mais distante do seu cotidiano Coroadado, de maior dificuldade de interação.

O objetivo dos principais atores luso-brasileiros e depois brasileiros na região era “integrar” o índio para que ele “entregasse” as terras aos novos povoadores, em troca de uma sesmaria para os seus e a renúncia de seu modo de vida. Só que os Coroados teimaram em não aceitar o roteiro proposto e tentariam sempre negociar outros.

5. CAPÍTULO 4

O DESENVOLVIMENTO DE VALENÇA

Podemos dividir em dois períodos distintos o desenvolvimento da região de Valença, a partir da demografia indígena: o primeiro período (1803-1814) caracteriza-se pelo predomínio dos batizados de crianças indígenas, pela pequena ocupação do território pelos luso-brasileiros (formado por posseiros, em grande maioria), pela predominância da produção de alimentos e a circulação era realizada em estradas vicinais e caminhos precários. O segundo período (1815-1836) caracteriza-se pelo fim do predomínio dos batizados de crianças indígenas, o qual chamamos de inversão demográfica, pela presença de grandes plantéis de escravos, o aparecimento de grandes proprietários produzindo café e a consolidação de novas vias de circulação.

5.1 O primeiro período: anos Coroados.

Nesse primeiro período, a paisagem predominante é de floresta e o modo de vida dominante ainda é o dos Coroados. Os primeiros sesmeiros começaram a chegar na região em 1804¹, ocupando sesmarias no entorno da aldeia e próximo de onde foi erguida pelo capelão Manoel Gomes Leal uma capelinha, perto do antigo e principal aldeamento dos Coroados.²

¹ Ignácio de Souza Werneck era o responsável por informar a repartição das sesmarias na região de Valença, por ordem Marquês de Aguiar.

² O Bispo D.José Joaquim Justiniano, por portaria de três de março de 1803, autorizou o Padre Manoel Gomes Leal a “construir, edificar, ou levantar altar em sitio conveniente, benzer a Capela, ou Igreja, que erigisse, procedendo-lhe faculdade régia, para administrar todos os Sacramentos, aos índios sem exceção do de matrimônio e finalmente de construir e benzer o cemitério” (PIZARRO E ARAÚJO. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC-INL, v.5, 1945-1951. pp.254-255).

A primeira capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Glória de Valença³, era uma construção provisória e precária:

firmada sobre toscos esteios de madeira, com paredes de palmitos e ripas ligadas por cipó imbé, emboçadas de ligeiras camadas de barro coberta com ramos de palmeiras. Ao lado d'essa capella, protegido por uma cerca, um pequeno espaço de terra servia de cemitério, em cujo centro eleva-se uma modesta cruz de madeira.⁴

Observando a descrição do material usado na construção da capela, verificamos a influência indígena na utilização de materiais e nas técnicas de construção (cipó imbé, palmeiras e palmitos) nos primórdios da aldeia.⁵

No primitivo cemitério⁶, ao lado direito da capela, eram enterrados índios, escravos e livres, sendo o primeiro enterro realizado em 1807, quando morre Leocádia, filha de escravos, conforme registro no Primeiro Livro de óbitos (1807-1830).

O cemitério da Aldeia, nome que recebe no livro de óbitos, não é um cemitério indígena e sim um cemitério católico para os moradores da aldeia, inclusive os índios. Qual seria a postura dos Coroados em relação ao enterro de seus pares neste cemitério? Morariam perto de um cemitério no qual estavam enterrados parentes seus?

As informações que temos sobre o comportamento de Puris e Coroados perante a morte indicam que não. Temos um exemplo claro nas páginas do diário escrito pelos

³ Valença em homenagem a D.Fernando José de Portugal, Marquês de Aguiar, que pertencia à casa dos marqueses de Valença, de Portugal.

⁴ FERREIRA, Luis Damasceno. *História de Valença (Estado do Rio de Janeiro): 1803-1924*. Rio de Janeiro: Empreza Gráfica Editora, 1925. p. 7.

⁵ DEBRET, Jean Batiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1989. Volume 1. As pranchas 26 e 35 dão uma idéia das cabanas e materiais construtivos usados por Puris e Coroados.

capuchinhos da missão de São Fidelis (no norte fluminense), nas quais eles relataram (em 1789):

Logo no dia 9 do dito mez Deus quis que adoecesse um velho delles e morresse. O padre achando-o bastantemente disposto, baptisou-o e lhe pôz o nome de João e os outros consentiram sem bulha alguma que se enterrasse na igreja de Santo Antonio dos Guarulhos. Por este successo determinaram sempre de retirarem-se logo para o matto, conforme o costume delles de largarem o lugar aonde alguém falleceu⁷ (grifos nossos).

Pela observação acima, podemos verificar que os índios não se opunham ao enterro no cemitério católico, mas mantinham a postura de se afastar do local, comportamento que provavelmente ocorria em Valença, pois a sua sesmaria ficava onde estava a capela e o cemitério. Somente os índios com maior contato com os luso-brasileiros e, portanto, que já viviam integrados ao seu modo de vida, ficavam na Aldeia, os outros viviam em suas aldeias.

José Rodrigues, chamado de grande Capitão pelos Coroados, entrou em contato com cinco sociedades indígenas diferentes, conforme indicou em cartas e ofícios ao Vice-Rei, mas o livro de batismo forneceu o nome de oito caciques, indicando a possibilidade de mais sociedades indígenas vivendo na região, conforme a tabela que se segue:

⁶ O Cemitério ficava numa pequena área de terra onde hoje se encontram os terrenos do reservatório d'água (começo da Rua Domingos Mariano esquina da Rua Dr. Ernesto Cunha).

Tabela 3

n.	nome indígena	nome cristão	data de batismo	Observação
1	Minhan	Manoel	21.12.1812	Cacique
2	Ton-purú	Manoel	25.12.1812	Cacique
3	Bocaman	José	10.01.1813	Cacique
4	Tanguará	Hipólito	1809	Cacique
5	Taipurú ou Taypurú	Não tem	Não batizado?	Cacique
6	Guerimbut	Miguel Rodrigues	Não indicado	Cacique
7	Sem informação	Luiz	Não indicado	Cacique
8	Sem informação	José Bexiga	25.12.1812	cacique, filho de Bocaman

Tabela 3 – Lideranças indígenas - batizados

Fonte: Primeiro Livro de Batismos da Paróquia de N.S.G. de Valença (1809-1830/1849-1878).

Eram esses os caciques que com suas famílias apareciam ou moravam na Aldeia de Valença, até 1814. É interessante notar que apesar de já conviverem com o capelão desde 1803, somente em 1809 apareceu o primeiro cacique que aceitou ser batizado e teve um que nunca aceitou o batismo: Taypurú (**Tabela 3**).

Com a morte de José Rodrigues, provavelmente no início de 1805⁸, as violências contra os povos indígenas começaram a aumentar. A sesmaria solicitada por Cruz para os Coroados, que fazia fronteira com a sua Fazenda da Passagem (**Mapa 12**), não foi demarcada e os trâmites legais não foram cumpridos, deixando os índios sem a posse legal da sesmaria. Aproveitou-se dessa situação o Padre Manuel Gomes Leal que através de Florisbello Augusto de Macedo, um exposto criado na casa paroquial, solicitou por sesmaria a mesma área pedida por Cruz para os indígenas.⁹

⁷ Diário dos Missionários da Missão Capuchinha de 1781-1831. Memórias de São Fidelis. Manuscrito deixado pelos fundadores de São Fidelis, do Arquivo do Convento de São Sebastião. P.35

⁸ Por mais que procurássemos não conseguimos encontrar a data do seu falecimento, mas pelas indicações nas correspondências podemos apontar este ano como o da sua morte.

⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 528.

O padre estava querendo ampliar as suas posses, já que tinha uma sesmaria ao lado da sesmaria dos Coroados (**Mapa 12**), e não encontrou oposição do Capitão Ignácio Werneck, responsável pela repartição de sesmarias na região, que sabia da sesmaria solicitada para os índios por José Rodrigues da Cruz.

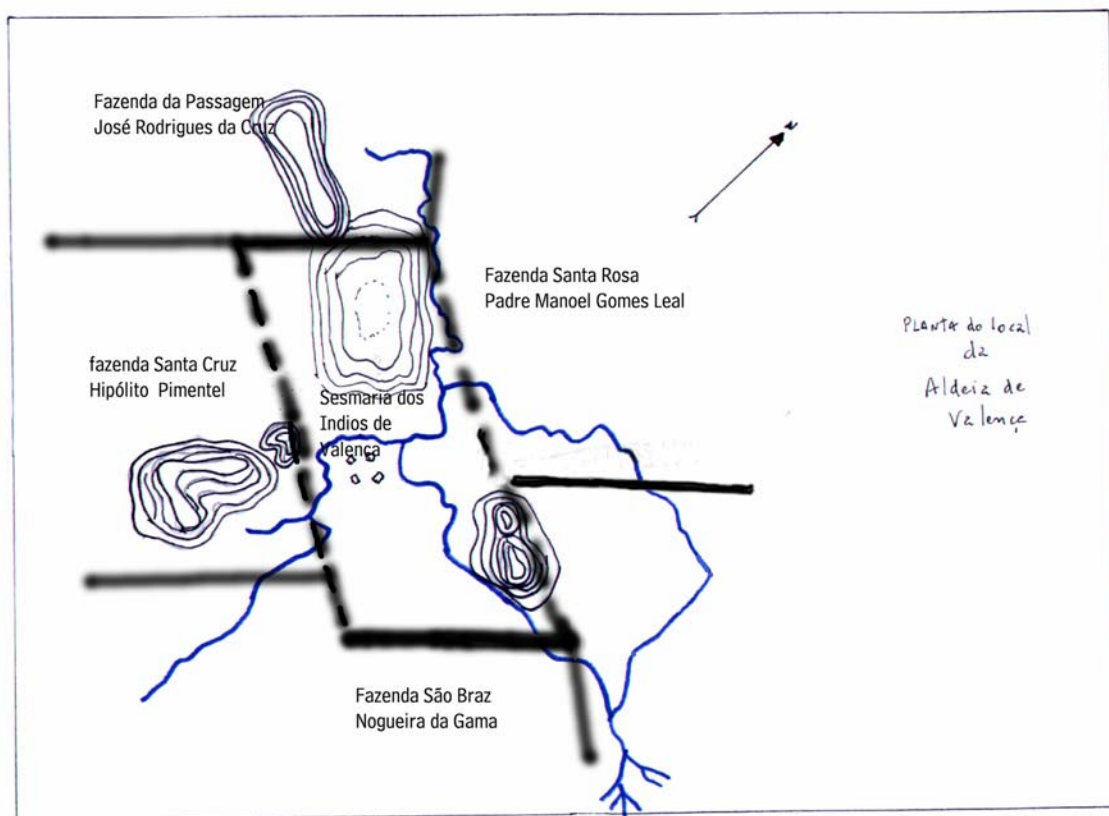
A alegação de Werneck, anos depois, de que a terra poderia servir “de patrimônio para a mesma igreja, para casa de residência do parócho e dos mesmos moradores quando concorressem para assistir aos offícios divinos; e de um asylo para os mesmos índios”¹⁰ tentava inverter a finalidade inicial da sesmaria, que fora dada às sociedades indígenas, para o seu aldeamento.

A posse da sesmaria só não se efetivou porque Florisbello morreu (de tuberculose, em 1813¹¹) e logo em seguida o padre (1815¹²), sem que houvesse concluído o processo legal de reconhecimento da sesmaria. Vemos aqui uma repetição de comportamento que foi uma constante durante a Colônia e o Império, os agentes do Estado responsáveis pelo trato com os povos indígenas eram os primeiros a querer usurpá-los.

A ocupação da região se fazia em ritmo lento, poucos donos de sesmaria haviam entrado de posse das suas terras, desses poucos fazendeiros, a maior parte não tinha grande número de escravos, a maior parte da população era de posseiros e a produção de alimentos era a principal atividade na área.

¹⁰ Apud SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 520.

¹¹ Primeiro livro de óbitos da Freguesia de N.S.da Glória de Valença (1807-1830), folha 6, anverso, 4º registro de óbito refere-se a Florisbello Augusto de Macedo.



Mapa 12 – Esboço da repartição territorial das sesmarias no entorno da sesmaria dos Coroados, onde foi constituída a Aldeia e construída a Igreja de Nossa Senhora da Glória de Valença, em 1819.

Fonte da base cartográfica: Planta da antiga Vila de Valença, levantada pelo engenheiro Cezar

Cadolino, 1846. In: Iório, Leoni. *Valença de ontem e de hoje (subsídios para a história do Município de Marques de Valença) 1789-1952*.

Valença: Jornal de Valença/Assoc. Comercial de Valença. 1952.

Adaptada por Marcelo Sant'Ana Lemos.

¹² Primeiro livro de óbitos da Freguesia de N.S.da Glória de Valença (1807-1830), folha 8, verso, 5º registro.

A região era considerada ainda insegura para os luso-brasileiros e havia muito receio de ataques dos Coroados nas regiões próximas ao Rio Paraíba o que desestimulava uma ocupação mais intensiva.

Quando o Barão de Eschewege indo para Minas Gerais passou próximo à região, em 1811, comentou que umas das causas de não haver experiências de navegação do Rio Paraíba do Sul naquela área era “por causa da vizinhança de uma tribo selvagem muito temível.”¹³

John Lucock, em 1813, também fez comentários sobre a insegurança em que se vivia nas proximidades de Ubá e “que bem denota a índole dos bugres e os riscos que correm os estabelecimentos em terras novas”¹⁴, ao comentar a morte de um homem que fora contratado para montar um estabelecimento numa sesmaria, conseguida por dois homens da cidade, que foi assassinado por dois índios nas proximidades daquela fazenda¹⁵.

A chegada da família real e a instalação da Corte no Rio de Janeiro foram alterando o ritmo e a forma de ocupação da região, pois criaram novas necessidades e demandas.

A proximidade da Corte fez com que muitos se apresentassem para oferecer préstimos e tentar obter mercês, graças e privilégios. O capitão José Thomaz da Silva, que em 1803 tentara criar um aldeamento dos Araris perto de sua fazenda das Quinze Ilhas e que ainda mantinha contatos com eles, estava muito endividado e explicava o motivo ao Príncipe Regente:

¹³ ESCHWEGE, W. L. von. *Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, no anno de 1811*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936. p. 14.

¹⁴ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975. p. 199.

A conservação e manutenção destes Índios, tem motivado não só que o supplicante tendo esgotado os seus pequenos fundos, mas visto cessar todos os lucros, e interesses de suas lavouras, e detriorado sua fazenda: Ao mesmo tempo tem promovido a contração de vários empenhos, reduzindo-o ao estado cruel, terrível cituação de devedor, a diversos sujeitos na importância de 4:000\$000, e posta que o supplicante seja credor a outros de avultadas quantias (...).¹⁶

E pedia “a graça de privilegia-lo para não ser desmandado de seus credores no lapso de 8 annos”¹⁷ além de poder “formar o aldeamento preciso a aquelles Índios ficando servindo-les de director”¹⁸ ou então “removelos, ou para esta Corte afazerem-se outros para as precisões do Estado de que são suceptíveis, ou a outro lugar(...) que for do agrado de V.^aR.”¹⁹.

Voltava o Capitão a pedir para ser diretor dos índios, além de tentar obter uma moratória para as suas dívidas, as quais teriam se originado por conta do seu trabalho com os índios. De todas as propostas feitas pelo Capitão, a de remoção de índios para a Corte encontrou eco nas necessidades da Armada Real, pois o Almirante General Pedro Carlos ordenou a José Thomas da Silva que arregimentasse índios para trabalharem no Arsenal Real de Marinha.

A forma como cumpriu as ordens do Almirante quase levou à destruição do aldeamento de Valença:

¹⁵ IDEM, p. 200. O autor descreve a forma engenhosa como os índios despistaram os seus perseguidores ao saírem rolando pela encosta.

¹⁶ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos – Códice 237,13 – Índios de Resende.

¹⁷ IDEM.

¹⁸ IDEM.

¹⁹ IDEM.

A indiscrição com que se executou esta diligência por um homem que lhes era estranho, em que eles não crião, o horror que lhes causou ver acorrentados os apreendidos, e atropeladas as famílias destes, algumas até com impossibilidade física de viajar, finalmente outra irregularidades que acontecerão horrorizarão o resto dos aldeados, e os puserão em debandada, desamparando o estabelecimento, e dando de mão a lavoura e a colheita, vindo por último refúgio procurar o suplicante, e o padre Manoel Gomes Leal seu capelão, para lhe restituírem seus compatriotas, protestando que a não acontecer assim, não tornavão a aldeia e continuarião a embrenhar-se pelos sertões para fazerem guerra aos brancos que com eles deixavão de ter fé. Em incompreensível e incomodo, a despesa que o suplicante e o Padre Manoel Gomes fizerão em os sustentar, contentar e persuadir para que tornassem para a aldeia, enquanto o suplicante vinha rogar a S.^a Real a restituição dos apreendidos e só esta esperança os sustem , assim mesmo com muita desconfiança.²⁰

Não sabemos o resultado desta suplica feita pelo Diretor dos Índios, o Capitão Ignácio de Souza Werneck, para que os índios enviados para o Arsenal²¹ voltassem para Valença, mas sabemos que, no ano de 1809, os Coroados começaram a ser batizados (42 nesse ano)²², o que indica uma diminuição de conflitos e um avanço no processo de aproximação com a sociedade luso-brasileira, na região.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos – Códice C 343,6 documento n° 6 – Carta do Capitão Ignácio de Souza Werneck ao V. A R., s/data. O documento não tinha data, mas como o documento de Thomaz da Silva sugerindo o recrutamento era de 1808 acreditamos que o fato ocorreu no mesmo ano.

²¹ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos – Códice 20,4,2 – documento n° 83. Vimos neste documento manuscrito do pagador dos Armazéns Reais, de 2 de março de 1809, que existiam entre 154 serventes e remeiros índios servindo a Marinha, entre estes certamente alguns de Valença.

²² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo Presidente de Província – Coleção 47- Câmara Municipal de Valença – diversos documentos (1835-1872). Resposta do Presidente da Câmara Municipal, João Baptista, ao Presidente da Província do RJ, em 26.4.1872.

5.2 As vias de penetração para o sertão de Valença

Podemos avaliar como era a circulação na região, antes da construção das estradas da Polícia e do Comércio²³, através do mapa feito pelo diretor dos Índios, Ignácio Werneck, a mando do Vice-Rei, em 1808 (**Mapa 13**).

As principais vias de circulação eram aquelas que ligavam o Rio de Janeiro a Minas Gerais, como os caminhos da Estrela, do Pilar, do Iguazu e o Novo do Tinguá. Todos eles se juntavam num único caminho, ainda do lado direito Paraíba, com o nome de Estrada Geral, perto de onde havia um porto para barcas, que levava ao Registro de Paraíba do Sul, onde ela continuava até a Capitania de Minas Gerais. Este era o principal caminho para Minas, por onde passava o grosso do comércio entre as Capitânicas. Uma variante que saía da junção do Caminho Novo do Tinguá com o Caminho do Pilar, que passava pela fazenda de Ubá, atravessava o Paraíba, indo para a Aldeia de Valença e daí para as margens do Rio Bonito. Era o único caminho que ligava Valença ao Rio de Janeiro.

O mapa não mostra a trilha feita por José Rodrigues, que ligava Valença a Rio Preto, apesar de ser conhecida por Werneck. Ela ficava na região interdita pela Coroa para evitar descaminhos do ouro que se extraía em Rio Preto.

Além desses caminhos, existiam outros como o que saía da Freguesia de Sacra Família em direção à margem direita do Rio Paraíba do Sul, e daí até o Rio Piraí, onde se juntava com outro caminho vindo das cabeceiras deste Rio e daí seguiam para a Vila de Resende e para a Capitania de São Paulo.

²³ A construção dessas estradas favoreceu determinados proprietários de terras na região, como foram os casos do Marquês de Baependi e do Barão de Ubá, o primeiro teve suas terras cortadas pela estrada da Polícia e o segundo pela estrada do Comércio, valorizando ambas propriedades. LENHARO, Alcir. *As tropas da*

superar a crise de abastecimento provocada pela “inversão colonial”²⁴, que aumentou em 20% a população do Rio de Janeiro²⁵.

Alcir Lenharo informa que D.João VI vai aos poucos tornando “letra morta” a lei que impedia a abertura de estradas para evitar o contrabando, de 1733, pois necessitava “dotar a capital de uma infra-estrutura mínima de transportes, que permitisse sua articulação com as regiões do interior do país”.²⁶

Duas iniciativas distintas vão resultar na construção de duas estradas que irão devassar os sertões de Valença nos anos seguintes, aumentando a articulação viária e rasgando as terras indígenas, contribuindo para a inversão demográfica na região:

1 – A Estrada do Comércio - Proposta pela Junta do Comércio, em 1811, e com a sua construção iniciada em 1812, pelo Sargento-Mor Francisco José Soares Andréia, já era transitável em 1817²⁷. Ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais e tinha o seu início na Corte, passando por Pavuna e Iguaçu, depois se dirigia a Santo Antonio das Palmeiras, cruzava os rios São Pedro e Sant’Anna, as serras do Tinguá e da Viúva, e pelo interior de Vassouras, passando pela freguesia de Pati de Alferes seguindo até a Fazenda de Ubá (do deputado da Junta do Comércio João Rodrigues Pereira d’Almeida), onde transpunha o Rio Paraíba para chegar até Valença e daí a Rio Preto, em Minas Gerais²⁸ (**Mapa 14**).

²⁴ MOTA, Carlos Guilherme e NOVAIS, Fernando. *A independência política do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

²⁵ Pizarro calculou 50.144 habitantes vivendo na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, já o Padre Perereca indicou 60.000 pessoas. O acréscimo populacional provocado pela vinda da Corte já foi estimado por vários autores variando as cifras entre 10 a 15 mil pessoas.

²⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, Div. de Editoração, 1993. p. 48.

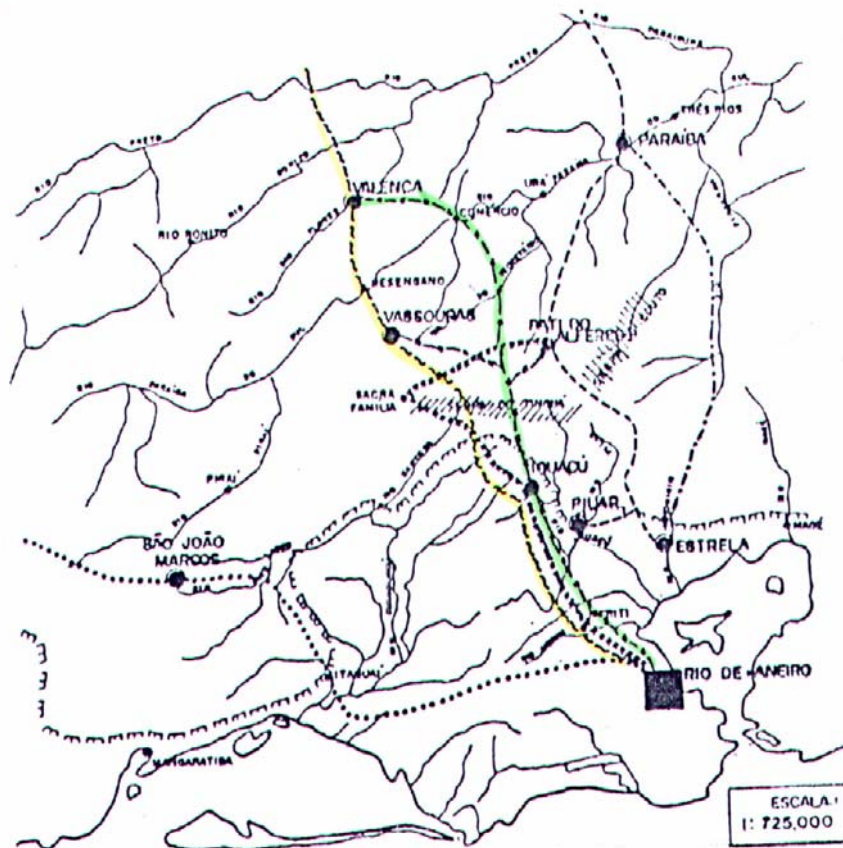
²⁷ IDEM, p. 49.

²⁸ MAIA FORTE, José Mattoso. Estrada de Rodagem Rio–São Paulo. *Revista da Sociedade de Geografia*. Rio de Janeiro, 2º semestre, 1928. p. 91.

2 – Estrada da Polícia – Proposta pelo Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana com o objetivo de “facilitar a condução de víveres e promover a abundância na Corte”²⁹, além de possibilitar que de Iguazu “pudesse Sua Majestade mesma ir em sege e entrar na comarca de S. João D’El Rei, província de Minas Gerais”.³⁰ A estrada tinha o mesmo

²⁹ GERSON, Brasil. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editôra, 1970. (Vieira Fazenda, XIV). p. 45

³⁰ IDEM, p. 45.



Mapa 14

- — — Caminho novo de Roderiques Paes
- . — Variante de Bernardo Soares Proença
- x x x x x Caminho do Tinguá
- Caminho de São Paulo
- — — Estrada da Polícia
- x — Estrada do Comércio
- m m m Escarpa da Serra do Mar

Mapa 14 – Estrada do Comércio e da Polícia

Fonte: SANCHES, Marcos Guimarães. Sertão e Fazenda. Ocupação e transformação da Serra Fluminense entre 1750 e 1820. *RIHGB*. Rio de Janeiro, 151(366):1-96, jan-mar. 1990. Adaptado.

itinerário da Estrada do Comércio até Iguaçú, dali passava pelo Rio Iguaçú, do Ouro, Santo Antonio, São Pedro, Sant'Ana, adentrava pela Freguesia de N. S. de Belém e Menino de Deus (atual Município de Japeri), depois ia para a Freguesia de Sacra Família do Tinguá (no Município Engenheiro Paulo de Frontin), passava na sede do atual Município de Vassouras e dirigia-se ao Rio Paraíba.³¹ Ultrapassado o Rio Paraíba na altura de onde fica hoje o Distrito de Barão de Juparanã, antiga área da fazenda do Marquês de Baependi, a estrada se dirigia a Valença e dali para o Rio Preto, na direção de São João D'El Rei. A Estrada da Polícia era conhecida como a estrada das boiadas, pois por ela passava a maior parte do gado que abastecia a Corte. O trajeto dessa estrada passava pelas propriedades do Marquês de Baependi e do próprio Intendente de Polícia, que se situavam na região de Valença³² (**Mapa 14**).

A região de Valença, por onde passariam essas estradas, já chamava a atenção pelas oportunidades que oferecia: por ter muitas terras virgens e férteis, por ser área de passagem para o Sul de Minas, um dos principais centros do abastecimento do Rio de Janeiro, além da diminuição dos conflitos com os Coroados, por conta do processo de pacificação e o seu aldeamento, em andamento.

O resultado era o aumento da presença da população não-índia, conforme indicava o Padre Gomes, em 1810, em uma consulta à Mesa da Consciência e Ordens: “vários habitantes que tem concorrido a estabelecer-se naquele sitio que já chegão a mais de quatro

³¹ IBIDEM p. 44. Ver também MAIA FORTE, José Mattoso. Estrada de Rodagem Rio-São Paulo. *Revista da Sociedade de Geografia*. Rio de Janeiro, 2º semestre, 1928. p. 90.

³² A família do Marquês de Baependi recebeu 12 sesmarias naquela área, o Intendente de Polícia recebeu uma.

centos almas, repartidos em cinquenta e cinco fogos, e querem concorrer para a edificação da capella”.³³

Essa migração de luso-brasileiros ainda era pequena e era uma população minoritária na área frente à presença indígena. Os proprietários e posseiros vinham principalmente das freguesias de Sacra Família do Tinguá e Pati de Alferes³⁴, mais tarde os mineiros, principalmente da Comarca do Rio das Mortes, formariam um novo fluxo migratório.

Os livros de batismo e óbitos são úteis para complementar a análise desse primeiro período demográfico da Aldeia de Valença.

5.3 Os livros de batismos e óbitos (primeiro período)

Ao analisarmos os livros de batismo³⁵ e óbito³⁶ de Valença, devemos ter uma visão crítica sobre os seus limites, principalmente quando tratamos da demografia dos Coroados. Os batismos e os óbitos dessas populações são sempre sub-registros, pois não abrangem o conjunto dos acontecimentos demográficos, estando sempre subestimados em relação à realidade.

³³ ARQUIVO NACIONAL – Mesa da Ordem e Consciência – código 26 – volume 2 – livro n.288. Consulta sobre requerimento do Padre Manoel Gomes Leal, capelão dos Índios Coroados no sertão da Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença. A respeito da ereção de capela. 8 de agosto de 1810.

³⁴ As informações extraídas dos batizados de livres não índios indicam essa tendência, sendo que muitos dos que eram dessas freguesias descendiam de famílias açorianas.

³⁵ Foram examinados dois Livros de Batismos da Igreja Matriz de N.S. da Glória: o que chamamos de Primeiro Livro é na verdade o resultado da junção de pelo menos três livros de batismos, que foram reagrupados e encadernados juntos formando o Primeiro Livro, com períodos que vão de 1809 a 1830 (com falhas: em 1809, faltam 20 batismos; não existem os registros de 1817 a 1821, provavelmente extraviados), de 1849 a 1856 (com falhas) e 1877 a 1878. O Segundo Livro, com 145 páginas, refere-se aos batizados dos anos de 1830 até 1837.

³⁶ O Primeiro Livro de Óbitos da Paróquia não foi encontrado na primeira fase da pesquisa feita em Valença, em julho de 2001, somente em 2003 achei este Livro que abrange o período de 1807 – 1830.

As anotações de batismos são até menos imprecisas que as de óbitos, devido ao fato já apontado por Eschewege, quando comentava os mapas feitos pelos párocos do Bispado de Mariana:

A respeito dos índios os Mappas certamente são inexatos, e a razão he esta: os Índios aldeados tomão sempre Portuguezes por Padrinhos por causa de alguns presentes que dahi lhes resulta, por conseqüência dão parte aos Parochos das crianças que nascem: como não lhes resulta a mesma vantagem quando algum da família morre, ordinariamente o enterrão no Matto, sem dar parte ao Parocho(...)³⁷

O nomadismo indígena também dificultava a mensuração da sua população, pois a sua mobilidade não se adequava aos métodos usados para listar a população, que levava em conta uma população de características sedentárias e usavam às vezes critérios religiosos, como no caso da desobriga ³⁸, para produzir o rol dos moradores, o que levava à exclusão dos que não eram católicos no levantamento.

Outro aspecto a ser considerado é o dos critérios usados nas anotações dos registros paroquiais que variam de diocese para diocese, de paróquia para paróquia e até de pároco para pároco. As observações feitas por Peraro³⁹ sobre as deficiências dos assentos para a paróquia de Senhor do Bom Jesus de Cuiabá são semelhantes às que encontramos nos

³⁷ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos – códice 5,4,5 – Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais, por Guilherme, Barão de Eschewege.

³⁸ Chama-se desobriga a época de cumprimento dos preceitos quaresmais pelos católicos comungantes. Nesta época os párocos listavam os moradores da freguesia, que eram enviadas ao Bispo, que por sua vez informavam a Mesa de Consciência e Ordens. Havia outros tipos de recenseamentos no século XIX, mas todos sem muita precisão na coleta de dados. Essa fase proto-estatística das fontes demográficas foi bem caracterizada por Maria L. Marcílio.(MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2000. Ver capítulo I).

³⁹ PERARO, Maria Adenir. As fontes paroquiais: uma experiência de pesquisa. *Território e Fronteira*. pp. 11-23.

registros de batismo e óbito de Valença: as falhas, as omissões e a perda de alguns registros são comuns.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, orientavam como deveriam ser preenchidos os registros de batismo, casamento e óbito, mas nem sempre eram seguidas fielmente pelos párocos. No caso de Valença, os párocos que substituíram o Padre Manoel Gomes Leal, após o seu falecimento, em 1815, empobreceram os registros quanto a várias informações, principalmente nos óbitos, que raramente passaram a designar a *causa mortis*.

Os registros de batismos indígenas do primeiro período (1803-1814) apresentam duas características que no segundo período (1815-1836) não foram percebidas: os batismos coletivos⁴⁰ e a grande presença de batismos adultos. Os batismos coletivos representam 45% do total de batismos do período e o batizado de adultos⁴¹ abrangiam 37% dos batismos do período.

Os batismos coletivos estão relacionados a momentos importantes do processo de catequese, em que batizavam adultos e crianças, consolidando a aproximação entre os interlocutores da sociedade luso-brasileira com os das sociedades indígenas. Alguns desses batizados envolveram o batismo dos caciques e/ou de suas famílias e foram prestigiados, pois a maior parte dos padrinhos estava ligada às principais famílias proprietárias de terra da região (**Tabela 4**).

⁴⁰ Chamamos aqui de batismos coletivos aqueles que no livro de batismo aparecem dentro do mesmo registro (variaram de 2 até 26 batizados num mesmo registro). Só ocorreram em assentos de índios e de escravos. Os batizados coletivos de escravos estão relacionados à chegada de novos lotes de escravos comprados por proprietários de terras de Valença.

⁴¹ Os batizados de adultos só ocorriam nos assentos de índios e escravos.

Tabela 4 - Lista de caciques, suas famílias e seus padrinhos de batismo.

n.	nome indígena	nome cristão	tipo de batismo	data de batismo	observação	padrinho	informações sócio-econômicas do padrinho
1	Minhan	Manoel	individual	21.12.1812	cacique	Miguel Rodrigues da Costa	senhor de escravos,sesmeiro
2	Ton-purú	Manoel	coletivo	25.12.1812	cacique	Miguel Rodrigues da Costa	senhor de escravos,sesmeiro
2.1	não registrado	Manoel	coletivo	26.12.1812	irmão de Ton-Purú	Joaquim Tavares do Amaral	senhor de escravos,sesmeiro
3	Bocaman	José	individual	10.01.1813	cacique	Joaquim Marques da Silva	senhor de escravos
3.1	não registrado	Sebastião	coletivo	25.12.1812	filho de Bocaman	Francisco Fernandes Chaves	s/informação
3.2	não registrado	Joze Bexiga	coletivo	25.12.1812	filho de Bocaman	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos,sesmeiro
3.3	não registrado	Manoel	coletivo	25.12.1812	da família Bocaman	Manoel Joaquim do Carmo	s/informação
3.4	não registrado	Maria Páscoa	individual	28.12.1812	mulher de Bocaman	Antonio Francisco de Gouvea	s/informação
3.5	não registrado	Francisco	coletivo	10.08.1809	filho de Bocaman	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos,sesmeiro
3.6	não registrado	Joaquina	individual	26.04.1814	filha de Bocaman	M.Rodrigues da Cruz	da família de José Rodrigues da Cruz(sesmeiro e diretor dos índios)
3.7	não registrado	Maria	s/informação	Não indicado	filha de Bocaman	s/informação	s/informação
4	Tanguará	Hipolito	s/informação	1809	cacique	s/informação	s/informação
4.1	não registrado	Fortunato	individual	27.12.1812	neto de Tanguará	Antonio Thomas da Silveira	senhor de escravos,sesmeiro
4.2	Surú	Roza	coletivo	10.08.1809	irmã de Tanguará	Manoel Gomes Leal	homônimo do padre, da Família Gomes Leal, sesmeiros em S. F.do Tinguá
4.3	Pinguengut	Filizarda	individual	20.08.1809	filha de Tanguará	Manoel Gomes Leal	homônimo do padre, da Família Gomes Leal, sesmeiros em S. F.do Tinguá
5	Taipurú ou Taypurú	Não tem	s/informação	Não batizado?	cacique	s/informação	s/informação
5.1	não registrado	Roza	coletivo	10.08.1809	filha de Taypurú	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos,sesmeiro
5.2	Cocit	Thereza	coletivo	10.08.1809	mulher de Taypurú	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos,sesmeiro
6	Guerimbut	Miguel Rodrigues	s/informação	Não indicado	cacique	s/informação	s/informação
6.1	não registrado	Roberta	individual	26.11.1809	filha de Guerimbut	Padre Manoel Gomes Leal	senhor de escravos,sesmeiro
6.2	Cuéi	Angélica	s/informação	Não indicado	mulher de Guerimbut	s/informação	s/informação
7	Sem informação	Luiz	s/informação	Não indicado	cacique	s/informação	s/informação
7.1	não registrado	Anna	coletivo	10.08.1809	filha de Luiz	Anna Joaquina de São José	irmã do Padre Manoel G.Leal
7.2	Guétuó	não indicado	s/informação	Não indicado	mulher de Luiz	s/informação	s/informação

Fontes: IÓRIO,Leoni. *Valença de ontem e de hoje(Subsídios para a História do Município de Marquês de Valença): 1789-1952.*
Primeiro Livro de batismos da Igreja de N.S.da Glória de Valença(1809-1878)

Na tabela, podemos observar que os caciques tinham como padrinhos proprietários de terras e escravos de destaque na sociedade local: Miguel Rodrigues da Costa (capitão de ordenanças, genro de José Rodrigues da Cruz, foi também diretor dos índios a partir de 1819, senhor de escravos – possuía 15 escravos-proprietário de sesmaria em Rio Preto); Francisco Joaquim Áreas (sobrinho do Padre Manoel Gomes Leal, alferes de ordenanças, proprietário de escravos, sesmeiro, foi cotado para ser diretor dos Índios); Joaquim Marques da Silva (proprietário de terras e escravos – possuía 16 escravos – citado por Saint-Hilaire como plantador de café e cana, amigo das famílias Cruz e Pereira d’Almeida por laços de compadrio); Padre Manoel Gomes Leal e Manoel Gomes Leal (ambos da família Gomes Leal, provenientes da região de Sacra Família do Tinguá onde, desde 1785, os primeiros membros da família receberam sesmarias na região; o Padre era sesmeiro e proprietário de escravos, foi capelão e diretor dos índios).

As relações de compadrio das lideranças indígenas com alguns dos grandes proprietários serão posteriormente usadas para tentar solucionar o problema acarretado pela usurpação da sesmaria dos Coroados, entre 1816/1819.

Essa teia de relacionamentos efetivada pelo batismo levava também a processos de utilização de mão de obra indígena pelos padrinhos e o aparecimento de agregados nas fazendas, principalmente quando os laços étnicos ficavam enfraquecidos.

Além dos batizados coletivos, havia os batizados individuais tanto de adultos quanto de crianças. Os batizados das crianças, em sua maioria, só constam o nome da mãe, pois a igreja não reconhecia a “união do mato”, isto é, a união indígena que era considerada ilegítima para a Igreja e mesmo que o pai estivesse presente ele não era registrado no assento de batismo. A criança era citada como natural nessas situações para diferenciar das que eram filhos de pais casados na igreja, consideradas legítimas e indicadas como tal nos

registros. O interessante era que existiam exceções nos assentos feitos pelo Padre Manoel Gomes, todas relacionadas a batizados que envolviam famílias de caciques, como foi o caso dos filhos do Bocaman (Sebastião¹ e Jozé², batizados no dia 25.12.1812) em que só nome do pai (Bocaman) aparece e o da mãe (Maria³, que seria batizada no dia 28.12.1812) seria omitido, além de não citar se era natural ou não. Outro exemplo desse procedimento pode ser verificado no batizado de Roza⁴(10.08.1809), filha do cacique Taypurú e Cocit⁵ (Thereza), em que o nome indígena do cacique (que não era batizado) entra no assento como pai, ao lado da mãe, que é indicada com o nome cristão vindo o nome étnico depois. Essas exceções visavam não criar conflitos com as lideranças indígenas, demonstrando que ocorriam concessões também do lado da sociedade luso-brasileira no processo de contato com as sociedades indígenas.

As crianças não tinham nos assentos nomes indígenas, pois a maioria era batizada pouco depois do nascimento⁶ no rito católico, recebendo um nome português que era muitas vezes escolhido pelos seus padrinhos (às vezes recebia o nome do próprio padrinho ou madrinha). O fato de terem um nome católico não é impeditivo de receberem dentro da sua aldeia outro nome de origem indígena, só que não nos é possível detectar este procedimento. Já no caso dos adultos a troca do nome indígena pelo nome cristão era em si uma violência imposta pela catequização. Essa troca acarretava, na avaliação de Canano,

¹ Primeiro Livro de Batismos, página 18 (lápiz azul) verso, 4º registro, coletivo.

² IDEM.

³ Primeiro Livro de Batismos, página 18(lápiz azul) anverso, 5º registro, individual.

⁴ Primeiro Livro de Batismos, página 38 (lápiz vermelho)/8 Furtado, 5º registro, coletivo.

⁵ Livro Primeiro de Batismos, página 38 (lápiz vermelho)/8 Furtado, 5º registro, coletivo, anotado antes da filha, com a troca do nome para Thereza.

⁶ São chamados de inocentes nos registros.

uma ruptura no signo lingüístico, em que a coisa e a palavra, a pessoa e nome, rompe-se. O índio perde-se em um caos axiológico, e sua união a um novo nome é o início de um processo de transformação em que o signo novo, o nome cristão, passa a ser símbolo, ou seja, uma nova identidade. A análise da violência contra o índio deve dar conta desse momento de transformação. É claro que essa estrutura não é instantânea, ela é um processo onde primeiro existe a constituição de dupla identidade. O duplo se constrói no espaço público, onde as relações de trabalho e com o Estado, enfim, com a própria sociedade, levam ao reconhecimento dessa nova identidade.⁷

Essa dupla identidade que se constrói no espaço público não era via de mão única para o fim da identidade indígena, às vezes se impunha a identidade indígena sobre a portuguesa como era o caso de Bocaman, cacique que era respeitado na região e que apesar de ter ganhado um nome católico, em 1813⁸, continuou conhecido em Valença pelo seu nome indígena⁹. Noutros casos, como o do cacique Taypurú e do índio Burel¹⁰, a identidade indígena permaneceu pela recusa de serem batizados apesar de seus familiares terem sido.

Para analisarmos o comportamento demográfico do primeiro período (1803-1814), montamos uma série com seis anos seguidos (1809-1814), tanto para os batizados como para os óbitos, que dava condições de comparação entre as três categorias que dividimos os

⁷ CANANO, Pablo Carvalho. Nomes e destinos nos arquivos do Norte-Fluminenses. *Anais da Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório. Memória: contribuições para a sua preservação. Região Norte-Fluminense*. Campos de Goitacazes: UENF/CCH, 1997. pp. 37-38.

⁸ Primeiro Livro de Batismos, página 19 (lápiz vermelho) verso, 1º registro, individual, em 10.1.1813.

⁹ A forte presença de Bocaman na história regional pode ser avaliada pelo fato de ter sido citado como referência indígena local, em 1856, por Charles Ribeyrolles, muitos anos após o seu falecimento (RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, Instituições*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, vol.1.p.244). Outro indicador é que mesmo quando seu filho Jozé Bexiga já era cacique (1820) o nome da aldeia era de Bocaman (ARQUIVO NACIONAL – CDE/SDE – Diversos Códices SDH – anotação cod. 807, vol. 11 folhas 70 e 77-81, do ano de 1820).

¹⁰ Burel, o Buré de Saint-Hilaire, é o jovem índio que fez o discurso contra a usurpação das terras indígenas, em 1816, que foi ouvido e citado por Saint-Hilaire (SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias*

registros: índios, livres não-índios¹¹ e escravos. Essa divisão em três categorias devia-se ao fato de supormos que as condições de vida diferenciadas dessas categorias refletiriam na sua performance demográfica, o que foi comprovado. Durante todo o primeiro período, os batizados de crianças indígenas eram superiores ou iguais aos dos livres e sempre superiores às crianças escravas. A única exceção ocorreu no ano de 1812, quando as crianças livres tiveram dois batizados a mais, o que levando em conta que havia possibilidade de sub-registros de nascimentos indígenas não deve ser considerado como indicativo de mudança de tendência (**Gráfico 2**).

Para a análise da natalidade da região, não contabilizamos os batizados adultos (índios e negros), pois queríamos ter uma noção dos nascimentos. Quanto aos óbitos, entraram todos os registros.

Nos óbitos é que vemos com clareza como a diferença da condição social (categoria) reflete no comportamento demográfico. Não há um padrão único para os anos escolhidos: nos anos de 1811-1813, os óbitos indígenas são maiores, já no ano de 1810 os óbitos dos escravos predominam e no de 1814, os dos livres não-índios, ficando o ano de 1809 como o único em que morrem o mesmo número de indivíduos nas três categorias (**Gráfico 3**).

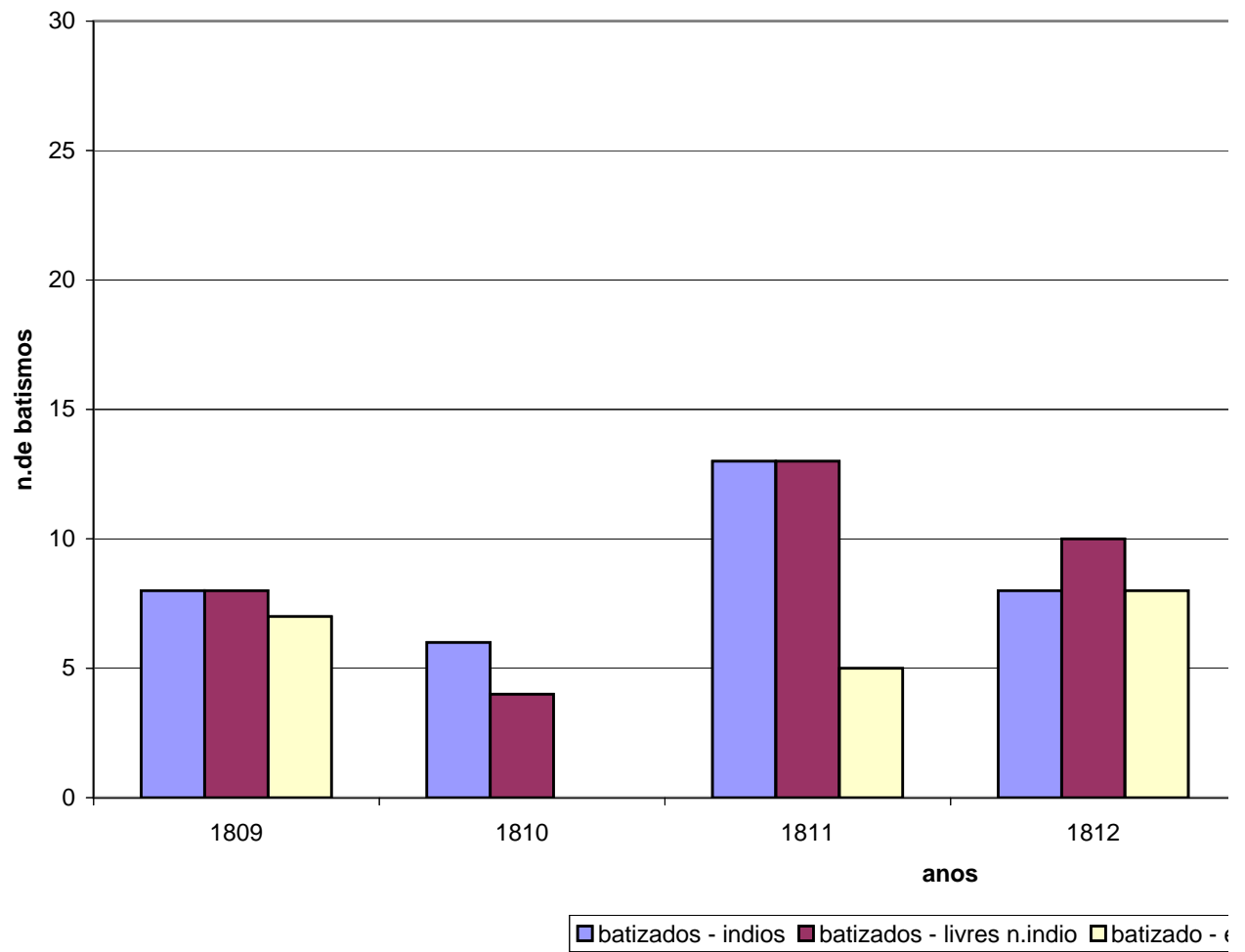
As causas desses diferentes comportamentos demográficos são várias, mas podemos começar a desvendar essas diferenças comparando batismos e óbitos por categoria.

Os Coroados têm ao longo do período um crescimento demográfico moderado devido à desaceleração em 1811, e o crescimento zero dos anos de 1812 e 1813, devido à

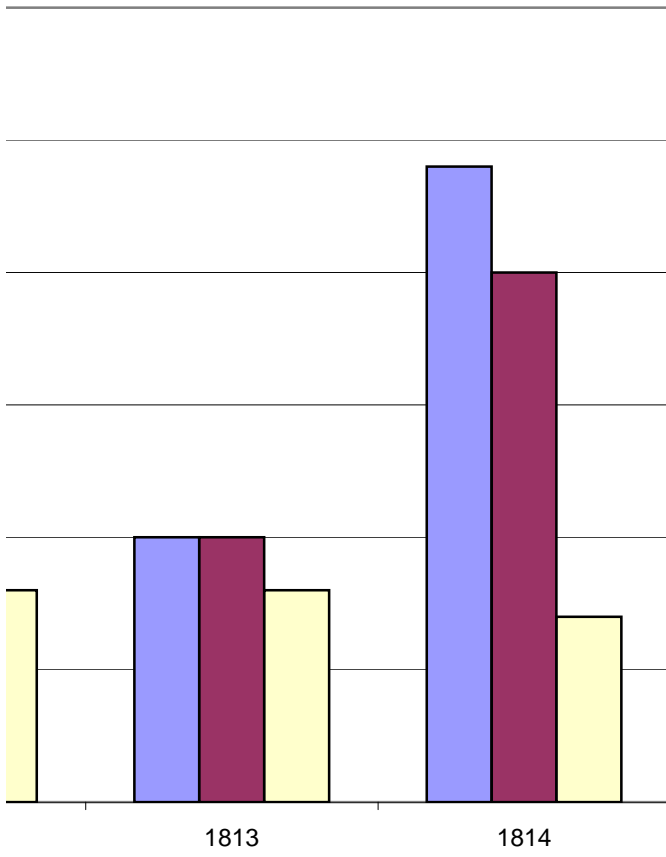
do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975). Ele reaparece no assento de óbito da filha da sua irmã Luzia (tinha o nome católico) morando na Cachoeira, seis anos depois.

¹¹ Incluem-se nesta categoria todos os brancos, pardos, cabras e negros que nos registros de batismo tinham a indicação de livre. Em que pese a diferença social entre os brancos (geralmente proprietários e mais abastados) e os pardos, cabras e negros livres (geralmente posseiros – de poucas posses – ou jornaleiros) a quantidade destes últimos nos registros era tão pequena que não justificaria a sua diferenciação.

Valença - Batizado de crianças por categorias - 1809.

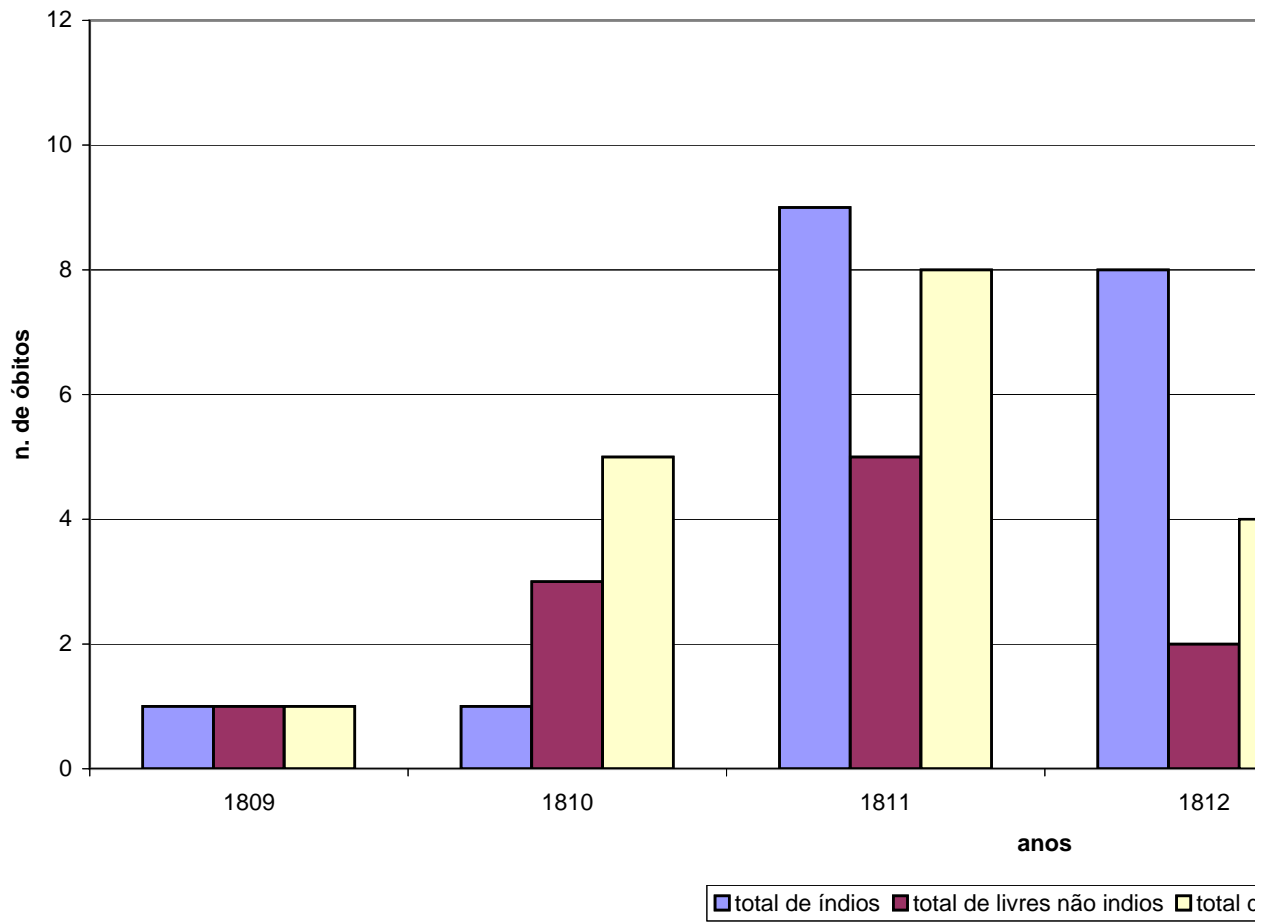


1809-1814

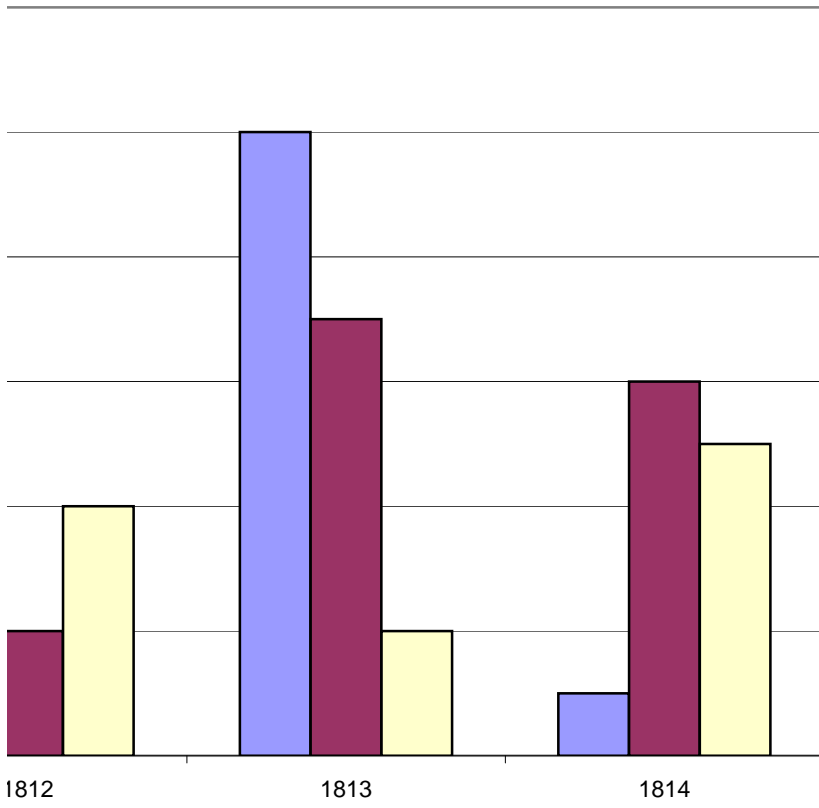


ado - escravos

Valença - Óbitos por categorias - 1809-18



109-1814



total de escravos

epidemia de sarampo e a diarreia. É interessante observar que em 1814 há uma aceleração muito grande em comparação ao restante do período (**Gráfico 4**).

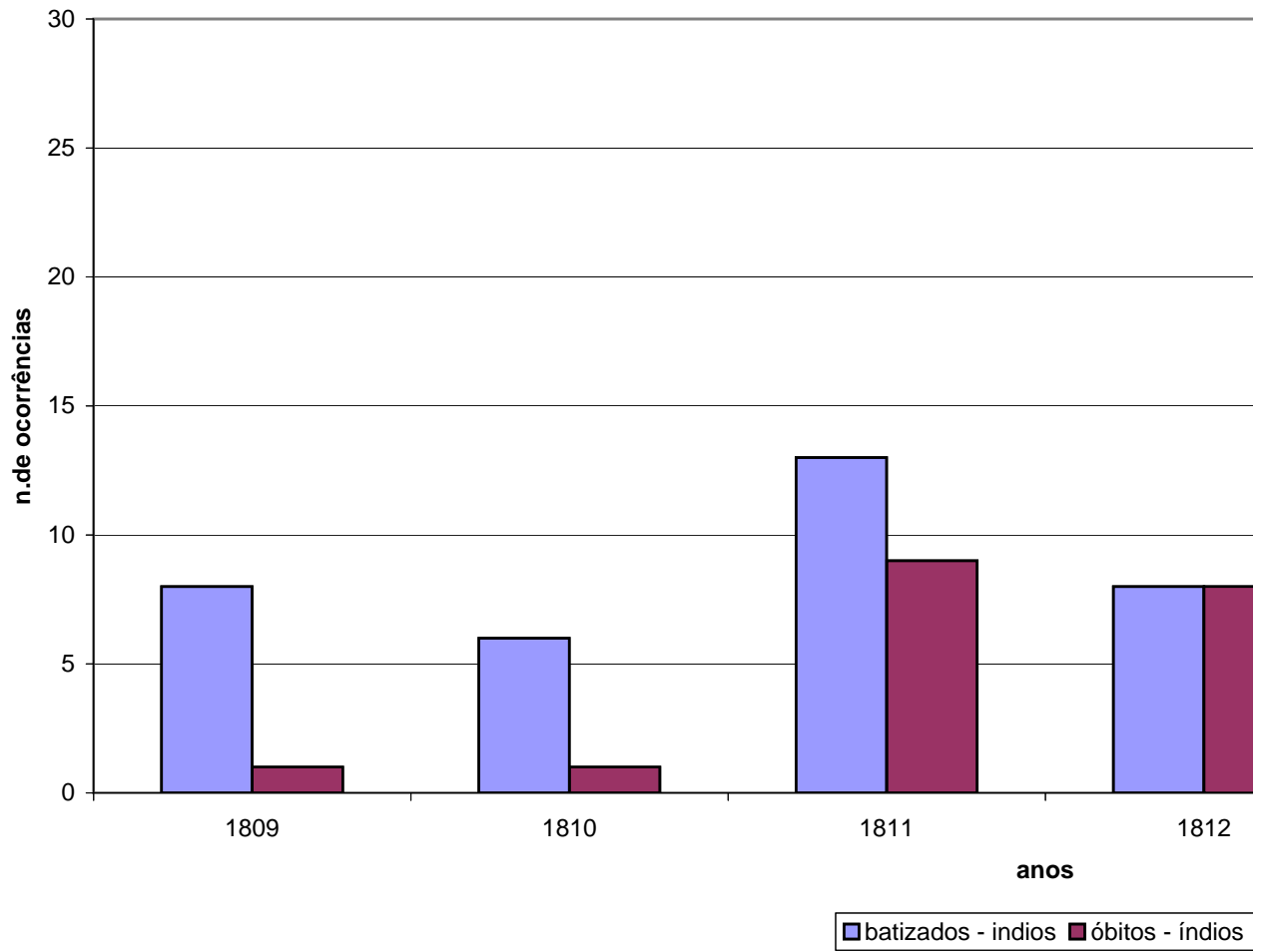
Os escravos têm uma natalidade menor que as outras categorias, o que indica que poucos casais ou famílias escravas se formaram no período. Alguns anos apresentam crescimento negativo: 1810 e 1811. Nos outros anos, o crescimento é moderado, resultando para o período um acréscimo populacional num ritmo quatro vezes menor do que das outras categorias (livres e índios). O aumento da população escrava na região, principalmente a partir de 1814, se dá pela importação de escravos, resultando assim num crescimento populacional da categoria de forma exógena a região (**Gráfico 5**).

Os livres não-índios têm o maior crescimento demográfico ao longo do período, em que pese à diminuição do ritmo nos anos de 1810 e 1813, nunca deixa de crescer (**Gráfico 6**).

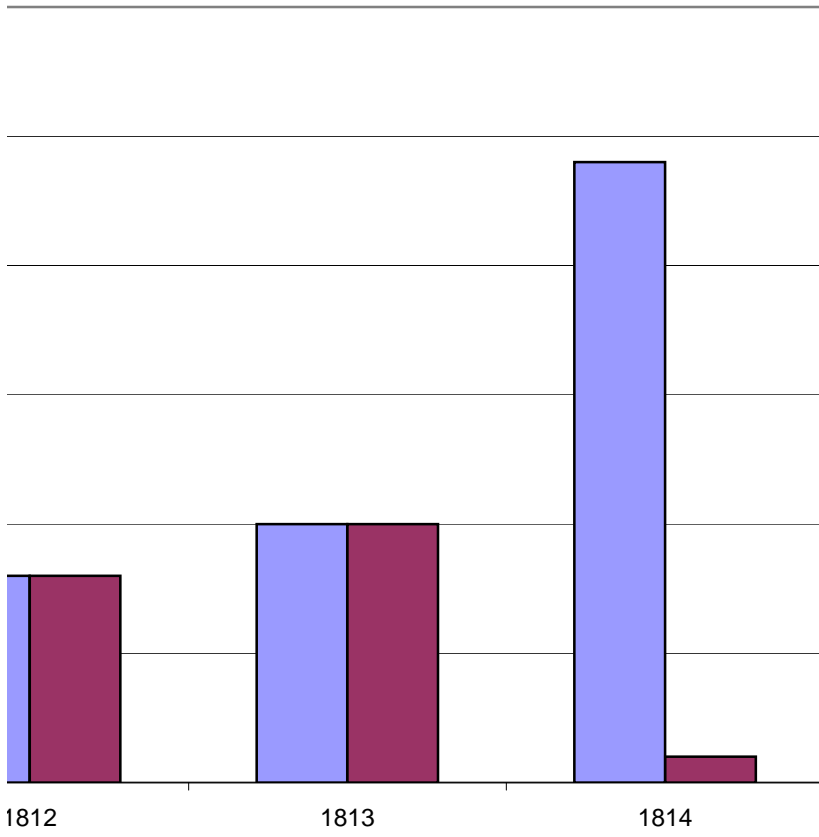
Uma outra comparação, entre os tipos de *causa mortis*, permite verificar que as categorias têm diferentes resistências às doenças (quer pelo seu patrimônio genético, quer pelas condições de vida e trabalho) que refletem no comportamento demográfico delas.

Pudemos através dessa análise dos óbitos apontar os anos em que se deram a doença de pele (chamada de sarna – 1811) e as epidemias de bexiga (1813, 1814 e 1817), que vários autores apontam como responsáveis pela dizimação da população indígena (Saint-Hilaire, Charles Ribeyrolles, Iório, etc.), bem como ter uma noção da sua letalidade, naqueles tempos.

Valença - Nascimentos x óbitos indígenas - 1809-1812

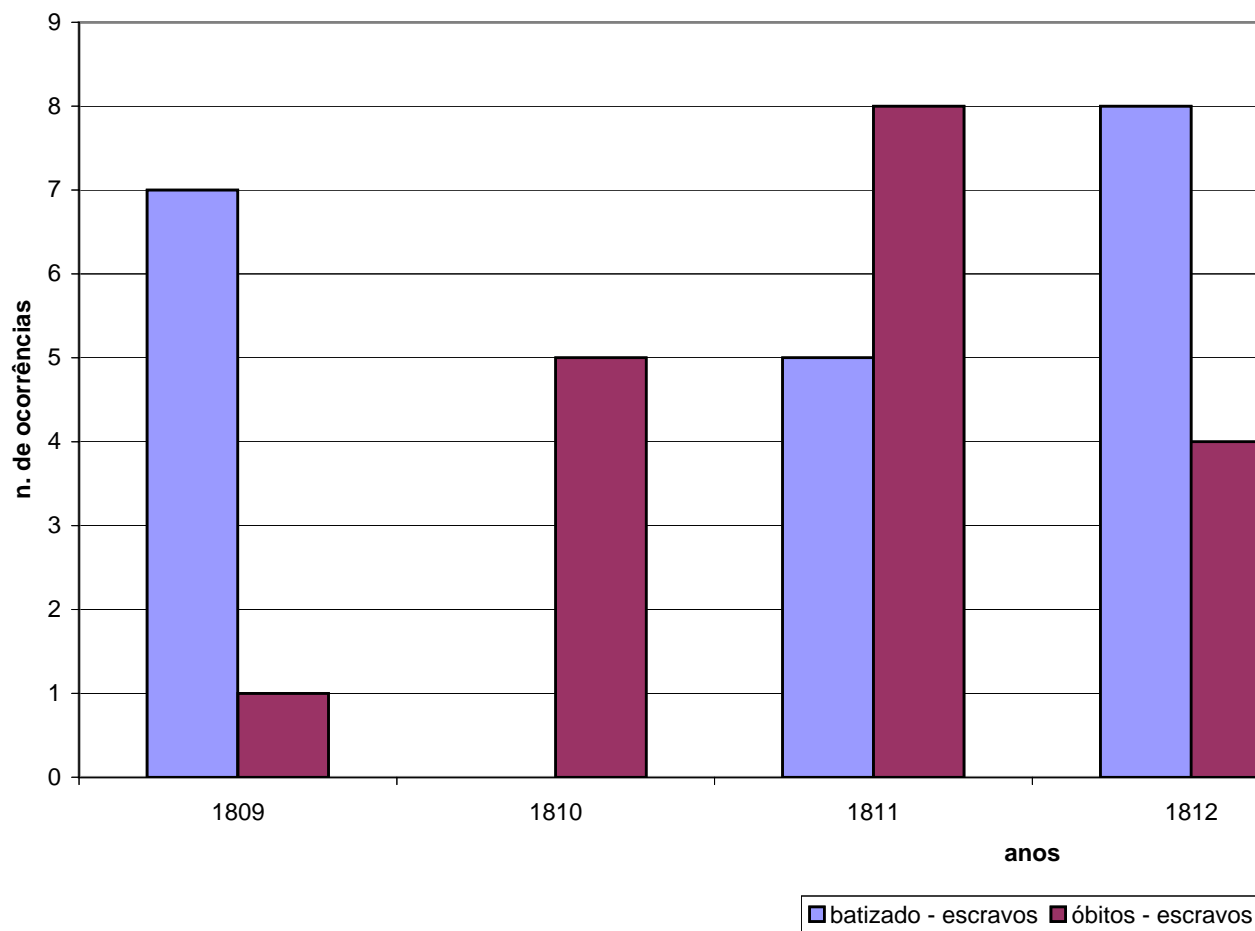


as - 1809-1814

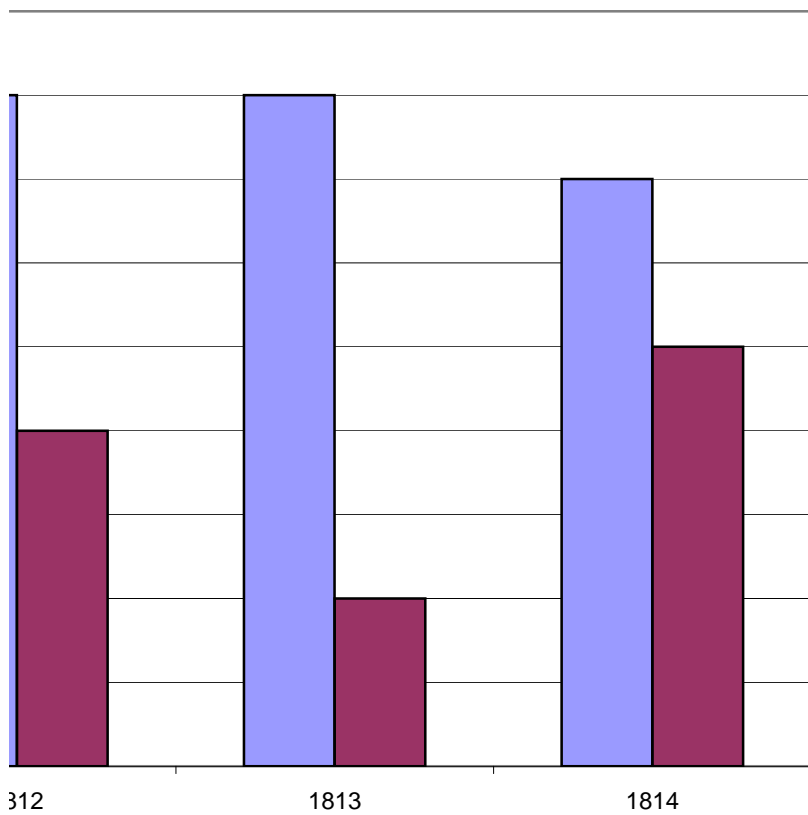


indios

Valença - Nascimentos x óbitos escravos - 180

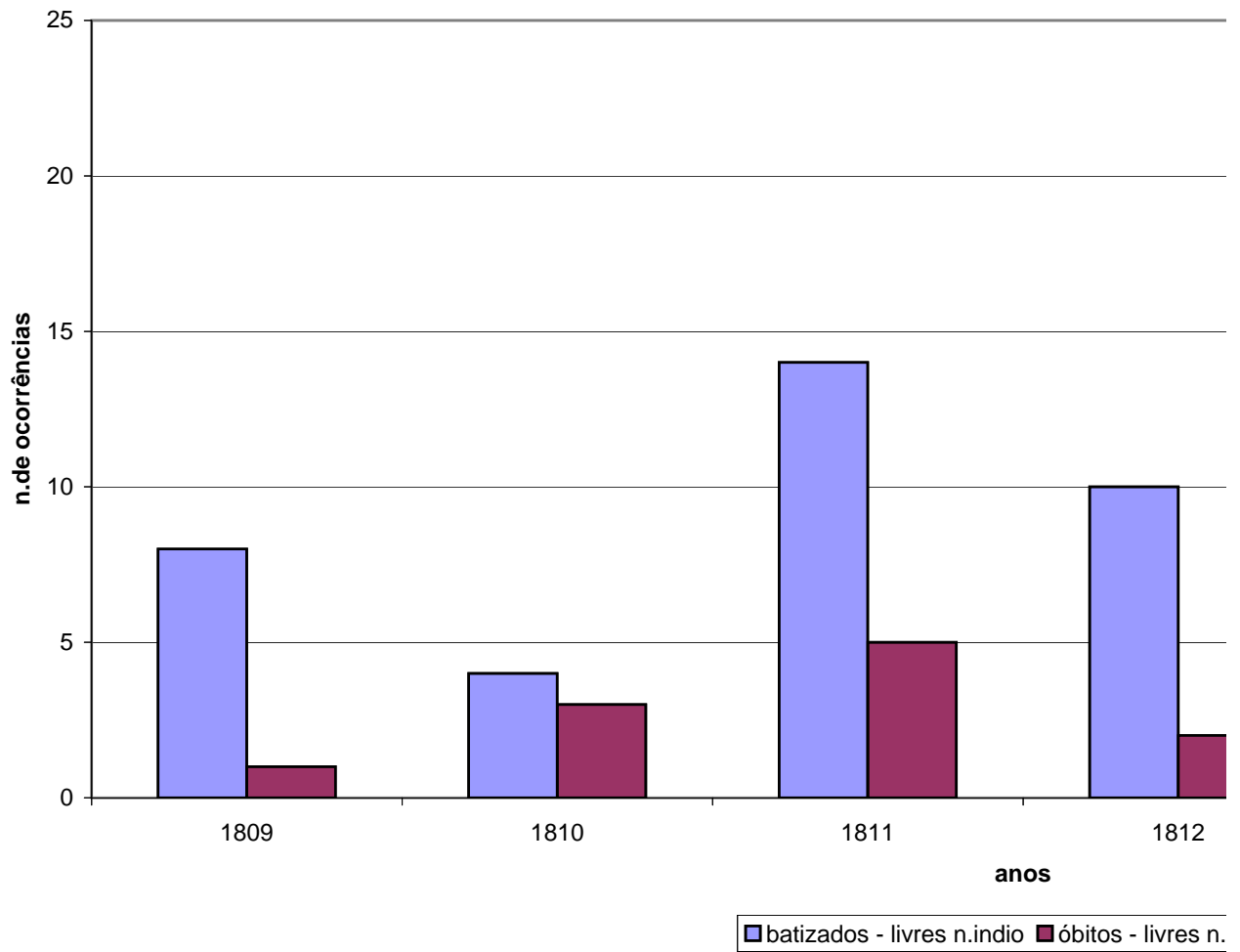


s - 1809-1814

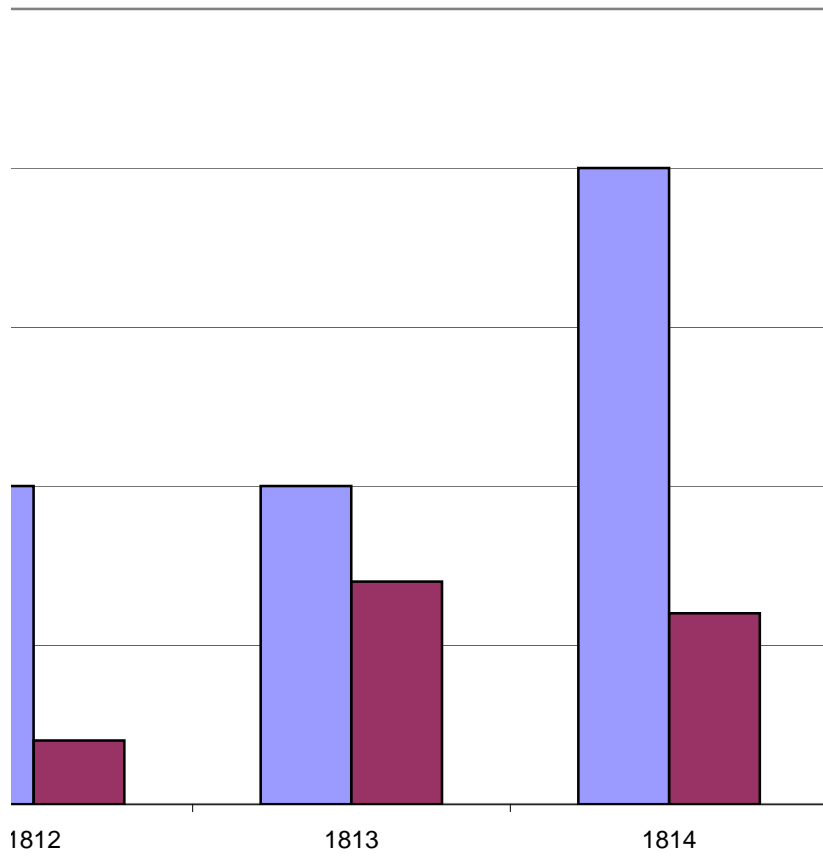


cravos

Valença - Nascimentos x óbitos livres não índios



ndios - 1809-1814



vres n. índios

Verificamos que no caso dos Coroados, quando havia o surgimento de uma epidemia, os registros de óbitos indígenas sofriam descontinuidade no tempo: enquanto no ano de 1811 existiam registros de óbitos de silvícolas distribuídos ao longo de quase todos os meses do ano. No ano seguinte, em que houve várias ocorrências de mortes, nos meses de abril e junho provocados por um tipo de diarreia, não aparecem registros de óbitos indígenas por seis meses só existindo novas anotações no final de dezembro. No caso da epidemia de bexiga (ou sarampos), março-abril de 1813, ocorreu o mesmo, não tendo registros de óbitos indígenas até o mês de novembro. Parece improvável que neste período não tenham morrido Coroados e sim que eles se afastaram do contato com os moradores de Valença, de forma semelhante a que foi relatada pelos capuchinhos da Missão de São Fidelis (em 1788):

(...) quando uns dos ditos índios mostravam vontade de ficar no povoado, mostrando aborrecimento ao matto e alguma paixão contra o Capitão que os puxava para dentro. Disto tomou ocasião o Missionário de se queixar com o Capitão e apertando com elle que dissesse porque se não queria estabelecer cá para fora. Respondeu que cá a gente adoce muito e vai depois morrer no matto, assim succedeu a um seu irmão e aos seus filhos; e dizia a verdade, porque em duas vezes que cá se demoraram, obra de um mez o mesmo Padre desejava que se ausentassem, pois a primeira vez tinha adoecido, a maior parte delles de defluxão de olhos, e a segunda estavam bastante doentes de catarrão de peito e cabeça (...).¹

Essas epidemias e doenças infecto-contagiosas ocorridas em 1812/13 explicam o crescimento zero dos Coroados para aqueles dois anos. As doenças afetavam de forma

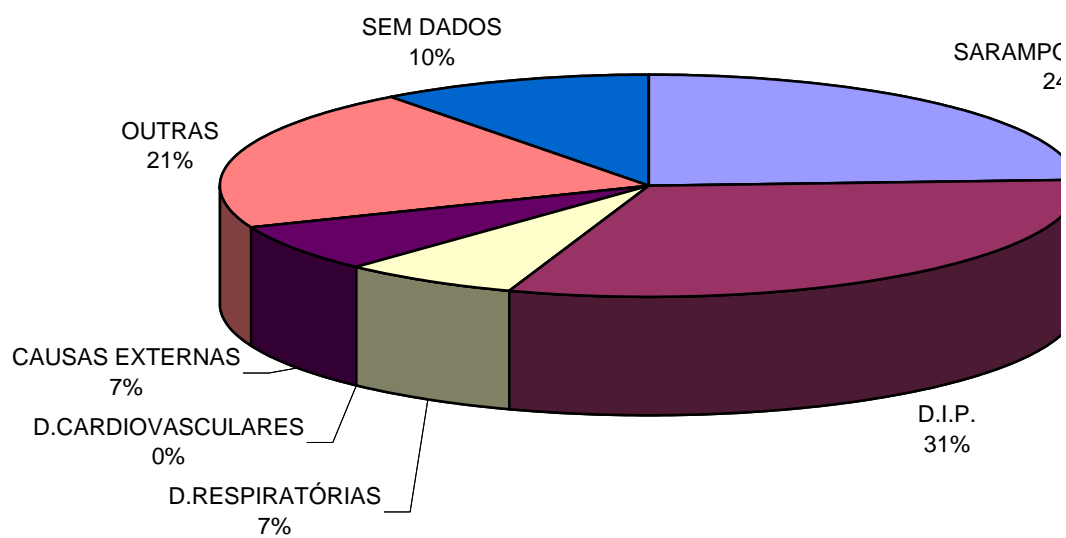
¹ Diário dos Missionários da Missão Capuchinha de 1781-1831. Memórias de São Fidelis. Manuscrito deixado pelos fundadores de São Fidelis, do Arquivo do Convento de São Sebastião. p. 46

diferenciada as categorias o que pode ser facilmente percebido nos gráficos produzidos a partir da frequência das doenças por categoria social. Nestes gráficos, foram desprezados os óbitos que não indicavam a idade do falecido e agrupadas os óbitos restantes nos seguintes grupos de eventos: 1 - sarampo/bexigas (dada a sua importância para a demografia indígena essas doenças foram contabilizadas juntas); 2 - doenças infecto-parasitárias - D.I.P. (diarréia, desintéria, opilação); 3 - doenças respiratórias (tísica pulmonar, peripneumonia, catarral, pulmonia, defluxo, etc.); 4 - doenças cardiovasculares (morreu repentinamente e moléstia no peito); 5 - causas externas (pancadas queimaduras e contusão); 6 - outras doenças (chaga maligna, moléstia histérica, febre biliosa, tumor supuroso, aftas, epilepsia, etc.) e 7 - sem dados.² (**Gráficos 7, 8 e 9**).

Os Coroados morriam principalmente de doenças infecto-parasitárias e bexigas (somadas representam 55% dos óbitos), já os escravos de doenças infecto-parasitárias e doenças respiratórias (juntas representam 45% dos óbitos). Os livres não-índios morriam de outras doenças que junto com as doenças respiratórias eram o motivo de 57% dos óbitos.

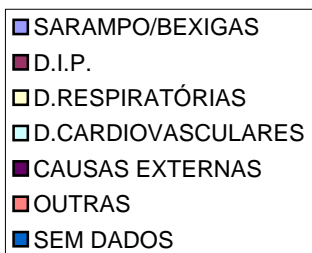
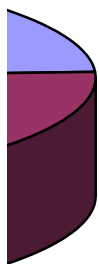
² Para chegar a esta classificação, feita a partir dos dados encontrados no Primeiro Livro de óbitos, tive a valiosa ajuda do meu colega Dr. Jackson Alcântara, que teve a paciência de me orientar acerca do significado de determinadas doenças e ajudou-me a decifrar o que significava os nomes dados para diversas moléstias naquela época. Os nomes das doenças entre os parênteses são os que encontramos naquele livro.

Valença - Óbitos por doença - índios (1808-

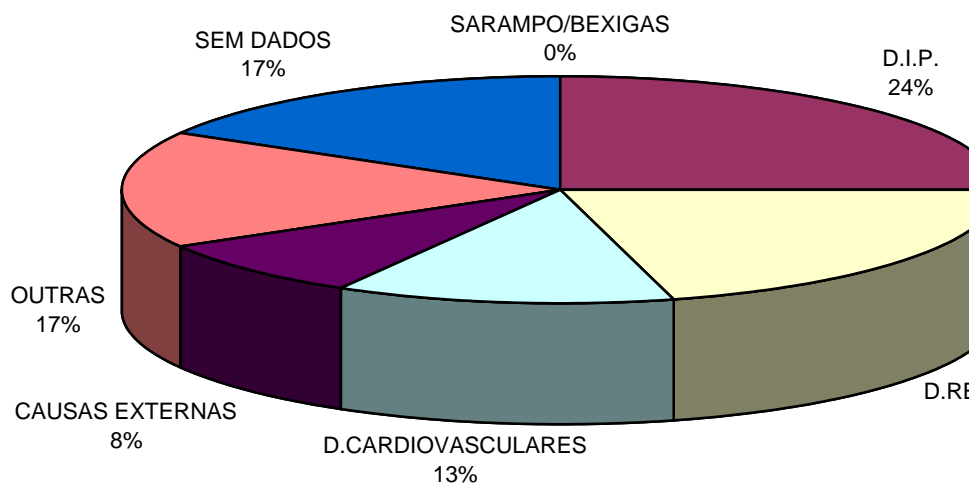


1808-1814)

SARAMPO/BEXIGAS
24%

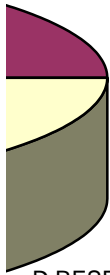


Valença - Óbitos de escravos por doença - 180



1 - 1807-1814

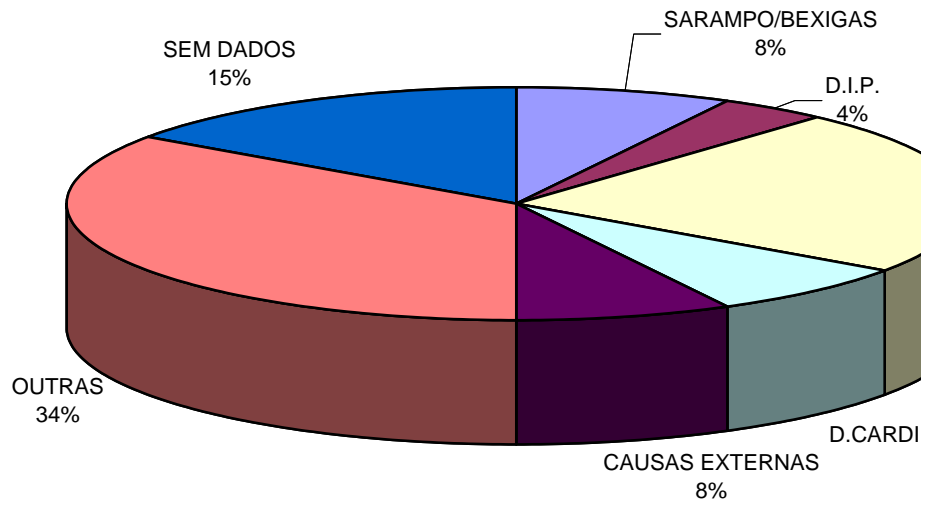
.I.P.
4%



D.RESPIRATÓRIAS
21%

- SARAMPO/BEXIGAS
- D.I.P.
- D.RESPIRATÓRIAS
- D.CARDIOVASCULARES
- CAUSAS EXTERNAS
- OUTRAS
- SEM DADOS

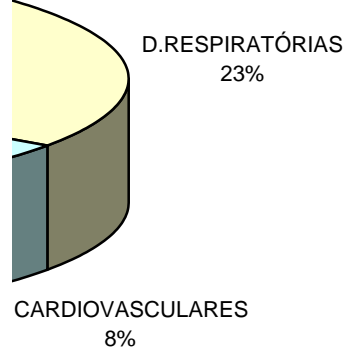
Valença - Óbitos de livres não índios por doenças -



nças - 1808-1814

AS

I.P.
%



- SARAMPO/BEXIGAS
- D.I.P.
- D. RESPIRATÓRIAS
- D. CARDIOVASCULARES
- CAUSAS EXTERNAS
- OUTRAS
- SEM DADOS

As doenças cardiovasculares não atingiam os índios, sendo relacionadas à idade adulta eram mais comuns nos livres não-índios (8% dos óbitos) e nos escravos (13% dos óbitos), não constando nos Coroados.

A D.I.P. dos escravos estava mais relacionada à verminose, principalmente a ancilostomíase (conhecida como opilação, amarelão), que atacava o fígado e outros órgãos matando na idade adulta as suas vítimas depois de penoso sofrimento. Já a D.I.P. dos indígenas estava relacionada à diarreia e à disenteria (conhecidas como “soltura do ventre”), que provocava o obituário de jovens e crianças. A D.I.P. não tinha grande peso na categoria livre não-índios (4%).

As causas externas têm praticamente os mesmos percentuais em todas as categorias, mas os motivos são bem distintos: enquanto nos escravos decorreram de um incêndio que matou crianças; nos livres não-índios decorreu de acidente de trabalho em derrubada na floresta e de acidente com criança; nos autóctones foram frutos de violência contra eles resultando em assassinatos (através de pancada na cabeça e contusão na espinha).

Quanto às epidemias de sarampo/bexiga (varíola)¹, os escravos pareciam imunes ou bem mais resistentes, pois não foi anotado nenhum óbito entre esta categoria. Já entre os livres não-índios elas afetavam moderadamente (8%) e nos indígenas elas tinham um grande peso (24%). Note-se que este percentual refere-se ao total de óbitos no período (1808-1814), pois, se examinarmos somente o ano da epidemia (1813) dos dez óbitos registrados entre os Coroados, oito foram devido à epidemia de bexiga, que atingiu mulheres adultas e crianças. Um fato intrigante é que não tem registro de falecimento de

¹ Havia uma grande dificuldade de diferenciar o sarampo, o sarampão e a varíola, principalmente em regiões em que não existiam nem médicos, como era o caso de Valença naquele período.

homens adultos, o que pode significar que tenham morrido no mato porque as mulheres e crianças ficavam mais tempo ou moravam na Aldeia de Valença².

As epidemias levavam a imigração dos silvícolas e até o surgimento de novas aldeias: Guatena, batizado como Manoel Pereira, era casado com Mariana e ambos eram índios da Aldeia, como assinalou o Padre Manoel Gomes Leal.³ Durante a epidemia de 1813, faleceram a mulher e a filha de Guatena, levando o índio a abandonar o local, com alguns parentes seus, indo fundar uma aldeia a uma légua e meia de Valença, na Serra de Tunifel (atual Charnecas) em terras de Manoel Joaquim e Isabel Maria da Encarcanação (sobrinha de Ignácio de Souza Werneck).⁴



Fotografia 1 -Ali Maow Maalin o último homem contaminado pela varíola no mundo. A doença deixava marcas por toda vida. Este foi o caso de José Bexiga, cacique, que sobreviveu a doença, mas ficou com as marcas.

Fonte: www.jennermuseum.com

² Freireyss observou que “a simples notícia de que há varíola na vizinhança é bastante para despovoar matas imensas” (FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1982. p. 102.)

³ Primeiro Livro de batismo, página 43 (lápiz vermelho), anverso, 5º registro, coletivo.

⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)*. vol. 17, 1854. pp. 532-533.

Em 1814, foram batizados 31 índios, o maior número desde 1809, o que indicava o sucesso do trabalho do Padre Manoel Gomes Leal junto aos Coroados. Era o pároco agora o principal interlocutor dos índios, pois José Rodrigues falecera e Ignácio de Souza Werneck solicitou licença de seus encargos, inclusive como diretor dos Índios para passar ao estado eclesiástico, em 1812.⁵ Ficando o padre como diretor e capelão dos Coroados de todo aquele Sertão, tendo batizado um total de 129 índios desde 1809⁶ (não chegava a 10% do total de índios estimados em 1400, por Pizarro) e encomendado o corpo de 31 silvícolas. O ano já dava alguns sinais de mudança na região: nunca batizaram tantos escravos e livres não-índios. Os batizados de escravos eram em sua maioria coletivos e de poucos proprietários indicando o aporte de capitais e recursos, na região, numa escala ainda não vista. Era o prelúdio do segundo momento: a inversão demográfica.

⁵ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos – códice 343,6. n. 7 – Werneck ficara viúvo e resolveu completar a sua formação religiosa que abandonou na juventude, quando resolvera assentar praça. Tomou o habito e ficou paroquiando a sua capela, dentro da Fazenda da Piedade, na Freguesia e depois Vila de Pati de Alferes. Faleceu em 1822.

5.4 O segundo período: a inversão demográfica



Fotografia 2 – Primeiro Livro de Batismos da Igreja de N.S. da Glória Valença. A página registra a visita episcopal de 1813, na qual o Bispo do Rio de Janeiro elevou Valença a Freguesia. (foto do autor)

Em requerimento feito em 1813, o padre Manoel Gomes Leal solicita ser colado perpetuamente na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia de Valença recém-criada e em que ele já trabalha. O Marquês de Aguiar em correspondência ao Bispo sobre o assunto, em 1814, informa que este padre está encarregado de: “administrar os sacramentos, e o pasto espiritual a mais de setecentas pessoas brancas que se acham estabelecidas naquele sertão (...)”.⁷

Em quatro anos (1810-1814), mais de trezentas pessoas tinham entrado em Valença, trazendo novos escravos e agora o processo se acelerava, pois, na medida em que o Rio de Janeiro se transformara num grande centro consumidor e o principal centro articulador do comércio do Império Português, era necessário ampliar a produção para o mercado interno e externo.

⁶ Incluindo nesta conta os 18 registros indígenas que hoje se encontram extraviados do Primeiro Livro de Batismos.

A seca de 1814 agravou a situação de abastecimento da Corte, que já sofria um processo de carestia que vinha desde 1813⁸. Essa pressão inflacionária dos produtos agrícolas de consumo interno ocorre no mesmo momento em que produtos como café, açúcar branco e couro sofrem valorização no mercado externo⁹. Essa combinação na conjuntura econômica levou o Príncipe Regente, nos anos seguintes, a tomar medidas que tiveram impacto em Valença: isentou os moradores de Valença dos direitos de passagem pelos Rios Preto e Paraíba (em 1.12.1815) estimulando a produção na região; distribuiu, de presente, mudas de café e sementes vindas de Moçambique entre os fidalgos, altos burocratas e grandes comerciantes (todos proprietários de terras), com objetivo de estimular a produção de café (1817); continuou a distribuir sesmarias a pessoas ligadas a Corte, passando por cima de restrições impostas pela lei das sesmarias, possibilitando a concentração de terras em Valença nas mãos de poucas famílias¹⁰; concluiu as Estradas do Comércio e da Polícia que melhorou as comunicações com o interior da Capitania e com o sul de Minas (Comarca do Rio das Mortes), principal centro abastecedor do Rio.

⁷ ARQUIVO NACIONAL – Série Interior – Cultos Públicos – IJJ 11 74 – Correspondência dos Bispos. Correspondência do Marquês de Aguiar ao Bispo Capelão – Mor, de 31 de janeiro de 1814.

⁸ SANTOS MARROCOS, Luís Joaquim dos. Memórias e cotidiano do Rio de Janeiro no tempo do Rei. (Trechos escolhidos das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Entre 1811 e 1821) Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro.

⁹ BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: Apec.Ed, 1973. pp. 122-131.

¹⁰ Manuel Jacinto Nogueira da Gama é o melhor exemplo, pois recebeu diversas sesmarias durante o período joanino (1811, 1813, 1814, 1816 e 1818) fora as que foram dadas a seus irmãos e parentes. Ver: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, 1993. pp. 52-54. IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje (subsídios para a História do Município de Marquês de Valença), 1789-1952*. Valença: Jornal de Valença/Associação Comercial de Valença. 1958. Iório publicou nas páginas 19/20 uma relação de proprietários de sesmarias da região.

Os antigos posseiros¹¹ e, principalmente, os Coroados receberam o impacto dessas mudanças, pois muitos dos novos proprietários investem capitais e violência para a montagem de suas unidades produtivas em terras que antes já estavam sendo utilizadas.

A morte do Padre Manoel Gomes Leal, em 1815, cria um vazio na interlocução dos Coroados com a sociedade luso-brasileira na região. Os novos proprietários não têm laços com os autóctones e os antigos que tinham com eles alguma relação pelo compadrio ou conhecimento os contratava de vez em quando para uma derrubada aqui, um serviço acolá, atendendo aos seus interesses particulares, não existindo interlocutores que representassem o poder público perante as sociedades indígenas.

Com o falecimento do vigário¹², o seu plano de ampliar as suas terras com a sesmaria dos índios não se realiza¹³, mas o conhecimento de que esta solicitação não encontrou obstáculos legais chegou a Eleutério Delfim, recém-chegado na região, que faz nova solicitação da mesma sesmaria, em 1815, onde ficava a maior parte das casas da freguesia, a capela, o cemitério e alguns casebres que moravam índios da aldeia.

Ao ser atendida a solicitação de Eleutério Delfim, em 14 de outubro de 1816, iniciou-se um conflito que se arrastaria de 1816 a 1819, envolvendo boa parte da população que morava próxima à igreja, vários proprietários de terras e as sociedades indígenas.

¹¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. p. 531.

¹² Primeiro Livro de Óbitos, folha 8, verso, 5º registro. É interessante notar que desde que o livro de óbito (1807) foi aberto o único falecido que deixou testamento foi o padre, o que nos leva a supor que no cemitério da Aldeia, depois freguesia, só enterrava as pessoas livres de menos posse, índios e escravos e que os proprietários de maior posse eram enterrados nas freguesias de onde tinham partido para Valença ou aonde participavam de irmandades. A primeira irmandade de Valença, ligada à igreja de N.S. da Glória foi fundada na década de 30, daquele século. O padre foi enterrado na capela-mor da igreja.

¹³ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. pp. 530-531.

Esse conflito foi muito bem documentado por Joaquim Norberto, no seu *Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro*, e também foi notado e anotado por Saint-Hilaire:

Quando terminaram a refeição, o mais velho do grupo, que parecia o chefe, veio sentar-se aos pés do Sr. Almeida; então o mais jovem, chamado Buré¹⁴, avançou para este último, e mantendo-se de pé dirigiu-lhe o discurso seguinte em mau português: “Esta terra nos pertence, e são os brancos que a povoam. Desde a morte do nosso grande capitão, somos escoraçados de toda a parte, e não temos mais nem lugar suficiente para repousar a cabeça. Dizei ao Rei que os brancos nos tratam como cães, e rogai-lhe que nos dê terra para podermos construir uma aldeia”.¹⁵

Buré fazia o discurso para João Rodrigues Pereira de Almeida, com intuito de sensibiliza-lo, pois sabia das relações deste com a Corte e também a sua influência, além do que ele havia acompanhado e ajudado o seu tio José Rodrigues a aproximá-los da sociedade luso-brasileira no início do aldeamento e mantinha com eles uma relação de amizade antiga. Na documentação do conflito o nome de João Rodrigues não aparece, mas é provável que pelo menos na indicação do diretor dos índios ele tenha ajudado o marido da sua prima (Miguel Rodrigues da Costa) na disputa com o sobrinho do falecido Padre Manoel Gomes Leal (Francisco Joaquim Areâs).

¹⁴ Buré, na verdade Burel, aparece junto com um grupo de Coroados, em dezembro de 1816, no Rio de Janeiro para entregar o primeiro requerimento dos índios contra a tentativa de Eleutério tomar a sesmaria (SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pela Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 37). Em 1822 está morando em Cachoeira, fora da área da sesmaria concedida por D. João VI, aos Coroados, em 1819.

¹⁵ Esse encontro se deu no mês de novembro de 1816 (SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pela Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 31).

Os indígenas logo que Eleutério Delfim movimenta-se para expulsar seus parentes e tomar posse do local da sesmaria procuram o novo capelão Frei Paulo Cunha¹⁶ e com ele estabelecem uma aliança que visava recuperar a sesmaria e também a capela.

Ao longo do ano de 1817, os Coroados fazem três requerimentos a Mesa do Desembargo do Paço¹⁷, pois não obtendo resposta de um, enviam outro. As exigências burocráticas emperraram uma solução imediata¹⁸ e podemos supor que, por trás dessa morosidade, existissem alianças, pressões e/ou aliciamentos dentro da burocracia da Corte, por parte de Eleutério Delfim.

Os Coroados em cada novo requerimento buscam novos apoios, colhendo e anexando os depoimentos do Bispo Diocesano (que elevava a aldeia à freguesia e conhecia os índios da região), do agora padre Ignácio de Souza Werneck (confirmando que informou ao Vice-Rei Marquês de Aguiar a sesmaria solicitada por José Rodrigues aos Coroados) e de Miguel Rodrigues da Costa, além disso, anexam vários documentos referentes ao aldeamento.

Como os Coroados eram analfabetos, os seus requerimentos eram escritos por outras pessoas que também interferiam na solicitação, como mostra a mudança do nome de Diretor dos índios proposto: no primeiro requerimento, em que o Frei Paulo Cunha participou, propõem Francisco Joaquim Areãs para seu diretor; já no terceiro, escrito por Francisco Dyonisio Fortes Bustamante, aparece o nome de Miguel Rodrigues da Costa.

¹⁶ Após a morte do Padre Manoel Gomes Leal, até o ano de 1817 três religiosos administram interinamente sacramentos na região: o vigário Gomes Antonio do Nascimento, o Padre João Machado de Freitas e o Frei Francisco Paulo da Cunha. Este último que fez um requerimento de apoio à luta dos Coroados morre logo a seguir em 8 de janeiro de 1817. (Primeiro Livro de Óbitos, folha 9, averso, 2º registro).

¹⁷ O primeiro requerimento da entrada em 17 de janeiro de 1817. ARQUIVO NACIONAL – CDE/SDE – Mesa do Desembargo do Paço – anotação caixa 231, pacote 02, documento 64, 6.

¹⁸ O Monsenhor Almeida exige a apresentação de títulos e depois da concessão régia para poder despachar e o Desembargador Ouvidor da Comarca segura o primeiro e segundo requerimento não despachando a informação que lhe compete. (SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. pp. 525 e 527).

Os interesses dos proprietários também interferem na construção dos requerimentos: o Sargento-mor Luiz Manoel Pinto Lobato, em ofício de resposta a consulta do Ouvidor da Câmara, acusa o guarda-mor Francisco Dyonisio (autor do 3º requerimento) de especulador de sesmaria e de querer utilizar os índios para ele conseguir uma sesmaria em Tanguá, onde os silvícolas tinham uma aldeia, em troca de ficarem na sesmaria pretendida por Eleutério. O informe de Francisco Joaquim Áreas, incluído neste ofício, dizendo que praticamente não moravam índios

no dito lugar chamado aldêa do arraial da matriz só existe um índio casado que para ali se mudou há um anno e ali tem uma rocinha, e apezar do novo vigário ali existente tentado fazer que os índios habitem junctos no arraial, nada tem conseguido, pois vem, estão ali por algumas tabernas alguns dias entretidos em beber aguardente e logo se vão para as suas aldeas¹⁹ (**grifos nossos**).

favorecia a causa do Eleutério e é contestado num requerimento de 33 moradores da aldêa de Valença, articulado pelo novo vigário Joaquim Claudio de Mendonça²⁰ e o Capitão de ordenanças Miguel Rodrigues da Costa, em que dizem

aconteceu de próximo Eleutério Delfim requerer uma sesmaria, e como de facto com enganosos pretextos obteve e se mediu abrangendo a aldêa de Valença, que além de ser

¹⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. pp. 532-533.

²⁰ O vigário assume em 1817 e fica na paróquia até 1822, cfe. Primeiro Livro de Batismos.

este lugar construído à custa da real fazenda, existem n'elles muitos proprietários com famílias, não só de portugueses como de índios²¹ (**grifos nossos**).

e acusam Eleutério de querer transformar um arraial e freguesia em terras devolutas denunciando que “há de acontecer quando há proteções, que olham só para o interesse particular desprezando o bem commum e serviço de vossa magestade e igreja”²² e que seja informada a verdade a todos os fazendeiros da freguesia, “não sendo do parentesco do referido Delfim, e por as reas vistas para que seja conservada a paz e prosperidade dos supplicantes”.²³

O Rei “bate o martelo” a favor dos Coroados e seus aliados, em 1819²⁴, anulando a concessão da sesmaria a Eleutério Delfim e dando aos índios. Nomeia Miguel Rodrigues da Costa o novo Diretor dos Índios e recomenda que faça novos aldeamentos se preciso, haja vista que na troca de requerimentos e ofícios ficou claro que boa parte dos Coroados morava em outras áreas da freguesia, tendo formando pelo menos quatro grandes aldeias.

Esse conflito foi importante referencial para a construção do discurso do desaparecimento dos índios em Valença, pois foi a primeira vez que apareceu na argumentação de uma das partes interessadas. A disputa pelas terras do centro da aldeia e futura vila vai retomar este argumento várias vezes ao longo das décadas de vinte e trinta.

O novo Diretor dos Índios fez um levantamento das aldeias existentes e onde se localizavam; propôs e conseguiu a doação de uma nova sesmaria²⁵ para os que viviam

²¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857.: p. 534.

²² IDEM, p. 535.

²³ IBIDEM, p. 535.

²⁴ Decreto de 26 de março de 1819.

²⁵ Foi concedida uma légua de terra em Rio Bonito, em 29 de maio de 1820. BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos - Códice C 583,13 – Eleutério Delfim Silva – documento 8.

distantes da sede da matriz (os da nação de Taypuru, os Pitás e os Xeminins) e que concordaram em ficar na sesmaria de Conservatória do Rio Bonito (atual Conservatória distrito de Valença); distribuiu enxadas, machados, panelas, foices e roupas entre as aldeias. Houve um aumento da freqüência dos autóctones no arraial de Valença e os da nação Mitiri, mais acostumados aos moradores da freguesia e não querendo ficar próximos das outras sociedades indígenas, mostraram-se dispostos a ficar na Aldeia de Valença, na sesmaria a ser medida oficialmente.²⁶

O Ouvidor Conservador dos Índios promoveu a abertura de um livro de aforamentos das terras dos Coroados da Aldeia de Valença, com objetivo de receber pagamentos de foro daqueles moradores que ocupavam terras da sesmaria cujos rendimentos deveriam ser revertidos aos Coroados de Valença²⁷.

Esses esforços de apaziguamento e convivência duraram pouco, pois logo em 1820 surge um novo conflito envolvendo os índios da Aldeia de Bocaman, agora sob a liderança de seu filho José Bexiga, que ficavam nas terras invadidas pelo Desembargador José Loureiro da Silva Borges, no Rio Bonito. Esse novo embate teve até repercussões na Assembléia Constituinte e envolveu o Diretor dos Índios, Francisco Eliseu Ribeiro, o Desembargador e os índios da Aldeia de Bocaman.

O Desembargador denuncia o Diretor dizendo que ele está provocando desordens ao vender para diferentes pessoas partes da meia légua de terras em quadra, em Conservatória, dada para o novo aldeamento dos Coroados, e estimula ida de José Bexiga à cidade para

²⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. RIHGB (Rio de Janeiro), vol. 17, 1857. pp. 259-260.

²⁷ Esse livro tinha aforamentos de 1821 até 1825, num total de 66 foreiros, conforme informação oral de Adriano Novaes, da Secretaria de Turismo de Valença. O livro foi destruído no incêndio da Casa da Cultura, que funcionava próximo a Matriz, há dois anos atrás.

reclamar contra o procedimento do diretor. Recebe um aviso de Thomaz Antonio Vilanova Portugal em resposta:

Tendo posto na Augusta presença de Sua Majestade a representação (...) sobre as desordens, que tem causado Miguel Rodrigues da Costa (...) combinado com Francisco Eliseo Ribeiro. Foi o mesmo senhor servido, que se procedesse à necessária informação para com todo o conhecimento de causa mandar dar as convenientes providências a este respeito; ordenando que voltem já os Índios que vierão com o Preto Paulo; e que eu recomendo a Vossa Mercê que se conduza sem parcialidade neste negócio, não concorrendo para intrigas com a família do Delfim, a quem pertence Francisco Joaquim Áreas, que Vossa Mercê lembra para Diretor, pois não se tratando por ora de se destituir o atual (...) pede a boa ordem, e espera sua Majestade, que Vossa Mercê sustente o escrito do mesmo Diretor para com os Índios, de que he Chefe Jozé Bexiga, que V.Mercê para cá mandou; fazendo-lhes persuadir que não há projeto de os desaldear, nem de se lhes tomarem as terras, como elle está persuadido, mas sim de os imporem nas que lhes estão concedidas, e civiliza-los nelas.²⁸

(grifos nossos)

Verificamos pelo documento que o Desembargador era aliado de Francisco Joaquim Áreas (padrinho de José Bexiga), o qual propõe para Diretor no lugar do Miguel, revivendo a disputa anterior. Chama a atenção também o fato de Vilanova Portugal apontar o parentesco de Areãs com a família do Delfim, seria o Eleutério Delfim? Se for esta mais clara a aliança entre os dois no embate anterior pela sesmaria da Aldeia de Valença.

Na disputa José Loureiro utiliza os índios para poder levar adiante o seu intento de tomar

posse de todo o sertão de Valença, que contem muitas milhas. Elle ora se faz despótico, e absoluto com impozicões sagazes, só afim de que o temão, privando de toda amaneira a entrada de homens verdadeiros aggrículas, que virião povoar, civilizar, e aggricultar aquelle sertão (...) Por hum lado diz _____(ilegível) que aquelles terrenos são dos índios meramente pela sua propriedade e ____ (ilegível); por outro, que os terrenos do Brazil são meramente de quem déllas toma posse: por outro que o juiz das sesmarias não tem autoridade alguma para ali entrar. E assim o tem posto em prática amiassando ao meu escrivão e aos mais officiais com a mão armada dos índios deixando o que lhes há de deitar as casas do matto!!²⁹

Os liderados por José Bexiga acabam optando por romper a aliança e logo acabam se aliando a escravos quilombolas da fazenda do mesmo Desembargador não se submetendo a projetos alheios a seus interesses.

Loureiro então acusou que os índios: “se tem tornado huma quadrilha de ladroens, juntando-se uns escravos e mulatos fugidos cometem toda, a qualidade de desordens e roubo”³⁰ e desqualificou José Bexiga “que tem concorrido para os outros se prevaricarem porque he hum ladrão e assassino”³¹. José Bexiga estava nesta época (1821) no Arsenal da Marinha trabalhando e só vamos encontrar registro de sua presença em Valença no ano de 1823, no batizado de sua filha³².

O problema da venda de terras dos índios seria denunciado pelo deputado Carvalho e Mello, na sessão da Assembléia Constituinte de 28 de setembro de 1823, em que repete a

²⁸ ARQUIVO NACIONAL - CDE/SDE – Diversos Códices SDH – Anotação cód. 807, vol.11 – folha 70.

²⁹ IDEM, folhas 77-81.

³⁰ ARQUIVO NACIONAL - CDE/SDE – Diversos Códices SDH – Anotação cód.807, vol.11 – f. 86

³¹ IDEM.

acusação contra o Diretor dos Índios “de haver repartido por estranhos terras doadas aos mencionados índios por forma que eles viviam errantes pelas florestas”.³³

Os indígenas usufruíram pouco das terras de Conservatória, não só porque acabaram distribuídas entre forreiros e invasores, como também eles resistiam a este tipo de “aldeamento luso-brasileiro”, que falamos no capítulo 3, preferindo ficar, de acordo com a expressão da época, “errantes pelos matos”.

5.5 A construção do desaparecimento político dos Coroados

Após a Independência, o fortalecimento do poder local estimulou a apropriação de terras indígenas em várias Províncias, particularmente durante o período da Regência, em que a política indígena ficou ao sabor das elites estaduais.

Desde que o Imperador, em 1823, aprovou a transformação de Valença em Vila, efetivada em 1826, com a eleição dos vereadores da Câmara Municipal até 1836, quando a Sesmaria dos Coroados de Valença é incorporada ao patrimônio da Câmara, os índios não tiveram sossego. Os grandes proprietários de terras e escravos de Valença partilham de frações do poder no Primeiro Reinado e, principalmente na Regência, com isso seus interesses particulares passam a se confundir com os da esfera pública resultando num processo crescente de concentração de terras, ampliação da produção cafeeira em

³² Primeiro Livro de Batismo, batizado de 23.7.1823.

³³ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Conselho Nacional de Proteção aos índios - Publicação 94 (anexo n. 7: Assuntos Indígenas) Coletânea de Leis, Atos e memórias referentes ao indígena brasileiro compilado pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Este foi o último documento que encontramos sobre este conflito, não sabemos se o Diretor Miguel Rodrigues foi destituído e as acusações provadas.

detrimento da de alimentos na região, destruição acelerada de florestas e aumento da violência contra os que obstaculizavam seus projetos.³⁴

Logo que os vereadores da Câmara tomam posse, a questão de ter um patrimônio da Vila passa a ser ponto de pauta e discussão, sendo a primeira área lembrada para este fim o terreno dos Coroados:

(...) Pelo Presidente ordinário foi proposto que se deveria officiar ao Sub-diretor dos Índios da Concirvatória de Valença o Sr. Sargento-mor Antonio da Silva Caldeira apresentação que fizera a Câmera _____(ilegível) sobre ficar pertencente os aforamentos e o termo das terras demarcadas para os taes _____(Ilegível) para patrimônio desta Câmara, e pelo mesmo presidente foi mais proposto que a bem público se deveria nomiar dois homens de conhecimento para servirem de arruadores deste Concelho para darem aliamentos aos Edifícios que se fizerem de ora em diante desta Vila(...)³⁵(**grifos nossos**)

Eleutério Delfim também volta à carga: alegando que os índios não residem mais na Vila de Valença e que receberam sesmaria em Conservatória, solicita a anulação do decreto de D.João VI e a concessão da sesmaria novamente para ele. Por mais incrível que pareça, o ouvidor da Comarca esqueceu de dizer que existia uma Vila, com dezenas de casas, e não

³⁴ Exemplos dessa prepotência dos grandes proprietários podem ser vistos em correspondências publicadas contra o Marquês de Baependi, o Coronel Joaquim J.P. Faro e o Juiz de Paz Bernardo Vieira Machado existentes na Biblioteca Nacional. BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Obras Raras – referências: 102, 4, 12 (ex.1) Retroconor ; PM, 3, 453 n° 1 e 2 Retroconor e 102, 6, 141, Retroconor.

³⁵ ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA - Primeiro Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Valença. Sessão de 21 de abril de 1827.

averiguou a existência dos índios no local, induzindo o decreto do Imperador, de cinco de julho de 1827, que concedeu a sesmaria ao Eleutério.³⁶

Diferente dos momentos anteriores, os índios não são chamados na aliança que se forma para derrubar a concessão da sesmaria. Não foi porque não existiam ou fossem inexpressivos e sim porque o objetivo era ter a concessão revertida para o patrimônio da Câmara e mobilizar os Coroados poderia inviabilizar aquele objetivo. Aqui, a produção da invisibilidade política dos Coroados passa ser uma necessidade para que não atrapalhem os planos das lideranças da vila.

Na representação dos moradores de Valença a D. Pedro I se reconhece a existência de Coroados nos sertões de Valença, mas não na Vila e não mencionam o direito que eles tinham a sesmaria, considerada agora patrimônio da Câmara, sem respaldo legal para tal:

O povo, e moradores da Villa de Valença abaixo assignados, representão a V.M.I., que tendo o Sr. D. João VI por ordem de 25 de agosto de 1801 mandado designar hum quarto de légoa de testada e meia de fundo para patrimônio da Villa, que se havia criar na Aldeã de Valença, succedeo, que a despeito desta Ordem com o andar dos tempos, hum Eleutério Delfim Silva pedisse Hua sismaria no mesmo terreno rezervado(...) Criou-se Senhor, a Villa, e agora depois de creada (papel rasgado) o tal Eleutério Delfim, allegando falsamente, que se derão outras terras aos Índios, e ocultando dolozamente a criação da Villa no lugar onde existia a Aldeã(...) nada menos conseguiu que ser Donatário da Villa de Valença.(...) Mas, Senhor, não se culpe ao Ministro de Estado; culpe-se ao Ouvidor da Câmara, o qual na sua informação devia dizer que ainda que os índios Coroados não estão rezidindo na villa porque desgraçadamente andão errantes sem domicilio, e como selvagens comtudo estavas ali

³⁶ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos - Códice C 583,13 – Eleutério Delfim Silva – documentos 4,5, 7, 8 e 9.

creada a Villa, e havia hua Resolução com força de Lei; que prohibia de futuro a alienação de taes terras. O Ouvidor calou essa verdade, e o Ministro encantadamente cahio no absurdo de fazer donatário da Villa de Valença (...) Eleutério Delfim (...) já exige, foros dos moradores, que só pode pertencer por Lei à Câmara.³⁷

O Imperador anula a doação da sesmaria, mas dá ao Eleutério “o direito de intentar qualquer ação ordinária contra quem julgar competir-lhe”³⁸, mas nada comenta sobre os direitos dos Coroados, apesar de voltar a vigorar o decreto de 1819.

A partir de 1829 até 1836, os vereadores de Valença tentam transformar o patrimônio dos índios no patrimônio da Câmara. Essa operação exigia a inexistência de Coroados na sede da Vila e então os argumentos usados por Eleutério em 1816, em 1827, são recolocados pelos vereadores:

1829 – Na sessão de 13 de fevereiro tratou-se do Patrimônio municipal e entrando em discussão o assumpto e procurando-se saber a quem estaria pertencendo o terreno da Villa, para no caso de pertencer aos Índios, se requerer, novamente(...) também entrando-se no mesmo conhecimento de que os índios não tinham carência do dito terreno para sua Conservatória porque já tinham sido remunerados por nova Graça, com um légua de terras em quadro, no Rio Bonito(Conservatória)(...) a qual se medira e demarcara e n’ella se achavam aldeados e estabelecidos e não no terreno d’esta Villa, que um só aqui não existia(...).³⁹ **(grifos nossos)**

³⁷ BIBLIOTECA NACIONAL – Seção de Manuscritos – Códice II 34,19,15 – Representação dos Moradores de Valença pedindo a revogação de Sesmaria na Aldeia de N.S. da Glória. 1828.

³⁸ IDEM. É interessante notar que Eleutério comete vários crimes (falsificação de documentos, falsidade ideológica, violências contra pessoas e propriedades) e não é punido.

³⁹ FERREIRA, Luis Damasceno. *História de Valença (Estado do Rio de Janeiro) 1803-1924*. Rio de Janeiro: Editora Graphica Paulo Pongetti, 1925. p. 236.

Já não há mais aliados no plano político que informem aos Coroados, espalhados em aldeias pelo território ou na sede da Vila, o que se discute na Câmara, mesmo que lhes afete diretamente.

Não só em nível local ocorre isso, pois quando houve uma solicitação da Comarca de Valença, em 1834, para nomeação de um diretor “para os índios que ainda existem no seu município em completo abandono, declarou-se que, à vista do decreto de 3 de junho, não podia ter lugar a nomeação pedida, competindo ao juiz de órfãos velar pelos mesmos índios”.⁴⁰

O governo, no período regencial, ao passar a responsabilidade de catequese e civilização dos índios às Assembléias Legislativas das Províncias, pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, diminui mais ainda a possibilidade de que os interesses indígenas fossem levados em conta, além de fragmentar ao sabor dos interesses locais a política indígena.

O processo de desaparecimento no plano político dos Coroados acabou criando uma idéia errônea de que houve o seu desaparecimento étnico e até físico, principalmente a partir da conquista da sesmaria deles para o patrimônio da Câmara, pela Lei Provincial nº 23, de 14 de abril de 1835 e complementada pela Lei Provincial nº 34, de 6 de maio de 1836.

Os viajantes que passaram na época por Valença (Saint-Hilaire e Washl) acabaram difundindo uma visão que fortaleceu a construção dessa idéia da extinção dos Coroados, que a historiografia regional assumiu como verdade.

⁴⁰ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Conselho Nacional de Proteção aos Índios - Publicação 94 (anexo n. 7: Assuntos Indígenas) Coletânea de Leis, Atos e memórias referentes ao indígena brasileiro compilado pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

Tanto Saint-Hilaire (1816, 1819 e 1822) como Washl (1830) andaram pelas estradas mais freqüentadas de Valença, onde se estabeleceu a maioria das fazendas por conta do escoamento da produção agrícola, principalmente o café. Uma parcela dos Coroados tendia a cada vez mais se afastar da sede da Vila e das áreas mais devassadas, onde existiam as melhores estradas, como foi o caso das aldeias vinculadas a Taypuru, que vão se fixar cada vez mais longe, até chegarem às cabeceiras do Ribeiro São Fernando. Outros se aliam a quilombolas e vivem em pequenos grupos, como foi o caso de índios da Aldeia de Bocaman. Uma outra parte se adapta à condição de agregado das fazendas, em grupos familiares, que não temos como avaliar se mantiveram costumes anteriores ou se recriaram universos simbólicos específicos de uma nova identidade étnica.⁴¹ E, por fim, um grupo sofre o processo de destribalização mais acentuado, integrando-se de forma individual e marginalizada ao modo de produção escravista.

Os viajantes ficaram na aldeia de Valença e não se demoraram nos seus pousos nas estradas, mesmo assim Saint-Hilaire encontrou com dezenas de índios em Ubá (1816) e também com quatro índios em um percurso de apenas 3,3 km, da fazenda de Joaquim Marques até Valença (1822). A idéia que o nome aldeia traz à imaginação dos viajantes era de que aquela era uma aldeia indígena e, portanto, seria majoritariamente povoada por autóctones, mas a aldeia⁴² era como vimos no capítulo três um espaço mais de negociação que de vivência, pois as sociedades indígenas resistiam à mudança de vida e viviam em grande parte, em aldeias apartadas. Os informantes dos viajantes eram em sua maioria

⁴¹ O contato entre sociedades não deixa nenhuma das duas incólumes. Os conceitos de fluxos étnicos e interação, discutidos por Malheiros em sua tese, inspirada em Fredrick Barth e João Pacheco de Oliveira são pertinentes para estas situações aqui problematizadas. MALHEIROS, Márcia. “Índios misturados”: *identidade e desterritorialização no século XIX*. 2001.179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁴² Saint-Hilaire visitou aldeias litorâneas no Rio, com outro perfil e processo histórico e isso pode ter ampliado a sua decepção de não encontrar uma ‘aldeia indígena’ em Valença.

fazendeiros, que não circulavam por todo o território da Aldeia/Vila para ter uma avaliação detalhada sobre os Coroados. Nem todos os moradores de Valença tinham relações com os índios e nem todas as fazendas mantinham índios agregados, o que poderia trazer mais parcialidade numa avaliação.

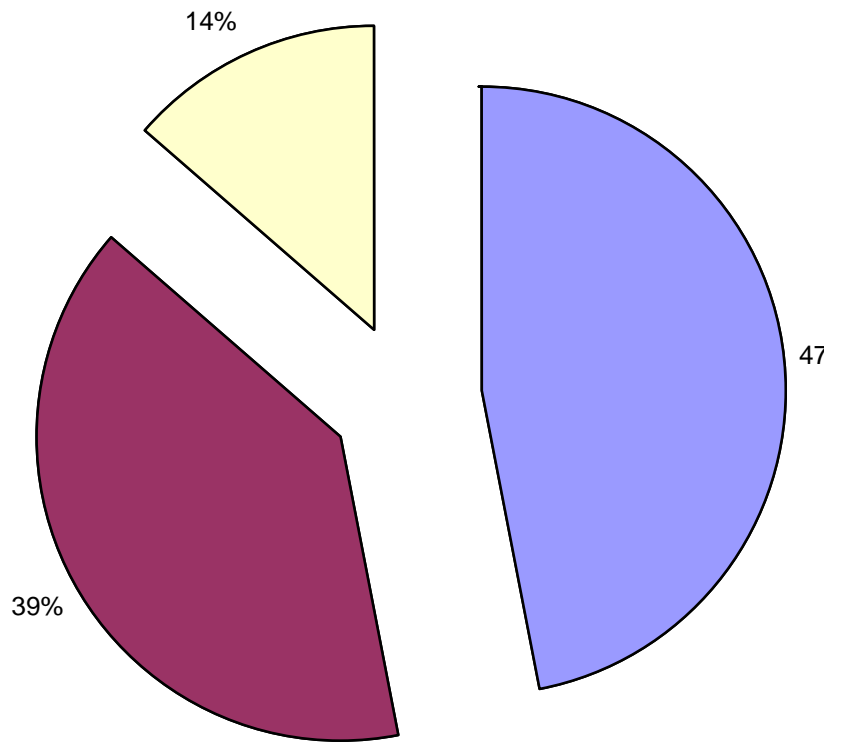
5.6 Os livros de batismos e óbitos (segundo período)

Os livros de batismos e óbitos podem nos trazer alguns esclarecimentos desse segundo momento.

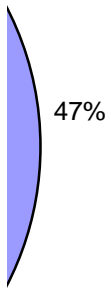
O segundo período (1815-1836) representa uma clara diminuição da participação dos nascimentos de crianças indígenas dentro do total geral de crianças nascidas, nitidamente percebida na comparação dos nascimentos de 1814 com os de 1815 (**Gráficos 10 e 11**) e também uma diminuição dos registros indígenas em relação ao total de registros.⁴³ No segundo período, devido ao extravio dos registros de batismos dos anos de 1817 a 1821, optamos por trabalhar com alguns anos escolhidos, representativos da tendência no período: um ano de cada década (1815, 1822 e 1830) (**Gráfico 12**). Fizemos também um gráfico que compara o comportamento dos batismos totais (crianças e adultos) englobando os dois períodos, mostrando que a importação de escravos teve grande salto nos anos 1812-1814 e que a partir desse momento ganham um peso demográfico que resultara na sua presença majoritária na década de 30 (**Gráfico 13**).

⁴³ Consideramos um registro a anotação contínua e individualizada dentro uma página contendo um ou mais batismos (individual ou coletivo) separada de outro registro por uma ou mais linhas.

Valença - Batizado de crianças - percentual -

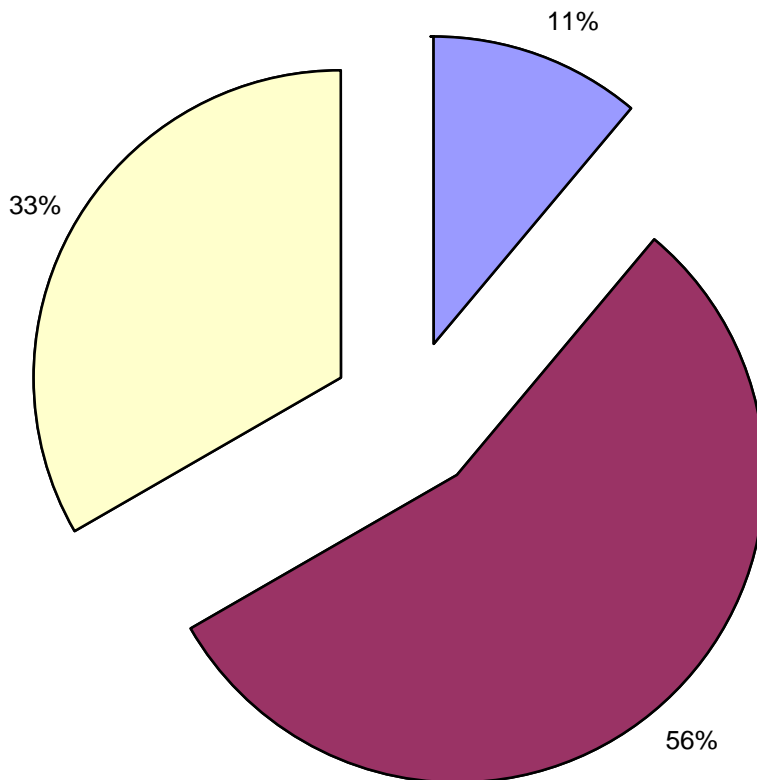


ual - 1814



- batizados - indios
- batizados - livres n.indio
- batizado - escravos

Valença - Batizado de crianças - percentu:

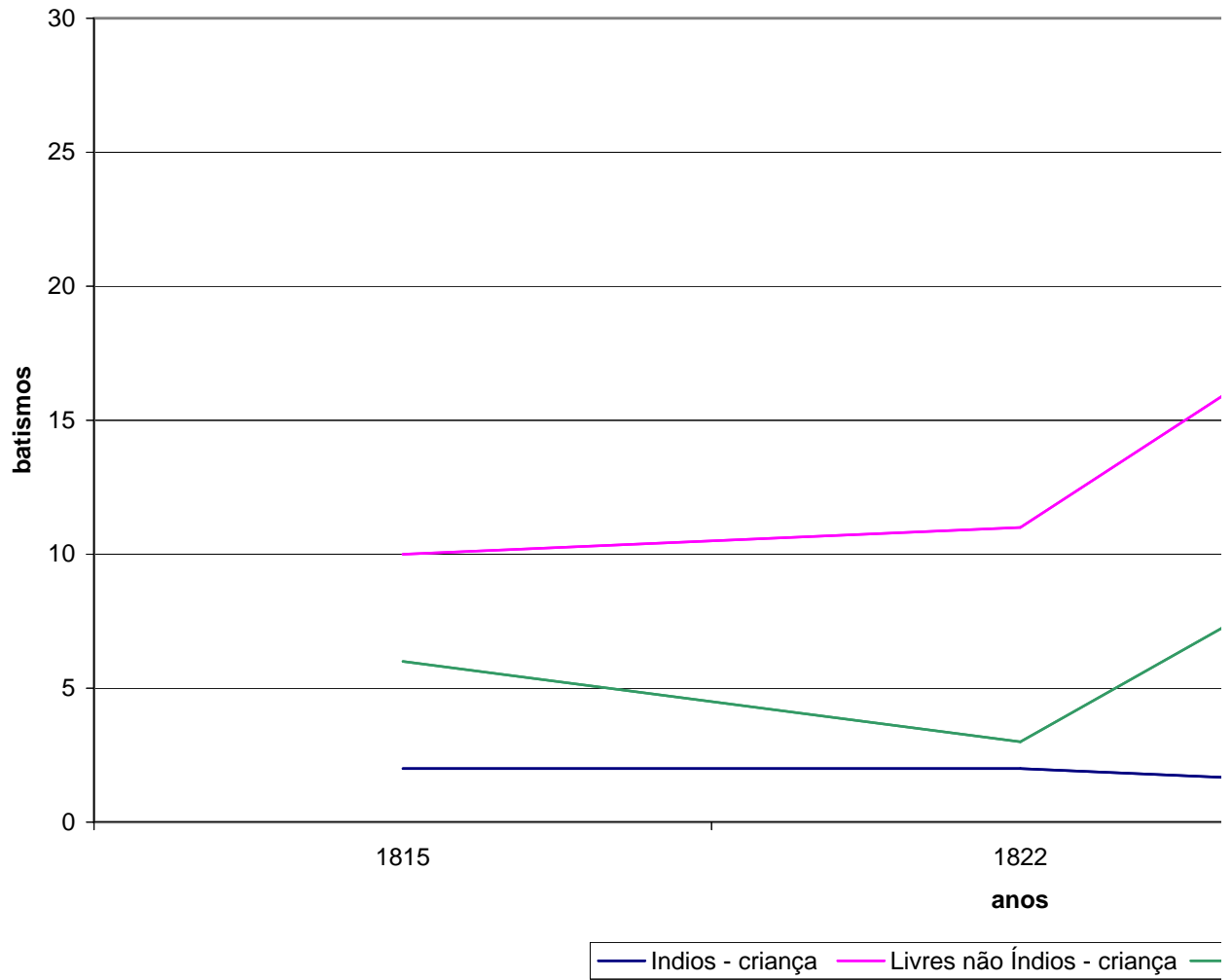


entual - 1815

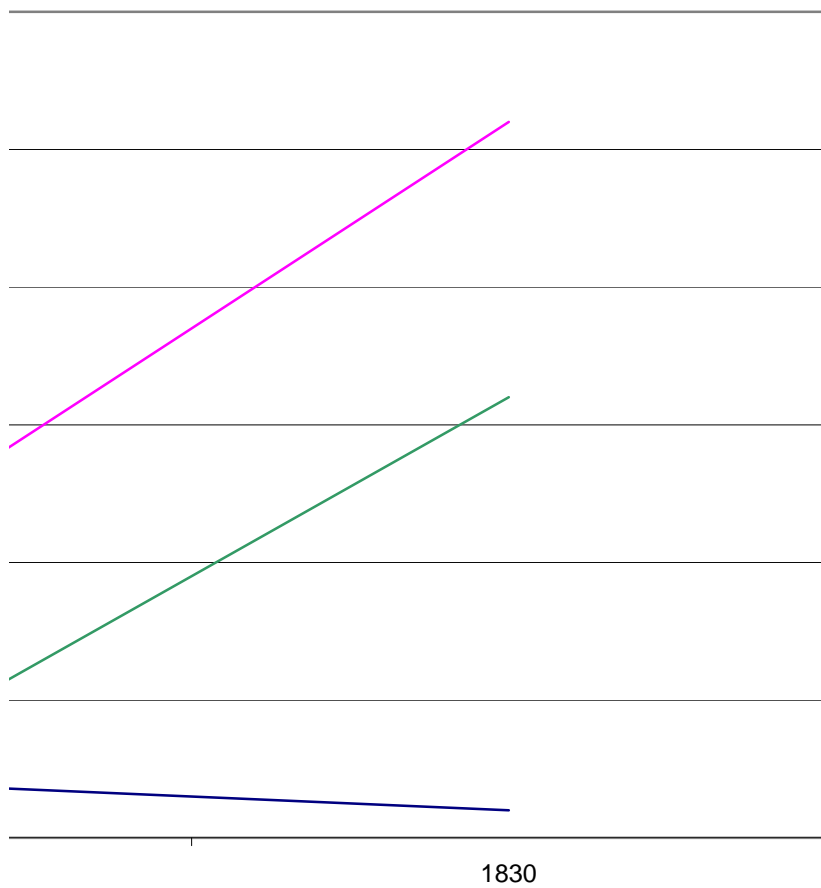


- batizados - indios
- batizados - livres n.indio
- batizado - escravos

Valença - Batismos de crianças por categoria - ar

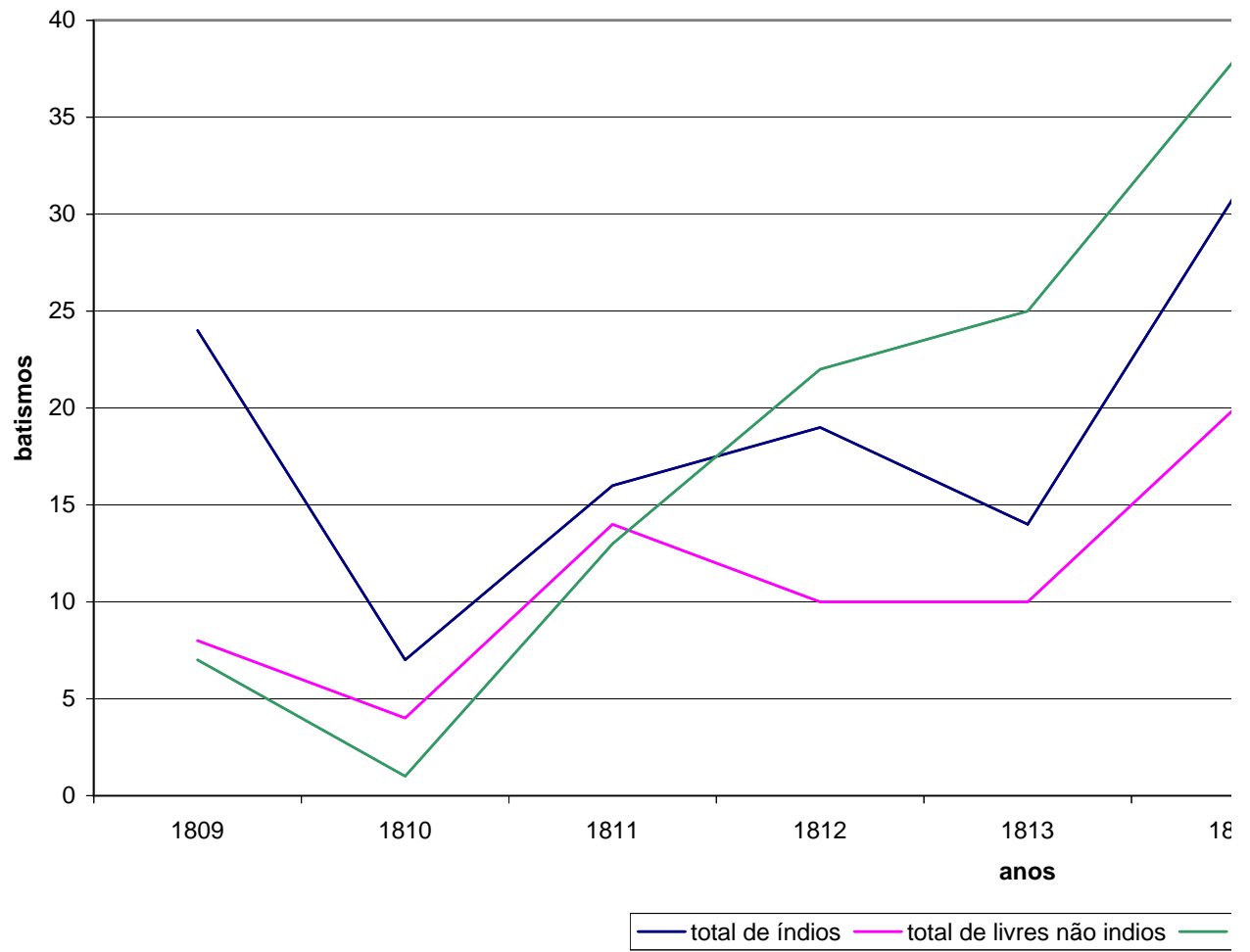


a - anos escolhidos

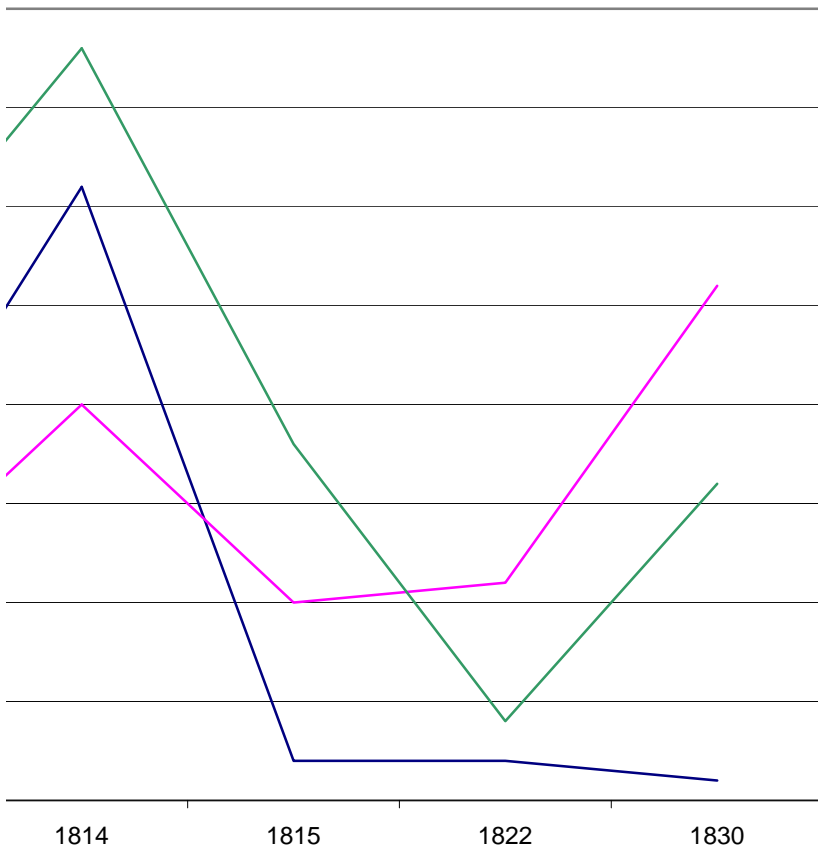


ça — Escravo - criança

Valença - Batismos por categoria (1809-1



809-1830)



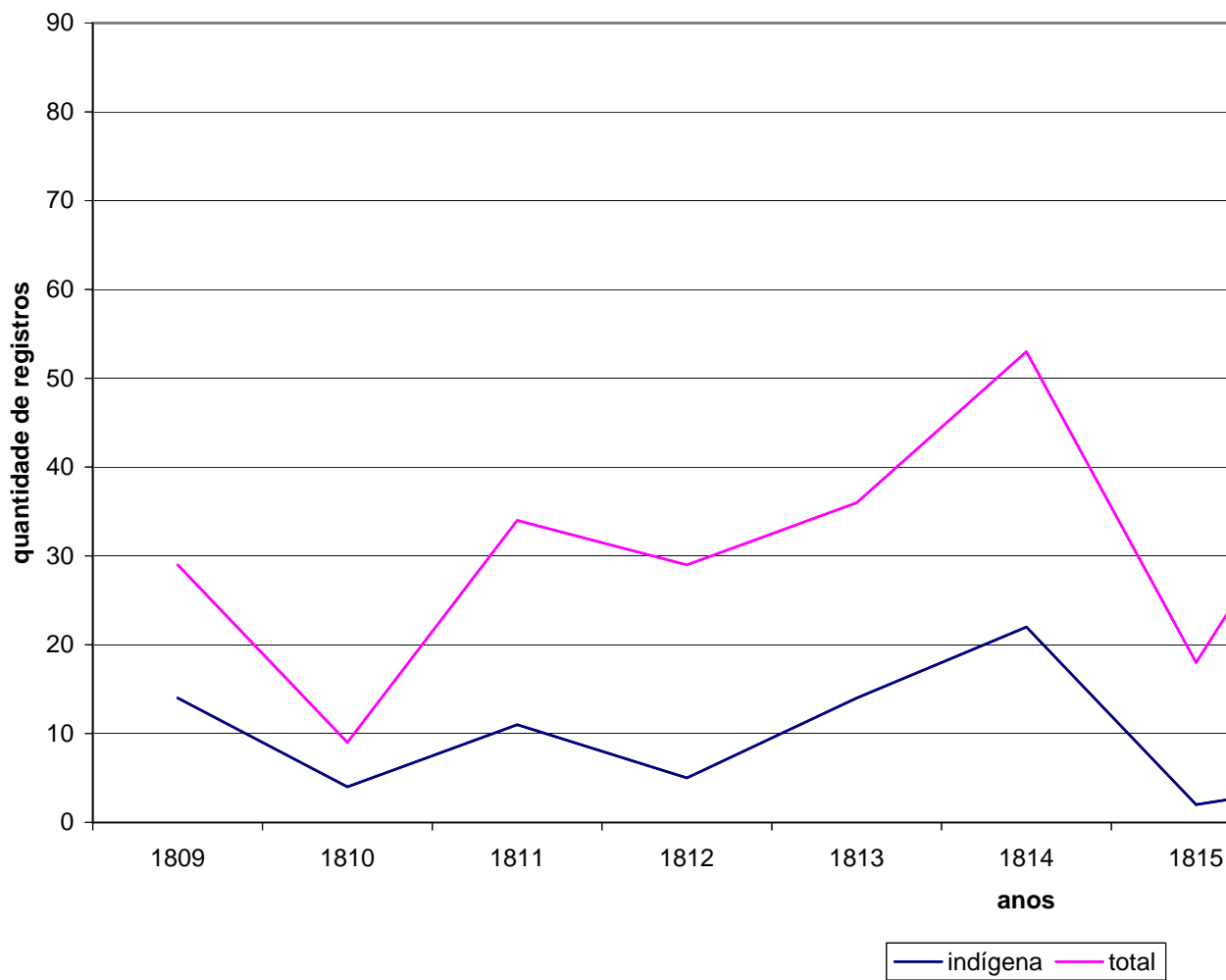
total de escravos

No caso dos registros de batismos, trabalhamos comparando onze anos, sendo seis anos contínuos do primeiro período e cinco anos não contínuos do segundo período, mas representativos das décadas de 10, 20 e 30 (**Gráfico 14**). A média percentual dos registros indígenas no primeiro período em relação ao total do mesmo intervalo era de 36,6%, já no segundo para os anos escolhidos ela baixa para 12,4%.

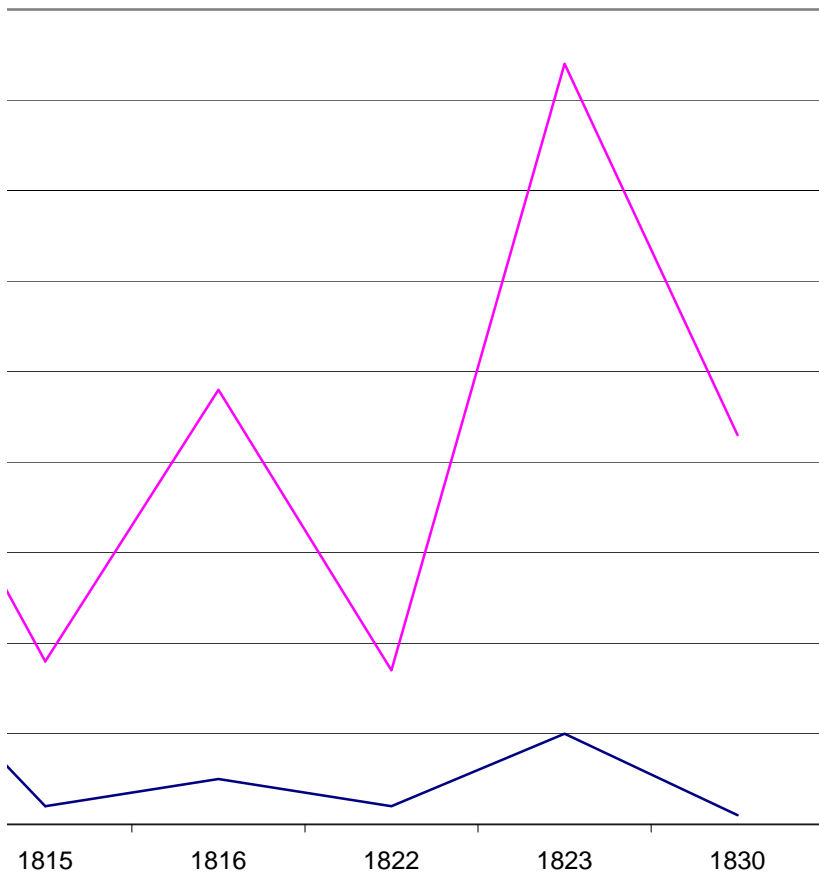
O ano de 1815 marca o fim do predomínio de nascimentos de crianças indígenas em relação às outras duas categorias. Nos anos seguintes, mesmo com alguns períodos de maior natalidade (1823), os nascimentos de Coroados ficam aquém das outras categorias e com tendência declinante. Ao entrar na década de 30, o registro de batismos de índios na Igreja se torna residual, no Segundo Livro de Batismos da Igreja de Nossa Senhora de Valença (1830-1837), encontramos um único batismo identificado como indígena em 1830 e não encontramos outros registros no mesmo livro.

A princípio, isso poderia levar a conclusão que a partir da década de 30 não nasceu mais nenhum Coroados em Valença! Nada mais equivocado, pois é importante verificar várias questões: 1 – O registro paroquial variava de pároco para pároco e, após a morte do Padre Manoel Gomes Leal, ele perdeu um pouco de riqueza de detalhes principalmente em relação aos indígenas, tanto nos batismos como nos óbitos; 2 – Os índios destribalizados e que se integraram à vida cidadina adotaram nome e sobrenomes, o que dificulta a correspondência entre o seu registro anterior como adulto ou criança batizada, que ganhou apenas um nome cristão, com aquele que aparece, em novo registro, no batizado de um filho ou tendo o seu óbito registrado, pois, se o pároco não anota a sua condição étnica, ele passa despercebido; 3 – Desde 1824 foi criada a freguesia de Santo Antonio do Rio Bonito (em Conservatória), onde ficava a maior parte dos índios de Valença, o que pode explicar a

Valença - Registros indígenas em relação ao total de re



de registros de bautismos



]

diminuição dos registros de índios na matriz de Valença¹; 4 – O primeiro livro de casamento existente na paróquia só começa em 1845, fora do período investigado, mas entre os casamentos existem casais ou um dos nubentes de ascendência indígena, tendo no Museu da Catedral de Nossa Senhora da Glória, em exposição, um registro de casamento indígena da década de 50; 5 – Diversos documentos posteriores a 1836² indicam a existência de Coroados em Valença, mesmo que alguns só levem em conta aqueles não catequizados; 6 – Os censos posteriores³ ao período estudado comprovam que existia uma população identificada como indígena em toda a região do Vale do Paraíba que habitavam os Coroados.

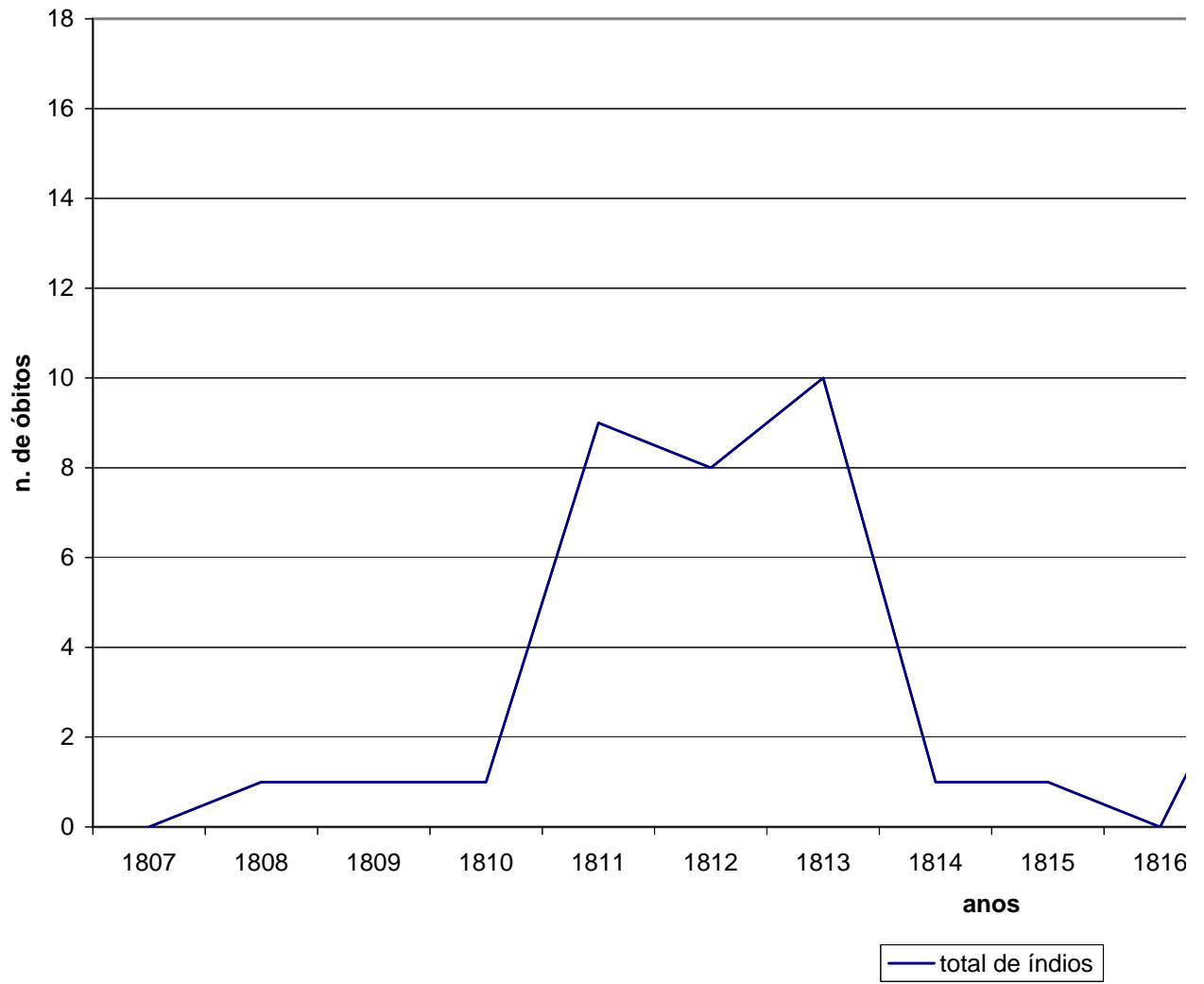
Em relação aos óbitos indígenas do segundo período, fizemos um acompanhamento de oito anos seguidos, a partir de 1815, comparando com os oito anos anteriores que tínhamos do primeiro período, com o objetivo de verificar mudanças significativas (**Gráficos 15 e 16**). Notamos que, após a epidemia de varíola de 1813, o número de óbitos indígenas caiu vertiginosamente, chegando a nenhum óbito registrado, em 1816. Esse comportamento de queda acentuada não foi acompanhado pelas outras duas categorias da mesma forma, pois, apesar de ter havido uma queda nos óbitos dos livres não-índios, este não foi tão acentuado e o comportamento dos escravos foi pendular. O motivo desse comportamento está na combinação de três fatores diferentes: 1 - a morte do Padre, em 1815, afeta tanto os batizados como os óbitos dos Coroados, pois este era o principal

¹ Estivemos em Conservatória, em visita a paróquia, em 2001, quando vimos rapidamente os livros de batismo da Igreja: um de 1700 a 1824, abrangendo registros de outra paróquia misturado no mesmo livro com os da igreja de Santo Antonio e outro começando em 1826 e terminando em 1839. Não havia livro de óbitos para o período estudado por nós, provavelmente consumido no incêndio que houve naquela paróquia no século XIX. Ao folhear encontramos alguns registros indígenas, mas não tivemos tempo de pesquisar para a tese como gostaríamos ficando para uma outra oportunidade.

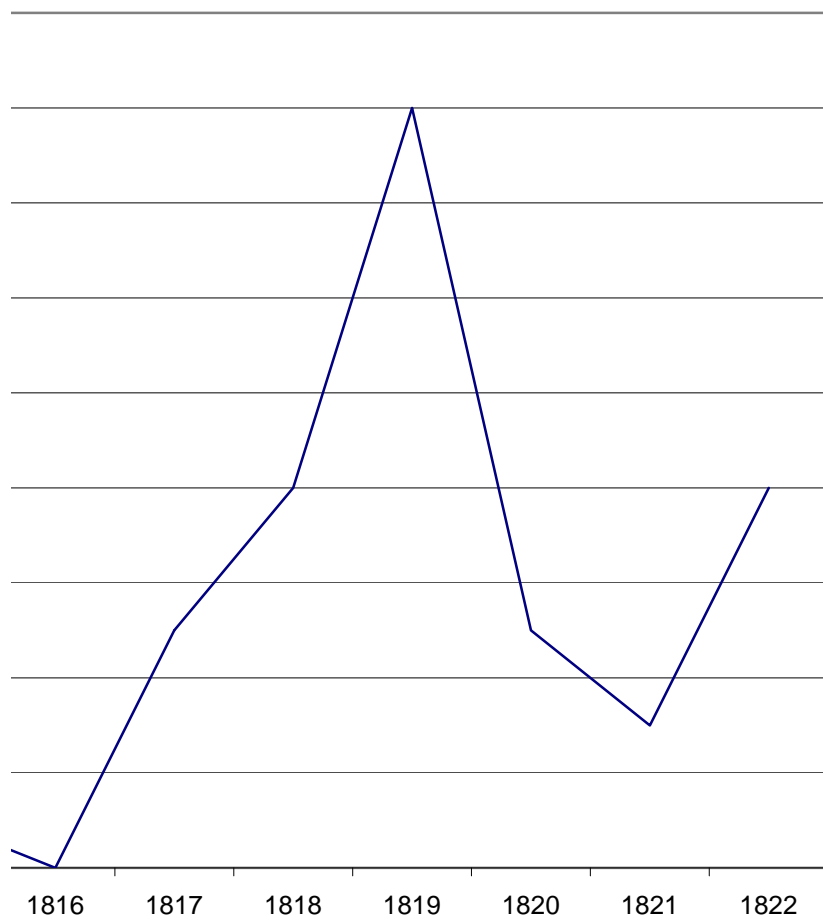
² Em conversa com o autor o Professor José Ribamar Bessa Freire informou que visitou a Santa Casa da Misericórdia de Valença, na década de 90, e encontrou nos arquivos da Instituição algumas fichas médicas de índios enfermos, contendo informações sobre as doenças contraídas e formas de tratamento, do século XIX.

³ Vários censos provinciais e inclusive os dois primeiros censos nacionais 1872 e 1890.

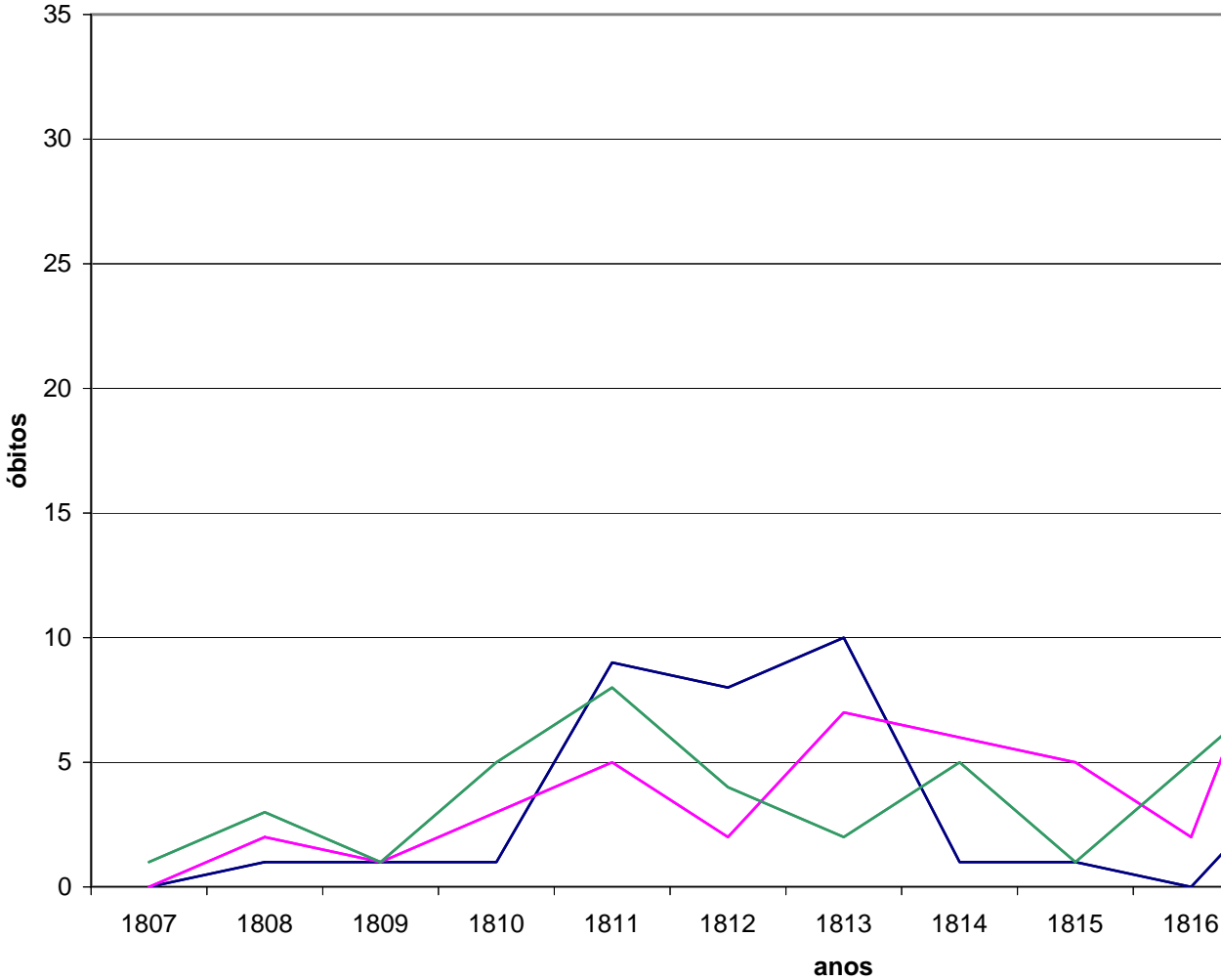
Valença - Óbitos indígenas 1807 - 1822



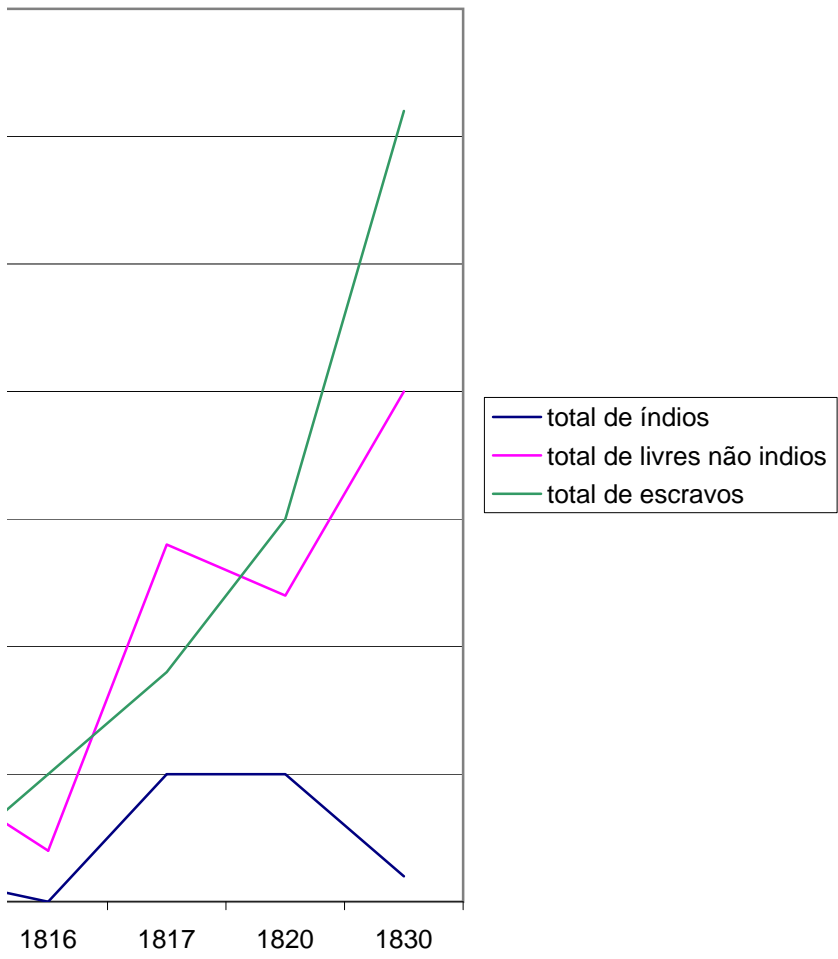
1822



Valença - Óbitos por categoria - 1807-1



807-1830



interlocutor em relação à religião e os seus sacramentos; 2 – O fato de a varíola ter aparecido em 1813 e 1814 afastou por algum tempo os Coroados do povoado, diminuindo os registros por estar ocorrendo enterros no mato; 3 – O conflito com os Coroados e a expulsão de muitos da Aldeia de Valença por Eleutério Delfim tornou aquele território hostil à presença indígena, o que levou a não registrarem nenhum enterro no cemitério local.

Nos quatro anos seguintes, a situação se inverte aumentando rapidamente a quantidade de registros de óbitos, principalmente em 1819, quando se registra um número recorde de óbitos para o período (16 falecimentos). Esse novo comportamento é reflexo da vitória na luta pela sesmaria que traz o contato e o trabalho com novas aldeias¹ distantes de Valença e incentivo a enterros cristãos. No ano de 1830, os óbitos se igualam aos batismos, em um nível muito baixo, em tendência inversa aos registros da categoria livres não-índios e escravos, que sobem a níveis antes não detectados. Os escravos passam a ser a principal categoria em número de óbitos², na década de 30, reflexo do seu grande aumento na população da Vila, pois eram 5.145 numa população de 8.200 habitantes, em 1832 (não foram contados os autóctones).³ Não existe livro de óbitos para o período imediatamente posterior a 1830, impossibilitando uma melhor análise do período de 1831-1836.

Os registros de batismo e óbitos podem também nos dar uma idéia do grau de interação e troca de valores das sociedades indígenas com a sociedade escravista que cada

¹ Encontramos no Primeiro Livro de Óbitos, em 1819, registros de mortes de índios de aldeias distantes e novas como a “Aldeia achada do Luis do Rio Bonito” e a “Aldeia de Capoeira”.

² A denúncia de maus tratos com os escravos na região de Valença no final da década de 20, inclusive assassinatos, por parte dos senhores pode contribuir para esse aumento de óbitos. Ver FERREIRA, Luis Damasceno. *História de Valença (Estado do Rio de Janeiro) 1803-1924*. Rio de Janeiro: Editora Graphica Paulo Pongetti, 1925. pp. 239.

³ ARQUIVO NACIONAL Família Werneck py17.24.

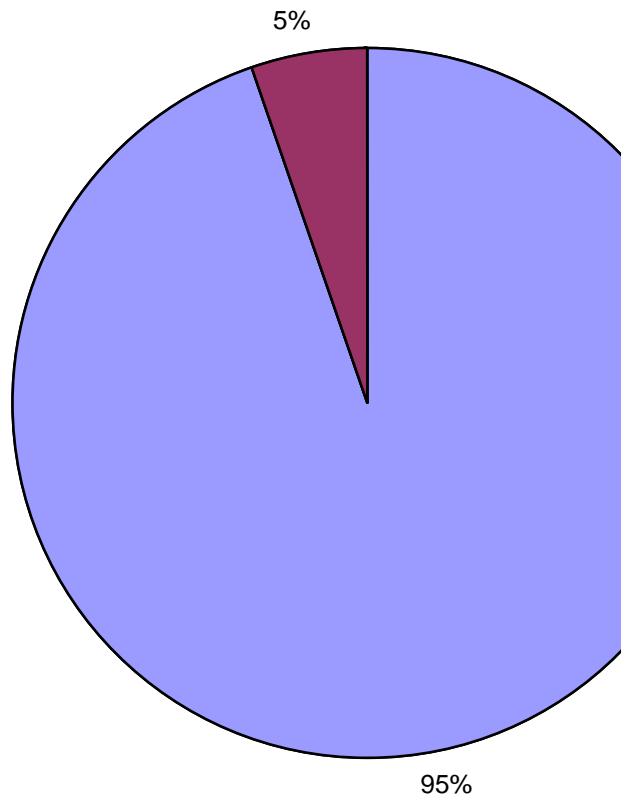
vez mais dificultava o seu modo de vida. Eles também servem como um termômetro da resistência à adoção de valores estranhos à cultura Coroada.

No caso dos batismos, o registro dos pais é o diferencial entre as três categorias: índios, livres não-índios e escravos. O indicador da interação é o percentual de uniões consideradas legítimas pela Igreja em relação às uniões ilegítimas, nas quais somente aparecia o nome da mãe, tendo como referência o percentual dos livres não índios. Quanto mais se afastar desse percentual, menos interação teria com os valores dessa sociedade na qual a Igreja tem um considerável peso e influência (**Gráficos 17, 18 e 19**).

O resultado dessa comparação foi de que somente 15% das uniões indígenas eram consideradas legítimas; no caso dos escravos, esse percentual era mais que o dobro, perfazendo 38%, e os livres não-índios tinham 95% do total de uniões legítimas. A comparação foi feita entre anos de 1809-1815, mostrando que, fora o batismo, outras mudanças eram pouco aceitas.

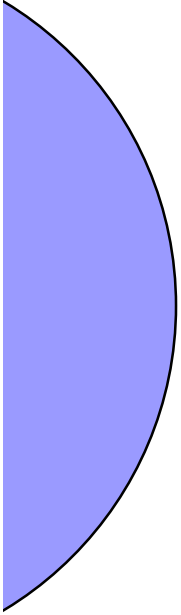
No caso dos óbitos, os sacramentos dados na hora da morte determinavam o grau de conversão ao modo de vida luso-brasileira. Notamos que o Padre Manoel Gomes Leal tinha a preocupação de anotar os sacramentos que administrava na hora da morte aos moribundos. Quando não conseguia administrá-los, anotava que o falecido morrera sem sacramento, mas havia um terceiro grupo que nenhuma anotação merecia, são os que estão sem referência a sacramentos. O motivo dessa postura era porque este terceiro grupo não era capaz de recebê-los, pois não estavam aptos a comungar, confessar e receber a extrema unção, já que pouco entendiam da religião e não tinham direito de receber sacramentos ou se recusavam a fazê-lo. No caso dos óbitos, as pessoas estão no final da sua vida nas três categorias, o que permite verificar qual foi o máximo de interação que aquelas pessoas tiveram com a religião oficial daquela sociedade ou o seu distanciamento. Cruzando as três

Valença - Matrimônio entre os livres não índi



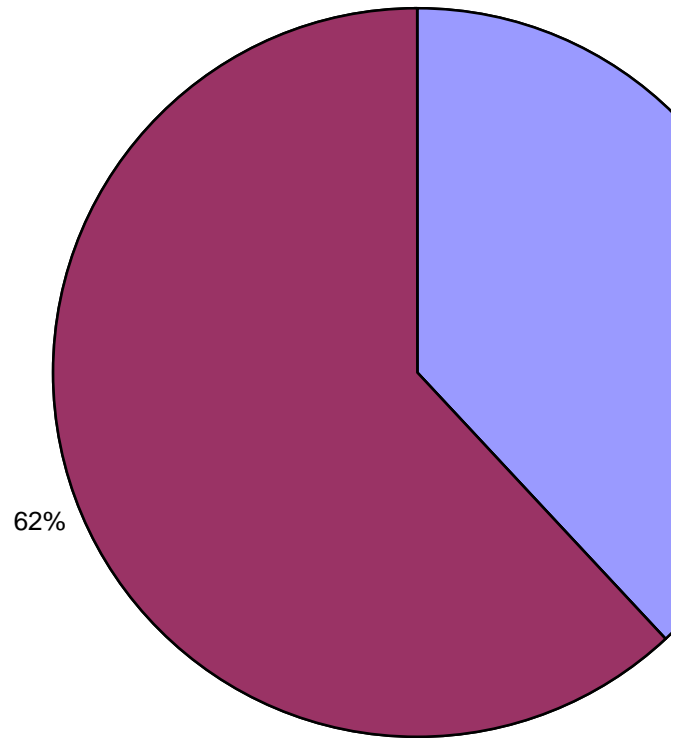
■ livre união legítima ■ livre união ilegítima

Índios 1809-1815



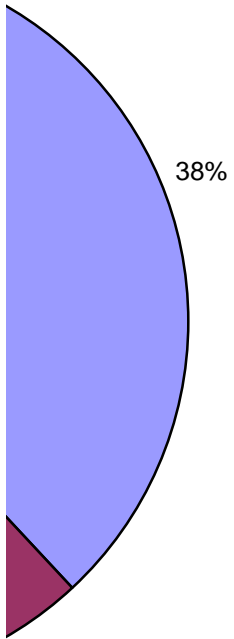
gitima

Valença - Matrimônio entre escravos 180



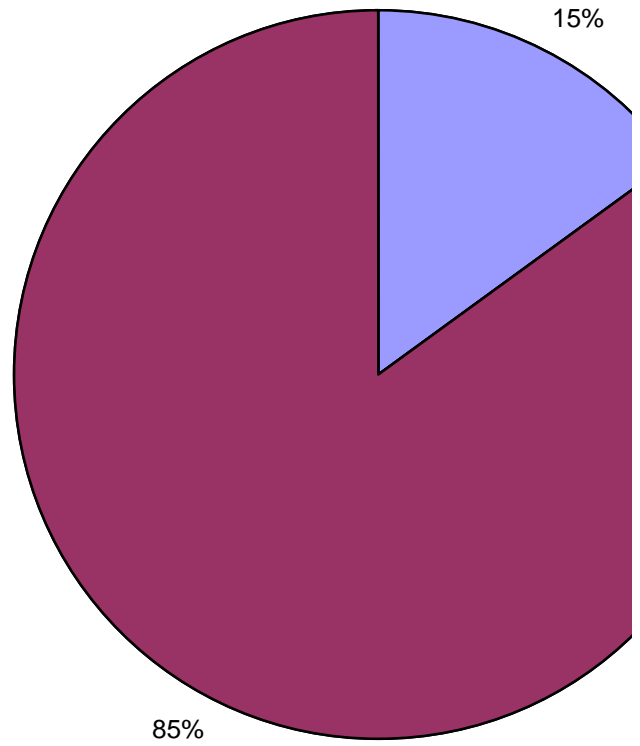
escravo união legítima escravo união ilegiti

s 1809-1815



ilegitima

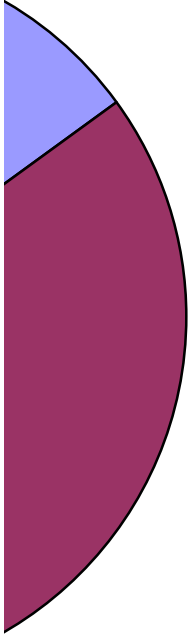
Valença - Matrimônio entre índios 1809



indio união legítima indio união ilegítima

1809-1815

15%



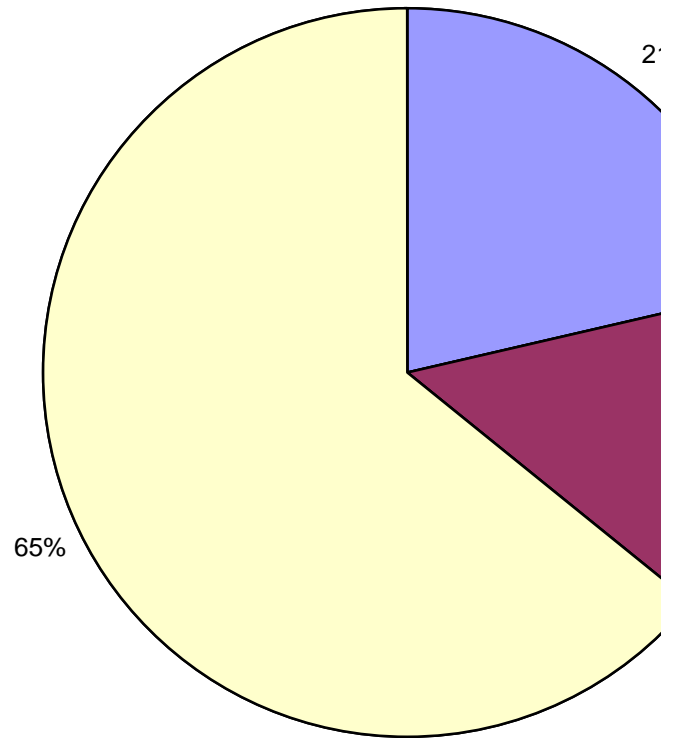
igitima

categorias com os três grupos (com sacramentos, sem sacramentos e sem referência a sacramentos), verificamos que também nos óbitos a interação dos índios no final da vida é a menor nas três categorias (**Gráficos 20, 21, 22 e 23**).

Ao longo deste capítulo, vimos que durante todo o tempo na região de Valença os Coroados não aceitaram passivamente o cerco a que foram submetidos desde o final do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Dialogaram, lutaram, se aliaram, fizeram acordos e reagiram em diversos níveis e formas contra a usurpação de seu território, a destruição do seu modo de vida, e mesmo quando novas e mais agressivas formas de ocupação do território, sob o impulso da lavoura cafeeira, ocorreram, a partir de 1815, encontraram estratégias para assegurar a sua existência como se afastar dos locais mais dinâmicos da fronteira social, indo se estabelecer em locais de difícil acesso ou numa outra postura ficando agregados em fazendas, mas mantendo uma coesão social interna. Além disso, outros acabaram destribalizados, perdendo a sua identidade étnica e ao longo do tempo se misturando com a sociedade local.

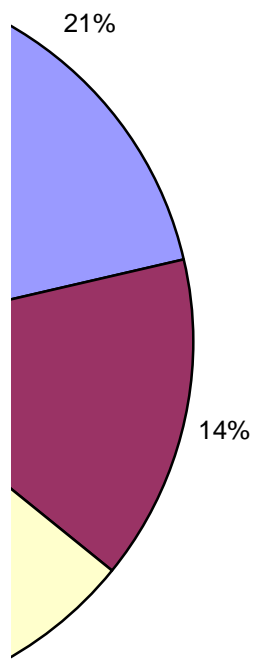
A construção do desaparecimento político dos Coroados foi sendo articulada pelos grandes fazendeiros e representantes políticos locais com o objetivo de se apossar de terras necessárias para projetos políticos (patrimônio da Câmara) ou para projetos particulares (no caso da sesmaria de Conservatória) e impedir que novas terras fossem imobilizadas para outros usos que não fossem de interesse da classe dos proprietários de terras e escravos. Restaria aos Coroados, neste projeto das elites locais, aceitar as imposições e se integrar de forma subordinada à sociedade escravocrata, dissolvendo a sua identidade étnica, mas ao longo de todo o século XIX, de diversas formas, parcelas dessas sociedades indígenas resistiram.

Valença - Sacramentos na hora da morte - índios



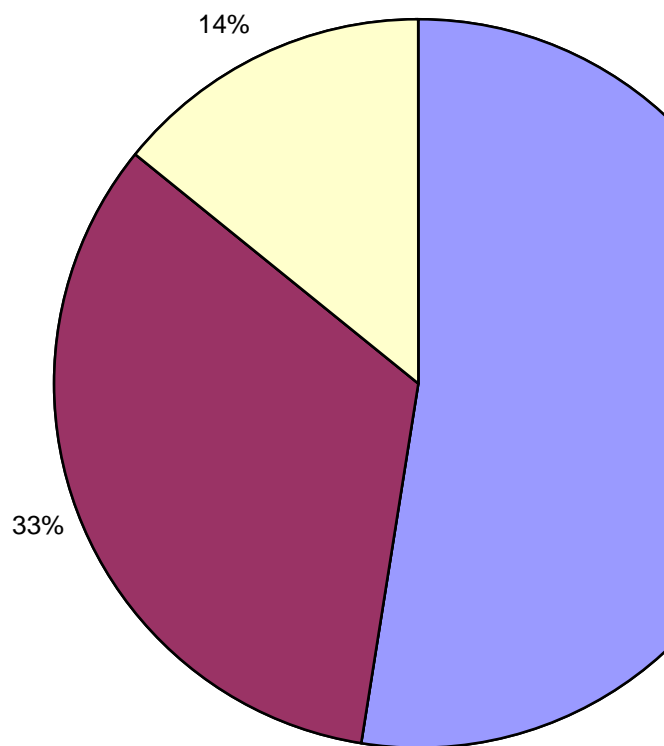
Índios c/sacramento Índios s/sacramento Índios s/re

ndios (1807 - 1815)



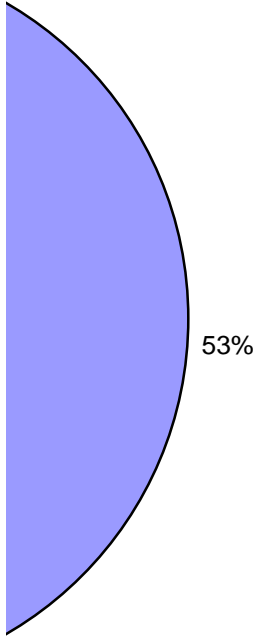
os s/referência sacr.

Valença - Sacramentos na hora da morte - livres não



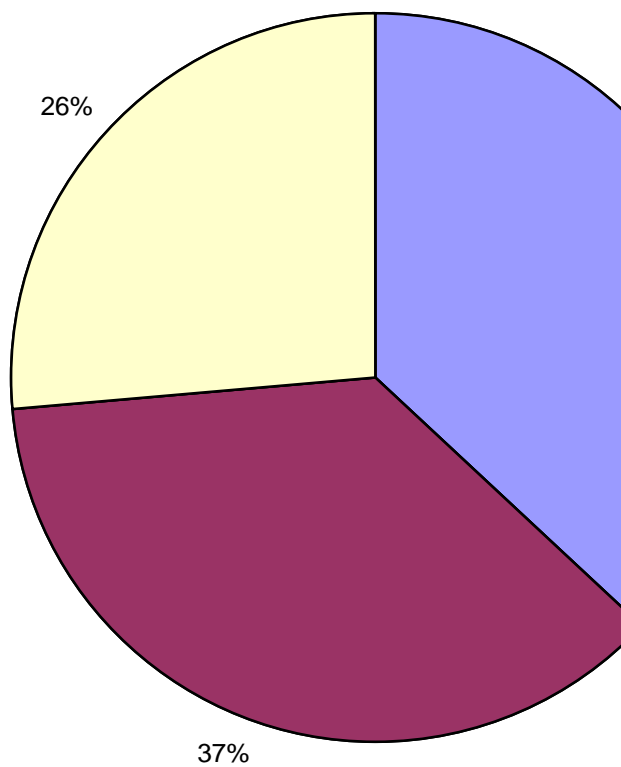
■ livres c/sacramento ■ livres s/sacramento ■ livres s/ref

... não índios (1807-1815)



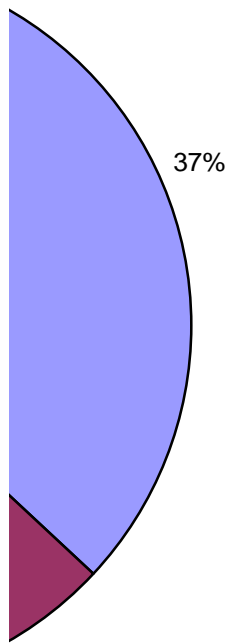
... s/referência sacr.

Valença - Sacramentos na hora da morte - escravos



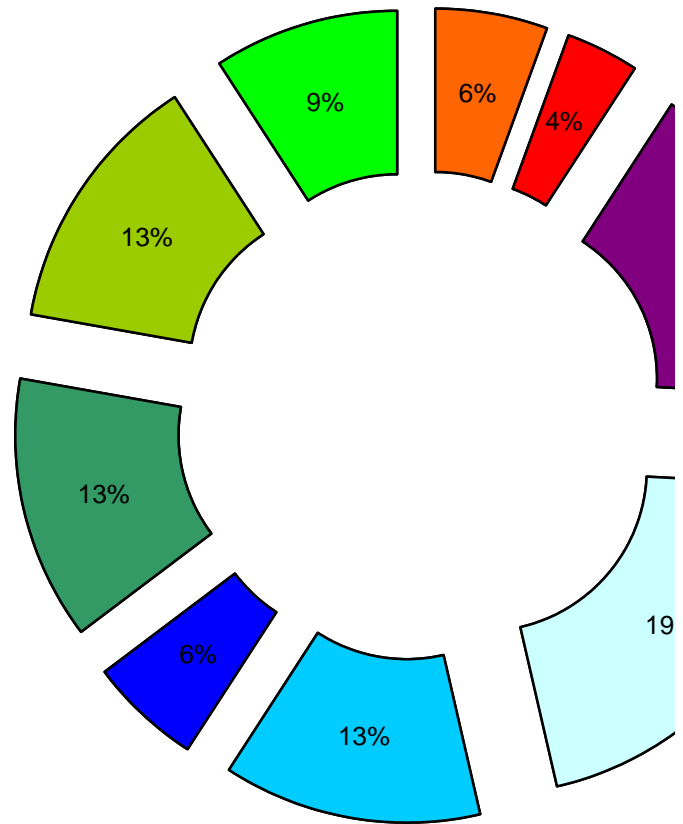
■ escravos c/sacramento ■ escravos s/sacramento ■ escravos s/sacramento

cravos (1807 - 1815)



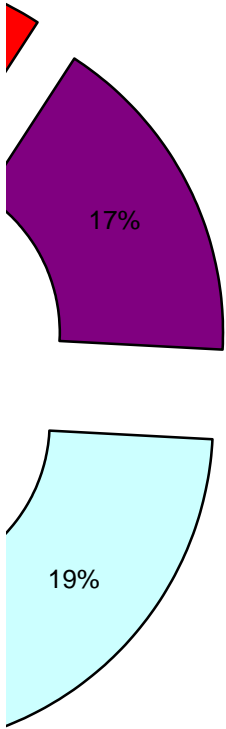
cravos s/referência sacr.

Valença - Sacramentos na hora da morte - por cate



indios c/sacramento	indios s/sacramento	indios s/referência sacr.	livre
livres s/referência sacr.	escravos c/sacramento	escravos s/sacramento	escr

categoria - 1807-1815



□ livres c/sacramento ■ livres s/sacramento
■ escravos s/referência sacr.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

LEVANTA, SACODE A POEIRA E DÁ VOLTA POR CIMA

Quando iniciei a pesquisa para a tese, em janeiro de 2000, procurei fazer um recorte temporal que balizava, por um lado, o início de um contato mais intenso dos Coroados na região onde se fundaria o aldeamento de Valença e, por outro, quando eles “desapareceram”, o que naquele momento parecia situar-se logo após a Câmara ter apropriado as terras da sesmaria dos Coroados, em 1836. Os historiadores locais (Iório e Damasceno), a literatura dos viajantes (Saint-Hilaire, Spix e Martius, etc.) e diversos autores que tratavam sobre o Vale do Paraíba repetiam que os Coroados se extinguíram com a expansão do café, tanto que a minha questão inicial era por que em menos de 50 anos isso ocorrera. Teria o avanço da economia cafeeira transformado os Coroados em pó de café?

Partindo deste referencial, fui aprofundando os levantamentos, fazendo novas pesquisas, verificando os arquivos paroquiais, achando novas fontes, fazendo uma releitura dos autores, dos relatos e das fontes e fui verificando que havia uma incoerência entre o que a historiografia colocava e o que eu descobria. Pude perceber ao longo do trabalho que um projeto das elites de Valença com objetivo de se apropriar das terras indígenas da área, no século XIX, foi o grande responsável pelo desaparecimento político da questão indígena na região, o que, aliado à perda de peso demográfico dos Coroados dentro da população local e à difusão do discurso científico da superioridade da civilização européia, da degeneração da raça ameríndia e que ela estava fadada à extinção, criou condições para a construção do desaparecimento social: ficaram invisíveis para a população, enquanto etnia. Uma parcela

grande dos Coroados passa a ser identificada como caboclos, portanto vistos como integrados ao modo de vida dos brasileiros, e os que ficavam “errantes pelo mato” ganharam uma grande invisibilidade histórica, que somente num documento ou outro reaparece.

Os relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro dão uma idéia de como era tratada a questão indígena a partir da década de trinta e sob que olhar se trabalhava o problema. A visão da superioridade da civilização e da inelutável marcha para a extinção de raças ameríndias estava presente em vários relatórios.(Fotografia 3)

A experiência tem mostrado, que a população das Aldéas dos Indios n'esta Província, e por ventura nas outras, definha, em vez de augmentar-se, confirmando assim a observação geral, de que as raças selvagens e indígenas desaparecem pouco a pouco diante das civilizadas e conquistadoras. Talvez não tenha contribuido pouco para esse phenomeno a má direcção, a irregular e deleixada administração a que os Indios tem estado sujeitos, além do seu caracter inerte e indolente.

Fotografia 3 – Trecho do Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, de 1836, na parte que trata da civilização dos índios.

Fonte: www.uchicago.edu/content/brazil/jain.htm

Manuela Carneiro coloca que a questão indígena no século XIX foi principalmente uma questão de terras. Para a região de Valença, isso se aplica após 1815, pois os luso-brasileiros proprietários de sesmarias na região, nos primeiros anos do aldeamento, vão utilizar a mão-de-obra indígena como alternativa local dada à escassez de braços para trabalhos essenciais na implementação de unidades produtivas (derrubadas, colheita, plantação, caça e pesca). Após esse período, ela entra de forma complementar à mão-de-

obra escrava, como agregados das fazendas, com um peso cada vez menor dentro da economia cafeeira.

Ao longo de todo o processo, a resistência se faz sentir de várias formas: correrias, recusas à catequese, recusa ao trabalho escravo, luta pela terra, associação a quilombos, volta às matas e fundação de novas aldeias, demonstrando que não foi um processo passivo.

Até o final do século XIX, temos notícias dos que resistem à incorporação à sociedade nacional. Nos relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, dentro do item Catequese e Civilização dos índios, a questão do destino das terras indígenas tem um peso maior que os problemas das populações indígenas, como no caso de Valença, mas de vez em quando deixa “escapar” a existência de populações não integradas à sociedade:

A maior parte das terras tanto destas Aldeãs, como das de Mangaratiba e Valença se achão de longo tempo ocupadas por intrusos que nellas se estabelecerão: outra parte esta arrendada a pessoas, que pagavam o fôro a Conservatória respectiva. A possê mesma das terras em que habitavão os Índios tem sido por elles alienada, de modo que hoje pouco terreno occupão.(Relatório do Presidente da Província de 1835)¹

Em Valença desapareceo o aldeamento, que deo origem a esta Villa, e os Índios que restam vagão, em pequeno número sem domicilio, ou residência certa.(Relatório do Presidente da Província de 1843)²

¹ www.uchicago.edu/content/brazil/jain.htm - A Universidade de Chicago copiou todos os relatórios do Presidente da Província, de todos os estados do Brasil, e disponibilizou na Internet. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1835, pág. 8.

² www.uchicago.edu/content/brazil/jain.htm - Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1843.

Aldêas antigamente fundadas em Valença, Mangaratiba e Rezende desaparecerão inteiramente (...) Em Valença há alguns Índios sem domicílio certo. (Relatório do Presidente da Província de 1850)³.

Outros documentos também indicam a presença dos Coroados na região, como no ofício da Câmara de 1872, em resposta a uma portaria do Governo da Província:

Essas raças têm quasi totalmente desaparecido d'este município, restando, unicamente, por elle dispersas cêrca de 20. As bexigas e outras moléstias e o uso immoderado de bebidas alcoólicas têm sido a principal causa do desaparecimento dos índios e, os poucos que escaparam a esses flagellos, foram aldeiar em outros logares, como sejam Pomba, S.Vicente Ferrer e Carangolla.⁴

Em fins de 1880, os pesquisadores da Biblioteca Nacional tinham um projeto de um Dicionário Geográfico do Brasil e escreveram a todas as Câmaras Municipais solicitando informações acerca dos seus municípios. Valença foi um dos municípios que respondeu ao questionário enviado e em relação aos Coroados tem a seguinte informação:

Em 1814 os brancos erão em número de 688, e os índios de 1400. Pouco a pouco estes foram desaparecendo, e actualmente [1881] não se os encontra senão rarissimamente, e nenhum existe em estado selvagem. Hoje a população do município quasi exclusivamente compõe-se de brancos, mulatos e negros,

³www.uchicago.edu/content/brazil/jain.htm - Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1850.

⁴ FERREIRA, Luis Damasceno. *História de Valença (Estado do Rio de Janeiro) 1803-1924*. Rio de Janeiro: Editora Graphica Paulo Pongetti, 1925. pp. 8 e 9.

sendo estes em maior número, apesar de contar-se entre os brancos muitos estrangeiros, principalmente portugueses e italianos.⁵

Nos cinco documentos acima, vemos que as informações só consideram Coroados os que não vivem na cidade ou agregados e sim os que ficam perambulando sem domicílio. Dá também indicações sobre suas migrações para outras regiões do Estado do Rio e de Minas Gerais (Carangola) e não fala dos seus descendentes existentes integrados a população de Valença, conhecidos como caboclos.

Os censos de 1872 e 1890 dão uma melhor dimensão dessa população cabocla, que de acordo com os censos eram considerados índios ou descendentes, e assim reconhecidos pela população (**Tabelas 5 e 6**):

Tabela 5

	Cidade	Homens	Mulheres	total de caboclos	total da população	% índios
1	Valença	127	92	219	42131	0,5
	Freguesia	Homens	Mulheres	total		
1.1	N.S.da Glória	58	34	92		
1.2	Santa Thereza	16	9	25		
1.3	Santo Antonio do Rio Bonito	47	44	91		
1.4	N.S.da Piedade de Ipiabas	6	5	11		

Tabela 5 – População cabocla em Valença, em 1872, por sexo, por freguesia e percentual sobre o total da população da cidade.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872.

⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 110: 91-230, 1990

Tabela 6

	Cidade	Homens	Mulheres	total de caboclos	total da população	% índios
1	Valença	373	356	729	33625	2,1
	Freguesia	Homens	Mulheres	total		
1.1	N.S.da Glória	36	22	58		
1.2	Santa Isabel do Rio Preto	112	105	217		
1.3	Santo Antonio do Rio Bonito	31	41	72		
1.4	N.S.da Piedade de Ipiabas	85	63	148		
1.5	S.Sebastião do Rio Bonito	109	125	234		

Tabela 6 – População cabocla em Valença, em 1890, por sexo, por freguesia e percentual sobre o total da população da cidade.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1890.

Duas conclusões se colocam diante destes dados: a primeira é que a presença da população cabocla aumenta dentro da população regional de um censo para outro e a segunda é que os distritos em que a presença cabocla é maior são áreas de antigas aldeias (Aldeia de Taypuru – Santa Isabel do Rio Preto; Aldeia das Cobras – S. Sebastião do Rio Bonito) afastadas de Valença. O aumento da população cabocla se dá mesmo com a separação de Santa Thereza (atual Rio das Flores), no censo de 1890, de Valença.

Ao levarmos em consideração o território que os Coroados da Paraíba Nova ocupavam no começo do século XIX, na Capitania do Rio de Janeiro (e não apenas Valença), que ia de Campo Alegre (Rezende) até Paraíba do Sul e de parte da margem direita do Rio Paraíba (Vassouras, Pirai e Barra do Pirai), com uma população calculada em 1.400 pessoas (1814), verificamos que a participação da população cabocla (descendentes dos Coroados) na população regional também aumenta de um censo para o outro, mais que

o dobro, demonstrando que ao contrário das previsões a presença indígena e sua descendência aumentava em todo o território que antes ocupavam sozinhos, no final do século XIX. (Tabela 7 e 8)

Tabela 7

	Censo de 1872	total caboclos	total da população	% índios
1	Valença	219	42131	0,5
2	Vassouras	117	39253	0,2
3	Parahyba	262	37461	0,6
4	Piraí	339	25458	1,3
5	Barra Mansa	828	25766	3,2
6	Resende	1132	28964	3,9
	Total	2897	199033	1,4

Tabela 7 – Percentual da população cabocla sobre a população total de cada cidade do Médio Paraíba e sobre o total da população regional, em 1872. Cidades existentes na época do Censo.

Fonte: IBGE, Censo de 1872.

Tabela 8

	Censo de 1890	total caboclos	total da população	% índios
1	Valença	729	33625	2,1
2	Vassouras	952	36483	2,6
3	Parahyba	969	27351	3,5
4	Piraí	339	15758	2,1
5	Barra Mansa	1311	21607	6
6	Santa Thereza	139	12973	1,1
7	Barra do Piraí	386	17084	2,2
8	Resende	1620	26691	6
	Total	6445	191572	3,3

Tabela 8 – Percentual da população cabocla sobre a população total de cada cidade do Médio Paraíba e sobre o total da população regional, em 1890. Cidades existentes na época do Censo.

Fonte: IBGE, Censo de 1890.

Os censos posteriores, no século XX, mudam a metodologia de coleta de dados tornando impossível o acompanhamento do aumento da presença cabocla na população regional através desse instrumento⁶.

Pudemos verificar também que a política indígena teve variações na sua aplicação local, pois os diferentes agentes conduziram de maneira diferente o processo: enquanto José Rodrigues da Cruz propôs uma sesmaria para os índios, o Padre Manoel Gomes Leal tentou, através de “testa de ferro” (Florisbello), adquiri-la para si, tendo sido ambos Diretores dos Índios. Enquanto o Diretor de Índios (Ignácio de Souza Werneck) e o Capelão (Manoel Gomes Leal) tentam levar o processo de apaziguamento e aproximação com os Coroados de forma cordial e com brandura, um frustrado candidato a Diretor dos Araris (José Thomaz da Silva) os aprisiona e os remete ao Arsenal da Marinha com tal violência que quase destrói a Aldeia de Valença.

A ausência de interlocutores, em 1816, levou a um novo período de violências impetradas por Eleutério Delfim, que terminou com a nomeação de novo Diretor (Miguel Rodrigues da Costa), que aproximou antigas e novas aldeias de Coroados, mas criou novos conflitos com tentativas de venda de terrenos indígenas, em Conservatória.

Os interlocutores dos Coroados na sociedade luso-brasileira e depois na sociedade brasileira exerceram suas atividades (Diretores, Padres, Militares e Políticos) trazendo suas visões de mundo (a respeito de como tratar os indígenas – brandura x terror; qual era o destino deles – se tinham incapacidade para o progresso ou se evoluíam para a civilização), e fizeram interpretações e aplicações da legislação que pelas suas variações levaram a repercussões políticas diferentes na condução do processo de alianças (José

⁶ A esse respeito ver a análise crítica de Oliveira aos censos nacionais. OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1999.pp.124-151.

Rodrigues e a construção da estrada para o arraial de Rio Preto, por exemplo) e também de atritos com os Coroados (os recrutamentos forçados, por exemplo). As diferentes políticas repercutiram no campo demográfico, quer do ponto de vista da variação no registro (aproximação e aliança – aumento de batizados e óbitos; afastamento e atrito – diminuição dos mesmos), quer do ponto de vista do crescimento vegetativo real (maior contato – mais epidemias, rápida destruição dos estoques de alimentos da floresta, mais violência – trazendo mortes por doenças, por desnutrição, por assassinato e diminuição da população).

Outra constatação que fizemos é que o cerco às populações Coroadas começou a se intensificar no Vale do Paraíba nos dois últimos decênios do século XVIII, o que só se explica com o avanço da fronteira social luso-brasileira sobre território Coroado. Esse avanço está vinculado à expansão do mercado interno do Centro-Sul reforçando assim os argumentos de Fragoso, Lenharo e outros autores que tratam da economia colonial do fim do século XVIII e início do XIX e da estruturação da economia cafeeira.

Os Coroados desapareceram enquanto etnia que se auto-identificava e era reconhecida pela sociedade em torno como Coroados, na medida em que foram pressionados a abandonar seus hábitos e costumes por outros que não assimilaram com facilidade. Foram levados à dispersão, na medida em que foram usurpados do seu espaço e colocados dentro de uma espacialidade incompatível com o seu modo de vida anterior.

Em que pesem as doenças e perseguições, deixou descendência incorporada à sociedade nacional, os caboclos, que são participantes marginais nesta sociedade excludente.

Vimos que aumentou a população cabocla no final do século XIX, o que colocava a sua descendência chegando ao século XX. E esses descendentes são visíveis como tais hoje? Essa era a pergunta que fazia ao final de 2003, quando em visita profissional à

fazenda Ponte Alta, em Barra do Piraí, conheci o Sr. José Manoel da Silva Filho (**Fotografia 4**), que me chamou a atenção pelos seus traços físicos (fenótipo) com características indígenas. Ao perguntar onde tinha nascido, descobri que era de Valença e que seu bisavô era “índio” da região. Ele me contou também que quando pequeno morou com a família em uma fazenda, em Valença, e que seus pais eram parentes entre si.

Em conversa com a sua tia a Sra. Maria da Silva, dias depois, ela confirmou que o bisavô dele era índio e que fora atraído para fora do mato por cachaça. Vários parentes do Sr. José e a sua própria família moravam na Chacrinha, próximo da cidade de Valença, na década de 50, e ele se lembra que os parentes se tratavam como “caboclos”, quando ele era pequeno (“Vem cá caboclo!”).



Fotografia 4 – Sr. José Manoel da Silva, descendente dos índios Coroados de Valença. (foto do autor)

Com essas informações, eu confirmava a existência de descendentes dos Coroados, ainda hoje, na população da região, dispersos por várias cidades⁷, com fragmentos de memória dos seus antepassados, em nível familiar.

A historiografia está em dívida com as sociedades indígenas, não só pelas diversas abordagens preconceituosas ainda existentes, mas também pelas que subestimam a importância dessas populações ao longo da História. No caso do Vale do Paraíba, o nosso esforço visa chamar a atenção para um resgate urgente e necessário do papel dessas populações nos séculos XVIII e XIX, além de apontar que devemos refletir sobre a forma como se deu a inserção dos seus descendentes na sociedade regional.

É necessário levantar a poeira que existe nesta história e dar a volta por cima, pois o índio não virou pó de café.

⁷ Dona Maria da Silva nos informou a existência de pessoas mais velhas do que ela, que tem cerca de 70 anos, parentes ou não, na região de Santa Isabel do Rio Preto que poderia informar mais sobre a sua família e os índios da região. Não nos foi possível prosseguir nesta pesquisa, no momento, mas ela poderá ser feita futuramente para dar um painel mais completo desses descendentes dos Coroados.

7 - BIBLIOGRAFIA:

7.1 Fontes Primárias.

7.1.1 Manuscritos

Arquivo da Câmara Municipal de Valença

- Primeiro Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Valença.

Arquivo da Catedral de Nossa Senhora de Valença

- Primeiro Livro de Batismos - períodos de 1809/1830 e 1849/1878.
- Segundo Livro de Batismos - período de 1830/1837.
- Primeiro Livro de Óbitos - período de 1808/1830.

Arquivo do Convento de São Sebastião dos Capuchinhos da Custódia do Rio de Janeiro

- Memória de São Fidelis (1781-1831).

Arquivo da Igreja Matriz de Sant'Ana do Pirai

- Primeiro Livro de Batismos

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Fundo: Diversos Códices – SDH:

- Códice 807, vol.11: “Sobre as terras dos Índios da Aldea de Valença”.
(1819-1821) fls.67-93.

Fundo: Família Werneck:

- Notações do microfilme 003/91: Py 2.1,9.12, 11.1,11.2,11.4,16.7 e 17.24. – Vários documentos da Família Werneck.

Fundo: Fazenda Pau Grande:

- Notações do microfilme 018.96: 1 a 12 – Inventário da fazenda do Pau Grande; Caderno nº 1 de Contas da Fazenda do Pau Grande.

Fundo: Mesa do Desembargo do Paço:

- Caixa 231, pacote 02, documento 64,6 – Ofício do Conde da Barca a Pedro Machado de Miranda Malheiro, sobre requerimento enviado pelos Índios de Valença a Mesa do Desembargo do Paço.(1817).

Fundo: Secretaria de Estado do Brasil:

- Códice 97, volume 1, documento 126

Fundo: Mesa da Ordem e Consciência:

- Códice 26, volume 2, livro 288

Fundo: Série Interior – Culto Público:

- IJJ 11 74 – Correspondência dos Bispos. Correspondência do Marquês de Aguiar ao Bispo Capelão-Mor, de 31 de janeiro de 1814.

*Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro***Fundo: Presidente de Província:**

- Coleção 47 – Câmara Municipal de Valença – diversos documentos (1835-1872).
- Coleção 115 – Índios - documentos 32 a 38 – (1850).

Fundação Biblioteca Nacional

Seção de Manuscritos:

- Códice 3,1,29 – BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Bahia que foi dedicado ao Ilustríssimo Príncipe do Brazil, no anno 1788.*
- Códice 5,3,2 nº1-4 - Ofício do Conde de Resende a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, informando suas providências quanto a se proceder na capitania ao exame das minas de ferro, sal e outras descobertas, e remetendo cópia de três instruções que expedira, relativas ao levantamento geográfico, populacional e econômico que mandara fazer nos distritos de seu governo. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1797.
- Códice 5,4,5 – ESCHWEGE, W.C. von. *Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais.S/data.*
- Códice 7,4,10 – Ofício do tenente-coronel Manuel Martins do Couto Reis, contendo considerações sobre os meios mais favoráveis à civilização dos índios que ocupavam as margens do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes; sobre o expediente mais racional para a navegabilidade desses rios, em especial no transporte de madeiras; e sobre o estabelecimento do corte e fabrico dessas madeiras, a coberto das invasões do gentio ainda não domesticado. Real Fazenda de Santa Cruz, 10 de fevereiro de 1799. sem indicação de destinatário.

- Códice 7,4,45 n°1- Ofício de João Pacheco Lourenço e Castro ao Conde de Resende, informando sobre os produtos da indústria indígena no Distrito do Registro da Paraibuna. Registro da Paraibuna, 12 de agosto de 1797.
- Códice 7,4,45 n°2-3 – Ofício do capitão comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães[ao Conde de Resende], informando sobre os produtos da indústria indígena dos distritos do Rio Paraíba do Sul. Campo Alegre, 24 de agosto de 1797.
- Códice 7,4,45 n°4 – Ofício do capitão comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães{ao Conde de Resende], narrando as hostilidades do gentio do Rio Paraíba. Campo Alegre, 19 de janeiro de 1798.
- Códice 7,4,6 n°1-2 – Ofício ao Conde Vice-Rei [Conde dos Arcos] Informando sobre novos caminhos abertos pelas margens do Rio Paraíba, do Capitão Ignácio de Sousa Werneck. Anexo um mapa dos caminhos abertos. Rio de Janeiro, 9 de março de 1808.
- Códice 20,4,2 n°83 – Relação de pagamentos que por ordem de Sua Alteza deve fazer o Pagador dos Armazéns Jozé de Souza Netos aos moços índios serventes dos Armazéns Reais e Remeiros de diferentes escaleres da Ribeira, das jornadas que vencerão no mês de janeiro do ano próximo passado razão da [ilegível] por dia , a cada um, e um a cento e sessenta reis por dia. A saber. Rio de Janeiro , 20 de março de 1809.
- Códice c,237,13 – Índios de Resende. S/data
- Códice c,343,6 n°1-7 – Ignácio de Souza Werneck, Sargento-mor de ordenanças Reformado, padre em Minas Gerais.(1808-1812).

- Códice c,583,13 n°4-9 – Eleutério Delfim Silva.Sesmeiro da Vila de N.S.da Glória de Valença.
- Códice II 34,19,15 – Representação dos Moradores de Valença pedindo a revogação de Sesmaria na Aldeia de N.S. da Glória. 1828.
- Códice II – 34,23,21 n°2-3 – Ofício do Conde de Resende a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostras de plantas e árvores, colhidas nos distritos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1799.
- Códice II – 36, 3,37 – Representação dos moradores de Rio Preto e outros, 22 de maio de 1814.

Seção de Obras Raras:

- Referência - 102,4, 12 (ex.1) Retroconor.
- Referência – 102, 6, 141 Retroconor.
- Referência – PM, 3, 453 n° 1 e 2 Retroconor.

7.1.2 Fontes impressas.

ANÔNIMO. *Ao público. Questão que os moradores do Curato de N.S. das Dores, termo da Vila de Valença, tem sobre a estrada com o Marquês de Baependi e com o Coronel Joaquim José Pereira de Faro.S/local: Typographia Imperial de P.Plancher Seignot,1928. (FBN -Divisão de Obras Raras – ref. 102,4,12)*

CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Brasilica ouRelação histórico-geográfica do Reino do Brasil.*Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.*Belo Horizonte: Ed.Itatiaia, 1978, 3 volumes em 2.

- ESCHWEGE, W.L. von. *Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, no anno de 1811*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936. p.14
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- MARTIUS, Karl F.P.von. Glossaria linguarum brasillensum. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol.26,1863.
- _____. *O Estado do Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- MAWE, John. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- PIZARRO E ARAÚJO. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC-INL, v. 1-11, 1945-1951.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz de Couto Reys, 1785*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, Instituições*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, vols.1 – 2.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- _____. *Viagem as nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____.*Segunda Viagem do Rio a Minas e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

_____.*Viagem pelo Distrito Diamantino e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SANTOS MARROCOS, Luís Joaquim dos. Memórias e cotidiano do Rio de Janeiro no tempo do Rei. (Trechos escolhidos das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Entre 1811 e 1821) Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. s/d.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeias de índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)*. vol.17, 1854.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Apontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”. IN: DOLHNIKOFF, Miriam. *Projetos para o Brasil* São Paulo: Companhia das Letras, 199.

_____.*Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

SPIX, J.B.V. e MARTIUS, Carl F.P.Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

7.2 Bibliografia geral:

AB’SABER, Aziz Nacib e BERNARDES, Nilo. *Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo*. Guia da excursão n°4, realizada por ocasião do XVII

Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

AMADO, Janaina. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 15, (jan-jun) 1995, pp.145-151.

AMOROSO, Marta Rosa. Marta Rosa. *Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da USP, 1998.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, 3ªed. (Reconquista do Brasil, 70).

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, 10 vol.

ARQUIVO NACIONAL. *Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro.(1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia do Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da colônia. Revisando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)”. IN: TENGARRINA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000.

- ARRUTI, José Maurício Andion. “Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, pp. 57-94.
- AVELLAR, Helio de Alcântara de. *História Administrativa e Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1970, 1ª edição.
- AZEVÊDO, Eliane. *Raça, conceito e preconceito*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo. “Portugal e a Europa na Época Moderna: Benefícios, Padroados e Comendas.” IN: TENGARRINA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed.Itatiaia, 1995.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *As Vilas Del-Rei e a Cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1973.
- _____. *D. Pedro, jornada a Minas Gerais em 1822*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1973.
- _____. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984.
- _____. *Itinerário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1972.
- _____. *Roteiro das Esmeraldas*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio; Brasília: INL, 1979.
- BARROS, Clara E. Monteiro de . *Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- BECKER, Ítala Irene Basile e LAROQUE, L. “Uma etno-história para os índios Kaingáng do Paraná (da Pré-História ao século XX)” . *Estudos Leopoldenses. Série História*. São Leopoldo, vol.3, n°1, 1999, pp.129-137.

- BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros (1531-1900)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.
- BERNARDES, Lygia M. C. e SOARES, M. T. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. Rio de Janeiro: Secr. Mun. Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1987.
- BRAGA, Greenhalgh H. Faria (comp.). *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Cia. Brás. de Artes Gráficas, 1975.
- BRAZIL, Directoria Geral de Estatística. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina de Estatística, 1898.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1973.
- BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- BURMEISTER, Dr. Hermann. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auríferos e diamantíferos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- CANANO, Pablo Carvalho. Nomes e destinos nos arquivos do Norte-Fluminense. *Anais da Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório. Memória: contribuição para a sua preservação. Região Norte-Fluminense*. Campos dos Goitacazes: UENF/CCH, 1997, pp.37-38.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Afro-América: a escravidão no novo mundo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- _____. *O trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ed. Ática, 1985.
- _____ e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso. *O Brasil na Administração Pombalina: Economia e Política Externa*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.
- CASTRO, M.Vianna de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Editora, 1961.
- CECIERJ. *Atlas Histórico e Geográfico Escolar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro, 1993.
- COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- COUTINHO, D.José Joaquim da Cunha Azeredo. *Concordância das leis de Portugal e das Bulas Pontificias*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988. (Publicações históricas, 89).
- CUNHA, Manuela Carneiro.(org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.
- _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. "A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, n°8, 1991, pp.216-228.
- DIAS, José Sebastião da Silva. "Pombalismo e Teoria Política". In: *Cultura, História e Filosofia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica: Centro de História da Cultura da Universidade Nova Lisboa, 1982, vol.1.
- DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. "A Política de Aldeamentos e Bandeiras no Vale do Paranapanema". *História*. São Paulo, n°8, 1989, pp. 41-53.

- DRUMMOND, José Augusto. “A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, nº8,1991, pp.177-197.
- ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1994. 2 v.
- FALCON, Francisco Calazans. “As práticas do reformismo ilustrado pombalino no Campo jurídico”. *Revista de História das Idéias*. Rio de Janeiro, vol.18,1996, pp.511-527.
- _____. “Pombal e o Brasil”. IN: TENGARRINA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- FERREIRA, Luis Damasceno. *História de Valença (Estado do Rio de Janeiro): 1803-1924*. Rio de Janeiro: Empreza Gráfica Editora, 1925.
- FONSECA, Emy Gayoso Monteiro da e FERNANDES, Neusa. *Conservatória de ontem e hoje*. Rio de Janeiro: INEPAC, 1986.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992 (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ: J.Olympio, 1999.
- FLORENTINO, M.O e FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 20.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. “A organização da força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e do Peru”. IN: BERG, Walter B. et all (editores). *As Américas do Sul: O Brasil no contexto Latino-Americano*. S/local: Max Niemeyer Verlag Tübingen, 2001.

_____.(coord.) . *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ. Vol. 1 , 1995. Vol..2, 1996.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Marcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Edição do programa de estudos dos povos indígenas/Dept.º de Extensão/SR3 – UERJ, 1997.

_____ e _____.“Os índios nos arquivos paroquiais de Pádua”. *Anais da Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório. Memória: contribuição para a sua preservação. Região Norte-Fluminense*.Campos dos Goitacazes: UENF/CCH, 1997, pp. 15-20.

FREIREYSS, Georg Wilhelm.*Viagem ao interior do Brasil*.Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. *Estado do Rio de Janeiro: Território*. - Rio de Janeiro: CIDE, 1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.*Síntese da documentação histórico-administrativa e geográfica dos Estados Unidos do Brasil*.Rio de Janeiro: FIBGE/Deptº. de Documentação e Biblioteca, 1995.

_____.*Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

FURTADO, Júnia F. (org.).*Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setentistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, São Paulo: Edusp, São Paulo: Séc. de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- GERSON, Brasil. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editôra, 1970. (Vieira Fazenda, XIV).
- GOMES, Mercio Pereira. *Os Índios e o Brasil: Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.
- GONÇALVES, Carlos W.P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História. Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- IÓRIO, Leoni. *Valença ontem e hoje (Subsídios para a História do Município de Marquês de Valença): 1789-1952*. Valença: Jornal de Valença/Associação Comercial de Valença, 1958.
- KARASCH, Mary. “Índios ladinos, intérpretes e intermediários na Capitania de Goiás, 1775/1835”. *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, nº19, 2000, pp. 61-69.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1963, vol.8.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugal; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomo I, IV.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasi – 1808-1842)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura,

Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco C.T. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LINDOSO, Dirceu. O cônego e a catequese indígena (sobre o discurso historiográfico de Januário da Cunha Barbosa). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.110, pp. 67-90, 1990.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, vol.1-2.

MAIA-FORTE, José Mattoso. “Estrada de Rodagem Rio-São Paulo”. *Revista da Sociedade de Geografia*. Rio de Janeiro, 2º semestre, 1928.

MALHEIROS, Márcia. “Índios misturados”: identidade e desterritorialização no século XIX. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Demografia Histórica. Orientações Técnicas e Metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2000.

MARTINS FILHO, Enéas. “Vias e meios de Comunicação”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, vol. 288, (jun-set.)1970, pp.182-199.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.vol.1-2.

MENDONÇA, Antonio Manoel Mello Castro e. “Memória econômica e política da Capitania de São Paulo”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.XV, 1961.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Publicação 94 (anexo n.7 : Assuntos Indígenas) *Coletânea de Leis, Atos e memórias referentes ao indígena brasileiro compilado pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

MME/SG/PROJETO RADAMBRASIL. *Folhas SF-23/24 Rio de Janeiro/Vitória; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: PROJETO RADAMBRASIL, 1983.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____.“Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVII”. *História*. São Paulo, vol.7, 1988, pp.1-12.

MOTA, Carlos Guilherme e NOVAES, Fernando. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

NEVES, Guilherme P. Como o fio de Ariadne no intrincado labirinto do mundo: a idéia do império luso-brasileiro em Pernambuco (1800 – 1822).*Ler História*. Lisboa.39(2000).

NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: Colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVA, Jaime e ROBERTO, Giansanti. *Espaço e modernidade: temas da geografia do Brasil*. São Paulo: Atual, 1999.

- OLIVEIRA, Cel. José Joaquim Machado. “Noticia Racionada sobre as aldeãs de índios da Província de São Paulo, desde o seu começo até a actualidade”. *RIHGB*. Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ UFRJ, 1987.
- _____. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- ORBIGNY, Alcide D’. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- PÁDUA, José Augusto. *O sopro da destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- PERARO, Maria Adenir. “As fontes paroquiais: uma experiência de pesquisa”. *Territórios e Fronteiras*. S/local, s/data, pp. 11-23.
- PIERRE, Arnaud. Os novos símbolos de Paraíba do Sul. *RIHGPS*. maio de 1996, pp.14-15.
- PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil*. Nova York, Londres e Paris: Abbeville Press Publisher, 1995.
- PORTO, Costa. *Estudos sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária da UFPe, 1965.
- REIS, Paulo Pereira dos. *O indígena no Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- RENDON, José Arouche de Toledo. “Memória sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798 – Opinião do auctor sobre sua civilização”. *RIHGB*

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Inconfidência Mineira*. São Paulo: Global Ed.,1983.

(História Popular n.14).

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização. A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____(Edit.) e RIBEIRO, Berta (Coord.). *Suma Etnológica Brasileira, Vol.1, Etnobiologia*. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. “Por uma outra história: presença indígena no Oeste Paranaense”. *História*. Porto Alegre, n°5, 2001, pp.281-292.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500 – 1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras. Para conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Desigualdades étnicas e legislação Colonial. Pará, c.1798-c.1820. *Amazônia em Cadernos*. Manaus, n.6, pp.271-316, jan/dez.2000.

SANCHES, Marcos Guimarães. “Sertão e Fazenda: ocupação e transformação da Serra Fluminense entre 1750 e 1820”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, vol.151, n°366, (jan-mar) 1990, pp.1-96.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. “A Conservatória dos Índios”. *Revista da Sociedade de Geografia*. Rio de Janeiro, 2º semestre, 1928.

SILBERT, Albert. *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SILVA, Francisco C.T. e LINHARES, Maria Y. “Região e História Agrária”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n°15, 1995, pp.17-26.

- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. IN: DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 89-121
- _____. *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.
- SILVA, Moacir. *Kilometro Zero*. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica São Benedito, 1934
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Historia Econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Ed.Nacional, 1978.
- SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. *Memória Histórica do Município de Vassouras: 1852*. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de ontem*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.
- STEIN, Stanley Julian. *Vassouras: um município brasileiro do café.1850-1890*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- STULZER, Frei Aurélio. *Notas para a História da Vila do Pati do Alferes*. Paty de Alferes: Comissão Executiva do Centenário da Matriz de Patí do Alferes, 1944.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956. Tomo I-V.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, vol.1-2.
- VASCONCELOS, Luiz de. “Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo 47, 1884.

- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Ed. Vozes; Brasília: INL, 1977.
- VERNEY, Luís Antonio. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., 1950.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1987.
- WIED, Maximilian, Prinz von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- WORSTER, Donald. "Para fazer História Ambiental". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, nº8, 1991, pp.198-215.

7.3 - Internet:

- www.regiaodasagulhasnegras.com.br/duzentosanos.
- www.jennermuseum.com
- www.biblio.ufpe.br/libvirt/revista/ethonos/p.alegre.htm
- www.uchicago.edu/content/brazil/jain.htm